

**REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE GOIÁS**

REVISTA

1976

DO INSTITUTO

HISTÓRICO E

GEOGRÁFICO

DE GOIÁS

5

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

— Fundado em 1933 e considerado de utilidade pública pelo decreto-lei nº 2.593 de 21 de novembro de 1939. —

DIRETORIA

Presidente: Prof. Colemar Natal e Silva

1º Vice-Presidente: Prof. Basileu Toledo França

2º Vice-Presidente: Prof. José Lopes Rodrigues

3º Vice-Presidente: Prof. Modesto Gomes

Secretário Geral: Prof. Luiz Gonzaga de Faria

Tesoureiro: Prof. Augusto da Paixão Fleury Curado

Orador Oficial: Dr. Altamiro de Moura Pacheco

ENDEREÇO:

Rua 82 nº 455 — Centro

Caixa Postal 1.002

74.010 — Goiânia — Estado de Goiás — BRASIL

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

Nº 5

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE GOIÁS

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

CLASSIF. _____

AUTOR _____

TÍTULO _____

REGISTRO _____

ORIGEM _____

DATA ____/____/____

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Ano 4

Nº 5 — 1976

(Nova Fase)

Goiânia.

irreg.

981 (05)



P
981.73
Nº
558

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

Nº 5

Pub. 88 - 010 - 010
Caixa Postal 1.001
74.010 Goiânia - Goiás - Brasil

OUTUBRO 1976

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

Edição organizada por
Basileu Toledo França

Colaboradores: todos os sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Aceitamos permuta com publicações de cunho cultural
Só publicamos colaboração quando solicitada.

Rua 82, nº 455 — Centro
Caixa Postal 1.002
(74.010) Goiânia - Goiás - Brasil

A DISCÓRDIA AJUSTADA	
Luís Antônio da Silva e Souza	9
DIOMAR MENEZES, UM HERÓI DA II GRANDE GUERRA	
Basileu Toledo França	25
OS DOMINICANOS EM GOIÁS — UM LIVRO INÉDITO DE FREI GERMANO	
José Mendonça Teles	39
A IDADE DO OURO E A PAISAGEM SOCIAL GOIANA	
Marivone Matos Chaim	59
SEMINÁRIO DA CULTURA GOIANA	81
O SENTIDO HISTÓRICO DA LITERATURA	
Dalízia E. Martins Doles	87
GALERIA DOS PATRONOS	
I — PATRONO DA CADEIRA Nº 16	
RAIMUNDO JOSÉ DA CUNHA MATOS	
Por H. Crispim Borges	103
II — PATRONO DA CADEIRA Nº 5	
CRISPINIANO TAVARES	
Notícia Bio-Bibliográfica	109
MISSÃO DA HISTÓRIA NA CONJUNTURA ATUAL	
Colemar Natal e Silva	125
LEGALISTA E REVOLUCIONÁRIO	
Waldir Luiz Costa	133

COMENTÁRIOS SOBRE A GUERRA DO PARAGUAI, IN- CLUSIVE SOBRE O CONCURSO DE GOIÁS	161
Manuel Onofre	
UM ESTADISTA DO IMPÉRIO	169
Augusto Fleury Curado	
POSSE DO PROFESSOR COLEMAR NATAL E SILVA NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO	177
A ORDEM DOMINICANA EM GOIÁS	187
Tradução e Biografia por Genesco Ferreira Bretas	
IGNÁCIO XAVIER DA SILVA — O YAMERÔ	229
Maria da Glória Scartezini de Azerêdo Coutinho	
ATIVIDADES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS NO ANO DE 1976	235

A DISCÓRDIA AJUSTADA

Luis Antônio da Silva e Souza

Contribuição à história do teatro e da literatura de Goiás.

Originais xerocados pela Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro, e trazidos ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás pelo sócio Bernardo Élis.

Atualização do texto, revisão e publicação feitas por Basileu Toledo França, encarregado da nossa revista.

A DISCÓRDIA AJUSTADA

**Elogio Dramático
Para
Manifestação do Real Busto**

**Do Senhor
D. JOÃO VI
Nosso Legítimo e Natural Senhor**

**NAS FESTAS
Que Por Motivo da Sua Exaltação Se Fazem Em Vila
Boa de Goiás, em Outubro de 1818, Governando**

**Esta Capitania
O Ilustríssimo e Excelentíssimo
FERNANDO DELGADO FREIRE DE CASTILHO,
Por
Luis Antônio da Silva e Souza,
Presbítero Secular, residente na mesma Vila.**

**Na Impressão Régia.
Rio de Janeiro.**

1 8 1 9

Com licença da Mesa do Desembargo do Paço

PERSONAGENS

- JUSTIÇA.** Virgem com asas, sustentando na esquerda a balança, e na direita a espada.
- Portugal.** Guerreiro, vestido de armas antigas, tendo na esquerda o escudo das armas de Portugal, e na direita a lança.
- Brasil.** Índio vestido ricamente de plumas e arminhos, armado de arco e seta, tendo na cabeça um cocar com as armas do Brasil.

A cena se representa às portas do Templo da Glória, que aparecem fechadas.

ATO ÚNICO.

CENA 1.

JUSTIÇA.

Quando torna aos mortais a Idade d'Ouro,
Raiando no brasílico horizonte
Novo almo dia de um clarão celeste;
Quando, qual o brilhante faceado,
Que recebe do sol os resplendores
Para refulgerar mil vivos lumes,
O monarca, modelo dos reinantes,
Abrigando no peito altas virtudes
Sobe ao trono, que foi dos céus marcado,
Para reverberar mil bens ao mundo:
Inda o Templo da Glória se não abre?
A gratidão não apresenta incenso?
Com donativos o altar não verga?
Aonde o culto está? aonde os votos?
Que render devem corações devotos? ¹

CENA II

Portugal sai da esquerda, e o Brasil da direita seguidos, este de índios armados, e aquele de soldados, ao som de uma marcha, e depois de circularem o teatro, fica na frente Portugal à direita, e o Brasil à esquerda, arranjando de tal sorte o séquito que fique livre a porta do templo.

1 — Vai-se.

Portugal.

Ninguém pode igualar-se no heroísmo:
Eu devo antecipar-me a render culto,
A render a homenagem mais sincera
Ao Pai da Pátria, que é da Lísia a glória.

Brasil

Eu sou, que a ninguém cedo hoje na glória,
Na lealdade, amor e acatamento,
Que deve ao melhor dos soberanos:
Devo o primeiro ser a dar-lhe incenso.

Portugal.

Eu devo abrir o Templo ²

Brasil

Eu primeiro entro. ³

Portugal.

Eu tenho a meu favor a antiguidade.

Brasil.

Eu tenho a posse: é este o meu direito.

Portugal.

E tu quem és, que os passos me suspendes?

Brasil.

E quem és tu, que a honra me disputas?

Portugal.

Sou Portugal de heróicos pensamentos,
Que desde o berço a glória me reveste:
Que o nome excelso dos monarcas lusos
Sobre as asas da fama hei conduzido,
Vencendo Adamastor, do Tejo ao Indo:
Sou Portugal, que firme em lealdade
Desde a ocidental praia lusitana

2 — Encaminhando-se.

3 — Opondo-se.

“Às mais remotas partes do Universo”
Meu renome imortal tenho levado
Das armas afonsinas amparado.

Brasil.

E eu sou o Brasil bem conhecido,
Inveja dos vizinhos, e distantes,
Hábil de engenho, fértil de recursos,
Fecundo em ouro, de produto rico,
Em que se erige o sólio majestoso,
Que deve dominar a toda a terra:
Sou o Brasil agora reanimado
Do grande rei com a presença augusta
Para rivalizar às nações todas:
Que estou pronto a selar com o próprio sangue
O amor, que devo ao trono lusitano,
Procurando outros mundos (se inda existem)
Para a eles levar em fausto agouro
O globo azul, que tem as zonas d’ouro.

Portugal.

Na infância da razão, da natureza,
Já queres disputar a minha glória?

Brasil.

A glória já ganhada assaz te sobra.
Chegou a minha vez (coisas humanas!)
Também sou português, e sou vassalo,
Que devo assinalar-me aos pés do trono.
Num recanto da Europa te encerraram;
Eu quase sem limites sou imenso;
Vê pois quem deve ter a preferência?

Portugal.

Não consiste a opulência de um Estado
Em a vasta extensão de terra inculta;
Porém só no vigor dos braços úteis.
Eu braços tenho e sem igual indústria...

Brasil.

Braços e indústria forma a um leve aceno
O monarca, que eu tenho, sábio e justo.
O monarca, que é pai mais que monarca,

Tira do pó da terra heróis guerreiros,
Com os dentes de Cadmo espargidos.

Portugal.

Estranho a liberdade com que falas
Não fui eu que te dei a luz nas trevas?
Não te rasquei a venda da ignorância?
Não és minha conquista?

Brasil.

Fui não nego;
Mas essas distincões, que me afligiam
Um diploma imortal tem acabado.
Portugal e Brasil com o Algarve
Formam um Reino Unido glorioso,
Quase todas as nações já reconhecem,
Sendo qualquer das partes deste todo
Igual na honra, igual na vassalagem.

Portugal.

Iqual! em quê? Quem sou, quem és, conheces:
E se ao império da razão não cedes,
Tens de medir o arco com a lanca,
Que o mundo reconhece formidável. ⁴

Brasil.

Deste arco retorcido solta aos ares
Minha implumada seta nada teme:
Em fel de um dragão foi temperada,
Para onde quer que for leva a morte:
E hoje à sombra do astro, que a domina,
Não deve recear qualquer empresa. ⁵

Portugal.

Eu quero entrar no Templo ⁶

Brasil.

Entrar eu devo ⁷

4 — Menea a lança.

5 — Apronta a seta.

6 — Andando.

7 — Opondo-se.

Portugal.

Suporta as minhas iras, temerário. ⁸

Brasil.

Do meu valente braço as forças prova. ⁹

CENA III

Justiça

Que intempestiva cólera vos move?
Farta de sangue, de carnaçem farta,
Com que a faminta guerra a Europa enluta
Escoltada da peste, e da penúria,
Os frutos da alma Ceres destruindo,
Tornando em solidões os povoados,
Removendo a bonança dos Estados,
Roubando cetros, derrubando tronos.
Aborreçi a humana sociedade,
Ao zodíaco fui batendo as asas
Colocar entre signos meu assento.
Hoie, que volto à terra afortunada,
Para me unir ao trono das virtudes.
Inda hei-de ver o pomo da discórdia
Rolando entre os mortais num dia fausto?
Que intempestiva cólera vos move?
Se um laco fraternal vos une e prende,
O que intenta a discórdia detestável,
Quando começa a época famosa
Que faz a Lusitânia venturosa?

Portugal ¹⁰

Conduzido do amor, da lealdade,
Que tenho por brasão e como herança,
Aos ecos despertei da veloz fama,
Que João Sexto, o Grande, preconiza.
Atravessei o trópico, e contente
Sem recear as fúrias de Netuno
Apressado cheguei ao clima adusto

8 — Erque a lança.

9 — Apronta a seta. A Justiça os interrompe neste ponto e se coloca no melo.

10 — Inclinando a lança.

A render a homenagem, que se deve
À prole de Bragança ao trono erguida,
Quando ao Templo da Glória me avizinho
A pendurar os votos, que conduzo,
Este jovem imberbe se adianta.
Falta ao decoro às minhas cãs devido,
Quer a honra, que tenho merecido.

Brasil¹¹

O céu clemente aos votos repetidos,
Que humilde lhe enviei por tantas vezes.
Concedeu maior bem do que esperava.
Quando dias de ferro e equilíbrio
Dos Estados do Norte perturbavam,
Conduziu para bem da Europa toda
Debaixo da direita onipotente
O primeiro reinante do universo
Que firmou real planta em meu terreno,
Em que se erige o trono majestoso.
No coração recebo alvoracado
Toda a real proqûe, augusto gremem,
D'onde tem de brotar augustos ramos,
Para leis e costumes dar ao mundo.
Desde este dia, que marcou a história,
Ninguém disputar deve a minha glória.

Justiça

Queres que essa ilusão vos patenteie?
Sereis do meu arbítrio satisfeito.

Portugal.

Sim, deusa; mas deveis antes ouvir-me,
Atendendo às razões, em que me firmo.

Brasil.

Eu também devo expor o meu direito:
Pois indefeso arbítrio não aceito.

Justiça.

Sepultai de uma vez rixas antigas;
Sede concisos, e corramos prestes
De um sagrado dever ao desempenho.

11 — Afrouxando o arco.

CENA IV E ÚLTIMA

Portugal.

Sabeis que devo aos gregos minha origem,
Que sou do sábio Ulisses descendência,
Que me ensaiei de Marte na palestra
Desque Afonso o Primeiro Grande, invicto
Despedaçou o jugo mauritano:
Sempre em glória crescendo; em probidade;
Debaixo dos auspícios do céu dados
Me ergui entre as nações, bem como o cedro
Entre humildes arbustos se levanta.
Sabeis que para mim árduos projetos
Nada têm de impossível, se os arrosto,
Mal chego a qualquer parte, vejo e venço:
Que eu mesmo fui sem afrouxar na honra
Quem deu mundos incógnitos ao mundo,
Encadeando ao Carro do Triunfo
Tângere, Ceuta, Tetuão e Arzila,
Dilatando o meu nome incomparável
Desde o fusco Atlante aos astros se ergue
De onde o mar da Pérsia a costa cerca;
Que o Tejo ornei do Ganges com palmas,
Enviando Varões Assinalados
A tomar o tridente ao Deus dos mares;
Por mim guiados, Castros e Albuquerque
Colheram os despojos do Oriente:
Moçambique, Mombaça, Ormuz e Goa,
Málaca e Calecu, Diu e Surrate
Conheceram Silveiras e Furtados,
Lima, Sousas, Correias e Botelhos,
Quando fiz florear as lusas quinas
“Ainda além das novas Filipinas”;
Que eu enviei Cabral o denodado,
Que descobriu a terra afortunada,
Que hoje quer emular a minha glória;
Sabeis que sou fiel ao luso trono;
Que sempre conservei dentro em meu seio
Por mais de sete séculos ditosos
Vinte e três sois da esfera portuguesa;
Que eu fui . . . mas basta. Vós sabeis, ó Deusa,
Quem eu sou; as razões, em que me escudo,
Sou Portugal honrado, e disse tudo.

Brasil

Digno de um trono fez-me a natureza;
Pois encerro em meu seio dilatado
Quanto o Universo tem de mais precioso
Para argumentar a glória lusitana.
Já mil tesouros dei e mil reservo
Para sempre adornar o sólio augusto;
E hoje à sombra do astro, que me anima,
De quem já recebi nova influência,
Convertida em indústria a negligência,
A fraqueza em valor, em luz as trevas,
Quero abolir na história os grandes nomes
De Assírios, Persas, Gregos e Romanos.
Eu sou quem reverente aos pés do trono
De amor, e de respeito em testemunho,
Venho a ofertar os nítidos tributos
Do servo Paraguai e rio Claro,
O metal louro de um país imenso,
Os favos de Híbla, de Pamona os frutos,
E corações fiéis ao real mando.
Tão mesquinho não é meu continente,
Não é tão pouco falta de talento,
Que almas reconhecidas não produza,
Que na paz e na guerra ao trono sirvam,
Que tenho generosos sentimentos:
Os mesmos que arrostaram com as feras,
Com homens mais brutais, que os mesmos brutos,
A sujeitar nações ao real trono,
Se são ou não firmíssimas colunas
Imóveis na adesão ao soberano,
Quando exige o bem da monarquia;
Os Galos o dirão e os Holandeses,
Quando ávidos entraram meu terreno,
Se viram Viriatos e Sertórios?
Digam se fui fiel ao nosso augusto?
Se posso suportar jugo estrangeiro?
Se a substância poupei, se poupei sangue,
Conhecendo em perigo a pátria amada?
Se pronto, ao real manto que respeito,
Não corri, não voei de ferro armado...?

Justiça.

Basta: outras provas não escuto agora.
Cintila o céu propício desta parte,¹²
Pressagia aos mortais dias serenos:
Convém gratulações, convém concórdia.
Não é tão breve a glória do monarca,
Que ao trono tem subido, que lhe baste
Portugal, ou Brasil, a quem domina:
Abrange as quatro partes do universo,
Que o cetro lusitano senhoreia,
Quando por mil caminhos diferentes
Alguns mortais ao trono tem subido,
Uns levados da glória dos maiores,
Outros do nascimento e da ventura;
Uns abrindo o caminho com a espada,
Outros com profusões ganhando os votos;
Aos ínclitos Joões, João sucede
Na virtude, no trono, nome e glória,
De peito heróico e mente sublimada,
Glória do novo mundo dilatado,
Delícias da Ásia, da África e da Europa,
Que de virtude orna o cetro augusto,
Que sabe unir amor com majestade.
O lugar do seu trono o céu designa
Que atende ao maior bem da humanidade:
Portugal ao Brasil deu luz de agora,
Hoje o Brasil dá luz a todo o mundo.

Coroados de troféus de honra e de glória
Portugal já gozou por longos anos
Do assento principal da monarquia;
Hoje em dia o Brasil do mesmo goza,
Que vai a Portugal dar nova glória.
O céu o manda, obedecer-lhe cumpre.

Convém portanto que concordes sejam;
Porque as forças dispersas se quebrantam,
E invencíveis se tornam sendo unidas,
No serviço do Trono Lusitano.
Portugal e Brasil em harmonias
Formem um todo que as nações respeitem;
Membros do mesmo corpo glorioso,

12 — Apontando para a direita.

Iguais na honra, sigam de mãos dadas
A prestar homenagens junto ao trono;
Vide que a fama diz: real, real,
Pelo monarca justo e liberal!
Acompanhai o seu festivo assento,
Como é propício da honra portuguesa.
Já sabeis a estrada do heroísmo,
Segui prontos. Eu vou abrir o Templo
E dai unidos da lealdade exemplo. ¹³

Portugal e Brasil ¹⁴

Em nossos corações e na vontade
Reine do Nosso Augusto a majestade. ¹⁵

CORO

A Glória do Augusto
Com as mãos unidas
Oferecem as vidas
Brasil, Portugal:
Em doce concórdia
Leais, reverentes
Se inclinam contentes
Ao trono real.

13 — Vai e se coloca no Templo entre as virtudes que cercam o trono.

14 — Dando-se as mãos dizem.

15 — O mesmo repete todo acompanhante. Soam os instrumentos, marcham em ordem como no princípio; e quando chegam ao Templo, as portas se abrem, aparece iluminado o retrato de Sua Magestade tendo no trono a letra seguinte:

**Uma época brilhante principia
Para glória imortal da monarquia:
O Senhor D. João Sexto do céu dado
Vem fazer o seu reino afortunado.**

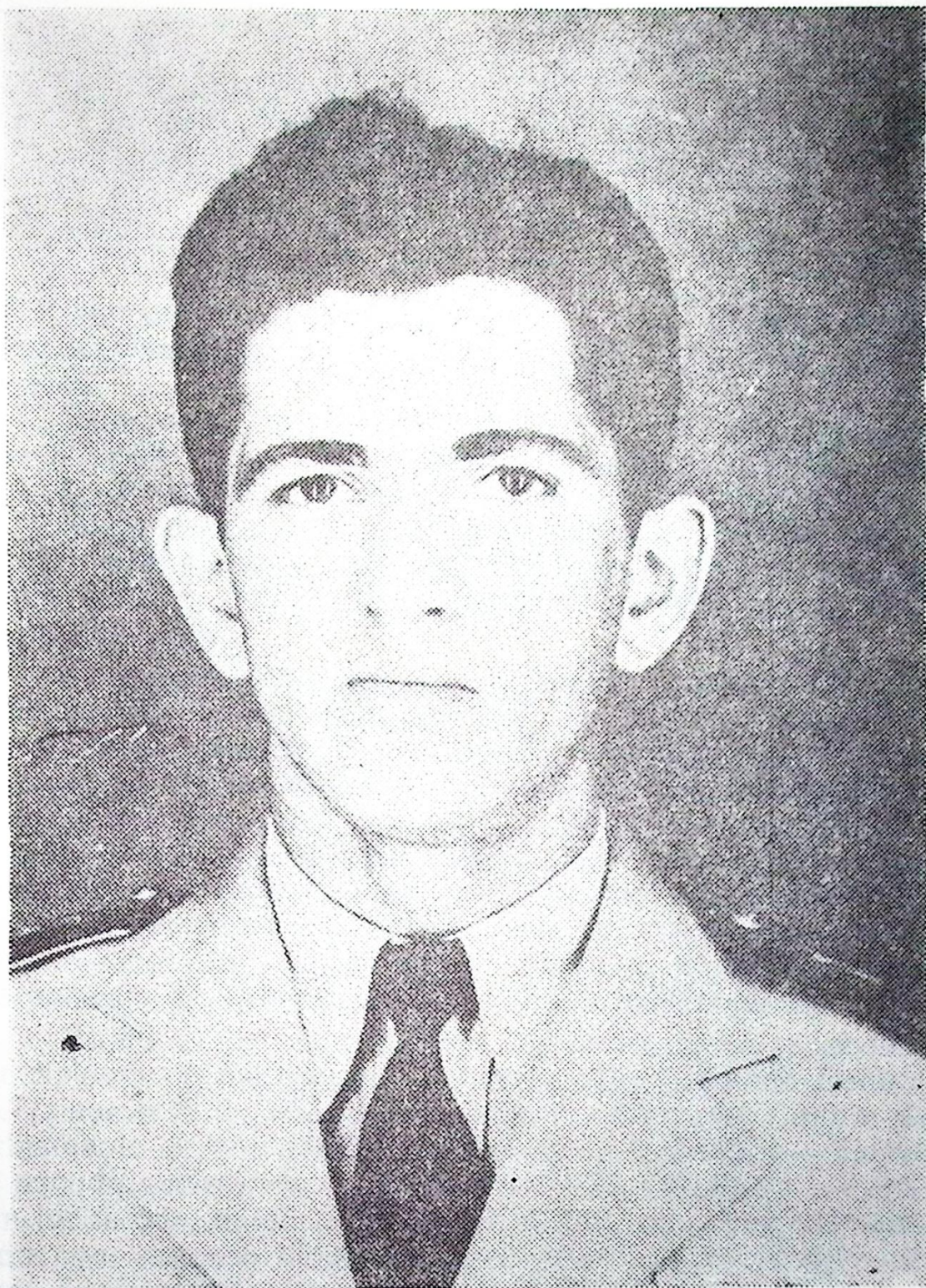
Na base que se afirma o Trono estará da mesma sorte iluminada uma Pira acesa, em que ardam dois corações com letra:

Virtus Unida.

Portugal e Brasil assim que chegam ao Trono se ajoelham e depõem as armas e as Insígnias. O mesmo faz todo o acompanhamento e então se segue o coro acima.

DIOMAR MENEZES
UM HERÓI GOIANO DA II GRANDE GUERRA

Basileu Toledo França



Ten. Diomar Menezes

herói da Segunda Grande Guerra, cujo nome está imortalizado em uma praça pública de Jatuf.

Diomar Menezes nasceu no dia 10/7/23, em Jataí, sendo seus pais Sebastião Gonçalves de Menezes e Levinda Balmira Menezes.

Estudou as primeiras letras no Grupo Escolar "João Pessoa", hoje Marcondes de Godoi, e em 1940 transferiu-se para Uberlândia, onde se matriculou no então Ginásio Mineiro.

Moço pobre, habituado ao trabalho de tipógrafo como seu pai, empregou-se no jornal "Estado de Goiás", daquela cidade mineira, grangeando a simpatia de todos pelo gênio afável e delicado.

Apaixonado pela aviação, ingressou na Escola de Pilotagem do Aero Clube local em 1942, e nesse mesmo ano recebeu a 29 de novembro o seu brevet. Como já tinha terminado o ginásio, procurou melhorar os seus conhecimentos de inglês com um professor particular, após o que viajou para o Rio de Janeiro e ali se submeteu a testes, com grande êxito e brilhantismo, ganhando uma bolsa de estudos e treinamento de vôo em Egel Pass, no Texas, adido às Forças Aéreas do Exército Americano, compondo um grupo de trinta brasileiros, que estavam se aperfeiçoando na arte e na técnica de voar.

No dia 23 de maio de 1944, Diomar Menezes recebeu o seu diploma de habilitação, fornecido pelo Comando Central de Treinamento de Vôo, nestes termos: "Comando Central de Treinamento de Vôo das Forças Aéreas do Exército. — Estava um escudo encimando os dizeres "UT VIRI COLENT". — Saibam todos que, tendo DIOMAR MENEZES, brasileiro, demonstrado com sucesso habilidade aeronáutica na terminação do curso de treinametro de vôo para estudantes estrangeiros, nas forças Aéreas do Exército em Egel Pass, Texas, Estados Unidos da América, no dia vinte e três de Maio de mil novecentos e quarenta e quatro, é-lhe conferido o presente DIPLOMA. — Em fé do que apusemos ao presente as nossas assinaturas.

(assinado) Walter Kraus, Brigadeiro General do Exército dos Estados Unidos, Comandante do Comando Central de Treinamento de vôo das Forças Aéreas do Exército. (assinado) Luther Sreven Smith, Brigadeiro General, Chefe do Estado Maior do Corpo do Estado Maior. — (assinado) John Mc Corble, Tenente Coronel do Corpo Aéreo, Comandante da Escola de Vôo Adiantado das Forças Aéreas do Exército — (assinado) John Mc. Corble, Diretor de Treinamento. — (assinado) Glenn W. Danks. Instrutor de Vôo. Estava colado o selo dourado em relevo do Gabinete do General Ajudante do Comando Central de Treinamentos de Vôo das Forças Aéreas do Exército. — Por tradução conforme.

.....
Datado e assinado sobre as estampilhas de Cr\$ 1,40.

Rio de Janeiro, 27 de Novembro de 1945.

L. S. Mirsdy”

Após a conclusão do seu curso, Diomar Menezes foi com os seus companheiros integrar o grupo de caca chefiado por Nero Moura. no front da Itália, sob o comando do oficial Alberto Martins Torres.

Em depoimento pessoal desse grande ás da aeronáutica brasileira, em 1960, o jovem piloto foi retratado como pessoa de ar calmo, displicente e descuidado com a farda, que ao chegar ao campo de batalha passou por uma prova com os seus colegas. Cada calouro foi incumbido de perseguir em vôo um veterano, a partir da pista de pouso. E o caipira Diomar foi o único que saiu colado na cauda do “inimigo” e voltou, depois de todas as evoluções mais arriscadas no céu, unido a ele. Isto significava a vitória, para surpresa geral dos oficiais e colegas de farda. A partir daí observou o moço e deu-lhe missões cada vez mais arriscadas, de que se saía sempre bem.

Os filmes de combate e bombardeio, que tivemos a oportunidade de mostrar pelo Canal 2, em 1964, mostram a perícia e eficiência do piloto notável que foi Diomar Menezes, várias vezes condecorado por seus superiores.

No dizer do comandante Alberto Martins Torres, o herói da II Grande Guerra era um homem identificado com o seu aparelho, como poucas vezes teve oportunidade de ver. E esta característica era ainda valorizada por uma excepcional perícia em vôo, a par de coragem fora do comum. E contava, então, para ilustrar que em uma excursão contra território alemão, foi o único que voltou à base, depois de destruir depósito de munição camuflado como hospital da Cruz Vermelha, além de um

trecho de ferrovia. Todos os companheiros foram abatidos e o seu aparelho, apesar de perfurado pelas baterias anti-aéreas, pousou no campo da base.

Por esta e outras ações em guerra, Diomar Menezes recebeu vários elogios e condecorações: ELOGIOS: — A 11-4, foi público ter sido elogiado pelo Exmo. Sr. Brigadeiro General do Exército dos EE.UU., Robert S. Israel Júnior, por ter deixado o Grupo de ser subordinado à "62nd Fighter Wing", nos seguintes termos: Ao deixar controle das operações de vosso Grupo, desejo transmitir-vos e a cada membro sob vosso comando profunda apreciação pelo esplêndido trabalho realizado, pela maneira prestativa de cooperação e pela valorosa contribuição dada à vitória final contra o nosso inimigo comum. As vossas realizações pesaram, de maneira irrefutável, no sucesso da presente campanha aérea contra o inimigo do Norte da Itália. O espírito agressivo, o esforço determinado e a habilidade profissional demonstrados em vossos continuados ataques às ferrovias, pontes, rodovias e concentrações de tropas são uma justa causa para um elevado sentimento de orgulho por parte de vossos pilotos, bem como de vosso escalão terrestre. A maneira eficiente como vós desincumbistes de vossas importantíssimas responsabilidades ao trabalhar em completa harmonia com outras unidades, é um símbolo das relações íntimas e da eterna amizade de nossas duas grandes Pátrias. Foi um privilégio ter tido o vosso Grupo sob o meu comando. Todo o meu Estado Maior une-se a mim para vos desejar a melhor felicidade e continuados sucessos. "A 18-4, foi público ter sido elogiado pelo Comando do 442º Regimento do Exército dos EE.UU., por intermédio do 350th. Fighter Grup", nos seguintes termos: Agradeço o bom desempenho das missões de apoio direto fornecido por este Grupo a este Regimento. O acerto com que foram obtidos impactos diretos nos objetivos que estavam sendo atacados pelo 442º, facilitou muito a captura dos mesmos. Transmitindo a mensagem acima a todos os componentes do Grupo, desejo que continuem desempenhando as missões como até aqui fizeram com ardor e desprendimento que sempre os distinguem." A 3-5, foi público o seguinte elogio: "Caro Ten. Cel. Nero Moura, Comandante do 1º Grupo de Caca Brasileiro. Tive a melhor impressão quando visitei vossa Unidade, acantonada em sua base avançada na Itália. O modo pelo qual o senhor e todos os seus homens se integravam no panorama geral da guerra aérea neste teatro, deve servir de orgulho para vós e para vossos

patrícios. Podeis, com razão, sentir-vos orgulhosos com os sucessos obtidos e com os que continuará a obter, levando a guerra ao seio do inimigo. O record de vosso Grupo é acima do normal e a cooperação com as outras Unidades engajadas no mesmo teatro refletem maior mérito sobre vós. Foi com prazer e orgulho, todo pessoal, que visitei vosso Grupo, tendo ocasião de apreciar sua magnífica contribuição para o esforço aliado. Eu desejo que o Sr. transmita aos oficiais e praças a minha mais sincera recomendação pelo excelente trabalho realizado. (aa) H.H. Arnold Cmt. em Chefe das Forças Aéreas Americanas.” — A 22-5, foi público a seguinte carta elogiosa, recebida do Major Comt. do 80th Air Service Squadron “Americano”: — Desde a chegada da esplêndida organização ao teatro de guerra italiano, tem sido um prazer para nós trabalhar com o 3º escalão de manutenção dos seus aviões e como fornecedores de material aéreo. Em vista da nossa possível transfrência, num futuro próximo, venho, por meio desta, expressar nossa satisfação por termos a oportunidade de servir ao 1º Grupo de Caça, e, com o mais profundo pesar, vermos um afastamento de nossas relações. Serei imensamente grato, se o Sr. transmitir aos seus oficiais e praças a nossa elevada consideração pela sua habilidade e os nossos sinceros agradecimentos pela perfeita cooperação que nos foi prestada por eles, bem como o quanto nós sentimos o fato de que, cedo, podemos estar separados. Em tempo de guerra nós nos fizemos amigos e, depois, por força de circunstâncias, nós nos separamos. Foi para nós uma honra e um prazer ter conhecido e trabalhado para nossos amigos do Brasil. Possam nossos destinos cruzar-se outra vez nesse lema “SENTA A PUA”. Respeitosamente. — (aa) Marlio D. Ratlif Major Air Corps Commanding. — A 7-5, foi público a seguinte referência elogiosa: “Este Comando recebeu do Exmo. Maj. Gen Keys Cmt. Geral do II Corpo do Exército a seguinte mensagem: Desejo expressar minha apreciação e congratulação, junto às da 6ª Divisão Motorizada Sul Africana, pela excelente cooperação levada a efeito por sua Unidade, nos ataques a Monte Sole na tarde do dia 15 de Abril de 1945, (aa) Maj. Gen. Keys. Em aditamento a essa mensagem o Exmo. Sr. Gen. Cmt. da XXII Tactical Air Command, disse: Pelo mesmo motivo acrescento minha recomendação por uma missão bem executada. (aa) Gen. Thomas C. Darcy”. Em consequência o Comando do Grupo determinou que essas referências elogiosas constassem dos as-

sentamentos do 2º Ten. Diomar Menezes, um dos pilotos que tomaram parte nas missões acima.”

CONDECORAÇÕES — A 9-6, foi público ter sido condecorado com a (AM) and Inst. Cluster “pelo Exmo. Sr. Brigadeiro General Robert S. Israel Júnior, Cmt. do “22º Tactical Air Command”. A 18-6, foi público ter sido condecorado pelo Governo dos EE.UU., com a “Air Medal” por meritória atuação quando participava de uma esquadrilha, como piloto de um avião tipo P-47. Em 10-2-45, o Asp. Menezes voou numa formação de 8 aviões designada para bombardear uma vital ponte de estrada de ferro na Itália. Ao chegar ao objetivo foi verificado que este já tinha sido fortemente danificado. Como alternativa o guia da formação decidiu causar maior dano possível aos trilhos nas cabeceiras da ponte impossibilitando, assim sua reconstrução imediata. Bombardeios perfeitos foram feitos com grande êxito tendo todas as bombas resultado impacto diretos nos trilhos. De volta à base a formação de que fazia parte o Asp. Menezes metralhou diversos veículos inimigos. Este oficial contribuiu nesta destruição tendo a seu cargo 5 caminhões e danificando outros 12. Sua coragem e capacidade profissional constituem um justo motivo de orgulho para o citado oficial assim como para as Forças Armadas das Nações Aliadas. Na mesma data, foi público ter sido condecorado pelo governo dos EE.UU., com a “Air Medal” por atuação meritória quando participava de uma missão de guerra como piloto de um avião P-47. Em 15 de março de 1945, o Asp. Menezes voou numa formação de 4 aviões caças bombardeios que tinha ordem de bombardear um vital depósito de munição situado em Cremona, Itália. Navegando acuradamente a formação atravessou território inimigo fortemente defendido dirigindo-se diretamente sobre o alvo. Lá chegando, foi executado preciso bombardeio de mergulho tendo a formação conseguido 6 impactos diretos redundando na destruição completa de 3 armazéns. O Asp. Menezes foi pessoalmente creditado com um deles. Realizando ataques razantes em alvos de oportunidade antes de retornar à base, a formação destruiu 2 veículos motorizados, um carro armado, 2 carros comando e ainda seriamente 3 outros veículos. Ainda mais tarde 6 vagões foram metralhados e severamente avariados. A precisão dos ataques feitos pelo Asp. Menezes foi fator preponderante para o completo êxito dessa missão. Sua coragem e sangue frio ao lado de sua devoção ao dever constituem motivo de justo orgulho para o citado oficial assim como para as Forças das Nações Aliadas.”

Vale a pena ler o testemunho do Sr. Tito Teixeira, piloto civil e ex-presidente do Aero-Clube de Uberlândia, em cuja gestão brevetou-se o grandeaviador jataiense. Vejamos o que ele escreveu:

"A SENSACÃO DO VÔO, A SENSACÃO DO COMBATE E A SENSACÃO DA MORTE. DIOMAR MENEZES, ao ingressar no Aero Clube de Uberlândia, alimentava-se da vontade de sentir a sensação do vôo; e foi justamente quando, decolando com seu instrutor Geremias Silva, subindo a trezentos pés e sentindo a pureza do ar, na serenidade de uma linha de vôo que lhe dava o batismo das alturas, ele jurou intimamente entregar ao destino, toda a sua dedicação às asas do Brasil, pela defesa da Pátria estremecida, e pela grandeza do seu solo. Sentindo a sensação do vôo, brevetou-se, seguiu para os Estados Unidos, ingressou no Primeiro Grupo de Caca Brasileiro, seguiu para o teatro da guerra na Europa — Itália e lá sentiu a sensação do combate, onde o campo era vasto para as demonstrações de sua habilidade, destemor, patriotismo e compreensão do dever.

Lá ele escreveu um livro com 71 páginas que descreve com pena de ouro e tinta de sangue a vida de um herói em defesa da Pátria, qual sejam as 71 missões que lhe foram confiadas e desempenhadas com bravura e patriotismo. Regressando à Pátria após o término da guerra, coube-lhe, por conveniência de serviço a designação como Instrutor de Aspirantes da Escola de Aeronáutica, no Regimento de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Af, em 9 de Abril de 1946, quando comandava uma esquadrilha, pilotando um avião "NORTH AMERICAN", em conjunto com mais dois Aspirantes que dirigiam aviões do mesmo tipo, ao executarem treinamento de TÁTICA, no momento de passagem pelo tope de luping, o avião do Aspirante-Aviador Luiz Felipe bateu com a ponta da asa na NACELE do avião comandado pelo Instrutor, então Tenente Diomar Menezes, avariando-lhe também os silerons, que foi a causa do aparelho entrar em parafuso lento até chocar-se de encontro ao solo, sem que o malgrado piloto pudesse abrir a carlinga para o salto de paraquedas, por estar emperrada pelos danos sofridos. A queda foi tão violenta que o aparelho sinistrado enterrou-se 4 metros de profundidade no solo macio das redondezas de Santa Cruz. Todos os que assistiam em terra às evoluções, foram vítimas de um grande choque emocional que os abalou profundamente. Diomar, certamente, ignorando as avarias sofridas pelo seu aparelho, tentava tirá-lo do parafuso e não o

conseguindo, insistia na abertura da carlinga para o salto de paraquedas, e que também não foi possível, pois, a fatalidade o conduzia numa descida trágica e vertiginosa. A torre de comando insistia com o piloto para o salto de paraquedas, ignorando a luta que Diomar mantinha pela abertura da carlinga danificada pelo choque que recebera. Seus companheiros acompanhando o aparelho sinistrado num vôo espiral, notavam que Diomar lutava para safar-se do avião e não conseguia o seu objetivo. Tudo consumado, o seu corpo foi retirado dos escombros do avião sinistrado e conduzido para a capela do Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, onde lhe foi dada sepultura no PANTHEON dos heróis, onde são velados pela Pátria agradecida. Sua mãe D. Levinda Belmira de Menezes, que acabava de fazer uma viagem exaustiva para abraçar o filho querido, que há três anos não via, durante essa jornada não conseguiu conciliar o sono, nem a calma, porque o seu coração materno fervilhava na ânsia de chegar e acalentar sobre o seu peito a cabecinha do filho adorado, por quem tanto chorou e por quem tanto sofreu; e agora, depois da grande ausência aproximava-se dele com o coração festivo e orgulhoso pelas glórias do seu sangue servindo à Pátria. Diversos companheiros de Diomar foram à Estação esperá-la, prevení-la do acontecimento trágico do dia. O trem de aço da Central do Brasil, que conduzia aquele coração transbordante de alegria pela aproximação do filho amado, desde que começou a entrar pela cidade do Rio de Janeiro, soltava de momento a momento um apito que lhe atravessava o coração ansioso pela visão desejada, ao galgar a plataforma da estação Pedro II. Finalmente, diminuindo a marcha, e aumentadas as pulsações do seu coração, o trem parou, e a ilusão desceu para encontrar-se com a realidade!... seu filho ali não estava!... e para substituí-lo veio o véu negro da dor, para cobrir-lhe o coração, que começou a sentir o contraste da alegria que a trouxe ali. Levada nos braços da amizade até o fim de sua jornada, ela sentiu a dor do calvário!... Ali estava envolto em uma mortalha diferente, e cheia de mistérios, o corpo inanimado do filho adorado!... Os três anos de ausência passaram a eternidade!... A fatalidade lhe foi cruel!... Porque não esperou algumas horas mais, a fim de que sua mãe pudesse acariciar o filho que a matava de saudade!... Ela queria, pelo menos, contemplar-lhe o rosto, beijar-lhe a face, erguer-lhe as costas de sua mão quente de amor, para dar-lhe a bênção costumeira!... e nada disto lhe foi facultado pela providência; se a

alma Deus a tinha levado, o seu corpo ali estava misteriosamente envolto numa mortalha fria, zombando de sua dor!... então, intimamente, ela exclamava: meu Deus! como sua mãe sofreu ao pé da cruz! Embora o destino lhe privasse de contemplar os olhos daquele por quem dava a vida e amava tanto, e que era o maior tesouro de sua curta existência, recebia como recompensa da divina providência a consolação de estar ali contemplando o símbolo do herói, que saindo das suas entranhas, morreu a serviço da Pátria, coberto de glórias. E ainda, mais do que as flores que simbolizam a saudade, e que de costume envolvem a câmara mortuária de um ente querido, estava a sua convicção de que, em torno do seu corpo inanimado, pulsavam os corações de seus companheiros e amigos, abafados em lágrimas pela perda sofrida do herói por quem a Pátria chora!"

Aos 12 de abril de 1946, o "Correio da Manhã" registrou a morte de Diomar Menezes com esta nota:

FALECEU EM SERVIÇO UM HERÓI DA F.A.B. NUM CHOQUE COM OUTRO AVIÃO, MORREU O TENENTE DIOMAR MENEZES

"Quando realizava manobras acrobáticas de treinamento, ante-ontem à tarde, sobre o campo de Santa Cruz, um avião "NORTH AMERICAN", pilotado pelo 2º tenente aviador Diomar Menezes, chocou a ponta de uma das asas com a "nacele" de outro, do mesmo tipo, pilotado pelo aspirante-aviador Luiz Felipe. Este, num golpe feliz, livrou-se do choque, enquanto que o aparelho do tenente Menezes entrando em parafuso lento, veio se chocar contra o solo pantanoso, enterrando-se cerca de 4 metros. Foram momentos angustiosos, já que todos, em terra, estavam apreciando as evoluções da esquadrilha, que, em altura adequada, executava as manobras de treinamento em grupo. O tenente Menezes, cetramente na ignorância de ter a sua asa danificada, tentava inutilmente, sair do parafuso.

ERA UM BRAVO

Jovem ainda, o piloto ante-ontem falecido em serviço, conseguiu uma bolsa de treinamento aéreo nos Estados Unidos. De lá, declarado Aspirante e convocado para o serviço ativo, foi mandado integrar o 1º Grupo de Caça, rumando para a Itália. Extremamente calmo, corajoso e afoito, destacou-se em todas as suas missões, que ultrapassaram a casa dos 50, sendo considerado um dos maiores "asa" brasileiro. O Tenente Diomar Menezes era, além disso, excelente companhel-

ro, sendo muito benquisto no 1º Regimento de Santa Cruz. Atualmente, juntamente com os demais elementos do Grupo de Caça, estava encarregado da instrução dos aspirantes-aviadores recém-saídos da Escola da Aeronáutica e que servem no Regimento de Santa Cruz. O acidente que o vitimou teve origem num dos vôos de instrução. Obra pura da fatalidade...

NÃO VIA A MÃE HÁ TRÊS ANOS

Por um desses azares do destino, a mãe do Tenente Menezes, que o não via há 3 anos, chegou, à noite mesmo de ante-ontem, vindo de Goiás para visitar o filho. Sabedores do fato, os colegas do "ás" falecido, com o maior cuidado foram esperá-la na Estação D. Pedro II, a fim de comunicar-lhe a inesperada morte do filho.

HOJE ENTERRO

O enterro do 2º tenente aviador Diomar Menezes, será realizado hoje, saindo o féretro da capela do Cemitério São João Batista para a mesma necrópole."

Houve, entretanto, alguém que viu a queda do aparelho e pôde testemunhar os momentos angustiosos do jovem e brilhante oficial. Esta testemunha, cap. Sebastião Dantas Loureiro, assim relatou a queda fatal:

"Tudo corria normalmene nas evoluções executadas pelos aspirantes-aviadores, comandados pelo instrutor Diomar Menezes. Em dado momento, quando foi comandado o treinamento TÁTICO, na execução de LUPING em esquadrilha, o informante notou que o avião do aspirante Luis Felipe, havia resvalado e atingido com a ponta da asa, a NACELA do avião de Diomar, justamente no tope do luping executado quando perdeu o sileron e entrou lentamente no parafuso fatal. E como nada houvesse acontecido aos demais companheiros, este, voando em torno do avião de Diomar, que descia vertiginosamente em parafuso fechado, notaram que o bravo pilto insistia para abrir a carlinga para saltar de paraquedas, porém esta, enguiçada pelo choque da asa da NACELE, não abria. A Torre de comando insistia com o bravo piloto, que saltasse de paraquedas abandonando o aparelho. Entretanto o herói da grande guerra estava prisioneiro da CARLINGA que não lhe dava soltura a não ser para a eternidade!"

Deste modo desapareceu tragicamente o jovem herói goiano de II Grande Guerra, companheiro desses notáveis aviadores da Esquadrilha da Fumaça. Em razão disto, como

homenagem póstuma, foi dado o seu nome ao stand de tiro do Galeão, no Rio de Janeiro, ocasião em que a esquadrilha viajou até Uberlândia, para entregar vários troféus e medalhas à mãe do brilhante piloto militar.

Hoje, a cidade de Jataí possui uma bela praça com o nome de Diomar Menezes, onde se vê também o seu busto em bronze, que ali foi erguido por iniciativa do prefeito municipal César de Almeida Melo.

É o reconhecimento público do seu valor excepcional.

**OS DOMINICANOS EM GOIÁS — UM LIVRO INÉDITO
DE FREI GERMANO**

José Mendonça Teles



Na foto, de pé, da esquerda para a direita: Frei Alvaro, Frei João, Frei Reginaldo, FREI GERMANO, os demais não foram identificados. Assentados: Frei Aleixo, Frei Beltrando, Frei Manoel, Frei Gil e Frei Antonino.

†

NOS D. FR. THOMAS CÂMARA CASTRO.

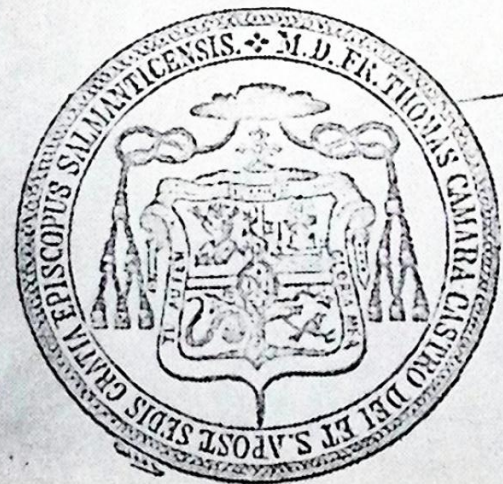
ORD. S. AUGUST., MAG. SAC. THEOLOGIE, DEI ET SANCTÆ APOSTOLICÆ SEDIS GRATIA EPISCOPUS SALMANTICENSIS, REGIS A CONSILII, REG. ACADEMIARUM HISTORIÆ ET PULCHRAR. ARTIUM S. FERDINANDI SOCIUS COMMUNIC., ETC., ETC.

PRESENTES litteras inspecturis notum facimus, quod anno à Nativitate Domini millesimo octingentesimo octogesimo quinto, die vero decima nona Septembris Sabb. qual. temp. Hi. illata. in Sacello vestri Palatii. qu. majores Ordines celebrantes, dilectum Nobis in Christo

Fr. Germanum Uche Ordinis Sacerdotum jam Diaconum
 examinatum, approbatum, atque exercitatum, justa S. Concilii Tridentini Decreta, et Apostolicas Constitutiones Innocentii XII et XIII, Benedicti XIII, et Pii IX fel. re. *Speculatores Dynas Israel; Apostolici Ministerii; In supremo Militantis Ecclesie solio et Apostolicæ Sedis moderationi ab Sacrum Sacrosanctus ordinem cum litteris dimissionalibus sui Ordinarii*

rite et canonice duximus promovendum, et promovimus. In quorùm fidem presentes litteras manu sigilloque nostro munitas, ac per intrascriptum nostrum Cameræ Secretarium subscriptas, dari et expediri jussimus Datis ut supra

Fr. Thomas, Episcopus Salmanticensis.



Ilmi. D. mei Episcopi mandato.

Fr. Pedro Garcia Riquelme

TITULUS *Presbyteratus*

Reg. lib. ... fol. 148

“Quando eu era menina
bem pequena,
pela minha porta,
pela minha rua,
pela minha ponte
via passar
os frades dominicanos
.....
Frei Germano...
Quanto respeito, meu Deus!
Durezas do ascetismo.
Estatura invulgar de sacerdote.
Tão severo...
Tão alto...
Descarnado.
Era a austeridade retratada
Fidelíssima,
vestindo sua imensa caridade.”

Cora Coralina

Ninguém em Goiás desconhece o trabalho que Frei Simão Dorvi O/P vem desenvolvendo para preservar os nossos documentos históricos. Vindo para a Cidade de Goiás em 1938, aqui foi secretário fiel do piedoso Bispo Dom Cândido Penso, de quem recebeu os doutos ensinamentos de humildade e sabedoria.

Nesses 40 anos de Goiás, de andanças por quase todo o Estado, levantando igrejas, fundando escolas, Frei Simão conseguiu, com trabalho paciente e patriótico, montar um arquivo contendo mais de 1.200.000 fichas catalogadas, registrando os batizados, casamentos e óbitos ocorridos a partir do século XVIII.

Aos 70 anos de idade, Frei Simão se iguala ao mais idealista dos moços. Sua oficina de trabalho — casarão anexo à Igreja do Rosário, na Cidade de Goiás — está repleta de jornais, revistas, livros, todos recolhidos de velhos baús, comidos pelas traças, que ali estão à espera do paciente trabalho de recuperação.

Foi num desses amontoados de livros que Frei Simão encontrou o manuscrito, em francês, de Frei Germano Llech, intitulado **“L’Ordre Dominicain à Goyaz”**, levando-o incontinenti ao professor Genesco Ferreira Bretas, que o traduziu para o português, inserindo no trabalho uma biografia do notável frei pregador, que viveu em Goiás de 1886 a 1937, quando faleceu.

Frei Germano nasceu em Thuir, distrito de Perpignan, Província dos Pireneus Orientais, Sul da França, no dia 30 de julho de 1855. Era filho do engenheiro Etienne Llech e Tereza Jaubert. Fora batizado com o nome de Etienne François Llech. Ainda adolescente, ingressou na Ordem Dominicana, frequentando o seminário em Salamanca e Perpignan. Em 1884, recebe a carta de Diácono com o nome de Frei Germano Llech e, no ano seguinte, a carta de presbítero.

Em setembro de 1886 viaja para o Brasil em companhia do Vigário Provincial de Goiás, Padre Raimundo Madré, de outros religiosos e, em dezembro daquele ano, chega a Goiás.

Aqui Frei Germano viveu 51 anos, até sua morte, em 26 de dezembro de 1937. Segundo o professor Genesco Bretas, Frei Germano era uma religioso de grande simplicidade e grandes virtudes. Chegou a granjear fama de santo. No seu enterro muita gente cortou pedacinhos de suas vestes mortais para guardar como relíquia, e enquanto seus restos permaneceram no cemitério de Santana, em Goiás, o povo ia à sua sepultura para rezar e pedir milagres. Do cemitério de Santana, seus ossos foram trasladados para a Igreja do Rosário, onde jazem.

A história de Frei Germano é a própria história dos dominicanos em Goiás. Ele foi aquele que chegou primeiro, enfrentou todas as dificuldades do meio, pregou o catecismo, acompanhou os padres em suas pregações religiosas às mais longínquas regiões da Província, e todo esse dispêndio de energia dos dominicanos em prol de nossa gente, de nossa cultura, foi sendo analisado e anotado, em minúcias. Seu livro, inédito e inacabado, é prova eloquente do quanto viveu Frei Germano no sistema e nas instituições dominicanas. É a luta heróica dos padres rasgando o sertão goiano, caminhando

pacientemente, troteando lombo de burro, nadando rios perigosos, enfrentando índios e feras, procurando atingir o Norte, em distância que vai além de mil quilômetros, com um único objetivo: pregar a religião.

Frei Germano foi realmente uma figura extraordinária. A geração antiga da Cidade de Goiás presta-lhe as mais expressivas homenagens. Vê naquele homem de vestes brancas, magro, alto, de cabelos grisalhos, com pronúncia arrastando erres, enérgico e piedoso, temido e estimado, uma existência fecunda, recordada sempre com emoção e carinho.

Jaime Câmara, escrevendo sobre fatos históricos de Goiás, denominou **Nos Tempos de Frei Germano**¹ à sua obra, em homenagem àquele que, na feliz expressão da legendária Cora Coralina, “foi o sustentáculo da Ordem de S. Domingos”.

Justificando o título do livro, afirma Jaime Câmara: “Não pertenci ao reduzido número de amigos de Frei Germano. Isso não impediu que viesse a nutrir por ele uma admiração, que aumentou com o tempo, maximé depois que, no convívio com a Família goiana, ouvi estórias de sua vida na clausura e no apostolado fazendo-me conhecer, em sua verdadeira dimensão, a grandeza dessa figura humana, do seu acendrado amor à vida religiosa que abraçou.

O nome deste livro, que pouco fala a seu respeito, é uma homenagem à sua pessoa e à obra que realizou, como dominicano, na Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, em Goiás”.

O professor Genesco Bretas afirma, no estudo biográfico que fez sobre Frei Germano, que a história dos dominicanos em Goiás é sumamente importante para quem deseja estudar a evolução religiosa, educacional e política do povo goiano, e diz mais:

“É pena que Frei Germano, que tomou a si o encargo de descrevê-la, não a tivesse concluído. Este pequeno livro de sua autoria abrange um período de cerca de 15 anos, parando no capítulo XXIV, por um ponto que não é, pelas aparências, o ponto final da obra, parecendo, ao contrário, que o autor a fazia uma pausa para descansar. As reticências finais vão por conta do tradutor, para significar que a história é inacabada. Nos originais, o talhe da letra de Frei Germano é ainda firme e igual, o que demonstra que o autor se achava em pleno vigor físico e mental. Teria escrito estas páginas por volta de 1930.

1 — O nome certo é Germano Llech e não Germano Llechop.

Nenhum rascunho ou esboço, que represente a continuação da obra, se encontrou até agora nos arquivos da Ordem, no Convento da Cidade de Goiás”.

A OBRA

A obra inédita de Frei Germano, englobando XXIV capítulos, começa com breve levantamento histórico da Província de Goiás, “descoberta em 1680 pelo aventureiro paulista Bartolomeu Bueno da Silva, que escravizou índios para deles fazer o tráfico”.

No primeiro capítulo — Província do Estado de Goiás — Frei Germano mostra a presença das primeiras expedições e a febre do ouro que se alastrava, como fogo no cerrado, pelas mais diversas regiões, aumentando consideravelmente o número de pessoas que se deslocavam de várias Províncias para Goiás, agitando e tumultuando a vida goiana.

Nessa análise, diz Frei Germano:

“Minas de ouro descobertas por alguns homens audaciosos e empreendedores, multidões de aventureiros, vindos na maior parte de São Paulo, precipitando-se sobre as riquezas anunciadas com os exageros da esperança e da cupidez; uma sociedade formada ao meio de todos os tipos de crimes, mas que se acostumou, entretanto, a um mínimo de ordem sob os rigores do despotismo militar e cujos costumes, sem tardança, se amoldaram ao clima ardente e à ociosidade; alguns instantes de esplendor e de prodigalidade, triste decadência e ruínas: nisto se resume a história da Província de Goiás, desde a fundação de sua capital até o ano de 1818, época em que foi percorrida pelo francês Saint-Hilaire, ou até mesmo 1845, data da publicação de sua obra. A população estimava-se entre 60.000 a 80.000 habitantes”.

Nesse capítulo destaca-se a criação do bispado de Goiás, em 1827, que compreendia a província de Goiás e do Triângulo Mineiro. Os quatro primeiros bispos designados para Goiás aqui não chegaram. Calcula Frei Germano que os mesmos devem ter morrido no caminho, pois o quinto que chegou, cego, escreveu no limiar da catedral, em uma cruz, as seguintes palavras: “o quinto não matará”.²

2 — D. Francisco Ferreira de Azevedo — o “Bispo Cego” — nascido em Salvador — Bahia, a 15 de janeiro de 1766. Exerceu o seu bispado em Goiás completamente cego, no período de 21 de outubro de 1824 até sua morte, em 12 de agosto de 1854. Era tio-bisavô de Francisco Ferreira dos Santos Azevedo — o Ferreirão — notável historiador goiano.

Victor de Carvalho Ramos, recentemente falecido, em seu livro **Literatura Goiana: Esbôço Histórico**, afirma que não contando os 10.652 escravos, a população da Província de Goiás, em 1875, somava 160.656 habitantes, dos quais 22.656 sabiam ler e escrever. Isso nos mostra que há cem anos atrás Goiás possuía mais de 127 mil analfabetos, o que demonstra o desinteresse dos estadistas do Império para com o desenvolvimento cultural de nossa gente.

Segundo Frei Germano, em 1846 as escolas primárias da Província eram frequentadas por 1.137 meninos e 129 meninas. Existiam, naquele ano, somente 3 professores de latim, para 67 alunos. Em 1818, época da visita do naturalista francês Saint-Hilaire havia, na Província, apenas um professor de gramática latina em Meia-Ponte, outro em Vila-Boa, e um mestre-escola em cada uma das vilas principais.

OS DOMINICANOS NO BRASIL

A Ordem de São Domingos somente se instalou no Brasil no ano de 1723, isso depois de aqui prosperarem os Franciscanos, os Beneditinos e os Carmelitas. Foi na Bahia, então Capital do Brasil, quando lá esteve Frei Gabriel Batista, dominicano português, vindo das Índias. Recebendo plenos poderes do Provincial, Frei Gabriel conseguiu fundar a Ordem Terceira de São Domingos, a 30 de outubro de 1723, reunindo-se no Mosteiro de São Bento, com a presença do Vice-Rei Vasco Fernandes Cesar de Menezes, Conde de Sabugosa, que recebeu o hábito da Ordem, bem como outras presonagens destacadas da Capital. Elegeu-se prior o cidadão Afonso Rodrigues Bernardo Sampaio, sucedido mais tarde por Manuel Antunes de Lima, reeleito prior doze vezes consecutivas.

A Ordem prosperava no Brasil. Os padres pregadores dispersavam-se pelas regiões mais longínquas. E assim vamos encontrar, em Belém do Pará, em 1749, a figura de Frei Miguel de Bulhões, que dirigiu a diocese local durante dez anos. Em 1780, na cidade de Mariana, encontraremos Frei Domingos da Encarnação Pontevel, "que grangeou reputação de Santo". Professor de Filosofia e Teologia, Frei Domingos sagrou-se Bispo de Mariana, em 18 de abril de 1779, na igreja dos Franciscanos das Convalescenças, palco da Inconfidência Mineira. Morreu em Vila Rica, em 1793.

Outro filho de São Domingos, Frei Tomaz de Noronha, que foi bispo de Cochim, na Índia, ocupou a cadeira episcopal de Pernambuco, em 1825.

OS DOMINICANOS EM GOIÁS

Sobre a presença dos dominicanos em Goiás, Frei Germano dá ênfase ao trabalho do padre lazarista Cláudio Gonçalves Ponce de Leão, professor no Seminário do Rio de Janeiro que, após sagrar-se bispo de Goiás, “imaginou concretizar, imediatamente, em sua diocese, a fundação da casa pominicana”. E para tanto, conseguiu a vinda, para Goiás, dos padres Raimundo Madré, Lázaro Melizan e Gabriel Môle.

“O Padre Madré, chefe da pequena expedição, era de origem basca. Tinha a força e o brio de quem não se abate. Como zuavo pontifical participou da defesa dos Estados pontificiais em 1869 e da guerra franco-prussiana, em 1870, ingressando, posteriormente, na Ordem. Exercia a dupla função de cantor conventual e sub-diretor dos noviços quando os superiores resolveram enviá-lo ao Brasil. Jovem, ativo, empreendedor, de circunspeção um tanto solene, falando com segurança, ia ele, na qualidade de superior, dar o impulso necessário aos começos sempre difíceis.³

O padre Lázaro Melizan, doutor em medicina e munido de poderes concedidos pela Santa Sé para exercê-la, era, além disso, muito bom organista.

Quanto a frei Gabriel, originário do Departamento de Ariège (França), era igualmente forte de natureza e iria, durante longos anos, prestar à missão preciosos serviços”.

Desembarcando no Rio de Janeiro, os padres hospedaram-se no Seminário dos Padres Lazaristas, onde ficaram vários dias “vestidos de sataina negra, por prudência, em vez do hábito branco dos dominicanos, como dissimulação para não despertarem os espíritos superexcitados da franco-maçoneria”. Receberam ordem de seguirem imediatamente para Uberaba, então diocese de Goiás, onde ficariam o padre Mèlizan e o frei Gabriel, seguindo padre Madré para Goiás, a fim de avistar-se com Dom Cláudio José, bispo da diocese. No dia 20 de Janeiro de 1822, parte Padre Madré de Uberaba em direção a Goiás, numa distância de 660 quilômetros, percorrida a cavalo em 20 dias. “Era a estação chuvosa e tinha de atravessar grandes rios, o Paranaíba, o Corumbá, o Meia-Ponte e o dos Bois, além de numerosos pequenos cursos d’água, que se transformaram rapidamente em torrentes impetuosas”.

3 — Grande orador, um dos fundadores da Ordem dos Dominicanos em Goiás. Deixando Goiás em 1891 — Morreu em Balona — —França — aos 22 de Janeiro de 1910, com todas as honras da Igreja.

Depois de passar pelos povoados de Santa Maria, Monte Alegre, Santa Rita (Itumbiara), Morrinhos, Alemão (Palmeiras) e Anicuns, padre Madré chegou ao povoado de Areias, distante 10 quilômetros da Cidade de Goiás.

“A partir de Areias o aspecto da paisagem muda. Deixando à esquerda a pitoresca Serra Dourada, cujos rochedos desnudos, semelhantes aos de Sainte Baune, se vestem de púrpura e de ouro sob os raios do sol poente, tem-se diante de si, bem ao fundo, os picos numerosos, os cumes ásperos e solitários da Canastra, que se vão perder na linha azul do horizonte. O panorama é vasto e grandioso, mas de beleza um tanto severa. Logo que se atinge o alto que domina a cidade, fica-se agradavelmente impressionado com a vista deste conjunto de casas brancas, que emergem ao meio de bosquetes de palmeiras e laranjeiras”.

A sensibilidade de Frei Germano ao descrever a paisagem que vai de Areias à Cidade de Goiás é qualquer coisa de notável. Na verdade, quem conhece a região se deslumbra facilmente com a beleza da paisagem e o impacto de encontrar a cidade, fundada por Bartolomeu Bueno, acorçada humildemente aos pés do morro do Cantagalo, tendo como guardiã a Serra Dourada.

Chegando a Goiás, padre Madré foi recebido por Dom Cláudio, ficando decidido que se fundaria, em primeiro lugar, uma casa em Uberaba e, posteriormente, outra em Goiás, o que não demorou muito, pois em 15 de setembro de 1882, lia-se a seguinte proclamação:

“Nós, Cláudio José ... desejando promover cada vez mais o bem espiritual das almas que nos são confiadas, declaramos e reconhecemos como regularmente fundada na Cidade de Goiás, sob o título de São Tomaz de Aquino, uma Missão de Frades Pregadores, da Província de Tolosa, assim como estabelecidos em Convento os Frades designados a habitá-lo. Nós o aceitamos de bom grado, com todos os direitos e privilégios concedidos ou a serem concedidos pela Santa Sé Apostólica aos conventos da mesma Ordem. Dado em Goiás, aos 15 de setembro de 1882. “Cláudio José, Bispo de Goiás”.

Fundada a Missão, os frades iniciaram imediatamente os trabalhos de instalação e pregação religiosa. Suas primeiras manifestações foram recebidas com certo ceticismo e indiferença por parte da população, que via naqueles homens de túnica branca e língua estrangeira, uma intromissão nos hábi-

tos e costumes da cidade. Essa indiferença durou pouco, pois a simpatia e a sensibilidade dos dominicanos para com a gente da cidade superaram os antagonismos. Grande já era a legião de pessoas que os procuravam nos confessionários e assistiam à missa, colaboravam, queriam estar presentes nas obras comunitárias, valorizando assim os trabalhos dos frades, que atingiam as localidades mais distantes.

A euforia da população se manifestava todas as vezes que os padres iniciavam as Missões. A notícia se espalhava rapidamente. "Os homens iam às cidades comprar vestidos decentes para a família. As mulheres faziam doces, quitandas e outras matulas para o caminho, juntavam-se os bois de carro e, quando era chegada a hora, o carro se enchia de mulheres, crianças e velhos, pelo menos vinte pessoas em cada um. De uma só fazenda não era raro verem-se partir dois, três ou quatro carros, puxados por uma dezena de juntas de bois. Como último preparativo, cobria-se cada carro com uma tolda de palha, para proteger os passageiros dos raios de sol durante o dia, do sereno durante a noite. Por fim, dado o sinal, um menino, munido de uma vara de ferrão, punha-se à testa dos bois de cada carro, e o veículo avançava pesadamente, dando ao seu eixo maciço um som estridente, contínuo. Os homens, a pé ou a cavalo, vão de um lado a outro do carro, prontos a virem em socorro, toda as vezes que o veículo parecia virar-se, as gentes de dentro, em confusão, se apressam a sair um a um, e depois os homens, unindo seus esforços, o repõem em terreno menos desigual.

Chegados ao lugar da missão, cada carro vem colocar-se no alinhamento dos outros, de maneira a formar-se uma longa rua".

A beleza deste texto evoca toda a poesia do grande sertão goiano, com o carro de boi se arrastando lentamente pelas estradas, num gemido dolente, doído. Uma cena tão viva, tão eloquente, num passado tão próximo e tão distante. E Frei Germano a descreveu em minúcias. Quem não se lembra da festa da Trindade nos idos de 30 a 40, com os carros de bois se enfileirando pelos arredores da cidade, depois de rodarem dias ou meses pelas estradas, apinhados deromeiros que iam pagar votos ao Divino Pai Eterno?

Inquietos, renovando, criando, os dominicanos eram vistos constantemente espalhados pelo vasto território goiano. Suas aventuras, suas ações piedosas em defesa da gente pobre e desassistida, marcavam cada vez mais o conceito da

Ordem. Narrando essas aventuras Frei Germano evoca a triste história do Padre José Artigue “que se distinguiu pela brandura de caráter, qualidade pouco comum, e por seus talentos de pregador”. Com 51 anos de idade, Pe. Artigue se destacava como um dos melhores oradores. Falava um português clássico, correto e castiço, exprimindo-se com facilidade, o que causava admiração ao próprio bispo Dom Cláudio e ao Presidente da Província, que iam à igreja especialmente para assistir as suas pregações.

Em companhia do Pe. Wolsthniack, partiu Pe. Artigue em viagem missionária, para as localidades do Barra, Santa Rita, Jurupensem, Leopoldina, São José do Araguaia, Crixás, Pilar e Amaro Leite. E, a caminho de Crixás, ao atravessar a nado o rio do Peixe, Pe. Artigue desapareceu subitamente. Seu corpo, levado pela correnteza, só foi encontrado três dias depois, no fundo de um sorvedouro. Suspeitaram que tinha sido atingido por peixe elétrico, pois Pe. Artigue era exímio nadador. Sua sepultura fora feita a facão, nas margens do rio. Tempo depois Dom Prudêncio trasladou seus ossos para Goiás. A notícia da morte de Pe. Artigue “foi comunicada a Goiás pelo Pe. Wolsthniack, que despachou, dois índios com o bilhete”.

Na epopéia da fundação da Ordem em Porto Imperial (atual Porto Nacional), em 1887, Frei Germano narra a expedição composta dos padres Devoisins, Berthet, Nicollet e Afonso, os quais, enfrentando o período da estação das águas, com os rios transbordando, tiveram que transpor 32 rios, todos sem pontes e sem barcos, “alguns medindo um quarto ou mesmo meia légua de largura”. E ressalta Frei Germano:

“É de rigor, quando se passa a cavalo um rio, marchar em fila, um após outro, sem olhar a água, para evitar tonteiras. Vai à frente um guia experimentado e bom nadador, e em seguida outro camarada para firmar a marcha. Ora aconteceu ao Frei Afonso perder o alinhamento e em uma parte funda, cavaleiro e cavalo mergulharam. Sem hesitar o camarada foi buscá-lo e, nadando, colocou-o novamente no seu posto.

Em cada um desses rios perdia-se tempo considerável para atravessar as bagagens. Quando possível eram passadas sobre os ombros, mas quando não o permitia a profundidade das águas, era preciso improvisar uma embarcação: algumas vezes era a pelota, que nada mais é que um couro de boi estendido sobre as águas e que o camarada, nadando, puxa por meio de uma corda presa aos dentes: outras vezes, quando o

couro já estava muito molhado, após uma ou duas travessias, era a balsa, que consistia em algumas toras de madeira leve, amarradas umas às outras, lado a lado, e que o camarada impele para a frente, nadando.

Depois das bagagens passam-se os animais. Joga-se à água o mais ousado, e, à força de gritos, ameaças e chicotadas, são os outros obrigados a seguir”.

Outra aventura inesquecível na obra de Frei Germano é a presença de padre Gil Vilanova, recém-chegado da França e cheio de idealismo. Mal chegado a Goiás, já queria instalar-se no meio dos índios caiapós, e suas andanças pelas regiões dos rios Caiapó e Araguaia passaram a ser uma constante na vida desse sacerdote. Na Cidade de Goiás, munido de poderes para celebrar casamentos sem pregão e sem impedimentos, e em qualquer igreja, Frei Gil relacionou os casais que viviam maritalmente e os convocou afirmando: “É preciso que se casem! — Não? Então é preciso que se separem”. Sua campanha surtiu efeito, pois num só dia, na primeira missa do Rosário, fez sete casamentos. No entanto, quando passava nas ruas o povo gracejava: “Ou casa, ou larga”.

O número de casais que viviam “**ajuntados**” em Goiás chegou a assustar o sábio naturalista francês Auguste de Saint Hilaire, que nos visitou no ano de 1818. Em seu livro **Viagem às Nascentes do Rio São Francisco e Pela Província de Goiás**, referindo à nossa antiga Capital, afirma:

“Em parte alguma, talvez, haja tão pouca gente casada como nessa cidade. Até o mais íntimo operário não há ninguém que não tenha uma amante; mantêm-na na própria casa, criam juntos a si os filhos nascidos dessas uniões ilegítimas, da qual se envergonham tão pouco como de um laço sagrado, e se, por acaso, alguém contrai matrimônio, torna-se logo objeto de mofa. Esse relaxamento de costume data do tempo em que a região foi descoberta...; a libertinagem tornou-se um hábito, e o povo é constantemente estimulado a entregar-se a ela pelo exemplo dos que o governam... Entre os capitães-generais que governaram a província de Goiás até 1820, não houve um único que fosse casado, e todos tiveram amantes com as quais viviam publicamente. A chegada de um general em Vila-Boa espalhava o temor entre os homens e punha em alvoroço a ambição das mulheres. Já se sabia que o capitão em breve escolheria u’a amante, e, até que ele se lançasse à luta, cada qual tremia pela sua”.

É claro que esse péssimo costume de união ilegítima, iniciado com os primeiros povoadores, perdurou por muito tempo em Goiás. Saint-Hilaire o detectou em 1818, e já no final do século 19, Frei Gil tentava corrigir o mal, com o seu "casa, ou larga".

No dia 1º de fevereiro de 1890, circulou em Goiás o primeiro número da revista "A CRUZ", semanal, que durou um ano. Seu fundador e principal redator: Frei Gil!

Outro fato destacado por Frei Germano é a chegada, a Goiás, das irmãs, em 1889. E afirma:

"O 5 de setembro foi de festas em Goiás. As irmãs, ao chegarem, foram conduzidas à igreja da Boa Morte, que servia de catedral. A Irmã Otávia era a superiora. D. Cláudio pregou, proclamando o motivo pelo qual tinha promovido a vinda da religiosa. Esse motivo era o de ensinar ao povo a virtude que se dizia impossível: a castidade. Vendo-a praticada, ela seria acreditada e imitada".

D. Cláudio, o dinâmico bispo que havia criado a Ordem dos Padres Pregadores em Goiás, publicou, no dia 5 de julho de 1891, em pastoral, sua transferência para o bispado de São Pedro do Rio Grande do Sul. O semanário "A CRUZ", dedicado inteiramente ao "Anjo da Igreja de Goiás", apresentou-lhe os adeuses. Dom Joaquim Arco Verde foi designado seu substituto. ⁴

Antes de partir para o sul, Dom Cláudio, "desejando reagir contra a corrente profana do "Gabinete Literário Goiano", então em formação, fez-lhe doação de certo número de bons livros. Infelizmente essas obras, na maior parte, conservaram-se em muito bom estado, sinal evidente de que os leitores davam preferência a outras..."

Nos capítulos finais de seu livro, Frei Germano fala sobre a famosa Procissão das Virgens, da Cidade de Goiás, em que meninos e meninas, todos vestidos de branco, véu e coroa, levando estandartes e a bandeira do grupo do Rosário, desfilavam pelas ruas, precedendo o andor de Nossa Senhora do Rosário; evoca com entusiasmo o famoso "pasto dos frades", feliz iniciativa de Frei João, seguida depois com entu-

4 — Segredo em Roma bispo de Goiás, a 1º de novembro de 1890, D. Joaquim Arco Verde recusou-se a tomar posse de seu bispado. Indicou, entretanto, ao Papa, um padre brasileiro, doutor em Teologia, cônego no Rio de Janeiro, D. Eduardo Duarte Silva, que foi aceito e sagrado em Roma a 8 de fevereiro de 1891, tomando posse de sua diocese em 29 de outubro do mesmo ano.

siasmo por várias pessoas. Até então, todos os viajantes que chegavam à cidade, levavam seus animais em distância superior a 6 quilômetros, para a pastagem. Quando iam buscá-los, geralmente não mais os encontravam. Os padres adquiriram um terreno de mato nas imediações da cidade. “Todo o bosque foi abatido, e com a madeira se proveu de lenha por muito tempo o convento. Frei João, que tinha a seu cargo esse terreno, percorreu-o todo, procurando nos seus desfiladeiros a melhor forragem, para plantá-la na chácara”. Dentro de pouco tempo o “pasto dos frades”, com suas pastagens vistosas, passou a render benefícios econômicos. Sobre Frei João, que tinha o fogo em um forno, que construía por cima do ninho página de Frei Germano sobre sua luta para acabar de vez com as formigas cabeçudas que ameaçavam as parreiras do convento. “Fez ele próprio um grande fole, com o qual entretinha o fogo em um forno, que construía por cima do ninho principal das formigas. Primeiramente enchia o forno de tudo que cheirava mal ao queimar-se: enxofre, chifres de boi, ossos, cabelos, trapos. Nisso tudo metia fogo com petróleo, e depois fechava hermeticamente, com uma lage de pedra. O fole mantinha o fogo durante o período de duas horas, impelindo com força a fumaça nas cavernas das formigas e todas as suas ramificações. Durante todo esse tempo o Irmão vigiava, e onde quer que via sair fumaça, corria e depressa tapava a saída com barro preparado de antemão. Fez a mesma coisa em toda a vizinhança. Foi de casa em casa, soprando fumo em todos os lugares onde descobria formigas. Apesar disso tudo, ainda havia formigas! Onde vinham? — Da margem do rio: por baixo das casas vinham atacar a vinha. Sem respeito humano o Irmão foi surpreendê-las no seu último reduto. E acabara-se para sempre”. Por último, o capítulo histórico sobre a inauguração do telégrafo em Goiás, no ano de 1892. Por essa época o correio chegava de cinco em cinco dias, se não houvesse revoluções políticas. É fato narrado em Goiás que um Presidente da Província permaneceu no posto por muitos meses, embora já estivesse demitido pelo Imperador. De propósito ele fez atrasar o correio, sem que ninguém dissesse suspeitasse. Daí a importância da inauguração do telégrafo em Goiás.

Não resta dúvida de que o livro de Frei Germano, publicado agora pelo Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, é peça valiosa para aqueles que buscam subsídios para escrever a grande história de Goiás. E ninguém, afirmo, pode escrever essa história esquecendo-se dos

dominicanos. Foram eles os impulsionadores do progresso, os que modificaram os nossos costumes, pregaram a religião, a moral, a ética. Padre Madré, Frei Mèlizan, Artigue, Gabriel, Afonso, Germano, Lacoste, Antonino, Ângelo Wolsthniack, Damien, Colchen, Callais, Nicollet, Gil e o grande bispo Dom Cláudio, podem não ser conhecidos hoje, talvez nem exista em nenhum município goiano uma rua sequer homenageando-os, ou coisa assim. Não tem importância, eles foram os apóstolos do anonimato. E eu os vejo, agora, "pela minha porta, pela minha rua, pela minha ponte", e pela minha mente, pregando, gesticulando, andando apressadamente pelos campos e gerais, traspondo rios e matas, buscando os mais distantes povoados, levando Cristo e pregando o amor.

BIBLIOGRAFIA

LLECH, Frei Germano — **L'Ordre Dominicain à Goyaz** — obra inédita em poder de Frei Simão — Fundação Educacional da Cidade de Goiás.

CÂMARA, Jaime — **Nos Tempos de Frei Germano** — Livraria e Editora Cultura Goiana — Gráficas "O Popular" — Goiânia / 1974.

RAMOS, Victor de Carvalho — **Letras Goianas-Esboço Histórico** — Publicação do Departamento Estadual de Cultura de Goiás / 67.

HILAIRE, Auguste de Saint — **Pelas Nascentes do Rio Tocantins e Pela Província de Goiás** — Cia. Editora Nacional — 2º Tomo / 1944.

A IDADE DO OURO E A PAISAGEM SOCIAL GOIANA

Marivone Matos Chaim

A IDADE DO OURO

O sistema colonial fundamentado na troca de benefícios entre Metrópole-Colônia esteve vigente no Brasil até a Abertura dos Portos, em 1808.

Destarte, o Brasil até o século XVII, produzia pau-brasil, açúcar, fumo, algodão e outros produtos tropicais, que eram exportados por intermédio da Metrópole, importando, da mesma, vinho azeite e produtos manufaturados portugueses ou importados de Portugal.

Ao descobrir-se o ouro no Brasil, nos últimos anos do século XVII¹, tal produto passou imediatamente a ocupar a preferência da economia mundial, devido à mentalidade mercantilista que identificava riqueza com posse dos metais preciosos.

Assim sendo, no Brasil, as minas auríferas constituíam uma espécie de colônia dentro da colônia dentro da colônia, um território dependente economicamente dos produtores e dos comerciantes da Bahia, Rio e São Paulo, pois os territórios de mineração deveriam dedicar-se quase exclusivamente à produção de ouro, não desviando esforços na produção de outros bens, que poderiam ser importados das demais capitanias.

Grande área do Brasil, desde os sertões do Maranhão e Piauí até às planícies do Rio Grande do Sul, sofreu uma agitação comercial até então desconhecida. Todos os centros produtores dessa área aumentaram sua capacidade produtiva para abastecer as regiões mineratórias.

Pela primeira vez no Brasil apareceu intenso comércio interno de artigos de subsistência. A circulação dos gêneros, obrigou a abertura de vias de penetração no sertão, e a criação de um sistema de transportes baseados no mar Foi

no oitocentismo, em função do abastecimento das minas, que surgiram os mais importantes caminhos do Brasil colonial².

O consumo das regiões mineratórias provocou o aumento das áreas de cultura, a multiplicidade dos rebanhos de gado bovino, suíno e mular, bem como o desenvolvimento das manufaturas.

Incrementou-se a importação, pelo aparecimento de um mercado consumidor de alto poder aquisitivo, refletindo tal desenvolvimento no progresso das cidades portuárias que serviam de entreposto para as regiões das minas.

O desenvolvimento do comércio determinou o crescimento da população brasileira, pois o ouro atraindo contingente humano para exploração das jazidas, por sua vez, esses povoadores atraíram outros emigrantes que vieram, apenas, para exercer as atividades mercantis conseqüentes das aglomerações mineiras.

O Ciclo do Ouro no século XVIII apresentou para a economia brasileira vantagens em relação à do XVII, e ao ciclo do açúcar. O ouro não constituía produto que se desvalorizava facilmente no mercado internacional, como o açúcar.

A economia mineira abriu um novo ciclo migratório europeu totalmente novo para a colônia, pois oferecia possibilidades a pessoas de recursos limitados, devido ao fato de não serem exploradas grandes minas, como ocorria com a prata do Peru e México³.

Se o minerador dispunha de grandes recursos, organizava a lavra com maior número de escravos; se possuía poucos recursos, sua empresa era limitada a um número menor de braço escravo, e, se não possuía nenhum capital, trabalhava como fiscador, e em pouco tempo poderia chegar à posição de empresário.

Sendo a base da economia mineira tal qual a açucareira, o trabalho escravo, ambas se diferenciavam no tocante à organização geral. A maneira como se organizou o trabalho permitiu que o escravo tivesse maior iniciativa e que circulasse num meio social mais complexo. Muitos escravos chegaram mesmo a trabalhar por conta própria.

Quanto ao homem livre na economia mineratória possuía maiores possibilidades de alcançar expressão social, tal não ocorrendo no nordeste açucareiro com exceção dos senhores de engenho.

A Idade do Ouro provocou fortes correntes de intercâmbio e o surgimento de importantes núcleos de povoamento lon-

ge da costa, permitindo, portanto, a conquista do interior, e criando novos e numerosos mercados para toda a qualidade de gêneros⁴. Quanto aos processos de extração do ouro, em Minas Gerais, foram se tornando com o tempo, mais e mais complexos, desde a colheita do minério em simples pratos de estanho até a construção de canoas, mundéus, emprego de máquinas hidráulicas, escavamento de galerias e poços, desvio do leito dos rios e outros⁵.

Quanto mais complicados e difíceis eram os processos de extração do metal, mais se sedentarizavam os mineradores, estabelecendo arraiais de caráter permanente, com construções sólidas, feitas para desafiarem os anos⁶.

Na região goiana, os processos de extração foram feitos segundo técnicas rudimentares, e em "técnica mineira Goiás se encontrava bastante aquém das Minas Gerais"⁷.

Distinguiam-se dois tipos fundamentais de lavras: "mineração de cascalho" e "mineração de morro". A mineração de cascalho, mais simples, consistia na extração do ouro de aluvião depositado nas correntes de água. Quanto à mineração de morro, requerendo maiores conhecimentos técnicos, visava a extração do ouro que Eschewege chama "rocha matriz". Duas eram suas modalidades: **mineração de mina** e **talho aberto**. A mineração de mina, com a perfuração da montanha através de longas galerias, foi bastante praticado em Minas Gerais mas, em Goiás, apenas foram encontradas como esboços rudimentares algumas catas mais ou menos organizadas. Quanto ao talho aberto, consistia em cortar perpendicularmente a montanha, para facilitar a exploração dos veios. Foram encontradas referências a este tipo de mineração em Cocal e Natividade⁸.

A produção de ouro estava sujeita a um velho imposto — o quinto — ou imposto sobre a quinta parte da produção. Tal modalidade de pagamento vigorou em Goiás até 1735, quando foi instituído o imposto da capitação, ou seja, uma taxa fixa por escravo possuído, independente de sua ocupação ou rendimento. O Conde de Sarzedas em carta ao Rei, em 15 de setembro de 1735, assim se refere ao assunto⁹:

"Por carta de recentemente recebi do Governador das Minas Gerais, Gomes Freire de Andrade (...) me avizão haverse feito o ajuste da capitação das bateãs na forma do termo de que remetto a cópia tirada da mesma, que me enviarão com a carta firmada da Real mão de V. Magestade de 22 de mar-

ço de 1734, que vai inclusa, para em cumprimento de hua e outra couza **fazer praticar a mesma capitação nas Minas desse continente q nas geraes (...)** me resolvi nesta distância a expedir as ordens necessárias e conducentes para se fazer praticavel a estabilidade desta nova forma de arrecadação dos Reais quintos, criando de novo para ella em cada Rua das repartições das Minas desta Cappitania, os Intendentes, e officiais aproporsão do Paiz. (...) que regulando-se pelo ajuste feito nas Minas Gerais, a **proporsão de oitava e meya de jornal por batea em cada hua semana, lançasse esta contribuição com o excesso ou diminuição que prudentemente julgasse a bem da utilidade da Real Fazenda (...)**” (nosso grifo).

Quando iniciou tal imposto, o mineiro pagaria, anualmente, 17 gramas de ouro por escravo que possuísse. No apogeu da exploração aurífera, a Coroa percebia, então, mais de 113 arrobas, anualmente¹⁰.

Em Goiás, no período do apogeu do ouro, que corresponde a 1726 — 1735, as jazidas permitiram um rendimento por escravo extraordinariamente alto, até de uma oitava ou mais por dia. No período 1736 - 1751 — a taxa escravo ouro talvez pudesse ser calculada para todo o período em oitava e meia ou pouco mais por semana¹¹. Esta modalidade de cobrança do quinto, esteve oficialmente em vigor até 1750, época de sua abolição, em consequência das reclamações dos mineiros que a consideravam injusta, levando em conta os diferentes tipos de lavras, umas muito ricas, e outras esgotadas, mal dando para pagar o custo do escravo.

O alvará de 3 de dezembro de 1750¹², aboliu a **Capitação**, vigorando novamente o sistema tributário dos **quintos**, pagos nas Casas de Fundição. Ficou estipulada a quantia de cem arrobas de ouro, —

“que os sobreditos Povos das Minas Gerais se obrigarão a segurar annualmente à minha Fazenda, tomando sobre si o encargo de que não chegando o producto dos Quintos a completar as mesmas cem arrobas, as completarão elles Povos por via de derrama; e excedendo os mesmos Quintos aquella importância, cederia o acrescimo em beneficio do meu Real Erário, (...) estabeleço que naquelles casos, em que no fim do anno ao fazer da conta se, acha-

rem accrescimos que excedão as ditas cem arrobas, ficarão esses accrescimos no Cofre da Intendência onde se fizer a computação até o fim do anno, que proximamente se seguir; para que havendo nelle diminuição nos Quintos, se da referida Quota, antes pelos sobejos do anno próximo precedente, do que pela derrama sobre os moradores..."¹³.

Na Capitania de Goiás, a lei foi recebida pelo Capitão General D. Marcos de Noronha que, em correspondência com a Corte em abril de 1751, informou que tal método entraria em execução tão logo começasse a funcionar a Casa de Fundição¹⁴. Logo após, informou a Diogo de Mendonça Corte Real¹⁵ que, devido a grande distância desta capitania ao litoral, não foi possível imediatamente a vinda de materiais e mão de obra específica para a construção da Casa de Fundição da Comarca, e

"(...) que entrace a ter o seu valor no mesmo tempo em q principiaram as das Minnas Geraes, e algumas outras dos mais Governos desta América (...). Para que estes Povos podem livremente continuar o seu Comércio, sem que fiquem expostos as pessoas da Ley de 3 de Dezembro de 1750, mandey declarar pelo Bando de 19 de julho de 1751 que remeto a folha, que a cobrança dos quintos neste Governo, se havia continuar até ao último dia do mez de Dezembro do mesmo anno, pelo método da Capitação e senço, de que até aquelle tempo se estava uzando, ficando por este princípio correndo tão bem no Comércio livremente ouro em pó (...)" (nosso grifo)¹⁶.

Como podemos observar, o sistema de Capitação em Goiás vigorou até 31 de dezembro de 1751, quando, no dia seguinte, iniciou o funcionamento da Casa de Fundição de Vila Boa.

Destarte aos habitantes dos arraiais situados ao norte da capitania, em consequência da localização muito distante de Vila Boa, foi-lhes permitido, até fins de janeiro de 1752, apresentarem o ouro em pó a ser reduzido em barras¹⁷. Tais barras eram devolvidas ao proprietário com um carimbo e uma guia para serem exportadas, pois o ouro em pó, usado nas trocas comerciais, só era liberado no âmbito da capitania¹⁸.

Funcionando a Casa de Fundição de Vila Boa, esta atendida inicialmente a produção de toda a capitania, tornando-se inconveniente para os habitantes do norte,, pois:

“os Arraiais que estão ao Norte desta Vila ficam distante della cento e oitenta e cento e cinquena legoas, e terão aquelles moradores hum grande incomodo, sendo obrigados para fundirem e quintarem o ouro que tiverem extrahido dos seus serviços, fazerem huas tão largas viagens exposto aos perigos do caminho em que ordinariamente anda, sempre grande quantidade de gentio brabo, alem dos caudalosos rios que ha naquela campanha que no tempo do inverno embaração grandemente aos viandantes”¹⁹.

Verdade é que lhes restava o recurso de enviarem seu ouro à casa de fundição através da Intendência com os soldados portadores dos quintos. Tal expediente, além de caro, consumia, na melhor das hipóteses quase um ano inteiro, demasiado tempo para quem vivia na dependência do ouro, como era o caso dos mineiros²⁰. Ao lado de tais prejuizos para os habitantes da capitania, havia o aspecto do contrabando, altamente prejudicial aos cofres reais²¹. Diante de tais dificuldades, o Capitão General, em correspondência, insistia na construção de uma Casa de Fundição no Tocantins, no arraial de Félix ou Trairas,

“para que os moradores das Povoações, que ficão ao Norte, não tenham tão grande incomodo, e não fação tão largas despesas como as q farão para estas tão largas jornadas, e também para que o comércio que fazem para a cidade da Bahia e Pernambuco, não venha experimentar decadencia”²².

Pensou-se também em instalá-la no arraial de Natividade,

“que hoje o mais populoso, se estabeleça outra caza, para q com o lavor della, e com a inspecção do Intendente, e mais officiais ser o quinto de S. Magestade mais bem arecadado, e terem os seus vassallos a comodidade que pretendem”²³.

Autorizada a construção, optaram pelo arraial de São Felix,

“distante oitenta léguas desta Vila, e com pouca differença no centro deste Governo, adonde com menos incomodo podem os moradores das povoações

que ficam para a parte do Norte, em todo o tempo, mandar fundir o seu ouro, e como o mesmo Arrayal está decadente, (...) há de vir mayor concurso, convidados os moradores vezinhos do interesse de venderem mantimentos, hão de fazer rossas, e atrahir a sy mayor número de pessoas, e poderá por este modo vir a ficar hum dos arrayais populosos”²⁴.

Funcionando a partir de 1754, no ano seguinte foi registrado seu maior rendimento, totalizando 59.596 oitavas de ouro. Após uma queda brusca nos lucros auferidos anteriormente, que se prolongou até 1780, a produção subiu, atingindo a quarta parte das cifras iniciais, sendo que no final do século, mal atingiu a décima parte dos 50.596 oitavas produzidas em 1755. Em 1796 foi transferida para Cavalcante, na expectativa de recuperação, porém, foi extinta em 1807, antes que desaparecesse por inanição²⁵.

Estipulada a cota fixa, de 100 arrobas anuais pelo Alvará de dezembro de 1750, em Goiás, tal notícia alarmou os mineiros, pois a alternativa do governo português, era a cota fixa voluntariamente aceita, ou os quintos seriam arrematados a particulares, como os outros impostos.

Após muitas reuniões de Juntas para deliberarem sobre o assunto, resolveram oferecer a S. Majestade vinte arrobas de ouro por ano, para um período de três anos, exclusivamente, medida esta que evitaria o flagelo dos contratos²⁶.

A maior liberalidade, como podemos observar pelo exemplo da cota fixa, com que Goiás foi sempre tratado, talvez pudesse explicar-se por se tratar de uma região longínqua, ainda não bem assentada, e na proximidade de uma fronteira ainda por delimitar-se definitivamente²⁷.

cifras:

Quanto à produção aurífera no Brasil durante o século XVIII, Mircea Buesco²⁸ elaborou um quadro com as seguintes

PRODUÇÃO MÉDIA ANUAL DE OURO (Quilos por ouro)

Período	Minas	Mato Grosso	Goiás	Resto do Brasil	Total
1700-1718	4.500	—	—	—	4.500
1719-1724	4.500	1.200	—	721	6.421
1725-1735	8.864	1.200	1.500	721	12.285
1736-1751	11.250	1.200	1.500	721	14.671
1761-1770	7.500	1.200	1.500	721	10.921

Quanto à capitania de Goiás, embora as cifras anteriores registrem de 1725 até 1770 uma produção anual de 1.500 kg, Luiz Palacim²⁹ nos fornece os seguintes dados para os diferentes períodos: (ver Tabela I).

TABELA I

Períodos	Produção
1726-1735	15.000 kg
1736-1751	50.000 kg
1752-1778	40.000 kg
1779-1822	

IMPOSTO PAGO À FAZENDA REAL

TABELA II

Anos	Capitação	Quinto
1736	60.712 oitavas	————
1750	97.427 oitavas	————
1778	————	225 kg
1779	————	52.011 oitavas
1789	————	33.082 oitavas
1800	————	90 kg
1812	————	10.033 oitavas
		37,5 kg
1822	————	— 15kg

Na capitania goiana, a década dos cinquenta marcou o ponto mais alto da produção aurífera — 1753 — ano máximo do quinto, 169.009 oitavas (30), que correspondem a 59.167 kg. A partir de 1778, a decadência da mineração se processou inexoravelmente. Das quinze arrobas em 1778, o quinto caiu para menos de uma arroba em 1820, como podemos observar na tabela II. Em 1779, pela primeira vez, o quinto não chegou nem às quinze arrobas. Em 1812, duas arrobas e meia. Outra década e, às vésperas da Independência, o quinto não chegou nem a uma arroba³¹. Nesse processo de empobrecimento, passou-se da atividade mineradora organizada, que eram as lavras, para o garimpo, de ação individual. Em 1819, quando Pohl percorreu a capitania, não encontrou senão alguns falsadores³².

A PAISAGEM SOCIAL GOIANA

Lançando o grito da descoberta do ouro em fins do século XVII, desencadeou-se para as regiões centrais brasileiras,

uma torrente imigratória que tem poucos paralelos na história da humanidade.

Caudais humanos procuraram a região mineratória, procedentes das mais diferentes direções.

O vilarejo de Piratininga despojou-se da nata do seu potencial humano. Os elementos mais vigorosos e ativos emigraram. "Transformou-se numa cidade fantasma, de janelas e portas fechadas, ruas desertas" ³³. O mesmo aconteceu em Taubaté, Jacareí, Mogi das Cruzes, Jundiá, Santos e demais vilas vicentinas.

Em sentido contrário, outra corrente povoadora veio ter às regiões mineratórias. Impelidos pela ambição, milhares de pessoas abandonaram a velha região de cana de açúcar e dos engenhos, indo disputar um lugar nas lavras auríferas. Por todo o Brasil, ecoou a notícia da descoberta do ouro, e em toda a parte, o sistema demográfico sofreu profundas convulsões, em virtude da corrida para as minas.

A sêde insaciável do ouro estimulou tantos a deixarem suas terras, que dificilmente se poderá calcular o número das pessoas que para ali foram ³⁴.

"Contudo os que assistiram nelas nestes últimos anos por largo tempo, e as correram todas, dizem, que mais de trinta mil almas se ocupam, umas em catar, outras em mandar catar nos ribeiros do ouro; e outras em negociar, vendendo e comprando o que se há mister não só para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos do mar.

Cada ano vêm nas frotas quantidades de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoa, homens e mulheres, moças e velhos, pobres e ricos, nobres e pebleus, seculares, clérigos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa" ³⁵.

A princípio, o governo luso viu com bons olhos esse "rush" delirante. As autoridades governamentais se preocuparam em abrir novas vias de comunicação com as gerais, tomaram providências no sentido de facilitar a passagem dos rios; ordenaram o plantio de roças nos caminhos que conduzem às minas; determinaram o estabelecimento de estalagens, enfim, procuraram criar uma situação de comodidade, convida-

tiva a quem desejasse povoar as lavras auríferas. Retrato de tal política é a Carta Régia de 27 de maio de 1703 na qual o soberano ordenou aos seus prepostos que, na passagem dos rios conduzentes às lavras, houvesse barcas para os passageiros e mantimentos necessários ao sustento dos viandantes na jornada ³⁶.

A preocupação de facilitar o acesso às minas e de incrementar o povoamento da região mineratória não era desinteressada. Visava apenas a aumentar a produção do ouro e, com isso, auferir mais quintos. Era uma política fiscal e não social.

Entretanto, dentro em pouco, aquele “rush” em direção às regiões auríferas se transformara em calamidade pública, pois surgira o perigo de despovoamento do Reino, e também as cidades litorâneas. Seus habitantes emigrando para a primeira região mineratória — “as Gerais” — ficaram estas quase desertas e mesmo indefesas, porque até os soldados desertaram para além Mantiqueira. As minas que haviam sido acolhidas como uma benção do céu, depois de séculos de buscas ansiosas, começaram a ser olhadas como causadoras de infortúnios e fontes de malefícios.

Desde que a situação de alarma se evidenciou, o Governo Metropolitano ensaiou uma política diametralmente oposta à que até então se usara. Fomentara-se, facilitara-se e animara-se o povoamento das Gerais. Porém, logo que se percebeu na Corte o perigo do despovoamento do Reino e o acúmulo de brancos no Brasil, e também se notaram os males do descalabro dos engenhos, e a ruína das lavouras brasileiras, sobrevieram as restrições à emigração para as minas.

As principais proibições datam de 26 de novembro de 1709 e 19 de fevereiro de 1711. Dificultou-se de toda forma a vinda de portugueses e, aqui, nas cidades do litoral, procurava-se impedir a passagem para as minas, exigindo-se passaportes, licenças e ordens especiais para os que quisessem fazê-lo ³⁷. As leis restritivas eram burladas, desobedecidas, ignoradas. Era impossível atalhar o fluxo de gente que corria para as lavras auríferas. Prova evidente de que as leis restritivas da emigração para as minas não foram cumpridas, e de que a população das gerais continuou em aumento vertiginoso, temos na representação do Conselho Ultramarino de 1732, em parte reproduzido:

“A fama d’estas mesmas riquezas convida os vassallos do reino a se passarem para o Brasil a pro-

cural-as; e ainda que por uma lei se quiz dar providencia a esta deserção, por mil modos se vê frustado o effeito d'ella, e passam para aquele Estado muitas pessoas, assim do reino como das ilhas (...) por este modo se despovoará o reino e em poucos anos virá a ter o Brasil tantos vassallos brancos como tem o mesmo reino; e bem se deixa vêr que, posto em uma balança o Brasil, e na outra o reino, há de pesar com grande excesso mais aquella que esta, e assim a maior parte e a mais rica não soffrerá ser dominada pela maior e mais pobre" ... 38.

Quanto às minas da região goiana, foram encontradas por paulistas, impelidos para a região pela derrota sofrida na chamada "Guerras dos Emboabas". Os paulistas haviam descoberto e explorado as riquíssimas jazidas de ouro do Tripuhi, do Ribeirão do Carmo, dos vales dos rios das Velhas, Paraopeba e das Mortes. Foram desapossados e expulsos das mesmas pelos reinóis, em consequência do extermínio de que foram vítimas no Capão da Traição, em 1709 39.

Expulsos os paulistas das Minas Gerais pelos emboabas, restavam-lhes as minas de Goiás e Cuiabá, tão faladas nos roteiros da época. Rumaram primeiramente para Mato Grosso, embora Goiás lhes ficasse mais perto, pois para aquele dispunham de uma propícia rede fluvial, ligada a S. Paulo.

Goiás esperaria até 1722 o Anhanguera Júnior, em batida infrutuosa que, reiterada quatro anos depois, lograria feliz resultado. O novo descoberto — as minas de Goiás — nem pela extensão, nem pela riqueza podia comparar-se com o de trinta anos antes em Minas, como por um instante parece ter esperado o governo 40.

Em 27 de outubro de 1731, cinco anos após a descoberta do ouro goiano, em correspondência do Vice-Rei para o Governador de Pernambuco, assim se referia:

"as minas de Cuiabá e Goyazes ameaçam decadencia, e o certo é que só as Gerais são seguras, e que se não houera digressões delas teriam avultado muito mais os serviços que se malograram naqueles descobrimentos" 41.

O "rush" para o novo centro aurífero superou de muito as corridas precedentes. Populações as mais heterogêneas em sua estrutura, procedentes de vários recantos da colônia (S. Paulo, Minas, Bahia, Pernambuco, Mato Grosso), afluem aos locais de mineração 42.

As notícias das minas de Goiás desvairaram a colônia inteira.

A sociedade que se aglomera despovoadas, em virtude exatamente da heterogeneidade presente em sua composição, está sempre a engalfinhar-se em disputas sangrentas. As desordens assumem dimensões de acontecimentos rotineiros, invertendo completamente a vida daquela gente. A paz e a ordem transformam-se em execuções⁴³.

Aliás, são características das sociedades que se organizam nas regiões mineradoras, a **intranquilidade** conseqüente dos choques que se verificam entre os grupos que disputam os veios, e a **mobilidade** resultante dos descobrimentos continuados que exigem os vaivéns dos grupos de trabalho e da exaustão a que descem os filões⁴⁴. Os elementos que integram esses organismos sociais, na generalidade aventureiros, são homens irrequietos, saídos de todas as camadas sociais. Com o passar dos tempos, vencida a indisciplina, estabelecida a ordem política, alterada a atividade econômica dos mineiros, a paisagem social modifica-se, sedentarizando-se. Tal quadro presente na capitania de Goiás, foi também o quadro que apresentaram as Minas Gerais e Mato Grosso, do ciclo colonial da mineração.

Os arraiais surgiam concentrando milhares de indivíduos, e decaíam, despovoando-se logo que perdiam o vigor produtivo. O contingente feminino, nessa fase, não se expressou por algarismos elevados⁴⁵.

Negras e índias é que faziam as vezes de companheiras dos descobridores das minas, possibilitando a formação de uma sociedade mestiça. Baianos, mineiros e paulistas ademais eram, grosso modo, mamelucos. Os reinóis representavam um contingente ponderável, exercendo a atividade mercantil⁴⁶.

“Chegar, trabalhar e regressar a sua patria”⁴⁷ era o fito dos aventureiros, daí os tipos de casas construídas nos arraiais e campos, sem beleza nem comodidade. Uma barraca de pau-a-pique barreada, ou uma casa de paredes de adobo serviam de abrigo aos mineradores.

Enquanto os homens estivessem ligados ao ouro, a população era nômade, sendo as casas construídas e abandonadas tão logo escasseasse o precioso metal⁴⁸.

Apenas com ar de permanência, a capela, ou a igreja, para cuja construção todos contribuíam, autorizando o levantamento de templos de certa imponência como a matriz de

Santana em Vila Boa, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Meia Ponte, a de Nossa Senhora do Pilar, em Pilar. Nenhuma delas, com o significado estético dos templos que se erigiram em Minas Gerais, onde o Aleijadinho deixou a contribuição preciosa de sua criação genial ⁴⁹.

Sem freios, os grupos que viviam nas regiões auríferas nos primórdios do seu desbravamento, assinalaram-se pela violência com que decidiam seus pleitos, pelos surtos epidêmicos que exterminavam grande parte da população, dificuldades estas acrescidas pelos incidentes com as populações indígenas ⁵⁰.

A caracterização da sociedade do Brasil Central, completou-se com a participação dos trabalhadores africanos, importados para o serviço de mineração. Desde as descobertas auríferas, chegaram para as pesadas tarefas da exploração dos veios, e outros misteres exigidos do braço escravo.

No início, falta-nos dados para calcularmos o número destes, mas em meados do século XVIII (1751) eram, aproximadamente, 17.000 ⁵¹. Para o fim do período, o Capitão General Luiz da Cunha Menezes assim se referia ao assunto:

“Também pela somma da coluna dos homens pretos (...) se vê bem que sendo extrahido do seu número e dos de pequena idade, roceiros e mais occupados nos diferentes officios mechanicos como de carpinteiros, serralheiro, não pode ficar no número dos empregados no exercício de minar e tirar o ouro das entranhas da terra onde a natureza o criou, primeiro objecto e baze fundamental d’esta Capitania, mais do que 12.000 pretos pouco mais ou menos” ⁵².

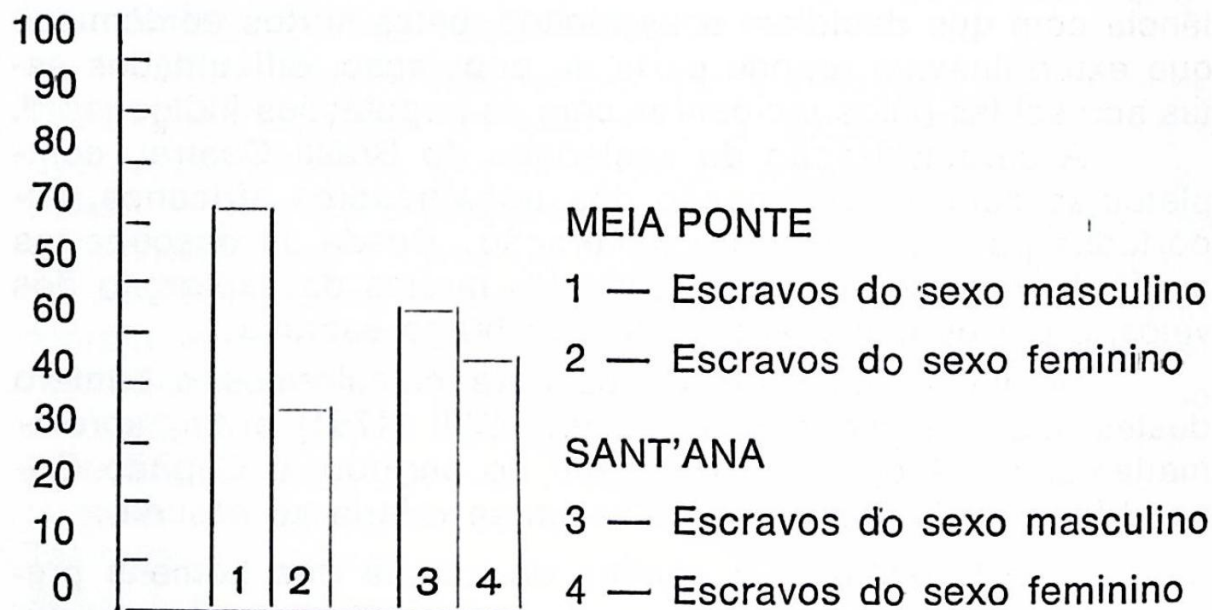
O trabalhador escravo, no período mineratório era, em grande maioria, do sexo masculino. Para uma amostragem do assunto, embora parcial, levantamos elemento servil de ambos os sexos de Meia Ponte e Sant’Ana, arraiais de importância no contexto sócio econômico da capitania. De 153 escravos arrolados em Meia Ponte, (hoje Pirenópolis) constatamos no período compreendido entre 1732-1822 um total de noventa escravos do sexo masculino e sessenta e três do sexo feminino, o que corresponde a porcentagem de 65% e 35%, aproximadamente. Deste elemento servil, 92% (141 escravos) pertenciam ao século XVIII, sendo somente 8% (12 escravos) atribuídos ao século XIX.

Quanto à Sant’Ana (hoje cidade de Goiás), de 266 escravos levantados no período de 1749 a 1822, 57% integraram o sexo masculino (151 escravos) e 43% o sexo feminino (115

escravas). Do mesmo modo que na cidade de Meia Ponte, o maior número do elemento servil pertencia ao século XVIII, correspondendo a uma porcentagem aproximada de 82% (218 escravos) ⁵³.

Demonstra claramente o assunto, o gráfico abaixo:

PARTE DA POPULAÇÃO ESCRAVA DA CAPITANIA DE GOIÁS



Toda a atividade girando em torno das minas de ouro por mais de meio século, o Estado, pelos agentes que expedira para estabelecer ordem e cobrar os impostos e taxas, multiplicara-se em providências visando a evitar o contrabando do ouro. Dentre outras destacam-se:

- Fechamento dos caminhos, mantendo aberto apenas um, onde se fazia severa fiscalização.
- Proibição da navegação do Tocantins, proibição esta que trouxe, como consequência imediata, o truncamento das relações centro-norte, o isolamento das minas, e a decadência e morte de diversas povoações localizadas na zona daquele rio e de seus afluentes ⁵⁴.
- Instalação de Registros para a cobrança do direito de entradas e outros.

A transformação econômica da região goiana foi se processando à medida que as lavras perdiam importância.

Passada a vertigem do ouro, voltaram-se os habitantes para as ocupações agrárias e criatórias. O gado vacum e cavalar crescia à lei da natureza, mas em tal porção que autorizava a existência de ampla área criatória, fundamento dos rebanhos da atualidade.

Quando encerrou-se o século XVIII, a sociedade goiana, no tocante aos elementos que a integravam, apresentava algumas diferenças dos segmentos sociais existentes nos primeiros anos da capitania. A imigração diminuira, quase cessara inteiramente. A população branca era escassa, pois representava um sétimo da população⁵⁵. Alguns grupos indígenas afastaram-se dos focos populacionais, acastelando-se na zona norte. O contingente africano reduziu-se consideravelmente, sendo a totalidade da paisagem mais vivamente assinalada pelos mestiços, que constituíam 31% da população em 1804⁵⁶. Do esplendor mineiro pouco restava. As igrejas ofereciam aspecto desolador. Os arraiais mostravam-se decadentes.

As relações comerciais que foram florescentes enquanto a produtividade das minas se manteve elevada, à medida que a decadência mineratória se acentuou mais limitadas foram se tornando suas possibilidades qualitativas e quantitativas. Vivia-se já a experiência agrária e o surto criador.

A estatística levantada em 1808, revela bem a situação da capitania. Viviam na Capitania de Goiás, 50.365 habitantes, figurando assim entre as capitanias menos populosas, enquanto Minas Gerais, que surgira no cenário nacional duas décadas antes, era a capitania mais populosa do Brasil, com 350.000 habitantes⁵⁷.

CONCLUSÕES

A economia aurífera do século XVIII apresentou vantagens muito grandes em relação à economia do açúcar que a antecederia. Primeiramente por não ser um produto que se desvalorizasse facilmente como o açúcar no mercado internacional.

Além disso, incentivou uma vultosa imigração para o Centro Sul do país, que ocupou definitivamente nossos sertões. Permitiu a construção de nossas primeiras cidades no interior, criou um grande mercado de gado e tropas, estimulando os paulistas à ocupação e conquista definitiva das regiões do Sul; tornou o Rio de Janeiro a capital brasileira e aí criou fortes elementos de progresso, permitiu, finalmente, a concentração e formação de capitais em escravos e tropas, que mais tarde facilitariam a implantação da lavoura de café no vale do Paraíba e nas regiões fluminenses⁵⁸.

Ao lado de tudo isto, provocou fortes correntes de intercâmbio, pois todos os centros produtores brasileiros fize-

ram refluir para a região aurífera o excedente de sua produção, ocasionando, assim, o aumento de sua capacidade produtiva para abastecer tais regiões. Em virtude da necessidade do fornecimento de mão-de-obra escrava, intensificaram-se as relações comerciais com a África, resultando na formação de um denso núcleo populacional negro e, posteriormente, mestiço, nas regiões centrais, o que não só repercutiu na estrutura étnica do povo como também marcou a evolução social e econômica da região.

No plano internacional, a idade do ouro levou Portugal a renunciar à industrialização, e a abastecer-se na Inglaterra, pois, como afirmou João de Azevedo, "nem aproveitou a Metrópole o ouro extraído, porque a maior quantidade, como no tempo das riquezas da Índia, passava ao estrangeiro, em pagamento das importações"⁵⁹.

Em Goiás, do território povoado somente pelos grupos tribais indígenas da região, surgiram cidades, estradas e cinquenta mil habitantes no final do século XVIII, fundamento dos quase quatro milhões da atualidade⁶⁰.

NOTAS

- 1 — O ano de 1694 pode ser considerado o momento culminante da bandeira pesquisadora de ouro nas Minas Gerais. Ver sobre o assunto, **Zemella, Mafalda P. O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII** História da Civilização Brasileira nº 12 — Boletim 118 — S. Paulo 1951 — pag 29 a 31 e **Antonil, André João — Cultura e Opulência do Brasil** — 2ª edição — S. Paulo 1967 — pags 258-259. Em Cuiabá fora encontrado em 1718, e quanto a Goiás, o cobiçado metal fora reencontrado em 1725, pela bandeira do Anhanguera Júnior. Em carta de Rodrigo Cezar de Menezes ao rei, datada de 27 de outubro de 1725, assim se refere:
"mandei em anno de 1722, aquele certão, em o qual em três annos, e dous meses sem poder acertar com a paragem que buscava por haver quarenta annos que a tinha visto, de cujo delatado tempo se seguio dificultar-se-lhe o que a fantazia lhe facilitava (...) desprezou-os evidentemente perigos que trazia diante dos olhos assim pela multidão do gentio bárbaro (...) que não havia de parecer perante mim sem satisfazer o de q se havia encarregado (...) chega no dia vinte e hum do corrente muito satisfeito por haver conseguido o que com tanto trabalho havia buscado de cujo descobrimento, segura iguais grandezas as do Cuiabá, por não serem os arestão contagiosos... (Nosso grifo) Doc Manuscrito do SDEGO-Livro-192 pags 2 e 2v.
- 2 — **Zemella, Mafalda P** — op. cit. — pag 263.
- 3 — **Furtado, Celso — Formação Econômica do Brasil** — Rio de Janeiro — pag 92.
- 4 — **Ibid** — pag 93.

- 5 — Zemella, Mafalda P — op cit — pag 34.
- 6 — lbd — pag 35.
- 7 — Palacin, Luiz — **Trabalho escravo: produção e produtividade das minas de Goiás** — in "Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História" — S. Paulo — 1973 — pag 434.
- 8 — lbd — pag 435.
- 9 — Manuscrito do SDEGO — **Livro 192** — pags 8v e 9.
- 10 — Mauro, Frederic — **História do Brasil** — Coleção Saber Atual — 1974 — pag 38.
- 11 — Palacin, Luis — op cit. — pag 435 (Obs.: O oitava correspondia a 3.56 gramas).
- 12 — Alvará de Ley, por que V. Magestade há por bem annullar, cassar e abolir a Capitação dos moradores das Minas Geraes. Livro Manuscrito do SDEGO — "**Provisões e Contratos 1748-1753**" — pag 137 até 142.
- 13 — O derrama deveria ser feito pelas Câmaras juntamente a assistência e intervenção do Ouvidor, Intendente e Fiscal de cada Comarca. in Alvará de Lei de 3 de dezembro de 1750 — pag 3 — lbd — pag 138.
- 14 — Carta de D. Marcos de Noronha para a Corte, em 15 de abril de 1751 in Manuscrito do SDEGO — **Livro 192** — pags 56v e 57.
- 15 — Correspondência datada de 5 de julho de 1752 — Documento Manuscrito do SDEGO — **Livro 192** — pags — 96v a 98.
- 16 — lbd — pag 96v.
- 17 — Em carta de 4 de março de 1752 de D. Marcos de Noronha para a Corte assim se refere ao assunto:
 "Como a Caza de Fundição deste Governo não podia principiar a ter o seu lavor, senão no primeiro dia de janeiro deste presente anno, mandey por os Editais que S. Magestade determina declarando nelles que como a cobrança dos quintos por capitação continuava athé o último dia do mez de Dezembro do anno antecedente. Todo o ouro q estivesse em ser, e o q se estrahisse athé aquele tal dia, se havia de fundir na caza de Fundição livre dos quintos, pelos haverem pago pela capitação. Para q assim se executasse sem detrimento dos Povos, nem fraude nos quintos deste presente anno, **foy preciso conservar athé o último dia do mez de janeiro todas as intendências Gerais e Comissarias q havia neste Governo, e ordenar q toda a pessoa q tivesse ouro em pó extrahido athé o ultimo dia em que findou a capitação, o manifestace nas sobreditas Intendencias athé o ultimo dia do mez de janeiro deste anno, e vindo em carta de guia assignada pelo Intendente, apresenta-lo na Caza da Fundição se lhe reduziria a Barra livre de quinto**". in Manuscrito do SDEGO — **Livro 192** — pags 85v e 86.
- 18 — O alvará de 3 de dezembro de 1750, pag 03, assim se refere ao uso do ouro em pó:
 "Porque dentro das Minas, se pode commodamente fazer o Comércio em grosso com barras approvada (...) e se pode fazer grande parte do commércio por miudo com ouro em pó, reduzido aos diversos pesos pequenos (...). Ordeno que daqui em diante, não corra dentro das minas, moeda alguma em ouro (...) nem ainda até o valor de oitocentos reis, sob pena de serem reputadas por falsas as taes moedas (...) Ordeno que em todos os ditos Territórios possa correr e com effeito corra, moeda Provincial de prata e cobre, que para esse effeito, será cunhada nas Casas da Bahia e do Rio de Janeiro."

- in livro Manuscrito do SDEGO — **Provisões e Contratos — 1748-1753** pags 137 até 142.
- 19 — Carta de D. Marcos de Noronha à Corte em 14 de abril de 1715 — in **Livro 192** — pag. 59.
- 20 — **Palacin, Luis — Goiás 1722-1822 — Estrutura e Conjuntura numa capitania de minas** DEC — Goiânia 1972 pag 74.
- 21 — Em correspondência de D. Marcos de Noronha a Diogo Mendonça Corte Real de 7 de junho de 1753. assim se refere:
 “Nestes termos eu confesso a V.Excia que não sey acertar com a providencia de que se necessita por que S. Magestade não permite que o ouro em pó gire senão dentro do território das Minas. Dos Portos de Mar não vem a moeda que se tem pedido. O comércio padece deterioração. Os vassalos de S. Magestade clamam, e vendo-se oprimidos por não poderem continuar as suas grangearias de que se mantem e as suas familias poderão defraudar a Fazenda de S. Magestade extraindo o Ouro. O evitalo na largueza destes Ser-tões senão (he impossivel, não deixa de ser muito dificultoso”. in **Livro 192** — pag 118.
- 22 — Correspondencia de D. Marcos de Noronha à Corte em 14 de abril de 1751 — in **Livro 192** — pag 59v.
- 23 — Correspondência de D. Marcos de Noronha para Diogo Mendonça Corte Real em 29 de julho de 1732, in **Livro 192** — pag 103.
- 24 — Correspondência D. Marcos de Noronha a Diogo Mendonça Corte Real em 09 de abril de 1753. in **Livro 192** — pag 120.
- 25 — **Palacin, Luis** — op cit — pag 74.
- 26 — *Ibid* — pag 72
- 27 — *Ibid* — pag 70.
- 28 — **Buesco, Mircea** — “300 anos de inflação” — Rio de Janeiro — 1973 — pag 93.
- 29 — **Palacin, Luis — Trabalho escravo: Produção e produtividade nas Minas de Goiás** — in “Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História” — vol I — pags 436 até 441.
- 30 — *Ibid* — pag 439.
- 31 — *Ibid* — pag 441.
- 32 — **Pohl, João Emanuel — Viagem no Interior do Brasil** — Editora Instituto Nacional do Livro — Rio de Janeiro — 1951.
 Esteve no Brasil no período de 1871 a 1821.
- 33 — **Zemella, Mafalda P.** — op. cit pag 37.
- 34 — **Antonil, André João — Cultura e Opulência do Brasil pelas Minas do Ouro** — Cadernos de História nº 05 — S. Paulo — 1964 — pag 21.
- 35 — *Ibid* pag 21.
- 36 — Manuscrito do Arquivo Nacional — **Coleção Governadores do Rio de Janeiro — Livro XII** — fl 131 — APUD — **ZEMELLA, MAFALDA P.** — op. cit — pag 39.
- 37 — Anais da Biblioteca Nacional — vol XXVIII — pag 148 — APUD — **Zemella, Mafalda P** — op. cit — pag 42.
- 38 — Consulta do Conselho Ultramarinho a S. M., feita pelo Conselheiro Antônio Rodrigues da Costa — Manuscrito da Biblioteca Eborense, publicada pela **RIHGB**, vol VII pag 475.
- 39 — **Magalhães, Basílio — Expansão Geográfica do Brasil Colonial** — Biblioteca Brasileira de Cultura nº 05 — Rio — 1944 — pag 97 e **BOXER, C.R.** — **A Idade do Ouro** no Brasil — 2ª edição — S. Paulo — 1969 — pags 83 ss.
- 40 — **Palacin, Luis** — op cit — pag 437.

- 41 — Documentos Interessantes — vol 50 — pag 211 — APUD — **Palacin, Luis** — op. cit — pag 437.
- 42 — **Gomes, Modesto** — **Os Turbulentos Arraiais Goianos** — in “Caderno de Estudo Brasileiros” nº 1 — Goiynia 1963 — pag 112.
- 43 — Ibid — pag 112.
- 44 — **Reis, Artur Cezar Ferreira** — **Panorama Histórico do Brasil Central** — in **Goiás — Uma nova Fronteira Humana** — Rio de Janeiro — 1949 — pag 11.
- 45 — **Saint-Hilaire, Augusto de Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz**. Tomo 1º — S. Paulo — 1937 — pag 296.
- 46 — **Reis, Arthur Cezar Ferreira** — op. cit. — pag 12.
- 47 — **Cunha Matos, Raymundo José de** — **Chorigraphia Histórica da Província de Goyaz** in **R.I.H.G.B.** — Tomo XXXVII — pag 299.
- 48 — Ibid — pag 301.
- 49 — **Reis, A.C. Ferreira** — op. cit. pag 13.
- 50 — Sobre o assunto, ver **Chaim, Marivone Matos** — “Os Aldeamentos Indígenas na Capitania de Golás” — Goiânia 1974.
- 51 — **Palacin, Luis** — op. cit — pag 441.
- 52 — Carta de D. Luiz da Cunha Menezes para o Senhor Martinho de Mello e Castro em 9 de agosto de 1781. in **RIHGB** — vol 84 — pag 146.
- 53 — O levantamento foi feito por intermédio das fichas de “Batisado e Óbito dos Proprietários de escravos”, pertencentes ao Arquivo particular de Frei Simão, na Cidade de Goiás.
As fichas arroladas compreendem somente os proprietários incluídos da letra R até Z.
- 54 — **Doles, Dalísia E. Martins** — **As Comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX**. Goiânia 1973 — pag 30.
- 55 — **Saint-Hilaire, Auguste de** — op. cit. — vol I — pag 296.
- 56 — Ibid — pag 295-296.
- 57 — “Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários Realizados no Brasil” — in **Recenseamento do Brasil** — 1920 — População — A P U D — **Chaim, Marivone Matos** — “Os Aldeamentos Indígenas na Capitania de Goiás — pag 31.
- 58 — **Simonsen Roberto C** — **História Econômica do Brasil — 1500-1820** — 6ª edição — Cia Editora Nacional — S. Paulo — 1969 — pag 268.
- 59 — **Azevêdo, João Lúcio de** — **Épocas de Portugal Econômico** — Lisboa — pag 354.
- 60 — “Brasil — Estados e Territórios — Goiás” — in **Almanaque Abril 1976** — Editora Abril — S. Paulo — 1976 — pag 109. Registra a população do Estado de Goiás, estatística de 1970 — 2.938.677 habitantes.
Porto, José Aquino — Aspectos e Perspectivas das Indústria Goiana — FIEG — Apresenta na pag 05, a população do Estado de Goiás — 1976 — 3.963.387 habit.

ABREVIATURAS

SOEGO — Serviço de Documentação do Estado de Goiás.

A parte histórica do SDEGO, atualmente pertence a Superintendência de Assuntos Culturais, e chama-se “Arquivo Histórico do Estado”.

RIAGB — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

SEMINÁRIO DE CULTURA GOIANA

Patrocinadores:

Instituto Histórico e Geográfico de Goiás
Universidade Católica de Goiás e
Departamento de Serviço Social.

1. JUSTIFICATIVA

Por definição o Profissional de Serviço Social existe e se afirma como tal na medida em que atua em uma realidade determinada e concreta.

Atuar numa realidade não significa, porém, meras intervenções esporádicas e desvinculadas das próprias necessidades e características desta realidade. Para que a participação do trabalhador social se apresente eficaz é preciso, pois, que se vincule concretamente a uma história, a uma geografia, a uma economia, a uma cultura, sem cair, é claro, em um particularismo inconsequente.

Dentro desta perspectiva, a teoria e a prática, o conhecimento e a participação se apresentam como momentos de um mesmo processo de grande amplitude e importância.

A existência de um vácuo entre a Teoria e a prática no Curso de Serviço Social, no que concerne à realidade goiana, constatada facilmente pelo próprio currículo do curso e por depoimentos de alunos e profissionais do campo, impôs ao SER uma mobilização no sentido de propor algumas alternativas válidas.

Dentro desta preocupação, e vendo nos cursos do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás sobre "Cultura Goiana" um passo inicial visando diminuir aquele vazio entre Teoria e prática apontado, vem a Direção do SER propor um convênio ao Instituto Histórico Geográfico, visando oferecer aos alunos regulares do Departamento de Serviço Social da UCG, um Seminário em que fossem abordados aspectos concretos da realidades Sócio-cultural-econômica do Estado.

2. PÚBLICO A QUE SE DESTINA

O Seminário será ministrado no Departamento de Ser-

viço Social da Universidade Católica de Goiás, aos alunos do 6º e 9º períodos letivos, durante os meses de agosto, setembro, outubro e novembro do corrente ano, nas 2ª, 3ª e 5ª feiras, das 19:00 às 20:40 horas.

Prevê-se, em termos de frequência entre alunos e alguns professores do próprio Departamento, u'a média de 0 frequentadores.

3. PROGRAMAÇÃO

A programação será processada tendo em vista apresentar os assuntos que expliquem a realidade goiana e suas manifestações culturais.

Os assuntos serão agrupados por áreas, podendo sofrer modificações de acordo com a disponibilidade dos professores.

3.1. Programa: Goiás de 30 aos dias atuais.

3.1.1. História Econômica — Prof. Sérgio Paulo ou Profª Dalísia Doles.

3.1.2. História Política — Profª Ana Lúcia ou Profª Maria Augusta de Moraes.

3.1.3. História da Imprensa — Prof. Brás W. Pompeu de Pina.

3.1.4. Instituições Jurídicas em Goiás — Prof. Domingos Felix de Souza.

3.1.5. Direito Agrário — Prof. Paulo Tormin Borges.

3.1.6. História Social — Pe. Palacin

3.1.7. Educação (a partir de 30) — Profª Maria Cassimiro.

3.1.8. Literatura — Profª Moema C. e Silva Olival.

3.1.9. Literatura Oral — Prof. Basileu Toledo França.

3.1.10. Folclore — Prof. Ático.

3.1.11. Manifestações Religiosas e Ação da Igreja em Goiás — Pe. Pereira.

3.1.12. As Artes em Goiás — Prof. Adelmo Café.

3.2. Calendário previsto para o curso:

Dias da Semana	Mês	Agosto				Setembro				Outubro				Novembro			Dezembro	
2ª feira		9	16	23	30	6	13	20	27	5	12	19	26	9	16	23		
3ª feira		10	17	24	31		14	21	28	7	14	21	28	4	11	18	25	
5ª feira		12	19	26		2	9	16	23	30	4	11	18	25	8		22	2

A programação prevê: um total de 90 (noventa) aulas, em 18 semanas, durante 45 dias e em 75 horas, sendo 6 aulas destinadas à avaliação da aprendizagem.

4. CRONOGRAMA

- 4.1. Apresentação do projeto ao Instituto Histórico e Geográfico — 21 a 22.07.76.
- 4.2. Aprovação do projeto pelo IHC e UCG — 23 a 26.07.76.
- 4.3. Estudo do convênio entre IHC e UCG — 27 a 30.07.76.
- 4.4. Escolha do coordenador e Secretário do Seminário — 2 a 3.8.76.
- 4.5. Reunião de professores e representação de alunos 4.8.76.
- 4.6. Definição da programação e do Sistema de avaliação — 5 a 7.8.76.
- 4.7. Execução — 9.8 a 25.11.76.
- 4.8. Avaliação do Seminário — 14.9 — 1º G-1
— 28.10 — 2º G-1
— 02.12 — G-2

O SENTIDO HISTÓRICO DA LITERATURA

Dalísia E. Martins Doles

Da mesma forma que Roger Bastide em "Arte e Sociedade" considera que "se numa certa medida a arte é produto da sociedade, numa larga medida também se modela sobre a arte", assim também poderíamos dizer que a literatura e a história apresentam relações íntimas de intercruzamentos de influências.

Literatura e História — ambas são produtos do homem e determinadas pelo seu tipo de vida. Dele nascem e retratam a sua vida no tempo e no espaço.

Literatura — reflexo de um momento histórico e, muitas vezes se antepondo à história num papel vaticinador das transformações históricas.

Literatura — forma de reação e agente de mutações históricas, arma de crítica e, ao mesmo tempo, de propaganda, prestando-se a um duplo papel: veículo de controle social e propagadora de novas idéias.

Evolução histórica e evolução literária — ambas se processam paralelamente e, se muitas vezes espelham a vida do homem e como tal, são produtos dela, por outro lado, através da influência da literatura, a sociedade e a história podem ser modificadas.

Durante todos os períodos históricos vamos encontrar a literatura nas suas múltiplas expressões: reflexo do momento histórico, arma de crítica e disseminadora de novos valores, agente de mutações sociais e vaticinadora.

Literatura, produto da sociedade, encontramos desde os tempos mais remotos. Exemplos são as inscrições das pirâmides, representativas da literatura teocrática e oficial do Antigo Império, bem como o "livro dos Mortos", código de ética do estado egípcio.

A grave crise político-social que atingiu o Egito no fim do Antigo Império provocou no homem egípcio a perda do sen-

tido da vida, claramente expressa no “Diálogo do Homem com sua alma”.

“A quem falarei hoje?

Os corações se acham repletos de violência.

Já não existem justos; a terra está entregue aos pecadores.

A quem falarei hoje?

O mal que aflige o país não tem fim”...

Os livros históricos do Antigo Testamento, mais que uma história de personagens, representam a história do povo hebreu e suas vicissitudes. Os profetas, Isaías, Jeremias e Daniel testemunham e denunciam a decadência político-social do estado hebraico, antevendo a sua derrocada.

A apologia da aristocracia aquéia e da expansão grega é feita na Ilíada em que, ao lado do fantástico e do ilusório, se alinham testemunhos vivos do que foi a conquista de Tróia.

Se, por um lado, Homero é o épico que exalta os feitos gregos, Hesíodo reflete, em “O Trabalho e os Dias”, a crise econômico-social da Grécia nos séculos VIII a VI a.C.

A hegemonia de Atenas impõe ao povo grego um novo tipo de vida, baseado na democracia política, na liberdade de pensamento e no pleno desenvolvimento da consciência individual.

O teatro grego dos séculos VI e V a.C. é um retrato desse momento histórico, seja através da temática, que na tragédia se orienta no sentido da retratação de seu passado histórico e de personagens da sua tradição mítica ou histórica, ou na comédia, satirizando as instituições e os costumes da época, quer por seu cunho profundamente democrático, social ou nacional.

A guerra do Peloponeso tem como resultado a decadência do estado grego que daí por diante viverá mergulhado em constantes lutas, com repercussão na esfera intelectual através de uma profunda alteração das consciências e do truncamento da evolução histórica da Grécia. O otimismo cede lugar ao pessimismo e a inquietude de Eurípedes, contemporâneo da decadência, se sobrepõe à serenidade de Sófocles.

Os valores tradicionais serão julgados e postos em dúvida pelo ceticismo racional dos sofistas. As crenças religiosas e o sobrenatural cedem lugar ao homem, criador das instituições.

À atuação dos sofistas, disseminadores da dúvida substituições e, no dizer de Protágoras “medida de todas as coisas”, cede Sócrates e seus discípulos. Os antigos valores: possibi-

lidade de conhecimento objetivo, crença no sobrenatural e na virtude serão por eles restaurados. O pensamento de Platão se enquadra perfeitamente bem na reação desencadeada por Sócrates e, através de análise minuciosa e acurada, refutará o racionalismo cético dos sofistas. A seu seguidor, Aristóteles, caberá o aperfeiçoamento de suas idéias, vindo a constituir-se no alicerçador de uma filosofia racional e sistemática, baseada na experimentação e na lógica.

À medida que se acentua a decadência grega através dos séculos IV e III a.C., período de dominação macedônica, mais se transforma a arte em geral e a literatura em particular, caracterizando-se pela alienação dos grandes problemas do momento, seja ignorando-os ou buscando uma fuga na erudição e no estudo de determinadas ciências com fins práticos. A literatura perde seu cunho democrático deixando de ser dirigida à coletividade para ficar restrita a grupos fechados.

O espírito prático supera o metafísico e a filosofia torna-se simplesmente um guia de moral, estribada no individualismo e na aceitação total dos sucessos e insucessos, pregada pelos epicuristas, estóicos e cínicos.

A passagem da Grécia para o domínio romano alarga a área de influência da cultura helenística rumo ao ocidente. Culturalmente, ela continua sua marcha decrescente iniciada no período alexandrino e, embora haja momentos de reação, caracteriza-se pela mediocridade e pelo praticismo.

A literatura romana, que se desenvolve através de sete séculos de história, reflete a evolução histórica marcada numa primeira fase pela adoção na República (séculos II e I a.C.) e da decadente cultura helenística; durante a fase inicial do Império, pelo desenvolvimento de uma cultura latina por excelência (século I d.C.). A deterioração do Império deixa suas marcas na literatura dos séculos II e III, seguida de um período de relativo esplendor, correspondente à literatura latina dos séculos III e IV d.C.

A literatura latina, embora grandemente inspirada na Grécia, apresenta traços originais, como o predomínio dos gêneros **didáticos** (moral, história e oratória), reflexo de seu espírito utilitarista e do pendor para o satírico.

A expansão romana durante a República é responsável pelo contacto com a cultura helenística, que se orna o padrão da cultura romana durante todo um longo período.

No século II, ainda sob o influxo grego e, devido à paixão política do momento (fase de expansão e de lutas sociais),

desenvolve-se a oratória com Ciplão Emiliano, os Irmãos Graco, Licínio Crasso e outros.

A intensa agitação política da última fase republicana redundou na ditadura de Sila. O individualismo floresce e a literatura já não tem como inspiração o estado romano, mas a crítica burlesca desenvolvida através da sátira.

Com a morte de Sila, intensifica-se a crise, o estado mais ainda se enfraquece e a literatura refletirá cada vez mais o individualismo. A oratória, graças à violência dos choques políticos vive, então, seu grande momento com Cícero, denunciador da corrupção política nas **Verrinas**, alertador contra as tendências ditatoriais de Marco Antonio nas **Filípicas** ou defensor da segurança republicana nas **Catilinárias**.

Os últimos dias da República representam um recrudescimento das lutas pelas lideranças políticas, motivando a vinculação da história a interesses pessoais. O **De Bello Gallico**, escrito aparentemente com isenção de ânimo, submetido à análise, permite facilmente ser visualizado o tendencionismo de César ao realçar certos fatos, silenciando sobre outros quando lhe convém.

A ascensão de Augusto representa, após a longa fase de instabilidade, o assentamento da paz, prosperidade econômica e intensificação da vida literária, orientada principalmente para a poesia, graças ao protecionismo do próprio imperador e de Mecenas.

O otimismo torna-se presente na literatura inspirada na paz, na austeridade moral, na exaltação das divindades e do estado romano e nas vantagens da vida campesina. No período inicial do Império, esta vincula-se ao estado, colocando-se a seu serviço, como atesta grande parte da obra de Virgílio (protegido de Mecenas), elaborada sob medida. As **Bucólicas** e **Geórgicas**, elogios da vida campestre, coincidem diretamente com os projetos imperiais de dinamização da vida dos campos.

Sob a inspiração do passado glorioso de Roma e elaborada nos moldes da Ilíada, situa-se o poema épico de Virgílio, a **Eneida**. As virtudes romanas são enaltecidas nas **Odes** de Horácio.

Durante os últimos anos do reinado de Augusto os sinais da crise moral e artística já se fazem notar, acentuando-se gradativamente com o passar do tempo. O luxo e a frivolidade se introduzem na corte e a poesia, até então alimentada por altos ideais estéticos ou patrióticos degenera, tornando-se uma

arte vazia, destinada apenas ao entretenimento da nobreza, desprovida de sinceridade e finalidades superiores.

O acentuamento da decadência faz-se acompanhar de um agravamento da corrupção dos costumes e das crises. A literatura envereda pelo caminho da alienação da vida através da erudição, saudosismo político, muitas vezes intercalada pela crítica da situação na fábula ou na poesia satírica. A intelectualidade se orienta para os estudos geográficos, naturalistas e técnicos.

Como que obedecendo a um fio condutor, a decadência se processa num ritmo lento, intercalado por períodos de relativa renovação, mas de um modo geral, a literatura latina dos séculos I ao IV é medíocre, refletindo a realidade da perda da liderança cultural de Roma no mundo pagão, até o seu completo desmoronamento, quando é substituída pela literatura cristã.

A literatura cristã se faz presente pela pregação das novas idéias, inicialmente, através das traduções do Novo Testamento e do Apocalipse. No século I tem início a fase da Patrística e a luta exacerbada entre paganismo, cristianismo e judaísmo, no século II dá origem à literatura dos Apologistas.

Constantino, no século IV propiciará paz à Igreja e o paganismo então receberá o golpe de morte. O cristianismo se fortalece e a pregação faz-se cada vez mais violenta, propiciando a reflexão filosófica, através da qual serão assentadas as bases teológicas da nova doutrina, fundamentadas no amor e na caridade, na fé antes que na razão.

Com Santo Agostinho termina o mundo antigo, seguindo-se um período em que a cultura só não desapareceu graças à Igreja, último reduto de civilização durante os séculos iniciais da Idade Média.

A Idade Média, longo período de gestação cultural, não representa um todo homogêneo, se bem que as etapas que se sucedem no decorrer de dez longos séculos apresentem algumas características comuns, tais como a influência cristã, oriunda do papel orientador da Igreja e do fato de ela se constituir no único baluarte da cultura nos primeiros séculos e a presença constante de uma aristocracia, a cada momento, corresponde traços peculiares.

Do século V ao VIII o Império romano se fragmenta e formam-se os reinos bárbaros que passam a existir isolados, sujeitos a contínuas invasões, a uma vida precária e à falta de condições ao trabalho cultural. Só a Igreja se salva e a cultu-

ra será, por conseguinte, marcada pela sua filosofia de resignação com a sorte, bondade suprema de Deus e desapego aos bens materiais.

O período carolíngio equivale a um esboço de revitalização da cultura, truncado, no entanto, pelas invasões normandas e magiares, com as quais se inicia o feudalismo, momento de penúria material, insegurança, lutas contínuas da nobreza e durante o qual o povo vive confinado aos castelos ou aos mosteiros.

É natural, portanto, que a cultura dessa fase seja feita pelos altos prelados da Igreja: São Gregório Magno, São Fulgêncio e outros.

No século XI os normandos se estabelecem no comércio e o mundo cristão avança no Mediterrâneo. Toledo é tomada aos muculmanos e, graças a esse fato, haverá o contacto com a cultura árabe.

A nobreza está mais civilizada graças à ação da Igreja e a Europa, em decorrência das Cruzadas, toma conhecimento da cultura oriental. Enfim, a cristandade ocidental entra em fase de relativa tranquilidade, favorável ao desenvolvimento cultural.

Predomina, então, a literatura eminentemente cortesã, inspirada no ideal cavaleiresco da mulher, seja na lírica amorosa dos trovadores, seja na exaltação da nobreza feudal ou dos heróis cristãos através do poema cavaleiresco.

A Igreja, depositária da cultura e controladora da sociedade, e restringira, até então, à nobreza. Aos poucos, porém, voltar-se-á para o povo, massa inculta e embrutecida e que necessita de métodos especiais para apreender a doutrina. Surge então, como recurso, a dramatização da história bíblica, da qual se originou o drama litúrgico.

O século XIII tem significação especial no contexto medieval. Inicia-se a preparação das transformações que só irão se concretizar nos séculos seguintes, mas que encontram suas origens na Escolástica, então no apogeu, e, nas Universidades que irão se constituir em centros de atividade cultural.

Embora mesclada com a fantasia da literatura amorosa e cavaleiresca, a especulação racional já desponta e os filósofos da Escolástica, frente à especulação racional e ao estudo rigoroso das verdades da fé e dos mistérios da natureza têm que responder através da tentativa de conciliação da teologia com a ciência.

A partir de então a literatura medieval começará a fun-

cionar como arma de crítica e de propaganda de novas idéias, no momento em que o mundo feudal começa a se desintegrar e surge a chamada literatura do "Trecento".

No século XIV dá-se o advento da intuição pessoal, do concreto e da experimentação. O pensamento toma o lugar da emoção. A burguesia, apoiada pelos reis que nela vêem um poderoso aliado na tarefa de construir poderosos estados nacionais, conquista importantes posições. A ascensão burguesa se faz paralelamente à decadência da nobreza e a igreja, enfraquecida pelas lutas, já não controla a cristandade que toma gosto pelas coisas mundanas. Tal estado de coisas tem origem na Guerra dos Cem Anos, cujos reflexos sobre a nobreza franco-inglesa são desastrosos: na agitação política da Itália; nas crises internas da Igreja, de que são exemplos as lutas entre o Estado e o papado e o cisma do ocidente.

A expansão comercial favorece a vida citadina, resultando no enriquecimento de artesãos e mercadores e na expansão do espírito burguês por todos os setores. O humanismo já está presente na obra de Petrarca, precursor dos humanistas da renascença.

Se o século XIV representa o início da ascensão burguesa, no século seguinte encontra-la-emos cada vez mais poderosa e mais consciente de seus direitos e da dependência da nobreza. Ela é agora uma **classe poderosa**. As cidades cresceram e o corporativismo decaiu. Os burgueses se ilustraram nas Universidades. A Escolástica vive seus derradeiros momentos. A filosofia cristã está divorciada do momento histórico, permanecendo no campo do abstrato e não se adapta ao prático, vigente nesse instante.

A Baixa Idade Média forneceu os elementos básicos para a revolução cultural da Idade Moderna, porém, somente após os descobrimentos marítimos que provocaram um alargamento do espaço geográfico e, ao mesmo tempo, aguçaram a curiosidade pelas coisas da natureza; a invenção da imprensa; o êxodo da intelectualidade bizantina para a Itália e transformações políticas, econômicas e sociais, houve a criação de condições psicológicas, mudanças no pensamento e no sentido estético.

A eclosão do Renascimento dependeu, portanto, de condições várias, sendo inegável o papel do individualismo, manifesto através de um grande desejo de independência, que levou o homem a desligar-se das concepções religiosas da Idade Média, baseadas no abstrato e no sobrenatural, concentran-

do-se na natureza humana e no presente concreto. O homem se rebela contra a ordem constituída e se afirma através da razão.

Assim, o Humanismo, mais do que um simples movimento cultural, é a projeção de intenso desejo de reforma social, de liberdade individual e de um sentimento nacional, presentes na obra de Erasmo de Rotterdan, Maquiavel, Hans Sachs, Thomas Morus, Cervantes, Rabelais e dos poetas das Plêiade.

A dinamização da vida econômica, através da expansão do comércio, inicialmente, e do lançamento das bases industriais, posteriormente; a formação dos estados nacionais e a projeção crescente da burguesia dá origem ao teatro nacional na França, Inglaterra, Espanha e Portugal.

A Filosofia, baseada no racional, cada vez mais se desenvolve com Descartes e seus seguidores, culminando na Ilustração.

Do século XV ao XVII, à medida que a sociedade se modifica, os costumes são criticados através da poesia, do romance e do teatro de costumes que então se desenvolve.

Fruto da especulação, surge a obra histórica de Montesquieu "Considerações sobre a grandeza e a decadência dos romanos", plasmada dentro de um relativo espírito crítico, na qual o autor nega a ação da Providência, herança medieval, como causa dos fatos históricos, que segundo ele são determinadas por certas leis físicas ou morais.

Dentro do espírito racionalista que se propõe a uma revisão crítica das estruturas, situa-se a obra de Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Diderot e outros filósofos e estudiosos das ciências na primeira metade do século XVIII.

Quando o século XVIII se aproxima do seu final, duas transformações muito significativas ocorrem. A Revolução Francesa no plano político, que afirmou os direitos do homem, a igualdade e fraternidade e a Revolução Industrial que transformou a economia e criou novos padrões sociais.

Graças à crescente influência de uma burguesia moralista e sensível, surgirá uma literatura assentada na moral e no mundo dos sentimentos íntimos. O racional, aos poucos, val cedendo lugar aos impulsos emotivos, o desejo de equilíbrio é substituído por uma atitude mais apaixonada e a imaginação se sobrepõe à especulação intelectual.

Bem ilustrativa dessa tendência é a novela inglesa do século XVIII que toma como fonte de inspiração elementos típicos da burguesia sentimental e moralista da época.

Grandes transformações, avanços e retrocessos marcam o século XIX.

Se no século XVIII as idéias da Ilustração prepararam a Revolução Francesa, Napoleão difundirá os princípios liberais dessa mesma revolução por toda a Europa. Sua queda e a Restauração monárquica assinalaram uma volta à ideologia anti-revolucionária, à defesa das tradições nacionais e ao combate à crescente laicização empreendida pelo imperador.

Embora perseguido pela Santa Aliança, o liberalismo não deixou de avançar, permanecendo latente na maioria dos países europeus.

Tudo isso justifica a presença das duas correntes do romantismo: uma conservadora no plano político, defensora da igreja e do trono, entusiasta da tradição medieval e, outra, revolucionária e liberal, continuadora do racionalismo do século XVIII. Seu desenvolvimento é paralelo, porém, a partir da segunda metade do século, à medida que o liberalismo se expande, o conservadorismo decái.

O romantismo revolucionário se identificará com o nacionalismo europeu, com as lutas liberais e com os problemas sociais da época.

Sob o influxo do nacionalismo, o estudo da História se intensifica na França (Thierry, Thiers, Taine e Renan), em Portugal e na Inglaterra. O romance histórico se expande e a tragédia clássica é substituída pelo teatro histórico, principalmente na França, graças a Victor Hugo e Alexandre Dumas Filho.

Ao mesmo tempo em que os temas históricos são explorados na poesia, teatro, crítica e romance, desenvolveu-se a crítica social no romance de costumes de Balzac, Stendhal, Gautier, Julio Dinis e outros.

O quadro europeu no século XIX apresenta as seguintes características: **no plano social** — o capitalismo se sustenta na exploração cruel e desumana do trabalhador, mão de obra alugada ao dono das minas ou ao industrial. Nessas condições, a solidariedade humana inexiste, as diferenças sociais se ampliam e as lutas de classes se evidenciam. **No plano econômico** — o mercado se amplia e se liberta totalmente de seus elementos entravantes e as leis econômicas do capitalismo cada vez mais comandam a empresa. O empresário individual tem que se adaptar às novas circunstâncias econômicas se não quiser retroceder ou ser superado.

A empresa substitui a fábrica e a política, cada vez mais,

sofre a influência da economia. O pan-nacionalismo, consequência da expansão cada vez maior do liberalismo, se afirma.

Tais características representam os veios fornecedores de argumentos à literatura, principalmente pela análise dos reflexos da transformação econômica sobre a sociedade, objeto de grande parte da literatura realista, numa primeira etapa, e da naturalista. ao final do século.

Dai a literatura da segunda metade do século XIX se orientar para a crítica da sociedade burguesa, rica e poderosa, mas também asfiziada por um medíocre conceito da vida denunciado por Flaubert, Dickens, Vitor Hugo e outros.

Da denúncia passa-se a uma pregação mais ousada e revolucionária, disseminadora de novos valores, através do engajamento da literatura, no plano artístico, ao Naturalismo e, no plano social, à causa do feminismo e das reformas sociais.

Através de uma rica galeria de personagens, Zola, Ibsen, Eça de Queirós, Dostoiévski, Tchecov e Górkí retratam bem as estruturas da Europa de então.

O século XX define novos rumos para a literatura, propiciados por novas circunstâncias conjunturais.

Realmente, o capitalismo se modifica radicalmente a partir da segunda metade do século XIX através das novas técnicas de produção, da automação, da substituição completa do artesanato pela máquina e que provocam uma alteração completa nas estruturas dominantes.

O nacionalismo, já em ebulição no século anterior, agora se intensifica, a política das alianças se consolida e acaba por degenerar nas guerras, criadoras de realidades dramáticas e situações delicadas que despertam no homem um profundo sentimento de frustração em relação ao estabelecido e um desejo de afirmar novos princípios de vida, totalmente diversos dos até então correntes.

A crise política, econômica e social alterou profundamente as condições da vida moderna, constituindo-se ao mesmo tempo em causa e consequência das guerras, aceleradoras do processo de decomposição dos antigos valores culturais e preparadoras de um mundo novo, caracterizado pela instabilidade e pelas mudanças.

O mundo é abalado pela Revolução Russa e pelo aparecimento dos regimes totalitários, frutos de ideologias anti-burguesas por excelência.

A ciência progride e as idéias tradicionais sobre o universo e a matéria são superadas em razão dos estudos de Max

Planck, Einstein e outros. O absoluto cede lugar ao relativo.

A análise do subconsciente humano e sua importância sobre a conduta humana, que até o advento da teoria freudiana fora visualizado apenas através de intuição, passa a assentar-se em bases científicas depois dos estudos das áreas mais profundas do psiquê, feitos por Adler, Jung e seus seguidores, enriquecendo o temário da literatura contemporânea.

A valorização dos impulsos subconscientes leva a novas técnicas de exposição, dentre as quais se alinha o monólogo adotado por Joyce e pelos surrealistas.

No século XIX nos deparamos com a sociedade burguesa assentada na hipocrisia e no convencionalismo, contra os quais se levantaram grande número de intelectuais (Shaw, Ibsen, Nietzsche e outros). A influência do pensamento desses intelectuais, aliada às novas concepções sobre o homem, provocou um novo enfoque da moral, no qual, certos problemas inerentes à conduta humana, bem como normas morais até agora tidas como indiscutíveis, passaram a ser analisadas.

As relações familiares, as questões sexuais, a responsabilidade moral e outros temas semelhantes passam a ser repetidamente focalizados e analisados com critério rigoroso e profundo por H. D. Lawrence, Gide e outros escritores partidários da livre manifestação dos impulsos e pelos defensores do cristianismo.

Toda uma série de inovações e circunstâncias, muito bem conhecidas, fizeram desmoronar o mundo constituído, aparentemente sólido, até o século XIX e, conseqüentemente, houve o renascimento das inquietudes metafísicas e religiosas. As indagações sobre o fim último da vida e o destino do homem, acompanhados pela angústia e a esperança representam as grandes preocupações do homem contemporâneo, seja dos que professam um credo religioso como dos que o rechaçam. O mundo humano passou da segurança à insegurança, da confiança em determinados princípios à inquietação espiritual e, finalmente, de um sentimento de realização à busca ansiosa e insatisfeita.

Tais condicionamentos aliados ao papel desempenhado pelo teatro de Ibsen, pelo pensamento de Nietzsche e pela novela de Dostoievski fornecem à literatura contemporânea cunho eminentemente reflexivo. A literatura deixa de ser a mera reprodução da realidade superficial como o fora no realismo e, em grande parte, no naturalismo, tornando-se subjetiva pelo uso do simbolismo, visando objetivar uma realidade mais pro-

funda na literatura de Kafka, Thommas Mann, Joyce, Pirandello e outros.

A literatura como arte, tem chamado a si a tarefa de despertar a sensibilidade através da utilização de imagens diferentes das habituais para que se chegue à percepção do verdadeiro significado das mesmas. Esse mecanismo de explicação de um fato por vias indiretas, que apela para a intuição do leitor tem oferecido inúmeras dificuldades de compreensão, surgindo, em consequência, uma literatura de massa, destinada a um crescente público, incapaz de levar a cabo o esforço intelectual que dele exigem as novas concepções ideológicas e estéticas. Ora, isso muito tem prejudicado a literatura, visto que este tipo de obra tem por objetivo único proporcionar distração, sem qualquer finalidade superior.

A trajetória da literatura nos leva ao momento em que o homem, há milênios, realizou a sua maior façanha como homo sapiens, isto é, ao estruturar os elementos da linguagem, criando a possibilidade de comunicação com um semelhante através da palavra.

Contudo, a sua dimensão é alcançada quando ele consegue transformar o material acústico que é o som transformado em palavras, num elemento visual palpável: a palavra escrita. Desde então, através dos tempos, em nosso planeta, em qualquer época, em qualquer período, vem tentando a humanidade obter grandes sínteses capazes de revelar o homem a si mesmo, de redescobrir a sua capacidade criadora, fazendo através de um exercício constante de beleza, o uso da palavra como instrumento literário capaz de exprimir uma realidade do próprio homem, único sujeito da história que se encontra, muitas vezes, em sua evolução, diante de uma problemática social que somente o esforço da sua própria inteligência, no afã de encontrar novas soluções, será capaz de resolvê-la.

Literatura e História se completam. Ambas por terem como um dos objetos, a ação do homem; ambas necessitam da palavra para sua perpetuação; ambas capazes de humanizar um homem já ameaçado paradoxalmente pelas próprias máquinas por ele criadas.

A obra literária, embora baseada muitas vezes na pura ficção, não deve ficar à margem do estudioso de história, de vez que, o autor consegue frequentemente retratar uma realidade mais profunda, que nem sempre os documentos estereotipados dos arquivos podem fazer.

GALERIA DOS PATRONOS

I — Patrono da Cadeira nº 16

RAIMUNDO JOSÉ DA CUNHA MATOS

Por H. CRISPIM Borges

1776 — A 2 de novembro nasce em Faro (Portugal), filho de Alexandre Manuel da Cunha Matos e de dona Isabel Teodora Cecília de Oliveira. **1790** — Assenta praça, voluntariamente, na Companhia de Artífices do Reino. **1793** — Já cabo de esquadra, parte para a França, na expedição do general João Forbes Skellater, onde se porta com bravura. **1794** — Em atenção aos bons serviços prestados em campanha, o Príncipe Regente lhe faz mercê de uma gratificação diária de vinte reis. **1796** — Regressa a Lisboa. **1797** — Como furriel, segue para as ilhas de São Tomé e Príncipe, nas costas africanas, onde, no correr dos anos, exerce múltiplas funções. **1806** — É promovido a 1º tenente. **1810** — É promovido a sargento-mor. **1811** — Torna-se procurador dos feitos e provedor da fazenda e alfândega de São Tomé. — É promovido a tenente coronel e transferido para o Brasil. **1817** — Dirige-se a Pernambuco, a fim de combater uma Revolução que ali se instalara. Debelada a revolta, recebe do general Luís do Rego Barreto as seguintes missões: organizar a milícia — fazer o recrutamento — instruir e distribuir os recrutas pelos corpos de tropa — prover os depósitos — exercer a inspetoria dos trens. **1818** — Recebe a graduação de coronel e a designação para comandante da Artilharia. **1819** — Deixa Pernambuco e assume, no Rio de Janeiro, a vice-inspetoria do Arsenal do Exército. **1823** — Através de carta imperial, datada de 22 de março, é nomeado Governador das Armas de Goiás. — A 16 de junho, em Vila Boa, assume a sua função, com a tropa desorganizada e o pagamento em atraso. — Inicia a inspeção da força do Sul da Província (Meia Ponte, Bonfim, Santa Cruz). — Com o Norte ameaçado por revolucionários do Maranhão e do Pará, volve às pressas a cidade de Goiás, chamado pela Junta interina. Às vésperas da partida — com uma expedição para socorrer o setentrião goiano —, a Junta suspende o deslocamento. Na difícil situa-

ção, convoca um Conselho de Guerra e alcança o **sim** dos oficiais, rumando então para o Norte (Pilar, Trairas, Arraias, Natividade, Cavalcante). **1824** — Fixa os índios xerentes na aldeia Graciosa, encontro dos rios Tocantins e Taquaraçu. — Alertado sobre uma possível invasão do N do Brasil por tropas portuguesas, estabelece o seu Quartel-General em Trairas. — É promovido a brigadeiro. — A 12 de outubro, com imponentes solenidades e desfile militar, comemora o aniversário de D. Pedro I. — Termina sua obra maior, à qual é dedicada ao Imperador, com as seguintes palavras:

Senhor

Tenho a honra de levar aos pés do augusto trono de Vossa Majestade Imperial a Corografia Histórica da Província de Goiás, certo de que Vossa Majestade Imperial, como Imperador e Perpétuo Defensor do Império do Brasil, de que a mesma província forma uma parte mui vasta e interessante, se dignará atender benignamente às circunstâncias de povos fiéis, cujas precisões com as cores mais vivas são apresentadas a Vossa Majestade Imperial. Eu cumpro os meus deveres como empregado público desta província; queira Vossa Majestade Imperial mostrar-se pai de todos os goianos — aplicando os remédios aos males, e fazendo aproveitar os bens que nesta obra manifesta aquele que é

Senhor

De Vossa Majestade Imperial, o mais submisso e agradecido súdito

Raimundo José da Cunha Matos.

Arraial de Trairas, 31 de dezembro de 1824.

1825 — É eleito deputado geral por Goiás. — A 9 de março passa o Governo das Armas ao tenente coronel Luís da Costa Freire e segue para a Corte. — Não funcionando a Assembléa Legislativa, retorna a Goiás, reassumindo a chefia das Armas. — Por questões administrativas, entra em choque com o presidente da Província — Caetano Maria Lopes da Gama. **1826** — A caminho da Corte, em março, deixa Vila Boa. — Compondo o estado-maior do tenente-general Marquês de Barbacena, parte para o Rio Grande do Sul. **1827** — Volve ao Rio de Janeiro. **1829** — É reeleito deputado por Goiás. **1831** — Embarca para Portugal, com dois anos de licença. **1833** — Torna ao Brasil e é nomeado inspetor do Arsenal da Corte. — A 15 de dezembro cabe-lhe, de parceria com o general José Joaquim

de Lima e Silva, a execução de decreto que dispensava José Bonifácio de Andrada e Silva da tutoria dos príncipes, sendo as crianças entregues ao Marquês de Itanhaem. — Publica as **Memórias da Campanha do Sr. D. Pedro de Alcântara**. — **1834** — É escolhido comandante da Academia Militar. **1835** — É promovido a marechal de campo. **1836** — Exerce a função de vogal do Conselho Supremo Militar. — Edita **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás; Carta Geográfica Plana da Província de Goiás e dos Julgados de Araxá e Desemboque, da província de Minas Gerais**. — **1838** — Perde a filha e auxiliar — Grácia Hermelinda da Cunha Matos. — A 18 de agosto, numa sessão do Conselho da Sociedade Auxiliadora, solicita a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. — Já no dia 21 do mês referido, “reunidos 27 cidadãos de reconhecido saber e elevada posição social”, instala-se o IHGB, cabendo-lhe a vice-presidência e a direção da seção de Geografia. **1839** — A 23 de fevereiro, com 62 anos, falece na cidade do Rio de Janeiro.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

1. Casamento: Era casado com sua prima — dona Maria Venância Fontes Pereira de Melo e Matos, deixando filhos.

2. Condecorações: Ordens do Cruzeiro e de S. Bento de Aviz.

3. **Obras: Geografia Histórica das ilhas de São Tomé e Príncipe, Ano Bom e Fernando Pó — Tabela das madeiras do Brasil — Apontamentos sobre a Navegação do Rio Doce — Sumário dos Acontecimentos mais notáveis do Império do Brasil — Memória sobre a Navegação dos Antigos e Modernos que deram lugar ao Descobrimento da Terra de Santa Cruz do Brasil — etc.**

4. Entidades a que pertencia: Instituto Histórico da França — Sociedade Mourbônica — Academia Real de Ciências de Lisboa — Sociedade Auxiliadora do Rio de Janeiro — etc.

5. Apreciações:

De Antônio Americano do Brasil:

“...o nunca assaz gabado fundador do Instituto Histórico, marechal RAIMUNDO JOSÉ DA CUNHA MATOS, enquanto esteve entre nós, traçou a notável **Corografia Histórica** e compôs o **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará**, um e outro de consulta obrigatória para o futuro historiador deste rico torrão...”

b. de A. Cunha Barbosa:

“Como militar, foi bravo e disciplinado; como escritor, erudito, infatigável, estudioso; como político, operoso e honrado, e como administrador, honesto e trabalhador.

De caráter firme e enérgico, sisudo e integérrimo no cumprimento de seus deveres, era ao mesmo tempo acessível, bondoso e simpático. Religioso, crente e prático, na Câmara dos Deputados tomou parte em todos os debates referentes à igreja.”

c. Do cônego José Trindade da Fonseca e Silva:

“**Corografia Histórica da Província de Goiás** é a obra de maior relevo do grande brigadeiro RAIMUNDO JOSÉ DA CUNHA MATOS... Não foi (ele) um visitante dos lugares anhanguerinos, como foi Saint-Hilaire, mas sim um estudioso de toda a Província de Goiás. A todos os povoados chegou ele com sua pena de observador. Estudou-os em todas as faces e setores. E quem pretender conhr Goiás nos começos do século XIX leia Cunha Matos...”

II —Patrono da Cadeira nº 5

CRISPINIANO TAVARES

Notícia Bio-Bibliográfica

1 — PUPILO DE D. PEDRO II

O escritor nasceu aos 28/10/1855 em Ilhéus, na Bahia, e como menino pobre apareceria aos 15 anos no Rio de Janeiro, estudando por conta da coroa imperial. Coursou — segundo nos conta — uma escola preparatória da rua Uruguaiana, do prof. Vitório da Costa, ingressando depois na Politécnica, onde permaneceu até o segundo ano, quando se transferiu em 1º de abril de 1877 para a Escola de Minas, na cidade de Ouro Preto, dirigida pelo famoso Henri Claude Gorceix.

Durante 10 anos o imperador custeou a sua preparação literária e científica, como fez com muitos jovens talentosos e sem recurso, até vê-lo formado em engenharia e pronto para servir ao Brasil. Por tudo isto, a gratidão de Crispiniano Tavares pelo benfeitor aparece em vários trechos da sua obra, como podemos verificar. E o faz de tal maneira, que nos convence e comove.

Quando ele se formou em junho de 1880, já tinha o casamento marcado para o mês de agosto com Antônia de Paula Felicíssimo, filha do tenente do exército Francisco de Paula Felicíssimo, e a primeira idéia que lhe ocorreu foi ir ao Rio de Janeiro, em viagem de núpcias, a fim de aproveitar a ocasião e agradecer a D. Pedro II tudo que fez por sua formação técnica e literária.

Vale a pena ler o que escreveu a respeito dessa carinhosa visita ao grande monarca:

“Em junho de 1880, completei o curso da Escola de Minas em Ouro Preto e casei em agosto do mesmo ano, na antiga capital mineira. Como dispunha de três contos de réis, resolvi passar com a minha senhora dois meses no Rio de Janeiro e gastar esse dinheiro em recreio com a boa companheira. Visitamos monumentos, passeios, lugares pitorescos. Niterói,

Petrópolis, Corcovado ouvimos o Tamagno no Lírico, a Lucinda e Eugênio Magalhães no Recreio Dramático ou no Lucinda; o Vasques e o Guilherme da Silveira no Fênix Dramático da rua da Ajuda. E tudo mais para que chegasse a fortuna. Tinha também por fim principal a viagem agradecer ao imperador D. Pedro II os favores dele recebido, visto toda a minha educação científica ser obra de sua majestade, que mandou fornecer-me, durante 10 anos, 120 mil réis por mês até completar o curso, e extraordinários para livros, montando em um total de 16 contos”.

“Em seguida sua majestade fitou em mim o olhar penetrante, com expressão admirada de quem procura recordar-se de coisa que não lhe acode no momento. Mas rapidamente tornou-se calma e severa. Com a mão direita fez sinal que me aproximasse e disse em voz alta:

— Crispiniano... venha cá.

Senti galopar em mim uma sensação deliciosa. Calor agradável e doce invadiu-me da cabeça aos pés. A circulação de meu sangue tornou-se livre, como se tivessem desatado nós que estrangulavam os grossos vasos arteriais. Calma santa infiltrou-se em minha alma.

E eu passei triunfante, modesto, sem orgulho, com o pensar nítido, senhor da situação, entre duas alas de grandes do império e das nações estrangeiras, que se desviaram surpreendidos para me dar passagem.

Quis beijar a mão do imperador. Não consentiu e apertou a minha destra falando bem alto:

— Recebi carta do Gorceix. Estou muito satisfeito contigo. Parabéns pela tua formatura. Não aborreças ninguém com empregos públicos. Conto contigo para a prosperidade da indústria nacional.

— Venho beijar a mão de vossa majestade e agradecer-lhe os benefícios que me prestou.

— Nada me deves. Cumpri um dever. Se consideras-te devedor paga ao país, com tua atividade e com o teu saber. Estuda, estuda, ainda falta muita coisa. Fica sabendo que aprendeste apenas a procurar a ciência. Estou ocupado com audiência de gala. Vem no domingo antes da missa. Preciso dar-te uns conselhos”.

2 — HOMEM DE PENSAMENTO E AÇÃO

Crispiniano Tavares era um homem de pensamento e

ação, que dividia o tempo entre os trabalhos de campo e a prancheta no gabinete de estudo. Se de um lado a profissão possibilitava-lhe esta alternativa benéfica, ora levando-o a longas caminhadas, ora prendendo-o na sala de desenho, de outra parte a sua personalidade parecia expandir assim todas as potencialidades de intelectual e cientista autêntico.

Coexistiam nele o técnico, que olhava objetivamente e agia sem fantasias, com o idealista, embebido de leituras clássicas e em permanente choque com a realidade crua da vida. Daí encontrarmos lado a lado o empreendedor dinâmico da mineração e o observador arguto dos costumes. Enquanto um redigia os relatórios técnicos sobre as riquezas minerais, o outro se apressava em registrar os tipos humanos da região, com todos os seus sonhos, esperanças e sofrimentos.

Por isso, nós podemos encontrar o engenheiro de minas se associando, já em agosto de 1881, com o seu concunhado engenheiro Francisco de Paula Oliveira, a fim de erguer na região de Abaeté, M.G., dois estabelecimentos metalúrgicos: um para tratamento de galena argentífera e outro para o fabrico de ferro, pelo processo direto. Da mesma época são diversos trabalhos literários, inclusive poesias, que infelizmente desapareceram.

Como o empreendimento não deu os resultados que esperavam, Crispiniano Tavares aparecia em 1883 investido das funções de fiscal da Estrada de Ferro Mojiana, quando então se localizou em Uberaba e continuou a escrever sobre os costumes do homem sertanejo, retratando-o no Triângulo e em Goiás, nas horas de folga do engenheiro e geólogo.

Aí ele iniciou, segundo o "Lavoura e Comércio", por volta de 87 a formar a "bela e esplêndida" Quinta da Boa Esperança, que constitui um capítulo dos mais interessantes na vida do cientista e escritor. Uma obra que é lembrada com orgulho pelos jornais do fim do século e onde, além de experiências agrotécnicas no campo da fito e da zoologia, o brilhante homem de letras escreveu páginas duradouras do livro "Contos Inéditos", bem como várias poesias.

Com referência a Goiás, o carinho por nossa terra vem de 1883, quando nos visitou em viagem de pesquisa e publicou na Revista de Engenharia do Rio de Janeiro o trabalho: Companhia de Mineração Goiana. Ele foi o primeiro brasileiro de nível universitário a realizar estudos de geologia e mineração em território anhanguerino, tendo como teatro Porto Velho do Rio das Pedras no Paranaíba, Bonfim e Pirineus, na par-

te compreendida pelo município de Meia Ponte. Sem dúvida alguma, surgiram nessa época distantes as primeiras observações e as primeiras páginas do escritor sobre os goianos. Nunca mais deixaria de se interessar pelo nosso estado e aqui acabou por desaparecer tragicamente, em 1906, na cidade de Rio Verde.

3 — POLÍTICO E ADMINISTRADOR

Em 1882 estava em Ouro Preto de volta de Abaeté, onde formara sem grandes resultados sociedade para exploração de minas, sendo nomeado então Diretor de Obras Públicas da Província, na administração Portela.

Permaneceu pouco tempo nessas funções porque, embora pertencesse ao grupo conservador, pediu demissão do cargo e moveu ferrenha oposição aos dirigentes da época “por motivo de alto interesse patriótico”, segundo o **Lavoura e Comércio** de fevereiro de 1906.

Para isto, o escritor fundou o jornal “Minas Altiva” de que foi o único redator, compositor e impressor, em franca oposição aos governantes. Indubitavelmente, o fato concorreu para apelar do poder aquela administração e os seus sucessores, reconhecendo os méritos de Crispiniano Tavares, nomearam-no engenheiro fiscal das estradas de ferro subvencionadas pela Província de Minas. E foi assim que, em 1883, o engenheiro, baiano se transferiu para Uberaba a fim de fiscalizar a Catalão, depois chamada Mojiana, que se construía naquele tempo.

É pena que não tenhamos encontrado um arquivo da época, para se aquilatar com precisão o trabalho do administrador e do técnico, em benefício da penetração dos trilhos no centro do país, com o que todos nós nos beneficiamos. Mas, a julgar pelo dinamismo e pela atuação incansável do dr. Crispim, a sua presença à frente daquela grande obra foi em verdade um fator de êxito do empreendimento.

Além do mais, o fato proporcionou as ligações afetivas do escritor com o Planalto Central, que retrataria de maneira magistral em suas páginas, estudando-lhe a paisagem e penetrando com arte o coração dos homens.

4 — MESTRE E PESQUISADOR

Em 1887/88 ele iniciou a formação da Quinta da Boa Esperança na cidade de Uberaba, próximo à futura estação da Estrada de Ferro Mojiana. Uma chácara-modelo onde fazia experiências agrotécnicas, selecionando videiras e produzindo

uvas, fabricando laticínios, criando abelhas ao lado de um belo pomar e mantendo grande horta de verduras e hortaliças.

Anos depois, fim do século passado e começo deste, a sua produção era consumida pelos uberabenses, que tinham também na quinta do dr. Crispim — lá estão ainda hoje as caixas ou tanques — a fornecedora principal de água potável para a cidade.

A iniciativa obteve tanto resultado que se tornou o ponto aprazível do lugar, além de motivo de orgulho para todos os habitantes. Ali se hospedaram sempre os visitantes ilustres do século passado e ali também os homens cultos de Uberaba costumavam se reunir com o escritor para longas tertúlias literárias.

Quando se criou o Instituto Zootécnico, infelizmente desaparecido, e que foi a primeira casa de ensino superior do planalto, ligado às ciências agrônômicas, Crispiniano Tavares regiu naquela escola as cadeiras de física e química agrícolas, com grande proficiência.

Para se ter uma idéia do elevado espírito do estudioso e pesquisador que ele sempre foi, basta lermos "Metade sermão, metade zoologia", que aparece no apêndice desta edição crítica. São dele estes trechos:

"Tenho observado, nos pequenos seres, manifestações de tal forma admiráveis, em vista da pequenez dos indivíduos, que tenho ficado seriamente maravilhado.

As figueiras têm, nas extremidades dos galhos, brotos macios e cobertos de aveludada penugem. Nestes galhos, junto aos brotos, quase sempre na sua parte inferior, para se protegerem das chuvas ou ardores do sol, vivem uns pulgões da forma de percevejo e pouco menores que a unha do dedo mínimo de mão delicada. Estes pulgões são as vacas de leite de formigas pretas, elegantes e de um centímetro de comprimento. É surpreendente o proceder inteligente e delicado da formiga. Coloca-se cuidadosamente a cavaleiro do pulgão e sem lhe tocar com as pernas, a parte posterior virada para a cabeça dele. Com as antenas, passa delicadamente uma escovação na parte abdominal do pulgão, em velocidade crescente, até que linda gota dourada, dulcíssima e perfumada, do tamanho da cabeça de alfinete, brilhe no extremo abdominal do pulgão. Então a formiga levanta as antenas em sinal de prazer, tão satisfeita como um alemão em frente ao copo de cerveja espumante. Limpa até os lábios com as antenas. E depois deste asseio bebe lentamente o precioso botãozinho dourado. O próprio

pulgão sente que está livre da escovação e afasta-se para trás, na certeza de que nada mais há a exigir dele”.

“Na época em que fui engenheiro de distrito, com sede na cidade de Campanha, tive uma mania superior ao meu raciocínio e aos conselhos de minha mulher. Tratava de fazer coleção de ovos de aves. Trepei em lugares perigosos, gastei dinheiro para armar andaimes e alcançar altos barrancos, tinha um exército de meninos a meu soldo e seguia infantilmente com eles para toda parte que o seu capricho inventava, contando que fossemos colher ovos de passarinho”.

Somente um poeta, filósofo ou cientista poderia ter tamanho interesse por essas coisas e Crispiniano Tavares, em mais de uma passagem da sua vida, provou sobejamente que era tudo isto ao mesmo tempo. Poeta, filósofo e cientista apaixonado pela natureza. Daí ter-se tornado a sua casa, por muitos anos, verdadeiro museu com coleções de pedras, insetos, ovos e pássaros, além de se fazerem ali constantes experiências com plantas animais. Ele era na verdade um mestre e pesquisador incansável.

5 — AMANTE E DEFENSOR DA NATUREZA

O escritor conta-nos que em 1904 deixou Uberaba em lombo de burro e foi ter às nascentes do rio Araguaia, cujo local esquadrinhou com os seus instrumentos, na minudência de bom topógrafo, registrando tudo na caderneta de campo, para ter o prazer de se abarracar em um dos pontos mais atraentes da potamografia da América do Sul. Ali nascem águas que formam a bacia do Prata e outras que buscam a região do Amazonas. Este gosto desinteressado de estudioso puro, representou para ele longa marcha de 1.500 quilômetros de ida e volta, sem uma única palavra de lamentação ou arrependimento. Pelo contrário, apreciou imensamente.

De outra feita, ao falar de Jataí — cidade onde deixou muitos amigos e admiradores, nas inúmeras vezes que lá esteve como agrimensor — ele expressou com veemência a sua repulsa pelas queimadas constantes das matas e pediu ao Criador que iluminasse aquela gente quanto às técnicas agropecuárias de que tanto necessitava. Vejamos um pequeno trecho do conto “O diamante do Chico França”:

“Os trabalhos agrícolas estão limitados à rotineira cultura do milho, arroz e feijão, destruindo-se as matas pelo feroz machado e pela cruel e devastadora queimada. Nem o mais le-

ve rudimento de cultura científica. Trevas por toda parte e trevas do sertão. Isto em uma formosa superfície em condições meteorológicas superiores. Zona invejável, capaz de produzir e alimentar à farta numerosas gerações e todas as indústrias agrícolas, pastoris e fabris. É o boi criado à discrição da natureza em cruzamentos consanguíneos, sem seleção alguma, a única indústria que prospera, de prosperidade anêmica.

Que a Divina Providência mande ligeiros rudimentos das ciências agronômicas e zootécnicas iluminarem os espíritos dos proprietários desta feracíssima zona goiana”.

De outras vezes, o escritor voltava ao assunto para lamentar a devastação das matas ou a matança indiscriminada feita pelos caçadores de antas, veados, capivaras e demais espécies animais. Sempre com o mesmo espírito de amor e defesa dos recursos naturais, que gostaria de ver respeitados.

Um aspecto marcante da sua obra, que nunca é demais louvar, nós vamos encontrar nas descrições delicadas de quadros e cenas da natureza. Era um verdadeiro artista clássico para retratar, construindo magníficas aquarelas, onde a gente não sabe o que mais apreciar, se a arte de escrever com veracidade e beleza ou se o grande carinho do escritor pelo que o rodeava nos sertões de Goiás. Estas páginas são antológicas e vêm tocadas por um sopro do mais puro senso poético das coisas e da vida.

Mas, existe uma passagem na vida de Crispiniano Tavares que expressa mais do que tudo este aspecto da sua personalidade. Aspecto digno da nossa admiração constante. No começo do século — conta o seu sobrinho, engenheiro Jesuíno Felicíssimo Júnior — a prefeitura de Uberaba mandou alguns operários derrubarem bela árvore em suas terras, quase no perímetro, divisando com a Quinta da Boa Esperança. Quando lá chegaram, como a notícia já tivesse corrido, encontraram o engenheiro armado de carabina debaixo das galhadas.

— O que der a primeira machadada nesta árvore morre.

A sua atitude era de tal sorte sincera e calma, que os homens desistiram de cumprir a ordem das autoridades e, por muitos anos, o espécime lindo da nossa flora continuou enfeitando a paisagem e agasalhando os pássaros, para alegria do dr. Crispim, que sempre foi um amante e defensor da natureza.

6 — GEÓLOGO, GEÓGRAFO E AGRIMENSOR

Crispiniano Tavares foi o primeiro brasileiro de nível uni-

versitário a realizar estudo de geologia e mineração em território goiano e isto se deu na serra dos Pirineus, município de Meia Ponte, hoje Pirenópolis. O seu relatório técnico tinha a data de 7 de setembro de 1883 e foi publicado no Rio de Janeiro pela "Revista de Engenharia", de onde extraímos este pequeno trecho:

"Ilmo. e exmo. sr. Comendador Antônio da Costa Chaves Faria. — Encarregado por v. exa. como presidente da Companhia de Mineração Goiana de estudar as lavras auríferas pertencentes à mesma companhia, sitas na província de Goiás, município de Meia Ponte, na serra dos Pirineus Goianos, venho apresentar o resultado de meus trabalhos.

Tomo como ponto de partida de minha viagem Ouro Preto, porque entendo conveniente fazer ver as relações geológicas que existem entre Minas e Goiás, apesar do que avanço neste sentido carecer de estudos mais aturados, atenta a enormidade da zona percorrida, como se pode ver no mapa de distâncias, alturas e petrográfico que junto a este relatório".

O geólogo, como se pode ler em seu relatório veio pela região de Patrocínio, atravessou o Paranaíba no porto velho do Rio das Pedras até chegar a Bonfim e depois à Lavra do Abade, objetivo da viagem científica.

No dizer do dr. Jesuíno Felicíssimo Júnior — ex-presidente do Instituto de Geologia de S. Paulo e sobrinho do autor por afinidade — o trabalho do notável filho de Ilhéus "Foi um valioso estudo de correlação da formação geológica de Goiás com as de Minas, iniciando caminhamento por Ouro Preto e derivando por terrenos das serras do Itacolomi, Ouro Branco, Caraça, Paiol, São Francisco (Canastra), Mata da Corda, Patrocínio, Porto Velho do Rio das Pedras, Água Suja, Bagagem, volta a Porto Velho do Rio das Pedras, Bonfim e Pirineus".

Neste e em outros trabalhos o geógrafo estava presente ao estabelecer altitude, ao estudar os cursos d'água, a flora, a fauna e representou todo o resultado de suas observações em mapas minuciosos e originais.

Orville A. Derby (1851-1915), o ilustre geólogo norte-americano a quem muito devemos, baseou-se em Crispiniano Tavares ao tratar dos picos mais altos do Brasil. É o que nos ensina Eusébio Paulo de Oliveira:

"Os picos altos do Brasil" é uma contribuição de alto valor geográfico; dentre os fatos mais salientes nela elucidados, destaca-se a altitude da Serra dos Pirineus, Minas Gerais, (sic) à qual foi atribuída, por algum tempo, o título de pon-

to culminante do Brasil. Derby concluiu, baseando-se em uma observação do engenheiro de minas Crispiniano Tavares, feita em uma parte do rio Paranaíba, que a serra dos Pirineus teria no máximo 1352m, o que foi confirmado pelos trabalhos da Comissão Cruls, em 1892”.

Na qualidade de agrimensor, Crispiniano Tavares percorreu grandes áreas do sudoeste, dividindo fazendas em Jataí, Rio Verde e Caiapônia, quando ficaram arquivados ali muitos relatórios e mapas da sua autoria, que merecem ser examinados com carinho por quem se interesse em aprofundar o assunto.

Há cinco anos atrás, tivemos a oportunidade de ler atentamente o processo de divisão da fazenda “Paraíso”, por gentileza das autoridades jataienses, e lá encontramos um mapa primoroso, ilustrado com desenhos coloridos de animais da região e — como sempre — um pormenor curioso e humorístico do autor de “Contos Inéditos”: a letra p de Paraíso era representada pela figura de enorme gorila beijando a boca de um padre. As outras letras imitavam galhos rústicos de velha árvore, lembrando que o agrimensor era também um bom desenhista.

7 — JORNALISTA, POETA E ESCRITOR DE FICÇÃO

Além de ter feito sozinho o jornal “Minas Altiava” de objetivo político, o autor colaborou em várias folhas de seu tempo e escreveu trabalhos técnicos para a “Revista de Engenharia” do Rio de Janeiro, como podemos ver no final desta apresentação.

Quando morreu violentamente em 1906, deixou uma coleção de poesias que falavam de algumas possíveis paixões e lembravam vultos de mulheres amadas, sem contudo declinar-lhes o nome. Versos arrebatados e românticos, que confirmavam o seu exaltado gosto pelo sexo frágil. Entretanto, um dos sobrinhos afins, hoje o famoso engenheiro Glycon de Paiva, destruiu-as muito tempo depois, por julgá-las atentatórias à memória de d. Antônia Felicíssimo Tavares, sua tia. E em razão disto, hoje não conhecemos infelizmente a produção poética do ilustre homem de letras, o que é de se lamentar com sinceridade.

De qualquer forma porém, o que ele nos deixou reunido em “Contos Inéditos” representa uma contribuição apreciável para se julgar o talento e a arte de Crispiniano Tavares, cujos méritos são indiscutíveis. Com este livro, que é da maior importância para Goiás, ele se tornou entre nós o iniciador do

conto, da fábula e dos estudos folclóricos, sendo de se pensar que tenha exercido influência benéfica sobre os que escreviam no planalto, inclusive mais tarde em Hugo de Carvalho Ramos, que desabrochou exatamente na época em que Vila Boa inteira conhecia e admirava o escritor de Ilhéus. Por certo o pai do cinzelador de "Tropas e boiadas" — baiano como o dr. Crispim — tinha em casa o livro do coestadano e o jovem Hugo o conhecia também. Seria esta uma das fontes do seu regionalismo? É bem provável.

Crispiniano Tavares, que escreveu nas últimas décadas de 1800 e primeiro lustro deste século, pode e deve ser incluído entre os precursores da literatura regional do Brasil, sendo para se registrar ainda que ele trazia em alguns trabalhos os germes da ficção de fundo social, a vir aparecer muito mais tarde no ciclo da cana de açúcar no nordeste, a cuja área não era de todo estranho, pela origem e pela vivência de garoto pobre da região do cacau.

Por isso merece estudada com especial carinho aquela sua profissão-de-fé literária que começa deste modo: "Eu sou dos que pensam que descrevendo os indivíduos como eles são, como eles trabalham, como eles dizem, como eles sentem, contribui-se ao vivo para o estudo dos costumes dos povos".

Os notáveis ficcionistas do ciclo da cana de açúcar não fizeram outra coisa nos anos 30.

8 — A MORTE

Em várias passagens do seu livro, Crispiniano Tavares elogia a atitude das mulheres virtuosas, que sabem manter-se fiéis aos deveres matrimoniais, e critica com sinceridade os conquistadores baratos. O seu ponto de vista é imutável. Um só.

Contudo, por ironia da vida, morreria depois devido a um amor proibido. Apaixonou-se e passou a viver com a esposa de ex-auxiliar, que teve a dignidade de continuar em casa na companhia dos filhos menores. Este foi o começo da tragédia que aconteceu no dia 12 de fevereiro de 1906, em Rio Verde, sudoeste de Goiás, onde o escritor trabalhava como agrimensor.

Em Uberaba o jornal **Lavoura e Comércio** registraria dias depois o fato, nestes termos:

"DR. CRISPINIANO TAVARES

Até agora, não nos chegou nenhum pormenor sobre o

lamentável assassinato, em Rio Verde, do dr. Crispiniano Tavares.

Apenas sabemos, por um telegrama transmitido ao sr. Coronel Pedro de Vasconcelos Castro, que o assassino chama-se José Bento e que também foi assassinado após a perpetração do crime, não se sabe ainda por quem. Ouvimos dizer que essa tristíssima cena de sangue teve lugar no dia 12 do corrente, vindo o dr. Crispiniano Tavares a falecer a 13. José Bento expirou no mesmo dia do crime, pouco depois de ser atirado.

Sabemos reinar enorme consternação na longínqua cidade goiana que foi teatro de tão lúgubre cena.

Damos em seguida, cumprindo a promessa que fizemos no número passado, as notas biográficas do dr. Crispiniano Tavares, que foi ornamento da nossa sociedade”.

Ainda não se sabia como tudo tinha acontecido. Mas sempre existe alguém que viu, e muitos anos depois, quando em 1956 começávamos a pesquisar sobre a vida e a obra do contista, encontramos uma importante testemunha de vista do que ocorreu. Chamava-se Irani Alves Ferreira, médico, ex-secretário de Saúde Pública do Estado de Goiás, que nasceu em Rio Verde. Vejamos como ele descrevia a cena de faroeste:

“Eu era garoto e estava na janela vendo a rua. Minha mãe tinha me posto em camisolas para não sair. Olhava na manhã de chuva fina as pessoas que uma vez ou outra iam ou vinham passando. Em dado momento vi um homem gordo e acompanhei seus passos, não havia nada mais para fazer, até que chegou perto de uma casa de esteios e de lá saiu um tiro de espingarda e sua barriga ficou cheia de sangue. Muita gente correu para lá. Foi aquela confusão. Anos depois eu vim a saber realmente tudo o que tinha acontecido no dia 12 de fevereiro de 1906, quando em camisolas assisti da minha janela ao desfecho dos fatos. Dr. Crispim vivia com a mulher de José Bento de Godoi, seu ex-empregado, que era pessoa simples e pacata, com vários parentes ali, além de muito estimado no lugar. Apareceu um trabalho de agrimensor para o engenheiro e ele quis levar a companheira, mas esta se recusou dizendo-lhe que só iria se os filhos fossem. “Não tem dúvida, eu mando alguém falar com o seu marido”. E de fato mandou dizer a José Bento de Godoi que seria apenas por alguns dias, por isso pedia-lhe que consentisse na ida das crianças com a mãe. O pai se negou. Ao que se presume, parentes e amigos insti-

garam o homem a não ceder e acabar com aquilo de uma vez. Foi o que ocorreu.

“Nada tenho a ver com a mulher, ela faz da sua vida o que quiser, mas os filhos não, eles são meus e permanecem comigo”. Dias depois, quando o engenheiro se aproximava do seu escritório, recebeu um tiro de chumbo no ventre e mesmo ensanguentado, mortalmente ferido, foi até lá e voltou com a fogo-central para abater o desafeo: deu-lhe um iro na cabeça. José Bento de Godoi morreu na hora e Crispiniano Tavares — por exigência de várias pessoas — foi transportado para as grades, na própria cama em que se esvaía em sangue. Ali ele relacionou dez ou doze amigos que gostaria de ter no seu enterro. Na madrugada do dia 13 morria na cadeia de Rio Verde”.

No dia 18 de janeiro de 1975, o sr. Rosulino Campos, um dos mais antigos moradores de Rio Verde e contemporâneo dos protagonistas da tragédia, forneceu-nos o seguinte depoimento, que reforça e confirma as informações do ilustre médico Irani Alves Ferreira, dadas muitos anos antes.

“Dr. Crispim já vivia com a ex-mulher de José Bento de Godoi, um antigo auxiliar do engenheiro, quando estava dividindo a fazenda do Alegre em nosso município, pertencente a Cândido Rodrigues Pereira, mais conhecido por Candão. Quis levá-la em sua companhia e ela ponderou que só iria se os filhos fossem também. Não tem dúvida — respondeu — vou pedir ao Candão para falar com o seu marido.

Quando o emissário e cliente do agrimensor falou com José Bento de Godoi ele não gostou do pedido, deu na mala: “A mulher vai pra onde quiser, eu não tenho nada com isto mas os meus filhos não. É mais fácil eu dar um tiro naquela barriga!”.

Como a casa de José Bento de Godoi ficava ao lado do escritório do dr. Crispim, certa manhã o engenheiro passava em frente a caminho do trabalho e tomou um tiro de chumbeira no ventre. Várias pessoas correram com o estampido, inclusive amigos que estavam na loja do Samita — Jerônimo Antônio Coimbra — onde eu era balconista. Enquanto insistiam para o José Bento de Godoi abrir a casa e se entregar, dr. Crispim entrou no seu escritório bastante ensanguentado e de lá veio com uma espingarda fogo-central para surpreender o desafeto e dar-lhe um tiro na nuca. Joaquim Taquara, que morava em frente, ainda gritou “cuidado José Bento!”, mas era tarde. A força do balaço foi tão grande que varou a ca-

beça do homem e saiu rasgando portas e paredes. Coisa terrível!

Enquanto um morria na hora o outro ia gravemente ferido para a casa de dona Maruca, no mesmo quarteirão, em frente à loja do Samita, e ali se juntou pouco depois um grupo de revoltados amigos do morto, que era pessoa muito estimada no lugar, com seu gênio alegre e brincalhão. Exigiam que Crispiniano Tavares fosse levado para a cadeia. Várias pessoas — as mais cultas do lugar — ponderaram que ele estava morrendo, não era possível fazer uma coisa daquelas. E a resposta, pela boca de alguns mais exaltados foi esta, passadas algumas horas de discussão: “Está bem, daqui a uma hora nós voltamos e se ele não estiver na cadeia nós acabamos de matar”. Diante disto, o engenheiro e agrimensor foi levado na cama para as grades da cadeia pública, na atual praça Ricardo de Campos. Isto conteceu na parte da tarde e na madrugada seguinte, pelas 4 horas, o dr. Crispim morreu”.

Assim desapareceu o iniciador do conto, da fábula e dos estudos folclóricos em Goiás.

9 — RETRATO FALADO

Na falta de fotografia do escritor, é possível fazermos dele uma idéia pelas informações dos seus contemporâneos. O que se poderia denominar — sem grande precisão — um retrato falado.

Era homem de estatura mediana e corpulento, de pescoço curto, pele morena e rosto redondo, barba e bigode raspados, com uma grande calva.

Para diminuir a barriga, usava cinto largo tipo goiaca e só fazia uma refeição ao dia, quando então se alimentava fartamente na hora do almoço.

Habitado a longas caminhadas, por exigência da profissão, gozava de resistência física extraordinária e possuía uma coragem a toda prova, como demonstrou até os últimos momentos da sua vida.

10 — BIBLIOGRAFIA

De acordo com a Revista de Engenharia, do Rio de Janeiro, Crispiniano Tavares publicou só em 1883 os seguintes trabalhos:

- 1 — **Altos fornos na província de Minas Gerais.** Revista de Engenharia, 1883 — p. 117-118 — Ouro Preto.
- 2 — **Companhia de mineração goiana: relatório.** Revista de Engenharia, 1883, p. 265-281. Rio de Janeiro.
- 3 — **Jazidas auríferas da Província de Minas Gerais:** Journal Officiel de l'Empire du Brésil, Rio de Janeiro, 1º de março de 1883.
— Diário Oficial, Rio de Janeiro, 9 de março de 1883.
- 4 — **Lavras auríferas de Minas Gerais** — Revista de Engenharia, 1883 p. Engenharia, 1883 p. 43-45 — Rio de Janeiro.
- 5 — **Mineração de Ouro**
Revista de Engenharia, 1883, p. 15-18 — Rio de Janeiro — 1883.
- 6 — **Notas sobre o fabrico direto do ferro, na província de Minas Gerais**
Revista de Engenharia, 1883, p. 88-90, 103-104, Rio de Janeiro — 1883.

A este rol podemos acrescentar o livreto "Miscelânea", que se encontra na biblioteca da Escola de Minas, em Ouro Preto, de acordo com informações que recebemos, e "Contos Inéditos", publicado pela "Tipografia d'A Século XX", em Uberaba, infelizmente sem data. A nosso ver é obra póstuma que veio a lume em 1910.

Sabe-se por outro lado, que além de poesias muitos trabalhos literários de Crispiniano Tavares se perderam na poeira do tempo, o que é lamentável. Profundamente lamentável.

(Reproduzido do livro "Contos, fábulas e folclore", editado em 1975 pelo DEC de Goiás. — Autor: Basileu Toledo França).

MISSÃO DA HISTÓRIA NA CONJUNTURA ATUAL

Colemar Natal e Silva

Este ato de posse desperta sentimentos de várias ordens, cada um dos quais bastante forte e significativo.

De início, é a lembrança dos primeiros contatos pessoais, ainda nos tempos já distanciados da mocidade, com figuras exponenciais da cultura histórica do Brasil, muitas delas, nomes diretamente ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde são guardados, com justa veneração, pelo vulto das obras que deixaram nesse vasto campo de estudos.

É a recordação que tenho de Ramiz Galvão e Afonso Celso, pelo apoio e estímulo recebidos para os primeiros volumes da História de Goiás, nos quais me honro sempre de haver contado com os seus prefácios, na obra publicada em 1935; é a lembrança de Rodolfo Garcia, cuja correspondência entre nós trocada sobre assuntos históricos conservo, até hoje, com carinho; também a de Capistrano de Abreu, de cujo convívio desfrutei anos a fio, na Travessa Honorina e a cujo estímulo devo a preocupação adquirida pela pesquisa e pelo cultivo da História; é a evocação de João Ribeiro, esta figura de historiador emérito, a quem tanto devem, também, as letras históricas do Brasil.

E, já que o primeiro sentido deste ato é a lembrança do passado, não posso esquecer as consultas registradas nas numerosas cartas que recebi de Max Fleiuss.

Mas, num sentido mais geral e mais amplo para quem penetra os umbrais desta Casa, ocorre, desde logo, a evocação do longo e benfazejo esforço que nasceu com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em meados do século passado e que, ora mais, ora menos, prossegue sem solução de continuidade, através de todas as administrações, a partir de 1838, coligindo, classificando e conservando documentos, livros, cartas geográficas, enfim, pesquisando e registrando os mais fidedignos elementos de informação, até atingir e consolidar,

como fruto desse patrimônio de inestimável valor: o Arquivo, a Biblioteca, a Mapoteca, a Filmoteca, a Discoteca e o Museu Histórico, destacando-se, desde logo, como uma das glórias mais autênticas e engrandecedoras, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundada já no ano seguinte à sua instalação, em 1839 e que é o mais fecundo repositório da vida brasileira, no seu aspecto cívico, cultural e genuinamente histórico, enriquecido constantemente pelas peças incorporadas às suas coleções, pelos boletins, álbuns, anais e conferências.

Tudo isso inspira o respeito, a admiração, o apreço a que esse patrimônio faz jus para toda a sorte de estudiosos da vida brasileira.

Para nós, que entramos agora, cabe evidenciar o sentido dessa oportunidade do convívio tão honroso, tão grato — e por quê não dizê-lo? tão sonhado, com as figuras exponenciais da história pátria, esses continuadores da longa e rica tradição de que é o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um baluarte e um guardião.

Outra impressão, atual, nova e grata, é já não ver o vestuário prédio que guardava os monumentos do passado naquela sede tosca, antiga e apenas relicária e, sim, ver agora a esplêndida realidade desse novo meio físico de uma sede moderna, com todos os indispensáveis requisitos de funcionalidade, à luz das conquistas avançadas da técnica e da ciência e como fruto de ampla e louvável compreensão do Governo Federal.

Na órbita dos motivos mais significativos que a solenidade desperta, avulta o de ver, na presidência, ao lado de uma equipe de valores reais essa figura empolgante de historiador e intelectual brasileiro — Pedro Calmon — meu antigo colega de Reitoria, na Universidade e que possui, pelo precioso rol de títulos, um currículo riquíssimo de serviços prestados à causa da inteligência e da cultura no Brasil.

Ainda na faixa da evocação oportuna das realizações de maior relevo, cabe, por um estrito dever de justiça, lembrar e pôr em evidência um vulto de primeira grandeza na galeria dos grandes beneméritos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: — José Carlos de Macedo Soares, pioneiro na obra monumental da construção deste edifício-sede, além de ser o portador de toda uma série de outros títulos nos domínios da história, da intelectualidade — nas letras e na vida pública brasileira, onde pode e deve aparecer como figura exponencial.

Quiz a sorte generosa que, além da honra a mim conferida pela douta assembléia geral do Instituto, elegendo-me seu sócio, outra distinção me fosse dada: ser saudado por uma figura de alto nível e valor — Américo Jacobina Lacombe — sócio grande benemérito, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, professor emérito, sem dúvida alguma legítima glória da intelectualidade brasileira, um milionário do saber e da cultura, circunstância tanto mais grata para mim, quanto é um contemporâneo de estudos universitários, cuja vida pública sempre acompanhei em cada uma das suas constantes e brilhantes vitórias.

Certo é que, dentre todas as conhecidas qualidades que ornaram a sua personalidade, destaca-se a generosidade, demonstrada, de modo eloquente nas palavras com que me saudou, neste ato de posse, inspirando, de minha parte, mais um sentimento, em relação a ele: agradecimento e gratidão.

Cabe-me, agora, explanar o tema escolhido: A MISSÃO DA HISTÓRIA NA CONJUNTURA ATUAL.

Desde que o conhecimento das cousas passadas, no curso evolutivo das fases da existência social humana, nos traz, de envolto com as mais preciosas fontes de cultura e compreensão dos fatos e das eras, a clareza necessária para ligá-los e antever sua evolução para o futuro, a História é e não poderia deixar de ser, um dos guias mais seguros aos que mergulham nos tempos, à busca da verdade dos acontecimentos, em quaisquer esferas da atividade humana.

Sob todos os ângulos em que a encaremos, ou mesmo em que possa ser encarada, — seja sob as luzes da ciência, da economia, da política, ou mesmo num plano de maior generalização — da sociologia — dentro das quais aclara e aprofunda sempre o nosso poder de observação, a História traz, em cada elo de sua misteriosa cadeia, uma ligação de eras que, a princípio desordenadas, nos aparecem assim unificadas, através da distância dos tempos.

“Os fatos, por si mesmos, não dão uma resposta direta ou espontânea às perguntas do historiador: nem trazem, consigo, rótulos que lhes indiquem de que maneira se encadela-
m.”

“É ele mesmo que deve descobrir a concatenação entre eles, em virtude de uma operação intelectual.

“Os sentidos vêem, apenas, a sucessão dos fatos, não a concatenação causal.

“O intelecto não impõe, soberanamente, suas catego-

rias, à realidade, mas, nelas vai descobrindo a estrutura do ser, imperceptível aos sentidos.”

É o que observa um historiador emérito, cuja obra sobre introdução de estudos históricos, é recente: José Van Den Beselaar.

Quanto mais alonga a humanidade suas vistas para o interior dos seus dias, quanto mais o espírito investigador aprofunda suas pesquisas na vastidão da antiguidade, mais se consolidam os conhecimentos de que carece para divisar o próprio futuro.

Isto pode parecer, sob alguns aspectos, como que uma visão panorâmica da vida dos povos.

Cada povo que surge, cada nacionalidade que nasce, cresce e civiliza-se, sente a necessidade absoluta de saber como nasceu, como cresceu e como atingiu os diversos estágios de civilização.

Essa espécie de curiosidade não é, nem poderia ser, apenas um interesse patriótico porque encarna, em si, necessidade substancial na vida das nações.

Depois que, pelas mãos de Augusto Comte e Spencer, cada um a seu modo, firmando bases para a Sociologia, com a cooperação de Max e Egel, a cujos estudos se filiaram escolas econômicas, a História, na frase eloquente e profunda de Vicente Licínio Cardoso. “procura ver e observar organismos sociais, habitando meios físicos, neles exercendo as suas capacidades de ação, tudo o que se seguiu representa a continuidade de um esforço que rasga horizontes mais amplos para a consecução dos objetivos da História.”

Dessas concensões, desde o modelo fornecido por “L’esquisse de l’Histoire”, de Welles, não se omitindo em outros períodos diversos a doutrina de Bucele, de Lapouge, de Gobinot, tudo mais progrediu, ficando ofuscado o brilho daquelas e de outras doutrinas, pela validade cada vez mais procedente e eficaz das investigações, após as conquistas progressivas de novas teorias, muito menos imaginosas e muito mais realísticas dos historiadores modernos.

A conquista e o uso dos métodos científicos, a coordenação dos fenômenos sociais, sob o prisma de uma nova imagem ao alcance dos estudos históricos, não mais dentro do conceito antigo e generalizado de que a História, apenas, se repete, mas, o de que a História, explicando o passado, conduz à previsão adequada do futuro, leva-a à condição de poder entrar na categoria de ciência.

Assim, se tornou lícito afirmar, hoje; a História é ciência.

Mesmo que os trabalhos de Augusto Comte não tenham atingido o seu ideal criador — a filosofia da História — os novos rumos que a Sociologia vem, dia a dia, apontando, através das mas modernas e avançadas conquistas de evolução da intelectualidade humana atingiram, em cheio, a elaboração das sínteses históricas.

Dentro da orientação moderna, fruto do grau mais elevado de cultura e civilização deste final do Século XX, é que se terá de realizar a obra do historiador contemporâneo.

É a História fixando, através do fato, o espírito do passado para a missão específica de compreensão do presente, com vistas à decifração do próprio futuro.

Então, a tarefa do historiador não se restringe a averiguar e registrar “fatos materiais do passado”: consiste, muito mais, em entendê-los, ordená-los e interpretá-los — registra esse profundo e atualizado professor de História, Besselaar, que acrescenta, a propósito: “Ao estudar a realidade humana de outras épocas, e ao patentear as relações existentes entre os diversos fatos históricos ele perceberá, cada vez mais, que seu entendimento do passado é condicionado pela sua própria situação no tempo.”

Um dos fatores mais sensíveis para qualquer conclusão acertada é o da interdependência, cada vez mais estreita, dos fenômenos sociais, políticos, econômicos e até financeiros, criados pelo extraordinário encurtamento das distâncias entre as nações.

O desenvolvimetro da aviação, ligando todas as nações do mundo, as comunicações através do rádio, no campo internacional, e, agora, a televisão, estão contribuindo para que aquela ficção literária de um mundo só apareça como uma realidade.

Vão deixando de existir muitas das características regionais que eram próprias, gerando uma interpenetração dos fenômenos sociais, econômicos e políticos, que, anteriormente, davam uma feição como que específica a cada civilização, de país por país.

Até problemas, que eram só de uma nação, passam a ser, atualmente, de todas, numa universalização que cabe ao historiador registrar e interpretar.

Um novo fator abre horizontes nunca antes imaginados sequer: a era do átomo, com a aplicação da energia nuclear e suas implicações diretas com as ciências e as técnicas huma-

nas, gerando reflexos da mais complexa e diversificada ordem nos ramos do conhecimento humano.

Até mesmo as indagações sobre o Cósmos ganharam novo tipo de pesquisa, a interplanetária, admitindo concepções novas.

Retomando o fio de nosso pensamento cabe, de logo, indagar, depois do que foi afirmado: "O novo conceito de História invalida a historiografia anterior ao Século XIX?"

A resposta, dão-na os historiadores modernos pela negativa, esclarecendo: "antes a completam e aperfeiçoam."

"O novo senso histórico consiste em utilizar certos conceitos antes pouco conhecidos, como tipologia, evolução, unicidade dos fenômenos estudados e, notadamente, o chamado conceito de evolução, nascido no Século XVIII e amplamente desenvolvido no Século XIX e no atual Século XX."

E explicam melhor os adeptos da nova teoria: "A historiografia emancipou-se da teologia e da filosofia — disciplinas "especulativas" passando a ser profundamente influenciada pelo método das chamadas "ciências positivas", ou sejam, as que se contentam em estudar e ordenar, metodicamente, os fenômenos observados — cabendo destacar, entre elas, a Psicologia, a Sociologia, a Economia e até a Estilística.

Outra característica a mencionar dentro da nova concepção, é a especialização, que se tornou uma necessidade devida à imensa massa de fatos disponíveis para o historiador moderno e impossíveis de dominar por um indivíduo.

Completa o historiador citado: "Ranke e Cantu, no Século XIX, ainda poderiam ter a pretensão de escrever uma História Universal, enquanto que o historiador atual se vê obrigado a especializar-se numa determinada época histórica e, dentro dela, num tema bem delimitado.

Sob a influência tanto tempo em voga, do romantismo, o historiador usava a noção de "cultura" ou "civilização".

Falava-se, então, na civilização egípcia ou grega, na cultura greco-romana, etc.

Toynbee, na atualidade, submeteu o conceito coletivo de cultura a um novo exame, que qualifica de "intelligible fields of study" ou "indivisible wholes".

Na sua obra tantas vezes citada, sobre conceitos históricos, afirma, a propósito da teoria mencionada, Besselaar:

"É impossível estudarmos a fundo a História do Brasil, sem levarmos em consideração as múltiplas relações que, no tempo e no espaço, ligam a unidade histórica "Brasil" a ou-

tras unidades congêneres, por exemplo, a Portugal e aos Estados Unidos da América do Norte — Arnold Toynbee, “Study of History”.

Mas, esclarece que também estas não são “indivisible fields” e, sim, parcelas sincrônicas a um conjunto mais vasto ainda — a chamada “cultura ocidental”.

Como observa o sociólogo moderno, a realidade humana aparece como fonte inexaurível para a inteligência, através de uma sucessão incessante de novos aspectos.

É o que eles apontam, de modo adequado, através de conquistas na profundidade e conquistas na extensão, esclarecendo, contudo, e afirmando que elas nunca conseguirão exgotar a plenitude ontológica.

“L'être de chose est une aptitude secrète et comme endormie à être saisie par l'esprit e en faisant mesurée par elles, c'est par l'intelligence, elle même qu'en définitif notre intelligence se fait mesurer, par l'intelligence un act pur par laquelle les choses cont mesurées et de qui elles tiennent leur être et leur intelligibilité”.

Essas concepções se acham na obra d J. Maritain — “Distinguer pour unir” ou “Les degrés du savoir”.

Depois da digressão ilustrativa que nos permitimos fazer sobre conceitos históricos, cabe reafirmar, em conclusão:

No estágio atual da civilização humana, sob o impacto do progresso vertiginoso da ciência e da técnica, cujas novas conquistas atingiram a História, pode-se admitir que a sua missão adquiriu novas dimensões e deu maior relevo às suas finalidades, ampliadas, sob alguns aspectos, reformulados sob outros, na conjuntura social de nossos dias.

Rio, agosto de 1976.

LEGALISTA E REVOLUCIONARIO

Waldir Luiz Costa

Sinopse da vida cívica de ARTHUR DA SILVA BERNARDES, lida em sessão conjunta do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás, na comemoração do 1º Centenário do Ex-Presidente da República.

Agradeço, muito comovido, a honra que me concedeu o Prof. Dr. COLEMAR NATAL E SILVA, com o convite para vir discurrir convosco sobre um dos vultos de fama altamente controvertida nestas últimas cinco décadas da história republicana — ARTHUR DA SILVA BERNARDES — cujo centenário se comemora hoje, nascido que foi no dia 8 de agosto de 1875, em Viçosa, Minas Gerais.

De origem modesta, filho do imigrante português, ANTONIO DA SILVA BERNARDES, natural de Castanheira da Pera e de Dona ANICETA MARIA PINTO BERNARDES, ARTHUR era o quarto de uma série de oito filhos.

A infância foi igual à de todo menino pobre, no interior, com passagem pelo Colégio da Caraça, dirigido pelos Padres Lazaristas, que representou em Minas, no século passado, o que foi o São Luiz, de Itu, na história de São Paulo. A minguada de recursos, depois de um biênio entre 1886 a 1889, saiu do Colégio, para ocupar um emprego na firma Pena e Graça, estabelecida em Coimbra, distrito de Viçosa, da qual era sócio seu cunhado JOSÉ DA GRAÇA SOUZA PEREIRA. Daí, passou a outro emprego na Casa Adriano Telles & Cia., na cidade de Rio Branco, onde exerceu as funções de guarda-livros.

O decreto 611, de 21 de fevereiro de 1894, regulando a Instrução Pública em Minas Gerais, permitiu a matrícula avulsa no Externato do Ginásio Mineiro, aos que quisessem prestar

exames finais das disciplinas do curso secundário. Esse fato justificou a transferência de BERNARDES para Ouro Preto. Não são muito positivas as notícias do estudante, nessa quadra, dele havendo referências como estafeta e como funcionário da Imprensa Oficial.

Em 1896, terminou os preparativos e inscreveu-se como ouvinte na Faculdade Livre de Direito, juntamente com FERNANDO DE MELO VIANNA, WALFRIDO SILVINO DOS MARES GUIA, BENJAMIN AMARAL DE PAULA LIMA e JOÃO BAETA NEVES. A Faculdade Livre de Direito já naquela época usufruía de grande prestígio, com equiparação à de Recife e à de São Paulo, em virtude do Decreto 1.289, de 21 de fevereiro de 1893. No quarto ano, ARTHUR BERNARDES resolveu se transferir para São Paulo, onde fez a parte final do curso de Direito, em 1899 e 1900, tendo sido o orador na Festa da Chave, uma cerimônia especial em que os bacharelados entregavam a chave da escola, aos seus sucessores. O "CORREIO PAULISTANO" de 26 de novembro de 1900 deu notícia da formatura de RAUL SOARES DE MOURA e ARTHUR BERNARDES.

O jornal "CIDADE DE VIÇOSA", na edição de um domingo de dezembro desse ano, já publicava este anúncio:

"Escritório de Advocacia"

**Dr. Arthur da Silva Bernardes
tem seu escritório nesta cidade,
no Largo da Matriz. Incumbe-se
de quaisquer negócios referentes
à sua profissão nesta
e nas comarcas vizinhas."**

Nessa época, não havia muitos advogados atuantes em Viçosa. Um tinha o nome de JOSÉ THEOTÔNIO PACHECO. Dois eram provisionados: EMILIO JARDIM DE RESENDE e o pai de ARTHUR BERNARDES, que também era promotor de Justiça, desde 1895 e simultaneamente curador de órfãos, interditos e ausentes.

Para não criar impedimentos, ANTÔNIO DA SILVA BERNARDES exonerou-se das funções e foi advogar com o filho, como solicitador.

O casamento de ARTHUR BERNARDES deu-lhe condições de se revelar. Em 15 de julho de 1903, recebeu a Dona CLÉLIA VAZ DE MELO, como sua legítima esposa, filha do Senador CARLOS VAZ DE MELO.

Iniciando-se na política municipal, revelou-se com um discurso, saudando FRANCISCO SALLES, que passava pela

estação de Viçosa, a uma légua da cidade. Daí, foi vereador e, falecendo-lhe o sogro em 1904, assumiu o comando da política municipal, tomou a direção do jornal "CIDADE DE VIÇOSA" de propriedade do cunhado Coronel MARIO VAZ DE MELO, com a exposição de um programa político que consubstanciou historicamente as idéias mestras de sua trajetória política.

O ano de 1905 assinalou a dissolução do Partido Republicano Federal. Saindo-se ileso de um atentado, PRUDENTE DE MORAIS viu sua autoridade consolidada e disso se valeu para assegurar a eleição de CAMPOS SALLES e, após, a de RODRIGUES ALVES.

Com a insistência de manter o Poder Central em mãos dos paulistas, o Conselheiro não escondeu as preferências por BERNARDINO CAMPOS, motivando a reação do Rio Grande do Sul com PINHEIRO MACHADO; da Bahia, com RUI e de Minas, com FRANCISCO SALLES. Dessa tríplice aliança surgiu a eleição de AFONSO PENA para a Presidência da República e a de JOÃO PINHEIRO para o Governo de Minas, após um recesso político decorrente de sua renúncia ao Senado, tendo sido antes presidente interino do Estado, por ato do Governo Provisório. Em Viçosa, ARTHUR BERNARDES porfiou com seu adversário — o Dr. JOSÉ THEOTÔNIO PACHECO — levando as lampas e se impondo como um chefe político regional.

Com essa influência colhida nos prêmios municipais, elegeu-se deputado estadual, em 1907, pelo Partido Republicano Mineiro. A linha dominante de seus discursos e intervenções era a dos assuntos econômicos e financeiros.

JOÃO PINHEIRO morre em 25 de outubro de 1908, subindo BUENO BRANDÃO por quatro meses, entregando o Governo a WENCESLAU BRAZ. Em 1909, BERNARDES se elege deputado federal, na companhia dos veteranos RIBEIRO JUNQUEIRA, ASTOLFO DUTRA, DUARTE DE ABREU e JOÃO PENIDO. O adversário do novo deputado Dr. FRANCISCO BERNARDINO impugnou os resultados perante uma comissão de inquérito composta de ALTINO ARANTES, PASSOS DE MIRANDA, PLÍNIO COSTA e ADOLFO GORDO.

ARTHUR BERNARDES ofereceu vigorosa impugnação à contestação. O parecer do relator confirmou seu mandato, que foi interrompido para ser o Secretário das Finanças de seu Estado natal. E o Brasil em 1909 e 1910 foi sacudido pela campanha de RUI e HERMES DA FONSECA. BERNARDES ficou com HERMES e foi dos poucos chefes tradicionais que ganharam o pleito em suas bases.

Como Secretário das Finanças, foi uma revelação. Instituiu um sistema de fiscalização nunca visto. Reformou a Secretaria. Deu crédito aos municípios. Aumentou os tributos e, apesar das críticas, entrou no vestibulo da glória, regressando à Câmara Federal em 1915, por reeleição. No plano internacional, a Guerra sacudia o mundo. Aqui, o flagelo da seca no Nordeste sugava os recursos federais. BILAC comunicava entusiasmo aos moços. Criou a Liga da Defesa Nacional, os tiros de guerra. RUI, no primeiro centenário da República Argentina, deu a maior lição de Direito Internacional ouvida na América, fixando a consciência americana, diante do conflito que crepitava nos campos da Europa. E MIGUEL PEREIRA dava o grito, chamando a atenção do País para o problema sanitário.

As aperturas financeiras suscitaram ao Ministro da Fazenda SABINO BARROSO a idéia de emitir as Letras do Tesouro Nacional, que o povo apelidou de "SABINAS". CINCINATO BRAGA apregoou a emissão de papel moeda sem lastro metálico e contra isso BERNARDES se levantou com este prognóstico:

"Acredito que ela (emissão sem lastro) deprecie o meio circulante, determine o encarecimento de todas as mercadorias, encareça a vida, prejudique o País na percepção de suas vendas em moeda depreciada, contribua para a baixa do câmbio, expila o outro e retarde o advento da circulação metálica, fanal que nos deve guiar na vereda que, mais hoje, mais amanhã, nosso desenvolvimento e nossa cultura nos farão palmilhar."

Sua estrela continuou a brilhar e lhe coube a tarefa de reexaminar um projeto do Código de Contabilidade de autoria do juriconsulto, professor e Ministro do Tribunal de Contas — DÍDIMO DA VEIGA — juntamente com os Deputados BARBOSA LIMA, MAXIMILIANO FIGUEIREDO, JOAQUIM LUIZ OSÓRIO, ZOSIMO ARAÚJO e MANUEL PEDRO VILABOIM.

A ele se deveu o trabalho profícuo de aperfeiçoar o processo eleitoral previsto na "LEI BUENO DE PAIVA", que levou o número 3.208, de 28 de dezembro de 1916, quando se falou pela primeira vez em cédula fechada e na pluralidade das mesas receptoras de votos, sem que prevalecessem as críticas contundentes que LEÃO VELLOSO FILHO lhe fez pelo "CORREIO DA MANHÃ", no artigo intitulado "TARTUFOS".

A Guerra estende seu manto sinistro sobre o Brasil.

RUI, em Petrópolis, reedita a lição de Buenos Ayres e concita o povo a organizar a liga Pró-Aliados, em vista do bloqueio decretado por Guilherme I. Um navio mercante brasileiro se afundou no Canal da Mancha e aderimos à "ENTENTE CORDIALE", ficando o patrulhamento de nossas costas entregue ao Almirante CAPERTON.

A política interna tinha pela frente a sucessão de WENCESLAU BRAZ, na presidência da República e a de DELFIM MOREIRA na Presidência de Minas. O PRM estava cindido. O candidato de WENCESLAU era ANTÔNIO CARLOS. O do Senador FRANCISCO SALLES era RIBEIRO JUNQUEIRA; o de DELFIM MOREIRA era AMÉRICO LOPES. Todos calados, à espreita da hora "H". Coube a RAUL SOARES resolver o impasse. Com o apoio de SABINO BARROSO e do Senador BERNARDO MONTEIRO, líder da Câmara Alta, apresentou o nome de ARTHUR BERNARDES. O que ocorreu entre BIAS FORTES, AMÉRICO LOPES, FRANCISCO SALLES, DELFIM MOREIRA, BUENO BRANDÃO, BUENO DE PAIVA, URIAS DE MELO BOTELHO e AUGUSTO DE LIMA foi um autêntico expediente mineiro.

Em Barbacena circulava um jornal com o nome de "SERICICULTOR", a serviço das idéias políticas de BIAS FORTES, presidente da comissão executiva do PRM. Nele se inseriu uma nota atribuída a RAUL SOARES, contrária à candidatura de qualquer Secretário do Interior à presidência do Estado, com o endereço certo para AMÉRICO LOPES. Com ela se pôs de acordo o senador estadual HENRIQUE DINIZ, que mantinha íntimas relações com BIAS FORTES. Com isso a política pegou fogo e foi lançada a candidatura de DELFIM MOREIRA a vice-presidente da República e WENCESLAU queimou a de AMÉRICO LOPES para o Governo de Minas, recomendando quatro nomes: BIAS FORTES, BUENO BRANDÃO, BUENO DE PAIVA ou URIAS DE MELO BOTELHO. Foi aí que RAUL SOARES surgiu com o nome de ARTHUR BERNARDES, como forma de resolver o impasse.

O PRM entrou em crise, com FRANCISCO SALLES, presidente da Executiva do PRM, visivelmente contrariado, cabendo a DANIEL DE CARVALHO a incumbência de serená-lo e o fez com pleno êxito, assegurando ainda a candidatura do Senador EDUARDO AMARAL para vice-presidente do Estado.

Na Europa, os países aliados em torno da "ENTENTE CORDIALE" atravessavam instante angustioso. Os alemães avançavam sobre Paris, os exércitos aliados estavam fechados

na região de Soissons e recuavam em Caporetto. KERENSKI caía e a ascensão de LENINE marcou o advento do comunismo.

RODRIGUES ALVES foi lançado a 23 de outubro de 1917 para a substituição de WENCESLAU e a 28 do mesmo mês o Brasil declarava guerra à Alemanha, pelo decreto nº 3.361, assinado em presença do vice-presidente URBANO SANTOS e dos postulantes RODRIGUES ALVES, DELFIM MOREIRA e do deputado ARTHUR BERNARDES preconizado para o governo de Minas.

No Palácio da Liberdade, assumiu Bernardes a chefia do Executivo, no dia 7 de setembro de 1918, sob intensas aclamações populares. RAUL SOARES foi o Secretário do Interior e Justiça. Para a Secretaria das Finanças escolheu AFRÂNIO DE MELO FRANCO, membro da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, nessa época já muito prestigiado na Capital da República.

No governo de EPITÁCIO PESSOA, RAUL SOARES voltou ao Rio para ser Ministro da Marinha e para substituí-lo foi convocado AFONSO PENA JÚNIOR, que recebeu efusivas homenagens promovidas por ÁLVARO CARVALHO, o homem de maior prestígio junto a RODRIGUES ALVES. De grande repercussão foi também o banquete que lhe ofereceram os amigos no restaurante "Assírio".

AFRÂNIO DE MELO FRANCO, convocado para o Ministério da Viação, deixa vaga para JOÃO LUIZ ALVES, que nessa época representava o Espírito Santo, na Câmara dos Deputados, embora mais ligado à política mineira, professor da Faculdade de Direito de Minas, com amplo prestígio no plano nacional. O Secretário da Agricultura foi CLODOMIRO DE OLIVEIRA, professor da Escola de Minas em Ouro Preto e autor de muitos trabalhos especializados.

A guerra chegava ao fim, na Europa. CARLOS HABSBURGO, imperador da Áustria-Hungria, envia às potências da "ENTENTE CORDIALE" como mediador o Príncipe SISTO DE BOURBON E PARMA para negociar a paz em separado, no que foi seguido pela Bulgária, resultando daí o enfraquecimento da Alemanha e o estouro da Revolução de Berlim e, afinal, o Armistício que pôs fim à guerra. A epidemia a que chamaram "INFLUENZA ESPANHOLA" dizimava o mundo e, com ela, perdemos RODRIGUES ALVES, que, eleito em 1918, não pode tomar posse, falecendo em 16 de janeiro de 1919.

A esse tempo, também em Minas, como em todo o País, havia duas alas de republicanos: os históricos que derrubaram

o Império, mas já acomodados na rotina e os **moços**, ardorosos patriotas que se fizeram naquela escola que produziu o **"Porque me ufano do meu País"** do Conde de ALFONSO CELSO. BERNARDES teve que lutar entre as ondas dessas divergências. A morte de RODRIGUES ALVES lhe criou pesados encargos.

Testemunha e participante dos fatos, depôs DANIEL DE CARVALHO:

"Em verdade, RAUL SOARES vinha meditando, de longa data, sobre a necessidade de por à frente do governo de Minas um homem capaz de romper com a rotina, tomar iniciativas, arcar com as responsabilidades do poder, traçar novos rumos à política do Estado e assumir posições corajosas na política federal. Era preciso acabar com a política dos coronéis e dos bons moços. Entendia que o governo e a política de Minas precisavam de ser sacudidas por uma vontade enérgica de quem não tivesse compadres; e, adotando um programa, o cumprisse à risca, sem se incomodar com a grita levantada e com as lamentações de correligionários e adversários".

E ARTHUR BERNARDES se mostrou à altura dessa expectativa. A renovação de um quarto do Senado e da totalidade dos deputados para a legislatura seguinte, a posição assumida na escolha de EPITÁCIO PESSOA para substituir RODRIGUES ALVES, a amortização da dívida do Estado, os entendimentos com os banqueiros PERRIER para a instalação do Banco Hipotecário e Agrícola no Estado, o prestígio que deu ao Judiciário, a expansão das ferrovias, da rede escolar, o ensino agrícola que culminou com a Escola Superior de Agricultura de Viçosa, a resistência oposta ao contrato da ITABIRA IRON foram capítulos de coragem que poucos homens públicos viveram, como BERNARDES. Seu obstinado empenho de defender a riqueza do Estado lhe custou duras campanhas. De seu governo foi o Código de Processo que contou com a colaboração do Desembargador ARTHUR RIBEIRO, depois Ministro do Supremo, juntamente com RAFAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES, MENDES PIMENTEL, ESTEVÃO PINTO e AFONSO PENA JÚNIOR.

Os dois últimos anos de governo foram de rudes embates. Ouçamos suas palavras na Mensagem ao Congresso Mineiro, em 14 de julho de 1922:

“A função de governo, que sempre foi um árduo dever e expõe à inveja e à malquerença aqueles que a exercem, vai se tornando cada dia mais penosa em toda parte. A atitude injusta da opinião para com os depositários do poder origina-se da falsa concepção generalizada de que os altos da administração não passam de um lugar de gozos e de proventos, em vez de sacrifícios, onde, na realidade, os dirigentes imolam, ao serviço da pátria, a saúde e às vezes a própria vida, em prejuízo dos grandes interesses de ordem privada. Por isso, a massa geral dos cidadãos favorecidos com a ação administrativa não reconhece o sacrifício dos que se votam a todos os incômodos e perigos sem outro fim senão o de promoverem o bem geral”

“É tão profunda a anarquia mental e farta a indisciplina renante que o ódio dos descontentes e despeitados mais se acirram contra os que se empenham por bem servir a coletividade. A tendência é para menoscar o esforço dos administradores e para sotopor o interesse público aos interesses de poucos; e muitos há que não admitem tome alguém a defesa daquele, nem mesmo o governo, órgão específico dessa defesa e seu advogado natural” .

“Apesar, porém, de tais dificuldades diz-me a consciência que durante o período em que tive de governar Minas Gerais cumpri solicitamente o meu dever e jamais me inspirei em sentimentos outros que não o de promover o bem do povo e a prosperidade do Estado, a cujo serviço votei o meu cérebro e o meu coração.”

Este fragmento constitui um desabafo de quem deveu guardar “*in pectore*” muitos ressentimentos com os amigos mais chegados. A inquietação que agitava os moços na Escola Militar e gerou a crise do fim do governo Epitácio também se alastrava em Minas e antevia BERNARDES todos os percalços que tinha pela frente. Em São Paulo ainda fumegavam os rescaldos da digervência no PRP, que impossibilitavam a eleição de ALTINO ARANTES para a vaga de RODRIGUES ALVES, quebrando o elo da política do “*café com leite*” que, no período de 1894-1930, só esteve ausente com HERMES DA FONSECA e EPITÁCIO.

Outro foi, entretanto, o tom da fala de despedida, ao

passar o governo de Minas a RAUL SOARES, no dia 7 de setembro de 1922, um dia de gala inusitada para o Brasil, entre as comemorações do 1º Centenário da Independência.

“Bem desejava eu que, neste dia, ao passar-lhe a direção do nosso Estado, pudesse recolher-me ao lar, para repousar das naturais fadigas da vida pública, sem quebra dos deveres do cidadão para com os altos interesses da Pátria. Não entenderam assim as grandes forças organizadas da política nacional, nem o eleitorado brasileiro, que lhe sancionou a deliberação. Habitado por educação ao cumprimento do dever, qualquer que o tenha de cumprir, obedeci e obedeco, com ânimo tranquilo, ao honrosíssimo apelo do povo brasileiro para dirigir-lhe os destinos no próximo quadriênio. Para o desempenho desse espinhoso e tremendo encargo possuem a minha consciência e o meu espírito a serenidade e a firmeza necessárias ao chefe de uma grande nação civilizada como é o Brasil. A inspiração dos altos destinos brasileiros não deixa espaço em meu coração para cólera e rancores estéreis. Sei que vou exercer uma magistratura conferida pela Pátria, em bem de toda a comunhão brasileira, essa certeza, que não é incompatível com a minha lealdade agradecida de político, me há de pôr a salvo de quaisquer atitudes subalternas ou egoístas.”

E terminou:

“Dentro da Constituição e das leis, com espírito de justiça, de rigoroso respeito e de todos os direitos, sem preocupações inferiores, espero, se Deus me amparar, poder exercer o governo que a 15 de novembro terei de assumir.”

Daf, do Palácio da Liberdade, seguiu para a casa de campo que o Governo mantinha no Barreiro, para um descanso e as reflexões da vigília do presidente eleito. Dois meses permaneceu nesse remanso, só saindo para acompanhar o Presidente EPITÁCIO, em visita a Belo Horizonte para inauguração de obras federais. E outra vez, a 4 de novembro, a caminho do Rio, para os preparativos da posse presidencial, hospedando-se com o amigo Cel. JOSÉ DOMINGOS MACHADO, na Rua Senador Vergueiro.

A candidatura BERNARDES surgiu pela primeira vez,

com a morte de RODRIGUES ALVES. DELFIM MOREIRA seu vice assumiu o governo e o exerceu até 27 de julho de 1919. Dos seus oito meses de governo, melhor é ouvir o depoimento de MAURÍCIO LACERDA, oposicionista sistemático de todos os governos:

“No poder onde o vim encontrar, na hora mais acesa da refrega, deputado da oposição dos mais combativos, não pude nunca. Senhor Presidente, desembainhar meu sabre de soldado da vanguarda contra o peito desprotegido daquele cidadão modelar, porque sempre o encontrei invulnerável, inatingível por quaisquer golpes de críticas, pois vi como, se erros houve no seu governo, todos eles promanaram de uma vontade enorme de acertar, coniugada a uma serenidade de ânimo e desprendimento de espírito que poucos o podem ter igualado na presidência.”

Dois meses depois de instalado o governo DELFIM MOREIRA, morre o Conselheiro FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES 16 de fevereiro de 1919. RUI BARBOSA se levanta. Seus discursos e conferências em Buenos Ayres e Petrópolis, em favor da “ENTENTE CORDIALE” o fizeram um ídolo do povo. Nos dias 11, 12, 13 de agosto de 1918, em comemoração a seu jubileu literário, na Capital Federal e nos Estados realizaram-se imponentes manifestações que a imprensa cognominou de “Festa do Sol”, das quais compartilhou do Governo Federal.

Nessa ocasião o notável tribuno Prof. PINTO DA ROCHA assim se referiu à Águia de Haya: :

“Mas nesta onda que se espraia aos pés de V. Exa., não vem somente a consciência brasileira, ausculte bem. Há de ouvir as notas febricitantes do hino de Rouget de L’Isle cantado por trinta povos concreizando todos os soluços, todos os gemidos, todas as imprecações, todos os brados da liberdade humana, na orquestração dos sentimentos desses povos heterogêneos, desses modernos huquenotes, proferindo um juramento heróico das balonetas, contra a ferocidade germânica. Há de V. Exa. ouvir a alma dolorida da Bélgica, a mártir heróica, pedindo vingança; a voz soluçante da Sérvia, clamando justiça; a garganta apertada da Romênia, pedindo liberdade; os pulmões oprimidos da Polônia, implorando

viver; os gemidos do Montenegro, rogando que o reconduzam ao lar de suas montanhas; os brados da Grécia genial de tantos séculos salva pela energia titânica de Venizelos; o norte da França, sorrindo, morrendo, mas avançando entre a fumaça dos canhões na reconquista dos seus berços e dos cemitérios devastados pela horda invasora; os clamores da Rússia traída e os hinos de redenção da Rússia revoltada; as invocações geniais de D'ANNUNZIO, por entre as explorações fragorosas do Piave, para a glória da Itália e para repatriação das terras irridentinas; há de V. Exa. ouvir nesta onda o "God Save the King" da Inglaterra, reconquistando a França e, para a Bélgica, o paraíso perdido de seus lares. Há de V. Exa. escutar as gargantas redivivas de VIRIATO e de NUN'ALVARES, cantando as estrofes da "portuguesa", marchando para a glória para tornarem a morrer pela civilização; há de V. Exa. ouvir a alma oriental do Japão dos Samurais, rasgando o próprio ventre para alimentar com seu sangue bravo a vida da civilização ocidental; a impetuosidade da China despertada da catalepsia secular e avançando para a morte na Sibéria, como se fosse a conquista de um sonho no Rio Azul. Há de V. Exa. ouvir na recente imprecação de Cuba a aspiração dos últimos Caraíbas, ressurgidos do sepulcro de quatro séculos, montando guarda à sua independência de quinze anos; há de V. Exa. ouvir no protesto do Panamá o ruído da liberdade de dois oceanos vizinhos contra a covardia dos submarinos desenterrando o túmulo de Nelson; há de V. Exa. ouvir a voz de WASHINGTON revivendo na palavra de WILSON, como no grito secular de uma consciência o despertar de um continente para jugular feras; e há de ouvir, finalmente, Senhor Senador, a palpitação nervosa e ansiada do coração de nossa pátria entrando no concerto vertiginoso do direito contra a força, a repetir que o Brasil cumpriu o seu dever, mas que foi V. Exa., com a lição de Buenos Ayres, quem ensinou, lição essa que, partindo do Sermão da Montanha, para fazer a peregrinação do mundo, conquistando almas, sazou em frutos como estes na seara das nações, a sementeira dos

espíritos aliados, bendizendo o semeador de idéias, o evangelizador dos povos, o apóstolo da liberdade, o catequizador das consciências que tem gasto a própria vida, consumindo-se como velas para dar luz, ainda além das fronteiras.”

A alma cívica da nação estava sacudida por um frenesi e parecia, aos observadores, que RUI, candidato, seria vencedor. O civilismo do baiano ilustre tocava os brios das forças armadas como uma censura ao militarismo. E o General CARDOSO DE AGUIAR ponderou ao vice-presidente em exercício, suas suspeitas de indignação do Exército sob um governo rui-barbosista.

Voltaram-se os políticos situacionistas para o nome de BERNARDES, que há quatro meses vinha governando Minas Gerais. Este propôs uma Convenção Nacional articulada pelo Secretário do Interior — RAUL SOARES —, na Capital Federal, de onde saiu o nome de ALTINO ARANTES, mas a política paulista desarticulada se encarregou de fazer o plano abortar. Essas dubiedades mais alentavam a candidatura de RUI. Foi nessa quadra que BORGES DE MEDEIROS, representado nos entendimentos pelo Senador VITORINO MONTEIRO, vetou as candidaturas riograndense, mineira e paulista. E RAUL SOARES partiu para a sugestão de EPITÁCIO, que chefiava a Embaixada Brasileira no Congresso de Versalhes. Indicado, homologado, foi eleito no dia 13 de abril de 1919, empossou-se a 29 de julho para completar o sétimo quadriênio presidencial.

A candidatura de BERNARDES já era um consenso das principais forças políticas do País. Em São Paulo, WASHINGTON LUIZ assumiu o governo no dia 1º de maio de 1920. Num banquete de despedida de NILO PEÇANHA, que viajaria para a Europa, JOSÉ EDUARDO MACEDO SOARES, AFRÂNIO DE MELO FRANCO e seu filho VIRGÍLIO DE MELO FRANCO traçaram os pontos cardetais da campanha.

Neste ano, a vida social do País foi assinalada com visitas ilustres: do Príncipe AIMONE DE SAVÓIA (Itália); do Rei ALBERTO da Bélgica; do Secretário de Estado americano BRAINDBRIDGE COLBY. Banquetes políticos se fizeram: um ao Senador ÁLVARO CARVALHO, saudado por AFRÂNIO DE MELO FRANCO; outro ao Senador BUENO DE PAIVA que substituiu DELFIM MOREIRA, falecido durante o mandato, onde discursou CARLOS CAMPOS, representante de São Paulo. Esses encontros todos tinham por fim conciliar esforços em favor de BERNARDES. RAUL SOARES deixou o Ministério em 1921, de-

simcompatibilizando-se para disputar a Senatória. Em Poços de Caldas, o Senador ANTÔNIO AZEREDO confidenciou-lhe a intenção de EPITÁCIO de lançar o nome do Ministro PIRES DE ALBUQUERQUE, magistrado de grande acatamento, de vasta cultura e reconhecida integridade moral.

RAUL SOARES se dirigiu a São Paulo e fez WASHINGTON LUIZ acionar seus dispositivos junto a EPITÁCIO PESSOA, que se comprometeu a permanecer no seu papel constitucional de manter-se fora e acima da competição. A política retomou a linha do silêncio e passou para os bastidores. Os oficiais do Exército voltam à carga com HERMES DA FONSECA; e RAUL SOARES, coadjuvado pelo Deputado BUENO BRANDÃO, abre o jogo telegrafando a todos os governadores, em 19 de maio. A resposta veio nesta ordem: Pará, Maranhão, Sergipe, São Paulo e Santa Catarina, no dia 20. Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, no dia 21. Paraíba, Goiás e Mato Grosso, no dia 23. Amazonas e Rio Grande do Norte, no dia 24. Alagoas, no dia 28. Só faltou o Rio Grande do Sul.

A Convenção Nacional do dia 8 de maio homologou a candidatura. A 1ª de março de 1922, deu-se a eleição e a posse no dia 15 de novembro.

O Rio Grande do Sul se ausentou porque BORGES DE MEDEIROS alimentara a esperança de substituir EPITÁCIO. O problema da vice-presidência foi, sob certos aspectos, mais complicado. Como devia sair do Norte do País, sugeriu EPITÁCIO que a escolha se fizesse entre URBANO SANTOS, governador do Maranhão; JOSÉ BEZERRA, governador do Pernambuco; ESTÁCIO COIMBRA, deputado pernambucano; J. J. SEABRA, governador da Bahia.

Bahia e Pernambuco não se entenderam. RAUL VEIGA pretendeu ser o "tertius", que no final passou a ser URBANO SANTOS, graças à habilidade de ARNOLFO DE AZEVEDO e RAUL SOARES. Começa aqui a maquinação de NILO PEÇANHA. Ele que se fizera um dos baluartes da candidatura BERNARDES, que serenara os fluminenses na disputa da vice-presidência, estimula o Pernambuco e a Bahia e se lança na cabeça de uma chapa com J. J. SEABRA. Sobre o episódio, se manifestou EPITÁCIO em estilo ensopado de pesar:

"Se um político de menores responsabilidades procedesse assim, todos o julgariam de um modo mais severo. Quê dizer então de um chefe de tal eminência? Que o Dr. NILO PEÇANHA, por motivos supervenientes e de ordem relevante abandonasse a can-

didatura de que se gabava de ser o precursor, admitte-se; que, por essas razões se resolvesse a apoiar outro candidato, podia-se ainda compreender; mas que se apresentasse ele próprio a disputar a eleição a seu candidato, sem alegar, contra este, fato algum que o diminuísse na estima pública, era, aos meus olhos, o bastante para afastar de sua candidatura o apoio de quantos prezassem a lealdade política.”

A Reação Republicana de NILO foi um gesto inominável.

Tudo isto foi a inconformação de um Presidente de Estado; da falta de unidade da bancada do Pernambuco, apelidado de arco-iris, com as alas: **rosista**, do Senador ROSA E SILVA; **borbista**, do Senador MANUEL BORBA e a **dantista**, chefiada pelo Marechal DANTAS BARRETO. Mas, a estrela de NILO se ofuscou. “O CORREIO DA MANHÃ”, “A NOITE” e o “IMPARCIAL” se encarregaram de disseminar pelo País toda uma onda de infâmias contra BERNARDES. São Paulo e Minas eram chamados de Santa Aliança e Impérios Centrais.

Na Câmara, os pernambucanos GONCALVES MAIA e SOUSA FILHO repetiam os doestos da Imprensa. OTAVIO ROCHA, líder da Reação Republicana, chegou aos extremos. NILO se aproxima de RUI e HERMES e atraiu chefes militares como os generais LUIZ BARBEDO, CARDOSO DE AGUIAR, BENTO RIBEIRO, AMÉRICO ALMADA, CÂNDIDO RONDON, CLODOALDO DA FONSECA e o Almirante FRANCISCO DE MATOS. NILO PECANHA programou uma viagem aos Estados Setentrionais e na véspera da partida, recebeu em casa o senador IRINEU MACHADO, que se fazia acompanhar de OLDEMAR MARIA LACERDA, com uma carta atribuída a BERNARDES com o seguinte texto:

“Amigo RAUL SOARES. Saudações afetuosas. Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo HERMES, esse sargentão sem compostura, aos seus apaniquados e de tudo o que nessa orgia se passou. Espero que use de toda energia, de acordo com minhas últimas instruções, pois essa canailha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina. Veja se o EPITÁCIO mostra agora sua apreçada energia, punindo severamente esses ousados, prendendo os que saírem da disciplina e removendo para bem longe esses generais anarquizadores. Se o EPITÁCIO, com medo, não atender, use de diplo-

macla, que depois do meu reconhecimento ajustaremos contas. A situação não admite contemporizações, e os que forem venais, e que é a quase totalidade, compre-os com todos os seus bordados e galões. Abraços do ARTHUR BERNARDES.”

OLDEMAR LACERDA foi um dos adeptos da candidatura HERMES DA FONSECA (1910-1914). Um intrujão, desses muito comuns na “entourage” dos políticos. Amigo dos filhos do Marechal, frequentava o Palácio do Catete e viveu de expedientes para fornecimento de mercadorias a repartições públicas.

Na luta política do Espírito Santo (1916) JOÃO LUIZ ALVES ficou com a oposição. Prevendo a conflagração, encarregou a OLDEMAR de adquirir armamento, adiantando-lhe o dinheiro. Ao Espírito Santo chegaram caixotes com serragem. Em 1921, quando chegou ao auge da notoriedade, foi processado duas vezes: uma por ter falsificado cautela de ações da sociedade “PINTO LIMA” e outra por estelionato contra alguns estabelecimentos comerciais. Mas, apesar disso, continuou amigo do Marechal.

Na Revista da Semana de 22 de julho de 1921, ele é visto ao lado da Baronesa de Teffé, na posse do Presidente do Clube Militar. Na edição da “GAZETA DE NOTÍCIAS”, de 10 de dezembro de 1921, ele aparece caricaturado por RIAN, pseudônimo artístico da esposa de HERMES.

Esse trapaceiro frequentador de palácios serviu-se de outro falsário — JACINTO GUIMARÃES ou JACINTO OLIVEIRA GUIMARÃES — para imitar a assinatura de BERNARDES. Foram a Belo Horizonte, hospedaram-se no Grande Hotel, no quarto nº 40, e de combinação com ANACREONTE BORBA GOMES, Almojarife da Estrada de Ferro Central do Brasil e PEDRO TORRES BURLAMAQUI, advogado frustrado, conseguiu uma procuração passada de próprio punho por ARTHUR BERNARDES ao Coronel DOMINGOS JOSÉ MACHADO para receber seus subsídios. JACINTO imitou a assinatura, entregou o fac-símile a OLDEMAR e este fez a prova da semelhança. Apresentou o papel a AMÍLCAR MARCHESINI, alto funcionário do Legislativo, que conhecia a assinatura de todos os deputados. A assinatura de ARTHUR BERNARDES estava perfeita. Fez-se a carta com data de 6 de junho de 1921, publicada no “CORREIO DA MANHÃ” de 13 de outubro de 1921.

Essa carta foi levada a FONSECA HERMES, irmão do Marechal, Tabelaio no Rio de Janeiro. IRINEU MACHADO que,

achando-a muito boa, fez umas correções e mudou a data para 3 de junho. Em poder de FONSECA HERMES havia uma carta de BERNARDES a JOÃO LUIZ ALVES. OLDEMAR sabia disso, quis havê-la, não conseguiu. Seduziu o filho do Tabelaio, conseguiu a carta, fotografou-a e devolveu-a. IRINEU MACHADO sugere que a carta seja escrita em papel timbrado. Volta OLDEMAR com ANACREONTE e BURLAMAQUI a Belo Horizonte. Visitam a imprensa Oficial e de lá surripiaram folhas com o timbre do Gabinete do Presidente do Estado. Com esse expediente, surgiu a célebre carta cujo objetivo era criar ambiente nas Forças Armadas para o lançamento da candidatura HERMES DA FONSECA.

A carta falsificada esteve em mãos de FONSECA HERMES, Tabelaio; de MÁRIO HERMES, deputado, filho do Marechal; do Coronel FILADELFO ROSA, do Capitão CUNHA MATOS, e dos doutores RAFAEL PINHEIRO e LEÔNICIO CORREA. Todos impugnaram-na como expediente para deflagrar uma crise nas Forças Armadas. IRINEU MACHADO ofereceu-a a NILO PEÇANHA por cem mil réis. NILO submeteu-a a exame grafológico pelo bacharel ANTÔNIO AUGUSTO SERPA PINTO, funcionário da Caixa Econômica Federal, que concluiu pela autenticidade. NILO se esquivou e foi OLDEMAR ao Senador PAULO DE FRONTIN para vender as cartas que tinha. Este passou o assunto ao Deputado RAUL FARIA, cunhado de JOÃO LUIZ ALVES, Secretário das Finanças em Minas. Levado o caso a BERNARDES, afirmou ele que não temia coisa alguma. RAUL FARIA quis prender OLDEMAR com as cartas. Dissuadido, conseguiu que o Senador FÉLIX PACHECO publicasse uma "vária" no "JORNAL DO COMÉRCIO" do dia 17 de setembro de 1921, desmascarando a chantagem. IRINEU MACHADO financia uma viagem de OLDEMAR à Europa e no dia 9 de outubro de 1921 estampa a carta no "CORREIO DA MANHÃ". BERNARDES protestou perante o Presidente EPITÁCIO, Ministros da Guerra e da Marinha, e ao Marechal HERMES.

O Senador PAULO DE FRONTIN se encarregou de ferir a antífona no Senado, sustentando a falsidade da carta e deixando cair velada suspeita sobre um membro do Senado, provocando a reação de MUNIZ SODRÉ, que não acreditava ser possível existir naquela Casa um Senador capaz de tão ignominiosa conduta. IRINEU MACHADO era o grande ausente. Na Câmara dos Deputados, coube a OTÁVIO ROCHA da Reação Republicana, furar a postema, exibindo uma fotocópia obtida no "CORREIO DA MANHÃ".

Passado o choque emocional, o bom senso começa a serenar o debate apaixonado. Os jornais de Minas entraram no assunto. Ficou provado que o papel liso usado na carta manuscrita só era empregado por BERNARDES em correspondência datilografada; que a Imprensa Oficial só havia feito a remessa das folhas com aquele timbre, ao Palácio, no dia 4 de julho, um mês depois da falsificação de OLDEMAR LACERDA. A carta era aberta assim: Minas, 6 de junho de 1921. Ora, Minas era o nome da cidade, que passou a ser Belo Horizonte, pela lei estadual nº 301, de 1º de julho de 1901. O "t" de ARTHUR não tinha o corte que BERNARDES lhe dava. Esses elementos da materialidade e a descrença insinuada pelo nome de OLDEMAR LACERDA deixavam mal os exploradores da falsificação.

A imprensa nilista alimentava o fogo. EDMUNDO BITENCOURT do "CORREIO DA MANHÃ" propôs uma arbitragem chefiada pelo General RONDON. Diante da recusa deste, tentou-se agitar o Clube Militar, que elegeu uma comissão pericial composta do Almirante BRASIL SILVADO, General GOMES DE CASTRO, Comandante MELO PINA, Coronéis FRUTUOSO MENDES, JOSÉ BEVILACQUA, EMÍLIO SARMENTO e FRANCISCO MENDES DE MORAIS. Essa comissão se entregou ao faccionismo. Nomeou como perito a única pessoa impedida: o bacharel AUGUSTO SERPA PINTO, funcionário da Caixa Econômica Federal. O Clube tomou-se de uma neurose indisciplinar. Os trabalhos foram dominados pela confusão. SERPA PINTO era acusado na Justiça Pública como autor de estupro na pessoa da menor IDALINA MARIA DA SILVA, em Niterói, com autos no Cartório do 5º Ofício.

Nesse ínterim, deu-se a intervenção no Clube Militar. O General CARDOSO DE AGUIAR telegrafa a NILO PEÇANHA hipotecando-lhe apoio em nome da Região Militar do Recife. O Presidente da República o censurou e recomendou aos militares que se abstivessem de manifestações políticas. No Senado, IRINEU MACHADO punha lenha na fogueira, seguido pelo Senador VESPÚCIO DE ABREU. A movimentação de oficiais era tomada como perseguição. A oficialidade de uma guarnição do Piauí provoca o Presidente com um telegrama acintoso. NILO PEÇANHA e sua imprensa agitam o País, enquanto duram os trabalhos da Comissão do Clube Militar, que terminou concluindo pela autenticidade da carta.

BERNARDES replicou com um manifesto à Nação:

"Nada me resta, senão afirmar que aquilo que é fal-

so, falso há de ser para todo sempre, quaisquer que sejam os laudos proferidos."

Chegou o dia 1º de março com as eleições, antecedidas de exaltação de ânimos que dominava os contendores, pelo esforço diabólico de indivíduos sem patriotismo que tudo fizeram para enredar nas lutas políticas as forças militares. ARTHUR BERNARDES, 466.877, NILO PEÇANHA 317.714 votos.

O veredicto da Comissão não encerrou a questão. RUI se manifestou pela falsidade. O perito LOCARD, grafólogo francês, se manifestou pela autenticidade. O italiano OTTO-LENGHI e o suíço BISCHOFF concluíram pela falsidade. Finalmente, a 24 de maio de 1922, OLDEMAR LACERDA e JACINTO GUIMARAES foram a cartório para confessar a trama. A Reação Republicana apela para o impedimento da posse. Surge o desentendimento entre EPITÁCIO e HERMES. Advertência e prisão. E deu-se o levante de 5 de julho de 1922: a Epopéia do Forte de Copacabana. Morreram todos: menos SIQUEIRA CAMPOS e EDUARDO GOMES. Foi um gesto romântico, heróico, uma batalha de Termópilas nas areias de Copacabana.

Apesar de assumir o Governo dizendo que o "**Presidente esquecerá as mágoas do candidato**", fechou o "**CORREIO DA MANHA**", prendendo EDMUNDO BITTENCOURT. Interveio nos Estados para forçar a vitória de seus candidatos à presidência dos Estados; inutilizou NILO PEÇANHA e J.J. SEABRA; expurgou os adversários do Congresso, entre os quais o diabólico IRINEU MACHADO. Decretou o estado de sítio, amordaçou a imprensa; prendia os inimigos e os mandava para a Amazônia. Interveio no Estado do Rio. E em 1922, fundou-se o Partido Comunista Brasileiro.

As eleições a bico de pena e o voto de cabresto, a insatisfação tenentista geraram a Revolução de São Paulo, dois anos depois da revolta do Forte, comandada por ISIDORO DIAS LOPES, com vinte dias apenas de duração e a conseqüente Grande Marcha, depois da junção de forças revolucionárias que LUIZ CARLOS PRESTES inutilmente levantou no Rio Grande do Sul em 29 de outubro. Sob o comando de MIGUEL COSTA e PRESTES no Estado Maior, esses moços devassaram o Centro Oeste Brasileiro, o Leste e o Nordeste, varando sertões e veredas e internando-se no território boliviano.

Com BERNARDES, o Brasil só teve seis meses e treze dias de plenitude de garantias constitucionais: de 23 de dezembro de 1923 a 5 de julho de 1924. Basta um trecho do estilo perverso com que era tratado o presidente pela imprensa

nilista:: na edição de 3 de novembro de 1921, o "CORREIO DA MANHÃ":

"Mentiroso ignóbil, caluniador covarde do Exército, ladrão dos dinheiros do povo de Minas, malbaratados com uma imprensa venal que ninguém lê e a quem ninguém responde; criatura deflorada, que a gente encara com desprezo e piedade, o Sr. ARTHUR BERNARDES achou que isso era pouco e abriu matrícula na classe dos meliantes que falsificam papéis públicos."

O jornal "A FEDERAÇÃO" de Porto Alegre o chamava de insigne peculatório.

Recomposta a autoridade, o bernardismo passou à Reforma Constitucional: a) em estado de sítio; b) no Palácio do Catete; c) com intento de fortalecer o Executivo. É histórico o fato de a Reforma de 26 ter circunscrito às finalidades de sua existência o instituto do "habeas-corpus" que, por construção jurisprudencial, ia se transformando em elástico assegurador de direitos políticos e patrimoniais. Essa restrição resultou na adoção do "Bill Right of mandamus" que as constituições posteriores consagraram como mandado de segurança.

Sem embargo da agitação política da época, BERNARDES conseguiu reduzir e consolidar a dívida flutuante. O Banco do Brasil deixou de emitir. O incentivo à produção se ordenou. Indústria e comércio se entendem em plano de subsidiariedade. O dólar não flutuou e se fixou em 18. A propriedade industrial foi protegida. E no governo BERNARDES se encontram os pródromos da Justiça do Trabalho. A rede ferroviária se ampliou. A proteção à infância abandonada foi institucionalizada. A Saúde Pública se despertou com novos hospitais, leprosários regionais e combates às endemias. A organização militar se ampliou e se atualizou.

Na política exterior, BERNARDES também enfrentou situações difíceis: Na Conferência de Santiago com a limitação de armamentos; vetou ingresso da Alemanha na Liga das Nações; por fim, retirou o Brasil da Liga, por não concordar com o tratamento discriminatório infligido às nações americanas.

Findo o governo, voltou a Minas, por onde se elegeu Senador, sendo contestado por MAURÍCIO LACERDA que considerava BERNARDES inelegível moral, legal e constitucionalmente. Era um mero desabafo que motivou os dois livros do notável tribuno: "**História de uma Covardia**" e "**Entre Duas Revoluções**". Votaram contra o reconhecimento os senadores:

PIRES FERREIRA, LAURO SODRÉ, IRINEU MACHADO, TOMÁS RODRIGUES e ANTÔNIO MONIZ. O resultado final foi favorável a BERNARDES.

Eleito Senador e ainda lutando contra as chamadas de uma imprensa açulada por descontentamentos de todo tipo, vai para a Europa onde permaneceu de maio de 1927 a dezembro de 1928. No ano de 1929, defrontou-se com seus adversários no Senado e, ali mesmo, passou recibo a todos dos doestos e convícios recebidos, inclusive a IRINEU MACHADO, na sessão de 30 de agosto de 1929. Dali saiu ovacionado, com o povo a esperá-lo em comício, em frente ao Monroe.

Surge a Aliança Liberal. Modificou-se o panorama político e o poder pessoal de BERNARDES ainda é sensível. ANTÔNIO CARLOS e MELO VIANA se desentendem, quanto à sucessão em Minas. GETÚLIO VARGAS era o candidato, com JOÃO PESSOA na vice. BERNARDES ficou com a Aliança. Mas WASHINGTON LUIZ apoiou JÚLIO PRESTES, acompanhado por MELO VIANA, que viu sua candidatura a Presidente do Estado pela obstada Comissão Executiva do PRM e daí surgiu o nome de OLEGÁRIO DIAS MACIEL, com 74 anos, numa jogada de ANTÔNIO CARLOS que supunha morresse o político de Patos, antes de cumprido o mandato, ensejando ao carlista PEDRO MARQUES DE ALMEIDA, seu vice, o domínio da Política Mineira, para fazer o jogo do velho ANDRADA, que pretendia ir até o Catete. MELO VIANA desligara-se do PRM acompanhado de ALFREDO SÁ e BIAS FORTES, ingressando na **“Concentração Conservadora”**, chefiada por CARVALHO DE BRITO, Diretor da Carteira Comercial do Banco do Brasil, que, segundo o depoimento de um dos membros mais conspícuos, o advogado MÚCIO CONTINENTINO, não passava de um ajuntamento de **“negocistas e cavadores.”**

Sobre ela escreveu AFRÂNIO DE MELO FRANCO a EPITÁCIO PESSOA, na Europa:

“Quanto mais se avoluma o movimento cívico em favor dos candidatos liberais, tanto mais se desmancha o governo federal nos processos de opressão, de suborno, de ameaças, de corrupção e de violências para impor o seu candidato. O aliciamento se faz pela exploração de antigos ódios sopitados, de quaisquer ressentimentos, de quaisquer azedumes, pelos interesses contrariados e apetites inconfessáveis. Onde quer que vegete um descontente, um intoxicado pela inveja, ou taciturno odiento, ao descobrirá

o agente do Banco do Brasil para lhe oferecer um meio de satisfazer o seu desejo, de realizar o seu sonho, ou de exercer a sua vingança.”

Feriu-se o pleito e JÚLIO PRESTES se elegeu presidente da República em 1º de março de 1930, exceto na Paraíba, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. O PRM tinha conseguido pleno êxito. OLEGÁRIO MACIEL se elegeu Senador e Presidente e a chapa completa com 37 deputados. Já nessa ocasião, tendo ido ao Rio para se empossar no Senado, OLEGÁRIO MACIEL, no Hotel Glória, declarou aos conspiradores da Revolução:

“Minas não tem armamentos, nem munições, mas combaterá até com pedras, caso seja necessário.”

Na Paraíba, cangaceiros estipendiados pelo Governo Federal se revoltam contra a Polícia Estadual. JOÃO PESSOA, Presidente do Estado, em viagem ao Recife, foi assassinado na tarde de 26 de julho de 1930. A missa de 7º dia na Candelária foi uma concentração revolucionária. BERNARDES vai para Viçosa, de onde comandou os preparativos da Revolução de Minas. E tendo que explicar ao povo porque se tornou revolucionário depois de sufocar os movimentos anteriores, usou dessas expressões:

“Há, como se vê, diferença radical entre aqueles pronunciamentos que eu combati com decisão e perseverança e a Revolução que acabamos de fazer”.

A euforia revolucionária pouco durou. A Revolução de 30 que, segundo o líder perremista, **“veio para compor e organizar”**, falhou, pela traição aos ideais da origem. Quinze anos depois, em 1946, na Constituinte, ouviu-se dele esta apóstrofe:

“Sobreveio o movimento revolucionário de 1930, a maior desventura que poderia desabar sobre a pátria, reduzindo-a a esta situação de ruínas e miséria.”

Ocorre, logo depois da Revolução, uma estação estival em Poços de Caldas entre JUAREZ TÁVORA, GÓIS MONTEIRO e OSWALDO ARANHA. E aí fizeram eles o pacto de protelar indevidamente a constituinte. A nomeação dos interventores entregava a Revolução aos grupos. E o Tribunal Revolucionário reacendia sentimentos antigos.

A criação da Legião de Outubro em Minas, para assegurar os ideais revolucionários, transformou-se numa federação de bernardófobos tenentistas e o Tribunal Especial orga-

nizado pelo Decreto 19.440, de 28 de novembro de 1930, em seu artigo 3º, rezava o seguinte:

“A competência do Tribunal Especial restringe-se a todos os atos que tenham por princípio ou fim o período de governo que determinou a revolução.”

O endereço certo era o de WASHINGTON LUIZ. Mas, os tenentes que tinham contas a acertar com BERNARDES o compuseram com adversários políticos do ex-presidente: J.J. SEABRA, SÉRGIO DE OLIVEIRA, JUSTO MENDES DE MORAIS e FRANCISCO SOLANO DA CUNHA. Só DJALMA PINHEIRO CHAGAS não era desafeto do Chefe político de Viçosa. Era preciso ainda sufocar Minas e São Paulo. O Manifesto da Legião de Outubro foi um libelo acusatório contra o bernardismo. Numa tentativa de anular BERNARDES, a quem OLEGÁRIO MACIEL se mantinha fiel, BATISTA LUZARDO, então Chefe de Polícia, apresenta-lhe um convite de GETÚLIO para a Embaixada da França.

A hipertrofia do jacobinismo tomou conta do Clube 3 de Outubro, com os tenentes à frente, contra a constitucionalização pós-revolucionária. A reforma ministerial refletiu bem esse espírito. De outro lado, ficaram os constitucionalistas com WENCESLAU BRAZ e BERNARDES.

A 9 de julho de 32, estoura a Revolução em São Paulo. GÓIS MONTEIRO, Comandante do Exército de Leste escreve a BERNARDES, fazendo-lhe um apelo para influir no término da Guerra Paulista. E a resposta se fez pronta:

“Quanto a mim, estou com São Paulo, porque para lá voou a alma cívica da Nação!”

Preso e processado, avocava para si a responsabilidade da conspiração em Minas, declarando-se único responsável. Os outubristas planejaram três vezes eliminá-lo: em Viçosa; quando foi preso, na Estação de Barão de Mauá, chegando ao Rio; e na Ilha do Rijo, onde ficou confinado.

No momento da partida para o exílio, em Portugal, debruçado na grade do tombadilho do “ASTÚRIAS”, acenando para o filho que ficava, assistiu o tiroteio que os outubristas descarregaram sobre seu primogênito ARTHUR BERNARDES FILHO, com a omissão da polícia, chefiada pelo Capitão DULCÍDIO CARDOSO.

Em Portugal passou o desterro em Monte Estoril, juntamente com ALTINO ARANTES, JÚLIO PRESTES e RODRIGUES ALVES SOBRINHO. E continuou conspirando, mentalizando um grande movimento dos homens bons, uma nova carboná-

ria, que ele só não fundou por imposição de seu espírito religioso, eis que a Igreja Católica tem as sociedades secretas em restrição, condenadas que são **“generaliter”**.

Em 1934, de retorno à pátria, reassume a Presidência do Partido Republicano e se reelege deputado federal à Constituinte. Perde o mandato com o Golpe de 37. Em 1945 assina o **“Manifesto dos Mineiros”** contra a Ditadura e assume posição de comando no movimento que depôs GETÚLIO. Apóia a candidatura EDUARDO GOMES, o único sobrevivente dos **“18 do Forte”**. Em 1946, é de novo deputado à Assembléia Constituinte. E em 1950, sofreu o amargor de uma eclipsada suplência, sem ter conseguido votos para se eleger. Novamente deputado em 1954, foi o nacionalista mais sadio do Congresso e lutou contra a criação de um órgão internacional: o Instituto da Hiléia Amazônica. A PETROBRÁS lhe deve a segurança da lei que a instituiu, na fase de elaboração legislativa. E falece a 23 de março de 1955. Numa gaveta de sua escrivaninha foi encontrado, após sua morte, este pensamento que tem a ressonância de um **“De Profundis”**:

“O fim do homem é Deus, para o qual devemos preferentemente viver. Eu, porém, vivi mais para a pátria, esquecendo-me dele. A ele devemos contas do que aqui fizemos em nossa vida. E eu a tive longa. Receioso de não poder resgatar minha falta no pouco tempo que me resta, apesar de sua infinita misericórdia, peço aos meus amigos, correligionários e brasileiros de boa vontade, que me ajudem a supri-la com minha prece”.

Na Câmara dos Deputados, onde se realizou o velório, muitos representantes do povo se manifestaram e nos permitimos inserir neste trabalho as palavras de AFFONSO ARINOS DE MELO FRANCO:

“Ele deixa mais do que tudo uma lição e uma esperança. Quando tantos moços vacilam, hesitam, perturbam-se e se omitem, não deixa de ser uma esperança vermos desaparecer no convés de seu navio, capitaneando o seu barco, com a mão na roda do leme de sua organização política, este velho marinheiro que conheceu tantos mares.”

Tal é, em esfumados traços, a biografia do homem, cuja memória nos congrega e confraterniza neste recinto; tal a biografia (como a vejo e a sinto e da qual vim dar testemunho) do cidadão e do político, que cumpriu integralmente os seus de-

veres e que exerceu os vários mandatos que lhe foram confiados sem uma só omissão, sem uma só falha que lhe conspirasse a luminosa fé de ofício. Finou-se como um justo, em plena conformidade com o texto sagrado, repleto de dias em velhice saudável — **“plenus diebus in senectude bona”**. Morreu, mas permanece conosco na ressurreição perene de seus testemunhos de vida cívica, vivendo no pensamento das gerações que ficaram, entre os mortos inesquecíveis, que hão de ser sempre os imortais exemplos dos vivos.

* * *

OBRAS CONSULTADAS:

- **Arthur Bernardes — Estadista da República** — Bruno de Almeida Magalhães — Coleção Documentos Brasileiros — Vol. 159 — 1973 — Livraria José Olympio Editora.
- **Um Estadista da República — Afrânio de Melo Franco e seu tempo** — Afonso Arinos de Melo Franco — Coleção Documentos Brasileiros — Vol. 85 — Livraria José Olympio Editora.
- **História da República Brasileira** — Volumes 5/7/8/12 — Hélio Silva — Editora Abril — 1975.
- **Presença na Política** — Gilberto Amado — Livraria José Olympio Editora — 1958.
- **Uma vida e muitas lutas** — Juarez Távora — Vol. 1º — Coleção Documentos Brasileiros — Vol. 156 — Livraria José Olympio Editora.
- **Contagem Regressiva** — Cândido Mota Filho — Coleção Documentos Brasileiros — Vol. 150 — Livraria José Olympio — 1972.
- **1934 — A Constituinte** — Hélio Silva — Civilização Brasileira — 1969.
- **1926 — A Grande Marcha** — Hélio Silva — Civilização Brasileira — 1965.
- **O Revolucionário Siqueira Campos** — Glauco Carneiro — Gráfica Record Editora — 1966.

OBS — As principais citações transcritas no trabalho presente foram extraídas da obra intitulada **“ARTHUR BERNARDES — ESTADISTA DA REPÚBLICA”**, de autoria de Bruno de Almeida Magalhães.

* * *

“Não queremos, porém, irmãos, que sejais ignorantes com respeito aos que dormem, para não vos entristecerdes como os demais, que não têm esperança.” (1ª Epístola de São Paulo aos Tessalonicenses, 13).

**COMENTÁRIOS SOBRE A GUERRA DO PARAGUAI,
INCLUSIVE SOBRE O CONCURSO DE GOIÁS**

Manuel Onofre

HONÓRIO RODRIGUES, o renovador de nossos estudos de história e que se bate pelo revisionismo de nossos métodos e, em especial, de nossas pesquisas, terá coroada sua campanha na reestrutura do ensino nacional e no merecido prêmio de sua incorporação à Academia de Letras.

Com efeito, estamos a comemorar o centenário do desfecho da guerra do Paraguai, até mesmo sem o interesse oficial das direções universitárias e da própria imprensa.

A História é suspeita, ao ser tecida no tempo de seus fatos (o Brasil, por exemplo, fôra, na Europa, acusado de intenções imperialistas).

Volvidos cem anos da derrota do maior gênio guerreiro da América do Sul, que, tão gravemente ferido, ainda morreria a esbracejar a sua espada; quando já o Brasil não é intervencionista e solucionou, em linhas gerais, suas linhas de limites, — é honesto que os nossos compêndios escolares revisionem a matéria, assegurando à mocidade conclusões definitivas, Floriano Peixoto, ex-combatente, no exercício da Presidência, propiciara a E. C. Jourdan, engenheiro militar no decurso da guerra e, assim, uma testemunha histórica, o elaborar sua "Histoire de campagnes de l'Uruguay, de Matto Grosso et du Paraguay", em 3 minuciosos volumes, "com o fim de desenvolver as aptidões dos alunos das escolas militares, como também para aperfeiçoar uma tática e uma estratégia apropriadas às condições geográficas especiais onde nos encontramos". Ele tem a autoridade de um Schneider, de um Thompson, de um Walter Spading, de um Taunay, no passado, fora os nossos valores modernos, e, aliás, à parte o seu depoimento, cita esses e outros autores. Há, também, enciclopédias dignas de consulta, como a Universal Ilustrada Epopéa-Americana, para consultas pelos nossos estudantes universitários, senão pelos mestres do assunto. Sabe-se que o nosso Império fizera interven-

ção armada no Uruguai. Daí ter sido acusado de imperialista. Solano Lopez oferecera-se como mediador e o Brasil recusara sua oferta. E Lopez lançara protesto veemente, em nome do equilíbrio do Prata. Lendo-se tão bons autores, como Jourdan, ressalta a nenhuma intimidação do Brasil, subestimando o Paraguai e "tomando como espanholada" a atitude de Ditador (de certo por ser pequenino país, encravado entre outros). Ora, isso prova o perigo daquela nossa antiga diplomacia dos salões, sem o substrato de um eficiente serviço de informações internacionais, à moda do "Intelligence Service", ao contrário de Solano Lopez, que mandara proceder a uma espionagem minuciosa em Mato Grosso (o Império Alemão receberia o relato da guerra da Tríplice Aliança através de Schneider).

Por que a luta armada com o outro ditador, o do Uruguai?

JOURDAN procura esclarecer as razões, no "Prólogo": é que o ditador Rosas combateu a livre navegação nos rios Paraná e Paraguai. Esse "princípio obrigaria a intervenção do Brasil para essa face do conflito".

Como a guerra partiria dessa atitude, dois meses do protesto de Solano, é um ponto digno de fixar.

Urge, porém, não deixar no esquecimento uma circunstância: o Paraguai era uma nação-feudo da família Lopez; logo, a sua política exterior, embora a longo prazo, pode ser revelada pelos antecessores do mesmo Solano.

Em verdade, CARLOS LOPEZ, seu antecessor, começara a admirável organização do seu exército, elevando o seu efetivo a 18.000 (muito depois, ao lutar o Brasil dentro do Uruguai, disporia, e só, no resto de nosso território, de 16.000 homens).

Obrigatório ele tornara o serviço militar, naquela recuada época. Fortificara (contra quem, em seu entrevisto futuro?) Assunção, Humaitá e o Passo da Pátria, na confluência do Paraguai e Paraná. E rematara com a construção de vários navios de guerra.

Note-se que fôra o Brasil o primeiro país a reconhecer o Paraguai, como nação soberana.

Ressalta a programação militar ampla, demasiado forte para os limites com o nosso Mato Grosso, cuja invasão (dante-mão estudada) Lopez chamaria de "passeata militar do Paraguai".

E Solano, em sua ação administrativa, no tocante às relações exteriores? Segundo as fontes, é variável a estimativa

de seu exército, mas os próprios jovens de 16 anos eram obrigados ao serviço da caserna, atingindo o máximo de idade de 50 anos: ninguém estima o total em menos de 70.000 e outros elevam a soma para 80 e 85.000, no auge da guerra. Por isso, há quem conclua: Solano sonhava com a sua expansão territorial, visando à conquista do norte da Argentina e do pequeno Uruguai, de modo a criar o "Império do Prata", com acesso ao Atlântico. E a Europa teria futura tragédia do mesmo rumo "ao Oceano", por uma de suas nações centrais!

Ora, se Lopez se intitulava protetor das nações do Prata, por que invadiria a Argentina para atingir o Rio Grande do Sul? Não se arriscava à luta, como se evidenciaria? Logo, é de presumir que ele se armara para bem enfrentar qualquer coligação sul-americana. O Paraguai se armara para a ofensiva, ou seja, para o imperialismo, não obstante sua exígua população. Teria por lá os pântanos, com o cortejo de paludismo, de beribéri, de tifo e cólera-morbus.

Solano contratara engenheiros na Europa para montar arsenais; ali comprara grande e moderna quantidade de armas. Seu batalhão ferroviário tornaria realidade a via-férrea de Assunção. Elevara as tropas para 80.000 soldados, atingindo 90.000 com os "veteranos". Sua marinha revelaria depois uma arma de surpresa, as "chatas", quase submarinos, a 10 cms. acima do nível das águas, dotados de um forte canhão G8.

Debalde a imprensa argentina denunciara o vulto de tal armamentismo, inclusive a artilharia de terra e a melhor esquadra sul-americana. Ela, com o seu aproximado efetivo de 12.000 homens, agira sem a devida preparação (o Uruguai, no início, dispunha de 4.000). Mato Grosso seria a nossa grande vítima. O "Marquês de Olinda" e o novo Presidente coronel Carneiro de Campos são o primeiro ato de violência de Lopez, sem declaração de guerra: o pequeno navio seria auxiliar de guerra de sua esquadra, e Campos morreria prisioneiro. Lopez se apoderara da importância que o mesmo levava para o Tesouro de Mato Grosso.

O antecessor de Campos, no governo, era o general Manoel Albino de Carvalho que, sem efeito, com uma louvável antecedência, denunciara à alta administração a necessidade de bem armar a província, aumentando os efetivos militares, dotando-a de amplos recursos financeiros para ter defesa "no caso de guerra com o Paraguai". Qual era, pois, a crítica situação de Mato Grosso àquele tempo (1864-1865)? Vejamo-la, em resumo: mais de 400 léguas de fronteira para 1.327 solda-

dos, tabela do efetivo do exército, ali, em 1864; flotilha de navios, rigorosamente não de guerra, alguns, de 6 unidades, de que o melhor era o "Anhambahy", com 2 peças e guarnição de 40 marinheiros.

O ponto crítico seria o "Forte de Coimbra", passagem do rio, que seria recuado, depois da luta heróica, ele mesmo com 120 homens, apenas. Longos tempos se levaram para reforços e a futura expedição de S. Paulo a Uberaba, com Mato Grosso invadido, levado o seu gado, incendiadas as cidades e fazendas (tática da terra arrasada). O quadro da fome e das epidemias faria suas repetições.

E o Paraguai? De entrada (14.12.1864) sai de Assunção moderna esquadra de 5 navios de guerra, com a oportuna junção de 2 outros (visando à invasão de Mato Grosso), com 1.000 embarcados de cavalaria, enquanto, por terra, ia o grosso de 6.000 cavaleiros, arrastando 6 peças de campanha, com essa torrente humana armada contra o forte. O retrato é só o das primeiras cenas. A matéria é vasta. Resumamos a atuação de Goiás, cujas forças seriam as primeiras a entrar em Mato Grosso, pelo lado brasileiro. Resumiremos, agora, os preparativos da província de Goiás para a subsistência da longa campanha e a remessa de tropas (seriam as primeiras a penetrar em Mato Grosso).

Em 1864, mantinha, o nosso exército, em Goiás, apenas 619 soldados.

Dos Relatórios dos presidentes da província (Arquivo Nacional, de 21.1.1865) reconstituiu-se que a Corte nos exigia 490 guardas nacionais para a guerra.

Só Porto Nacional e Palma, nessa leva, deveriam dar 75 cada um.

Urgia aumentar as remessas do correio para Cuiabá (era só um estafeta por mês).

Referia-se à criação de um Asilo dos Inválidos da Pátria.

Noticiando o fim da campanha do Uruguai, mencionava as "correrias de forças paraguaias, invadindo o território de Mato Grosso e assolando povoações".

O Presidente Augusto Ferreira França, grande organizador na emergência (viria a ser elogiado por Taunay e outros escritores militares) a 1.6.65, confessa que, ao se empossar, verificara não ter Goiás ainda expedido qualquer força auxiliar, com adiamento da rota do batalhão de caçadores. Seu primeiro ato foi visitar o quartel e o armazém de artigos bélicos,

estes misturados, sem a informação de seu número e estado das armas; e, com energia, mandou pô-las em ordem, com o rol completo, substituição de armas estragadas, conserto em armamentos, alguns em abandono. Promoveu exercícios e contratou animais e compra de víveres para a longa e penosa excursão. E ordenou, afinal, a partida às 8 da manhã de 15 de maio de 1865, a se reconstituir pela data do relatório, embora impresso só em 1867, postada a tropa defronte da Catedral, depois de missa solene e discurso dele, Presidente.

Promovera subscrição em todos os municípios, com o produto para as famílias pobres dos que marchassem para a guerra, como voluntários e guardas nacionais. Incentivava a produção agrícola, sendo as futuras safras tais que abasteceram os batalhões concentrados em Mato Grosso, sem a escassez em nossa província.

Noticiaria, aliás, o itinerário das tropas e de suas lutas (tão bem focalizadas, p. ex., por Zoroastro Artiaga, em sua acatada "História de Goiás".)

Perdeu-se em Bela Vista parte do arquivo que pudesse completar a lista dos expedicionários daqui saídos e prometeu socorrer as famílias das vítimas.

Nossas forças se haviam composto dum esquadrão de cavalaria, por ele fundado, do referido batalhão nº 20 de infantaria e do de voluntários da pátria.

O esquadrão seguiria a 8 de julho, devendo ser de 1866, pois a referência é do relatório de 1.8.66, embora impresso em 1867. Partiu levando um rico estandarte, oferecido pelo município de Rio Corumbá.

Silvânia e Catalão deram expressivos números de combatentes. Em 1.8.70, o Presidente, Dr. Ernesto Augusto Pereira noticia a morte de Solano Lopez.

O presidente posterior, Dr. Antero Cícero de Assis, descreve a chegada à capital, a 22 de setembro de 1870, do capitão do 20 de Infantaria, Luis Cândido Gonzaga, trazendo do arsenal de guerra de Mato Grosso a bandeira do extinto batalhão de voluntários goianos, que a nossa presidência requisitara.

A cerimônia pública, de grande entusiasmo, constou de depositá-la na Catedral. Todavia, até à data não chegara o estandarte do esquadrão de cavalaria. Lastimou-se que com o pavilhão não tivessem vindo os próprios combatentes, de vez que o Presidente de Mato Grosso os dispensara.

Goiás não assistira, assim, a seu regresso triunfal. O vice-presidente de Goiás, João Bonifácio Gomes de Siqueira, apresentou, em ofício ao Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, por determinação da ordem do dia do Exército nº 776, de 12.8.1871, em data de 6 de outubro (71), as seguintes 3 relações de oficiais e praças do exército e os voluntários da Pátria que estiveram na guerra do Paraguai:

Corpo do Batalhão nº 20 de Infantaria:

Luis Cândido Gonzaga. CAPITÃES HONORÁRIOS: Antônio José da Costa Brian; Roiz Moraes Jardim; Cincinato da Mota Pedro; Antônio Bento Froes; Tenente Lins Macedo Carvalho Jr. CAPITÃES REFORMADOS: Joaquim de S. Ana Xavier de Barros; João Batista da Silva; Antônio Alexandrino Ferreira da Silva; Joaquim Alves de Oliveira; José de Oliveira Calheiros de Albuquerque.

ALFERES — Joaquim Duarte Ferreira.

CAPELÃO — ALFERES Inácio Francisco de Campos.

CAPITÃES — Antônio Fleury Curado — Antônio Marques Fogaça — Reginaldo Pereira de Abreu — Custódio Pereira da Veiga — Manoel José da Costa — José Ribeiro Gomes de Azevedo; Francisco da Abadia Vellasco.

ALFERES — Ayres Emigdio Dias.

DO 2º CORPO DE CAVALARIA DE GOIÁS:

CAPITÃES — Dionísio Amor. TENENTES — Floriano Itarambel da Conceição — Guilherme José de Barros Cachafus Chaves — Domingos Manoel Ribeiro — Antônio Martins Milameixas — José Inácio Irene Pereira Vale — Domingos Marques Lopes Fogaça.

ALFERES — João Francisco de Oliveira Lima — José Bernardes da Ga. Ferreira Labarão — Luiz da Mota Ribeiro — Joaquim Cândido de Vasconcelos — Rodrigo Antônio de Moraes — Evaristo de Melo Vilhena — João da Costa Oliveira.

SARGENTO AJUDANTE — Joaquim Roberto da Silva e João Nepomuceno Dantas.

1ºs SARGENTOS — Lúcio José de Santana — José Parrela de Oliveira — Manuel Batista de Escobar Bueno; Manuel Gonçalves.

2ºs SARGENTOS — Francisco Manuel de Vellasco — Cirilo Pereira Marinho — Antônio Basílio dos Santos — Francisco José Xavier da Rocha.

FURRIÉIS — Joaquim Afonso de Camargo e Delfino Antônio Viegas.

CABOS DE ESQUADRA — José Joaquim Caxias — Joaquim

Varanda — Marcelino Claro — Evaristo Antônio da Fonseca — Manoel Vicente — Manuel Espridião Antunes — Pedro José Francisco — José Marques de Vasconcelos — Pedro de Sousa Lobo — Balbino de Moraes Preto — Ludgero Vaz Cardoso — Rufino Marques de Vasconcelos — Simplício de Moraes Preto — Manoel Vicente — Manuel Esperidião Antunes — Pedro José ANSPEÇADAS — Salvador Inácio da Silveira — Gregório Chrispim Machado e Miguel Nogueira Soares.

SOLDADOS — Urbano de Vellasco Berquó; Benjamin Ramos de Vellasco — Pio Ferreira da Silva; Jacinto Ferreira Rego — Francisco Batista dos Santos — José Nery da Fonseca — Manuel Ivo de Oliveira — João de Barros — Bernardo Antônio da Silva — José Florêncio Dutra — Vicente Fernandes — José Antônio da Fonseca — Militão dos Santos — Honorato Dias da Luz — Eusébio Gatto de Menezes — Albano dos Santos Furtado — Joaquim Pedro Dias — Antônio Alexandrino da Silva; Nicolau Gbz. Cardoso — Pacífico Xavier de Barros — Eliseu Alexandre — José Xavier — Vitor José Godinho — Elias Martins Barbosa — Manoel Pereira da Fonseca — Benevenuto Monge Bispo — Francisco Moreira — David Moreira — José de Moraes Toledo — José Lázaro Chaves — José Nicolau — José Monteiro da Silva — Francisco Ruiz dos Santos — Leopoldo da Silva Oliveira — João de Anunciação — Florêncio Ribeiro de Queiroz — João da Silva Dias — Manuel Benedito Pereira — Bertoldo Rodrigues — Policarpo das Chagas Leite — Cândido de Barros Garção.

CLARIM-MOR — Francisco Pinheiro da Mãe de Deus.

CLARIM — Francisco de Sá.

FERRADORES — Joaquim Luis de Souza e José Antônio Ferreira.

Quartel do 2º Corpo de Cavalaria, em Goiás, 27 de Setembro.

UM ESTADISTA DO IMPÉRIO

Augusto Fleury Curado

Cuiabano de nascimento, mas goiano por laços de família, nasceu em Cuiabá, em 9 de abril de 1830, o Conselheiro André Augusto de Pádua Fleury, filho do Tenente Antonio de Pádua Fleury e Augusta Rosa Gaudie.

Em 1835, veio para Goiás, onde fez seus estudos primários.

Recebeu o grau de bacharel em Ciências e Letras pelo Colégio D. Pedro II — no ano de 1848.

No ano seguinte, isto é, em 1849, matriculou-se na Faculdade de Direito do Largo do S. Francisco, onde se bacharelou em 1854.

Em 1856, foi nomeado Juiz Municipal de Santa Cruz de Goiás..

Sentindo nostalgia dos grandes centros, deixou a magistratura em Goiás, para voltar ao Rio de Janeiro, onde passou a exercer a advocacia com muito brilho e segurança.

Simultaneamente passou a servir na Secretaria dos Negócios da Justiça e mais tarde foi promovido a Diretor, em 1857.

Casou-se no Rio de Janeiro, em 23 de Junho de 1859 com Paula Eufrosina de Faro.

No ano seguinte, em 1860, foi nomeado Presidente da Província de Espírito Santo e mais tarde, do Paraná.

Em 1861, foi eleito deputado pela Província de Goiás.

Em 1875, seguiu para Europa a fim de estudar os sistemas penitenciários, tendo percorrido vários países. Deixou 2 volumes sobre "Os estudos em Estocolmo" e "Considerações sobre a necessidade de uma Casa Celular", este justamente com os colegas Joaquim Pedro Villaça e Francisco Rangel Pestana, membros da Comissão inspetora da Casa de Detenção. Na Europa, visitou as prisões centrais da Bélgica: — Gand, Louvain, St^o Hubert e Namur.

Em 1879, regressou ao Brasil, sendo nomeado Presidente da Província do Ceará.

Em 1882, foi nomeado Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas do Gabinete de Paranaguá.

Em 16 de Janeiro de 1883 foi nomeado Diretor da Faculdade de Direito de S. Paulo e em 4 de abril do mesmo ano, prestou juramento perante a Congregação.

Era uma tradição em S. Paulo, nomear Diretor da Faculdade, paulistas de 400 anos, mas o Conselheiro Padua Fleury, pelos seus elevados dotes e serviços prestados ao Governo Imperial, veio quebrar essa tradição.

Esse fato, como era natural, trouxe um clima contrário à sua escolha, por parte do Corpo Docente, mas logo depois os horizontes se aclararam e Padua Fleury muito fez para a vida da Faculdade.

No cargo de Diretor esteve até 9 de agosto de 1890, portanto foi o último Diretor da Faculdade do Império e o primeiro da República.

Assumindo a direção da Faculdade de Direito do Largo do S. Francisco, o velho casarão, que era o antigo Convento dos Franciscanos, onde fora instalada a Faculdade em 11 de agosto de 1827, estava em péssimas condições.

Solicitou e obteve do Ministro do Império autorização para reparar o velho convento que não oferecia condições para funcionamento regular das aulas.

O serviço de reconstrução foi dirigido pelo engenheiro Luiz Pucci e com a insignificante verba de trinta contos de reis (atualmente Cr\$ 30,00), conseguiu a reforma interna e externa, dando novo aspecto e embelezando a antiga construção sem tirar o seu estilo antigo.

Além destes melhoramentos materiais, conseguiu obras jurídicas, revistas e jornais para a biblioteca, que foi totalmente modificada e atualizada. Nomeou uma comissão de Professores para organizar o primeiro catálogo que se fez sob o método Brunet, isto é, dividido em 5 classes principais, a saber: Teologia, Jurisprudência, Ciências e Artes, Belas Letras, História e Geografia.

Os velhos e arcaicos móveis foram substituídos. Colocou no frontão da Faculdade um grande relógio, instalou e canalizou água e gaz, uma vez que naquela época não existia luz elétrica em S. Paulo.

Com esta reforma de base, a Faculdade passou a funcionar de maneira regular e com muito mais conforto, não só

para o corpo docente, como para o discente e o pessoal da administração.

O construtor, como era natural, queria que fosse colocado uma placa com o nome do Cons. André Augusto de Pádua Fleury, marcando a época da reconstrução e a grande reforma que transformou sobremaneira o velho Convento. Consultado o Diretor, este recusou tão justa homenagem, pois era Pádua Fleury homem muito modesto e simples que tudo fez em prol do bem público, sem visar o menor interesse, em que seu nome viesse aparecer.

Deixando a Faculdade de Direito, passou a residir no Rio de Janeiro, onde veio a falecer em 25 de Novembro de 1895.

Esse homem do Império teve uma vida pública cheia de lutas e trabalhos. Quando Governador do Ceará, encontrou um clima de violências na política cearense, mas conseguiu normalizar tudo.

Ligado a Goiás por laços de família, pois seu pai o Tenente Antonio de Pádua Fleury foi presidente da Província de Goiás, embora nascido em Cuiabá, foi Pádua Fleury um vulto que muito contribuiu para a vida pública do Governo Imperial.

Talvez brasileiro algum, quer no Império, quer na República, tenha dirigido como Presidente, a vida de 3 Províncias, Paraná, Espírito Santo e Ceará.

No exterior, por vários anos fez estudos sobre os sistemas penitenciários europeus para introduzir novas normas no Brasil.

Em todos os setores que ocupou e dirigiu, quer como Presidente das 3 províncias, quer como Deputado, quer em outros cargos, inclusive Ministro de Estado, soube honrar seu cargo com segurança, inteligência e descortínio de visão.

Com os estudos feitos na Europa, pode trazer para o Brasil conhecimentos e reformas no setor penitenciário, sendo de notar que S. Paulo foi o Estado que melhor recebeu o influxo desses estudos, feitos em companhia do grande paulista que foi Rangel Pestana.

Como Deputado por Goiás nos anos de 1861 a 1867 e, como suplente entre 1867 e 1870 trabalhou muito, tendo apresentado vários projetos de lei que mais tarde vieram a ser sancionados.

Há uma página inédita que bem demonstra o espírito liberal de Pádua Fleury concedeu a liberdade ao velho es-

cravo Job, anos antes da libertação da escravatura no Brasil. Isto foi fato invulgar que naquela época, pareceu até revolucionário, pois a escravatura no Brasil ainda estava consolidada pelos costumes herdados dos portugueses e senhores de engenho.

Esse grande brasileiro deve ser lembrado. Seu nome deve figurar numa das praças ou avenidas de Goiás ou de Goiânia, pois foi um estadista que deixou um rastro luminoso em toda sua existência.

Apesar de ter sempre vivido fora da Província de Goiás, mas seu representante na Assembléia Constituinte, sua filha Augusta de Faro Fleury Curado casou-se em 1891 com o Dr. Sebastião Fleury Curado. Também bacharel pela Faculdade de Direito de S. Paulo, mais tarde, quando Constituinte de 1891, apresentou o projeto da mudança da Capital da República para o Planalto Central do Brasil, hoje a grande realidade que é Brasília. A descendência de Sebastião Fleury Curado, genro do Cons. André Augusto de Pádua Fleury, vive atualmente em Goiás.

Eis aí, em traços gerais, a vida de um estadista do Império, cujo nome muitos goianos desconhecem, mas que traçou uma trajetória exemplar, honesta e soube pautar seus atos com inteligência, cultura e honradez à toda prova, pois faleceu sem deixar patrimônio algum — a sua maior fortuna foi o exemplo de um homem justo e desprendido, que lidou com dinheiro público, dedicando-se de corpo e alma ao serviço da nação.

Nos dias atuais, onde de um modo geral, o objetivo é ser rico de qualquer forma, à custa muitas vezes do herário público, Pádua Fleury está aí para provar que o valor do homem está justamente na sua conduta reta, honrada e principalmente moral.

Goiás deve pois honrar sua memória. Muito merece que seu nome seja dado a um dos logradouros públicos em Goiás, como prova da gratidão dos goianos.

Para provar o espírito liberal e humano do Cons. Pádua Fleury transcrevo o original da carta dada ao velho escravo Job no ano de 1884, testemunhado o ato por 3 pessoas, com firma reconhecida no 4º Cartório da Côrte em 27 de Setembro de 1884, nos termos seguintes:

“Eu, abaixo assinado declaro que, atendendo aos bons serviços prestados pelo meu escravo Job, preto, solteiro, com sessenta e dois anos de idade, matrícula na Recebedoria do

Município sob o número seis mil quinhentos e sessenta e oito, e, para o lançamento do imposto sob o número novecentos e trinta e seis de A., concedo hoje a liberdade ao mesmo escravo, para que gose sem clausula nem condição alguma, a firmeza do que, e a fim de lhe servir de título, passo a presente carta que assino conjuntamente com três testemunhas.

Rio de Janeiro, 27 de Setembro de 1884.

André Augusto da Pádua Fleury.

Como testemunhas:

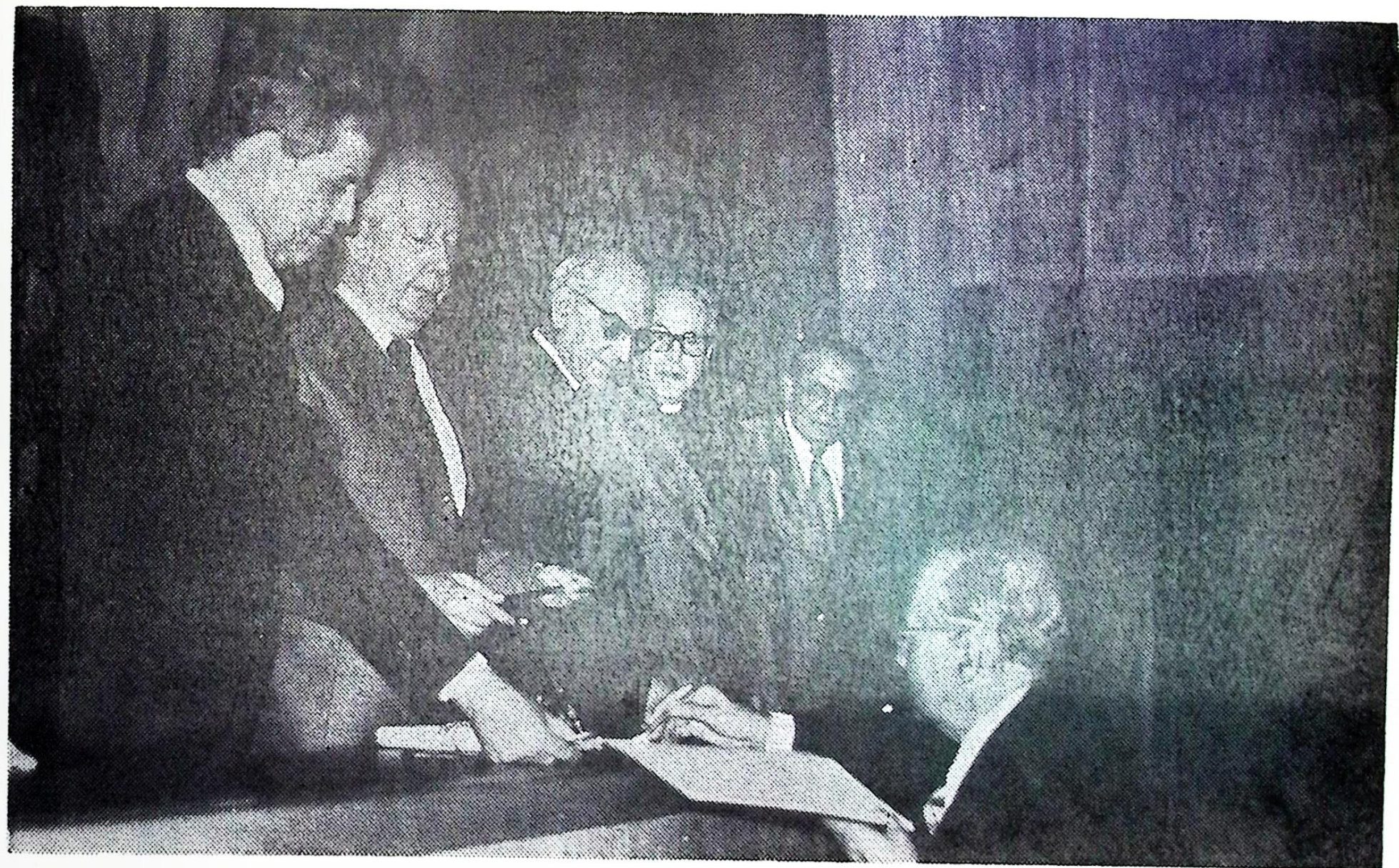
Carlos Manuel Maldetúva

Augusto Cesar de Pádua Fleury

Antonio Joaquim Pinto.

Selado com 200 reis. Firma reconhecida. Registrado sob o nº 126, em 9 de janeiro de 1885. 4º Cartório da Corte

**POSSE DO PROFESSOR COEMAR NATAL E SILVA
NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**



Estiveram presentes à solenidade de posse, além de várias outras autoridades, o Doutor Murilo de Barros Pimentel, representando o Governador Irapuan Costa Júnior; os Embaixadores Negrão de Lima e Lyra Tavares; os Presidentes: do Tribunal do Trabalho do Rio de Janeiro, representado pelo Ministro Carlos Granado Vieira de Castro e do Tribunal de Contas de Goiás, Conselheiro Dyonne Costa; Doutor L. Curado, representante do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás; Doutor Jaime Câmara, representante da Academia Goiana de Letras e da Superintendência da Organização Jaime Câmara & Irmãos; Prof^a Marivone de Matos Chaim, representante do Instituto de Ciências Humanas e Letras da U.F.Go.; representante do Instituto dos Advogados Brasileiros; representante do Instituto dos Advogados de Goiás, Doutor Claro Augusto de Godoy; Prof. Ático Frota Vilas Boas da Mota, representante do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, da Universidade Federal de Goiás e do IBECC/UNESCO e da Federação do Comércio de Goiás; Professor Manuel Diégues Júnior, representante da Comissão Nacional do Folclore e do Departamento de Assuntos Culturais do MEC; Professor José Mendonça Teles, representante da Universidade Católica de Goiás; Professor Benedicto Silva, da Fundação Getúlio Vargas; Professor Gilberto Mendonça Teles, da Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Universidade Santa Úrsula; Senador Osires Teixeira, Vice-líder da Arena e do Governo, no Senado; Doutor Colombo Baiocchi, representante da Fundação INCA; Professor Erasmo de Almeida Magalhães, da Universidade de S. Paulo; autoridades militares mais relacionadas com o Estado de Goiás — Gal. Plínio Pitaluga, Cel. Tancredo Ramos Jubé; Professores e grande número de membros da colônia goiana no Rio.

Compuseram a mesa que presidiu a solenidade: Prof. Pedro Calmon, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Bra-

sileiro; representante do Cardeal Eugênio Sales; Doutor Marcello Caetano, Professor da Universidade Católica do Rio de Janeiro; Doutor Raul Floriano, Presidente da Associação Brasileira de Escritores e o 1º Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Doutor Manoel Vasconcelos Pedrosa.

Também esteve presente o escritor Bernardo Élis, da Academia Brasileira de Letras.

O salão de festas do IHGB, que contém 200 poltronas ficou literalmente lotado.

Saudou o novo sócio o Professor historiador Américo Jacobina Lacombe, Sócio Grande-benemérito do IHGB e seu vice-Presidente.

A conferência sobre História que, pelo Regimento, é exigida do sócio que se empossa, foi proferida pelo Professor Colemar Natal e Silva sobre o tema "MISSÃO DA HISTÓRIA na CONJUNTURA ATUAL".

Antes de encerrar a sessão solene o Professor Pedro Calmon teceu várias considerações sobre a vida e a obra do novo sócio empossado, sobre a evolução cultural que se processa no Estado de Goiás e, quebrou a praxe da saudação ser feita, sempre, apenas pelo orador que fala em nome do Instituto.

O discurso do Presidente, Pedro Calmon, foi longamente aplaudido por todo o auditório, bem como o do Professor Lacombe.

Em seguida serviu-se um coquetel oferecido pelo Professor Colemar a todos os convidados.

SAUDAÇÃO A COLEMAR NATAL E SILVA

Em 1927, quando ingressei na Faculdade de Direito da rua do Catete, antigo solar do visconde da Cruz Alta, cursava o 4º ano o jovem Colemar Natal e Silva, era apontado como aluno excepcional: membro brilhante dos centros acadêmicos e colaborador da famosa revista: **A Época**.

Não era fácil destacar-se naquela quadra na Universidade. Atravessávamos uma era agitada, cheia de nomes que hoje dominam nosso mundo cultural, com uma dicotomia entre **fascistas** e **comunistas**, como absurdamente se simplificavam as simples tendências dos estudantes atraídos pelos ideais polarizados então pelos regimes de Roma e de Moscou. Nossas sessões do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, o CACO, eram tumultuosas e, por mais de uma vez, deixamos a Faculdade ameaçada pela polícia, na parte exterior do prédio, seja dito de passagem... No interior, mantendo-se uma tradição me-

dieval, não penetravam autoridades não universitárias, princípio cuja defesa é um dos galardões do nosso digno presidente Pedro Calmon. Ali, como disse ele uma vez, detendo uma força que pretendia reagir a agravos de estudantes, só se penetrava com o vestibular.

Colemar Natal e Silva salvou-se de soçobrar nos extremismos com a mesma bóia de que vim a servir-me mais tarde: com o culto de Rui Barbosa. Ele escrevera em 1928, seu primeiro livro: **Rui Barbosa em seu tempo e em seu meio**, de que possuo exemplar com dedicatória do autor, datado de 14 de maio de 1929, livro que vale como uma profissão de fé, jamais renegada.

Foi esta faceta de sua personalidade que nos proporcionou outro ponto de encontro: o solar de nosso amigo comum, o meu parente Batista Pereira. Foi naquele antigo casarão da Gávea, numa excelente biblioteca, que conversávamos sob a presidência do genro de Rui Barbosa, grande **causeur**, dotado de uma memória fenomenal e de uma erudição miraculosa.

Colemar gozava ali de honras excepcionais: ele era neto de Guimarães Natal. Era ruista "**par droit de naissance**" quando já o era "**par droit de conquête**".

Depois disso, já se vai quase meio século, nunca mais tivemos nenhum contato. E agora aqui nos achamos após longa caminhada. Quanto a mim, posso dizer como o poeta: "Ai ricos sonhos de mancebo ardente! Esperanças altas, ei-las já tão rasas". Quando revejo os planos que tracei, e a minguada produção que realizei, quase me sinto de mãos vazias.

Quanto a Colemar, não consigo compreender como conseguiu construir uma existência que me parece um prodígio.

Ao seu livro sobre Rui Barbosa seguiram-se outras produções: **A História de Goiás**, em 1953, em dois tomos, prefaciada pelo Conde de Afonso Celso, que por tantos anos presidiu esta Casa; os **Pareceres e decisões**, em 1940 prefaciados por Clóvis Beviláqua; **Na tribuna e na Imprensa**, coletânea de conferências, discursos e artigos, do mesmo ano, recebidos com uma crítica honrosa de Pedro Calmon; a **Enciclopédia do Estado de Goiás**, de 1942, recebida com encômios por M. A. Teixeira de Freitas.

Mas tudo isto é o reflexo de uma atividade na vida política e universitária que poderia, sem exagero, chamar de assombrosa. Foi professor de História de Goiás na Escola Normal, de Sociologia, de Português e de História Universal no Liceu de Goiás, foi promotor público na capital e Secretário de Estado do Interior e Justiça, em virtude exatamente de sua atividade

no campo da educação que era subordinado àquela pasta. Foi procurador Geral da Justiça cerca de 12 anos, conseguindo, entre outros grandes feitos, solucionar a secular questão de limites entre Goiás e Minas Gerais, através de um acordo em que este Estado foi representado por Milton Campos.

Não há instituição cultural de seu Estado que não tenha recebido de Colemar Natal e Silva um impulso decisivo. Professor da Faculdade de Direito, ocupou a diretoria por várias vezes. Aclamado presidente da Comissão organizadora da Universidade, levou a cabo a sua missão com tal maestria que foi naturalmente indicado para ser primeiro Reitor, imprimindo à administração um dinamismo que lhe assegurou uma rápida ascensão entre as congêneres. Dotou-a de uma imprensa universitária exemplarmente aparelhada e de uma estação de Rádio Universitária e depois de TV, que permitiram levar ao conhecimento da população os ensinamentos e as atividades daquele centro. Foi ele o autor da lei criadora da Faculdade de Filosofia. Foi ele quem instalou o Colégio Universitário, o Restaurante Universitário. Da sua iniciativa foi a Exposição Internacional de Livro, de onde deriva a Biblioteca Central Universitária.

E agora, o que mais de perto nos interessa, teve atuação destacada na criação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, cujos estatutos redigiu. Obteve do Governo a doação de terreno para erguer-lhe a sede. Ergueu-a com recursos arrecadados nas municipalidades e inaugurou-a e dirigiu-a com o dinamismo que impõe a tudo que empreende, e chegou a lançar a Revista que guardou novos recursos para prosseguir.

Paralelamente, presidia a seção estadual da Ordem dos Advogados. Conseguiu igualmente, através dessa posição, construir a Casa do Advogado, com o apoio da Caixa de Assistência dos Advogados.

Dirigia, ao mesmo tempo, a seção goiana do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), criando uma revista própria; a Academia Goiana de Letras, em cujos estatutos colaborou e instalou-a em sessão solene no próprio Palácio do Governo. Planejou, afinal, a construção do Palácio da Cultura, sede da Academia, do Instituto Histórico, do Instituto dos Advogados, da Associação de Imprensa, da Associação Médica, do Clube de Engenharia e do IBECC, espécie de Silogeu Goiano.

Para dinamizar todas essas entidades culturais partiu dele a iniciativa de vários certames: O Primeiro Congresso Nacio-

nal Jurídico, o Primeiro Congresso do Ministério Público. Foi um dos promotores do Forum dos Reitores realizado com pleno êxito.

Foi membro e secretário da Comissão que escolheu o local da nova capital do Estado.

E durante toda essa atividade ininterrupta exercia ação política, sendo um dos fundadores do PSD.

Eis o homem dinâmico hoje alistado entre os nossos correspondentes. Podemos estar certos de que ele não tomará esta designação como simples honraria. Vai considerar sua função como a dos primeiros sócios daquela categoria da era inicial da nossa entidade: colaborador indefesso de nossas atividades, contribuinte valioso para o aumento de nosso acervo documental e nossas publicações.

O escritor, pesquisador, professor, advogado e jornalista que hoje incorporamos aos nossos quadros é uma expressão das mais brilhantes da energia do novo Brasil Central. Confiamos em que, fiel à sua impressionante trajetória, há de juntar ao seu **curriculum vitae** mais um capítulo de sua ação onimoda e quase miraculosa.

Rio, 4 de agosto de 1967.

Américo Jacobina Lacombe.

A ORDEM DOMINICANA EM GOIÁS

Frei Germano Lech

**Tradução e Biografia de
Genesco Ferreira Bretas**

1 9 7 6

Estas páginas foram traduzidas do original francês "L'Ordre Dominicain à Goyaz", a pedido de Frei Simão Dorvi, guardião zeloso e solitário dos arquivos dominicanos no convento da cidade de Goiás.

FREI GERMANO LLECH (Vida e Obras)

Frei Germano Llech nasceu a 30 de julho de 1855, em Thuir, distrito de Perpignan, província dos Pireneus Orientais, sul da França. Na pia baptismal (11 de agosto de 1855) recebeu o nome de Etienne François Joseph Llech. Era filho de Etienne Llech, engenheiro de serviços vicinais em Thuir, e Teresa Jaubert, casados e residentes na mesma localidade.

Ingresso, já adolescente, na Ordem Dominicana, província de Tolosa, frequentou o Seminário em Salamanca e Perpignan, onde se distinguiu pela constante aplicação nos estudos, obediência às regras e prática da piedade.

Recebeu carta de Diácono a 20 de dezembro de 1884, com o nome religioso de Frei Germano Llech, e a de presbítero a 19 de setembro de 1885, em Salamanca.

Um ano depois de ordenado, foi designado para a província dominicana recém-fundada em Goiás por D. Claudio José Gonçalves Ponce de Leão.

Embarcando em Bordéus a 22 de setembro de 1886, em companhia do Padre Raimundo Madré, Vigário provincial de Goiás, e vários outros religiosos, chegou ao Rio de Janeiro em 25 de outubro e a Goiás em 20 de dezembro do mesmo ano.

Frei Germano viveu no Brasil 51 anos, até sua morte. Com exceção de um breve período passado em Uberaba, os demais anos de sua existência passou-os no Convento da cidade de Goiás. Quando ainda se encontrava em Uberaba, sentindo aproximar-se o fim de seus dias, pediu aos seus superiores fosse devolvido ao Convento de Goiás, a casa a que se acostumara e se apegara para sempre.

Dizem que, certo dia, já em Goiás, batendo alguém à porta do Convento, Frei Germano abriu e repentinamente entra porta a dentro um bêbado, empurrando-o. Já velho e fraco, foi-lhe difícil recuperar-se dos efeitos da queda. Daí por diante não teve mais saúde, vindo a morrer a 26 de dezembro de 1937. Foi sepultado no Cemitério de Santana, donde mais tarde foram trasladados seus ossos para a Igreja do Rosário, para repousarem definitivamente junto aos de seus Irmãos de ordem.

Frei Germano foi exemplo edificante de dedicação à Ordem que representava, à religião e à Igreja do Rosário, ensinando o Catecismo, catequisando, batizando, pregando. As crianças eram as pessoas de sua predileção. Gostava de estar entre elas, especialmente nas horas do Catecismo. Era sério, às vezes severo com elas, mas de uma severidade suavizada por discreto sorriso. Em questão de comportamento era Intransigente, e "brabo" mesmo, quando algum erro era cometido. Na igreja não tolerava erros de quem quer que fosse. Batia muito na tecla do pecado mortal.

As crianças não o apreciavam muito, mas o respeitavam sistematicamente, impressionados que eram por sua estatura alta e magra, sua voz rouca mas forte, sua envergadura moral e outras características que faziam dele uma personalidade venerável e digna de respeito.

Religioso de grande simplicidade e grandes virtudes, granjeou fama de santo. No seu enterro muita gente cortou pedacinhos de suas vestes mortais para guardar como relíquia, e enquanto seus restos permaneceram no cemitério de Santana, o povo ia à sua sepultura para rezar e pedir milagres.

Nos seus sermões castigava os costumes dissolutos da época, mas sempre com otimismo e nobreza de propósitos. Os escândalos não o oprimiam; ao contrário, encorajavam-no a prosseguir na luta para libertar a sociedade desses males, sempre pregando, ensinando, insistindo.

Durante o meio século que viveu em Goiás, assistiu a um dos períodos mais difíceis da história goiana. Quando chegou eram intensas as lutas pela abolição da escravatura e implantação da República. As intrigas, as quezílias os ressentimentos e os debates políticos inflamavam os ânimos e tornavam desassossegada a vida na capital da província. Líderes maçônicos (havia fundado poucos anos antes uma loja maçônica na Capital), impregnados de idéias positivistas e republicanas, envolviam o clero numa hostilidade sem tréguas. Combatiam, pela imprensa, entre outras coisas, ao que chamavam o "jesuitismo dos dominicanos" e o "abuso da intromissão dos dominicanos nas escolas, para ensinarem o Catecismo". Não lhes faltaram, porém, outros líderes corajosos, católicos, as mulheres inclusive, que se levantassem em sua defesa. Frei Germano e outros dominicanos puderam, assim, continuar sua obra, insistindo pacientemente em sua evangélica pregação.

Dizem que o saudoso Frade Pregador usava o silício e outros instrumentos de suplício para flagelação da própria carne, e que nos dias de festas profanas, como por exemplo bailes e carnaval, costumava deitar-se nas lages frias da igreja, diante do Santíssimo, e aí passava horas a rezar, como que a expiar os pecados do mundo.

Logo depois do desaparecimento de Frei Germano, no ano de 1937, época da mudança definitiva da Capital para Goiânia, a província de Tolosa, talvez por se terem cansado os dominicanos das lutas que tiveram de enfrentar, talvez por motivo do esvaziamento da cidade de Goiás, onde estava o seu principal Convento, talvez mesmo por falta de apoio e simpatia dos governantes, ou ainda pelos magros resultados obtidos na catequese dos índios no Norte do Estado, o que constituía a razão primeira de suas missões, resolveu fechar seus conventos em Goiás, que por mais de meio século foram centros magníficos de disciplina e fé religiosa. Começando por Formosa e Porto Nacional chegou a vez do Convento da antiga Capital. Mas D. Emmanuel Gomes de Oliveira, então Arcebispo de Goiás, intervém a tempo e salva o Convento, convidando para ocupá-lo a alguns dominicanos italianos que acabavam de chegar a S. Paulo. Aí começa outra fase da obra dominicana em terras goianas.

A história dos dominicanos da província de Tolosa em Goiás é sumamente interessante para o estudioso que desejar compreender a evolução religiosa, educacional e política do povo goiano. E' pena que Frei Germano, que tomou a si o encargo de escrevê-la, não a tivesse concluído. Este pequeno livro de sua autoria abrange um período de cerca de 15 anos, parando no capítulo XXVI, por um ponto que não é, pelas aparências, o ponto final da obra, parecendo, ao contrário, que o autor aí fazia apenas

uma pausa para descanso. As reticências finais vão por conta do tradutor, para significar que a história é inacabada. Nos originais o talho de letra de Frei Germano é ainda firme e igual, o que demonstra que o autor se achava em pleno vigor físico e mental. Teria escrito estas páginas por volta de 1930. Nenhum rascunho ou esboço, que represente a continuação da obra, se encontrou até agora nos arquivos da Ordem, no Convento da cidade de Goiás.

Este pequeno volume, junto com as obras de outros dominicanos ilustres que por aqui viveram, como "Os Sertanejos que eu Conheci" e "Entre Sertanejos e Índios do Norte", de Frei José M. Audrin, O.P., bem como "Lá Longe... no Araguaia" e "Apóstolo do Araguaia — Frei Gil Vilanova", de Frei R. Tournier, O.P., constituem preciosas fontes de informação para o estudioso de nossa história e para os admiradores da obra heróica dos Frades Pregadores em nosso Estado.

O Tradutor

I — PROVÍNCIA E ESTADO DE GOIÁS

Esta província, que tomou o nome da tribo que a habitava, Goiás, foi descoberta em 1680 pelo aventureiro paulista Bartolomeu Bueno da Silva, que escrevzava índios para deles fazer o tráfico.

As pepitas de ouro que ornavam as Índias revelaram a Bartolomeu as riquezas da região, porém só conseguiu descobrir as minas à custa de diversos ardis, que engendrou, e que lhe valeram a alcunha de "Anhanguera" (Diabo Velho). Certa vez, por exemplo, lançou fogo a um prato chelo de aguardente, que os selvagens acreditaram tratar-se de água pura, ameaçando incendiar todos os seus cursos de água, se não se rendessem à sua vontade.

De outra feita, depois de ter-lhes cativado a confiança e juntado muito ouro, ofereceu-lhes uma festa. Em combinação com seus companheiros, inventou uma dança, que consistia em deixar-se cada um prender por uma corda ao pescoço. Grande número de Índios, assim ludibriados, tiveram que terminar a dança em São Paulo, para onde foram levados, cativos, pelo Anhanguera.

Seu filho, de igual nome, que o havia acompanhado, então com a idade de 12 anos apenas, empreendeu em 1721, a instâncias do Governador de São Paulo, a redescoberta das riquezas encontradas por seu pai. Não o conseguiu senão em 1726, depois de uma segunda viagem e muitos dissabores. Nessa empresa foi acompanhado de seu genro João Leite da Silva Ortiz.

Após ter-se fixado no Ferreiro e na Barra, veio Bartolomeu Bueno a Goiás, à margem do Rio Vermelho, onde erigiu uma capela dedicada à Santana.

Tinha então 55 anos. Recebeu do Governador de São Paulo o título de Capitão-Mor Regente, com uma arroba (15 kg) de ouro em pó.

Não tardou porém a cair na miséria. Abandonado de todos, retirou-se para a Barra, onde morreu. Serviu-lhe de mortalha um lençol emprestado.

Em fevereiro de 1736 (o Decreto porém só foi posto em execução em 1739), Santana foi elevada a Vila, com o nome de Vila Boa de Goiás.

Minas de ouro descobertas por alguns homens audaciosos e empreendedores; multidões de aventureiros, vindos na maior parte de São Paulo, precipitando-se sobre as riquezas anunciadas com os exageros da esperança e da cupidez; uma sociedade formada ao meio de todos os tipos de crimes, mas que se acostudou entretanto a um mínimo de ordem sob

os rigores do despotismo militar e cujos costumes, sem tardança, se amoldaram ao clima ardente e à ociosidade; alguns instantes de esplendor e de prodigalidade; triste decadência e ruínas: nisto se resume a história da província de Goiás, desde a fundação de sua capital até o ano de 1818, época em que foi percorrida pelo francês Saint-Hilaire, ou até mesmo 1845, data da publicação da sua obra. A população estimava-se entre 60.000 a 80.000 habitantes.

O território que hoje constitui a Província de Goiás dependia então, pelo sul, do Rio de Janeiro (313 léguas, cerca de 2.000 quilômetros) e, pelo norte, do Pará (280 léguas, ou 1.800 quilômetros). No âmbito do espiritual pertencia ao Rio de Janeiro. O primeiro prelado foi nomeado em 1782: até 1822, entretanto, nenhum entrou em sua Prelazia.

O bispado de Goiás, criado em 1827 e formado da Província de Goiás inteira e do Triângulo Mineiro, não conheceu seus quatro primeiros bispos. É de se crer que tenham morrido em caminho, de morte trágica, pois o quinto, que chegou cego, mandou traçar, no limiar de sua catedral, uma cruz em que se lia: "Quinto não matará". Tu não matará o quinto. Seu limite oriental, ainda hoje contestado, era o Rio dos Arrependidos, que o separava do de Minas Gerais.

É fácil acreditar-se que o clero muito pouco observava a disciplina; que não mais estudava a moral; e que, vivendo num país tão vasto, onde jamais pisaram seus primeiros Pastores e onde, por conseguinte, gozava de liberdade inteira, longe estava de conservar costumes irrepreensíveis. "As leis da Igreja e as do Estado eram aí violadas sem discriminação", disse Mons. Pizarro (Memórias Históricas).

Costumes dissolutos, concubinato frequente, grande facilidade de se separarem os casados e viverem longe da família... Qual o remédio para tantos males? — A Instrução e a educação, com a ajuda de padres missionários estrangeiros, que seria necessário renovarem-se de tempos em tempos, a fim de não se deixarem amolecer pelo ardor do clima, nem se seduzirem pelos maus exemplos, bem como a instituição de um seminário, para a formação de jovens padres nas ciências e nos bons costumes: tal seria a reforma desejada por Saint-Hilaire, que em 1845 acrescentou: "35 missionários foram enviados por Roma ao Brasil, para serem distribuídos por diversas províncias; mas a de Goiás não está compreendida nesse número".

A Divina Providência, todavia, tinha seus desígnios de misericórdia. Pouco depois daquela última data, em 1853, nascia um brasileiro, de família importante, irmão do futuro Almirante Melo, o qual deveria fazer-se dominicano e tornar possível a futura missão dominicana no Brasil, na diocese de Goiás.

E que dizer do analfabetismo? Em 1819, havia em toda a província de Goiás, apenas um professor de gramática latina em Meiaponte, outro em Vila Boa, e um mestre-escola em cada uma das vilas principais.

Em 1846, as escolas primárias da província eram frequentadas por 1.137 meninos e 129 meninas. Os professores de latim existentes na província, em número de três, tinham ao todo 67 alunos.

II — OS DOMINICANOS NO BRASIL

Logo depois que o Brasil foi descoberto, em 1500, religiosos de todas as Ordens, Franciscanos, Beneditinos, Carmelitas e, depois, Jesuítas, se dispuseram a atravessar o oceano para trazerem a estas novas plagas os benefícios da Redenção e estenderem pelas mesmas o Reino de Jesus Cristo.

Mas a Ordem dos Frades Pregadores, tão intimamente ligada à história do Novo Mundo, só apareceria no Brasil depois de todas as outras. Esse fato estranho, parece, explica-se facilmente, se se lembrar que por muito tempo a Província dominicana de Espanha e Portugal teve de mandar legiões de apóstolos a Ceuta, Madeira, Guiné e Moçambique. O grande conquistador das Índias, Afonso de Albuquerque, fora acompanhado de cinco Pregadores e isto resultou num rosário de conventos dominicanos, que se estendiam de Ormuz até a península de Malaca. Esgotada por esse dom de generosidade que lhe é peculiar, e desejosa, além disso, de manter as obras começadas com tanto êxito, a Província dominicana de Espanha e Portugal não pode enviar seus filhos ao Brasil.

Em certo momento acreditou-se que as coisas iriam mudar de face, quando um dominicano. Frei Manoel Pereira, fora nomeado primeiro bispo do Rio de Janeiro, em 1676. Mas o eleito, promovido logo em seguida ao cargo de primeiro ministro de Portugal, não veio tomar posse de sua Sé, à qual renunciou em 1680.

Todavia, entre os numerosos colonos portugueses que vieram residir no Brasil, sobretudo na Bahia, havia alguns fervorosos terciários, que tinham recebido o hábito no Porto Lisboa. Vila Viana. Achavam-se porém bastante penalizados de ver que a Ordem Terceira de São Domingos não era ainda estabelecida no Brasil, ao passo que outras irmandades, como a de São Francisco e a do Monte Carmelo, aqui prosperavam maravilhosamente.

Mas eis que, em 1722, passa pela Bahia, então Capital do Brasil, Frei Gabriel Batista, dominicano português, vindo das Índias. Os bons Irmãos terciários resolveram aproveitar-se de tão feliz ocasião para estabelecerem na Bahia a Ordem Terceira de São Domingos. De fato, no ano seguinte, Frei Gabriel recebia para isso plenos poderes do Provincial, que o nomeou diretor da nova irmandade.

Assim, por conseguinte, a 30 de outubro de 1723, numerosa e brilhante assistência se dirigiu ao Mosteiro de São Bento, onde ia estabelecer-se imediatamente a Ordem Terceira Dominicana. O próprio Vice-Rei do Brasil, Vasco Fernandez Cesar de Menezes, mais tarde Conde de Sabugosa, recebeu o hábito da Ordem Terceira, assim como outras destacadas personagens da Capital. Elegeu-se Prior Afonso Rodrigues Bernardo Sampaio, conselheiro da Corte Suprema. Seu sucessor, Manuel Antunes de Lima, foi reeleito prior doze vezes. Esse digno filho de S. Domingos figura entre os mais fervorosos e mais dedicados terciários.

Do mosteiro de São Bento, onde ficou pouco tempo, a Ordem Terceira transferiu-se para o hospício da Palma. Os confrades mandaram esculpir uma estátua de São Domingos. O arcebispo D. Luiz Alves de Figueiredo consagrou-a solenemente e, no mesmo instante, o Capítulo, o convento dos Carmelitas e vários outros religiosos a acompanharam, em procissão, até a Palma.

Ainda assim não se sentiam independentes os confrades. Decidiram por isso construir uma Igreja própria. A 18 de dezembro de 1731 o Vice-Rei lançava a primeira pedra. Os trabalhos foram iniciados com muita animação e não obstante fosse, no seu plano, uma das maiores e das mais belas Igrejas da Bahia, já em 27 de novembro de 1732 o Padre Lourenço Justiniano Ribeiro nela celebrava a primeira missa. Clemente XII deu-lhe logo autorização para receber o S. Sacramento.

A Ordem Terceira floresceu tanto, que em pouco tempo passou a contar com mais de 500 membros. Alguns deles vieram mesmo das longínquas regiões das Guianas. Para satisfazer a tanta espontaneidade, foi

preciso outorgarem-se a outros padres os poderes de conceder o hábito e receber a profissão de fé.

A Bahia conservou piedosamente a memória de S. Domingos, e quando aí aparecerem os Frades Pregadores, não se sentirão desconhecidos.

Alguns anos mais tarde, encontramos no Brasil outro Dominicano. Trata-se de Frei Miguel de Bulhões, terceiro bispo de Belém, Capital do Pará. Tendo chegado à sua diocese a 9 de fevereiro de 1749, aí passou um decênio, e depois renunciou, voltando a Portugal. Foi ainda um Dominicano que em 1780 ocupou a cadeira episcopal de Mariana. Este foi Frei Domingos da Encarnação Pontevel, que granjeou a reputação de Santo. Tendo sido antes professor de filosofia e teologia, durante quinze anos, e diretor da Ordem Terceira, sagrou-se bispo de Mariana a 18 de abril de 1779, na igreja dos Franciscanos da Convalescença. Em seu tempo eclodiu a famosa Inconfidência Mineira, cujo chefe, Silveira Xavier, mais conhecido pela alcunha de Tiradentes, foi condenado e executado em 1792.

Frei Domingos Pontevel morreu em Vila Rica, na casa dos bispos, em 1793. Foi sepultado na capela-mor da catedral de Mariana, ao lado do Evangelho. No palácio arqui episcopal conserva-se ainda seu retrato com este dístico: "Quid Proesul noster? Nil est nisi pulvis in urna / Cordibus est nostris, vivus et ipse manes".

Citemos ainda outro filho de São Domingos: Frei Tomás de Noronha. Tendo sido antes bispo de Cochim, na Índia, veio ocupar em 1825 a cadeira episcopal de Pernambuco. Renunciou em 1829, voltando a Portugal.

III — OS DOMINICANOS EM GOIÁS

Nessa época havia em Roma um jovem brasileiro, filho de família importante, nascido em 1853, irmão do futuro almirante Melo. Tudo parecia pressagiar-lhe brilhante porvir. Seu bispo, D. Lacerda, o havia mandado do Rio de Janeiro para o Seminário Latino-Americano, a fim de terminar seus estudos. Encantado com a teologia de S. Tomás, este eclesiástico decidiu entrar na Ordem de S. Domingos, com a secreta esperança de um dia implantá-la no Brasil. Recebeu o hábito em Corbara (Corsega), com o nome de Frei Vicente, e fez a profissão de fé em 1874. Daí passou a S. Maximino, onde se achava então o noviciado da Província de Tolosa. Depois de brilhantes estudos, coroados com o grau de Doutor, foi encarregado do ensino de Lugares Teológicos e, mais tarde, de Escritura Sagrada.

Mais ou menos na mesma época, Dom Lacerda, tendo ido a Roma, em companhia do bispo de São Paulo, passou por S. Maximino, na viagem de retorno. Esse convento real do século XIII abrigava então mais de sessenta religiosos. A sombra do Padre Lacordaire ainda aí pairava. Vinha-se de Marselha para contemplar suas magníficas cerimônias.

Os dois prelados sentiram-se encantados, e o jovem Padre Melo se saiu tão bem que D. Lacerda pediu uma fundação da Ordem no Rio de Janeiro. Isto foi em 1877.

O Padre Damien Signerin, prior do Convento, logo que se demittiu do cargo, ofereceu-se ao Padre Provincial para a fundação projetada. Em 1878 chegava ele ao Rio de Janeiro, tendo em sua companhia o Padre Benedito Sans. Teve o cuidado de pedir que se enviasse antes uma carta de recomendação da Duquesa d'Alençon, da Ordem Terceira de São Domingos, para a princesa Isabel, esposa de seu primo, o Conde d'Eu.

Dom Lacerda tinha o caráter de homem bastante indeciso. A campanha dirigida pela franco-maçonaria pouco tempo antes, contra dois bispos brasileiros, fora feita de modo a deixá-lo intranquilo. E' possível tam-

bém que o Padre Signerin, em seu zelo de apóstolo, tenha descoberto no bispo do Rio de Janeiro uma vontade arrefecida, ou simplesmente um vago desejo. O Padre Signerin compreendeu que nada mais lhe restava a fazer senão retornar à França. Mandou reservar, para si e seu companheiro, passagem a bordo de um paquete.

Mas a sabedoria divina se diverte com os arranjos humanos. Na véspera da partida, o Padre Signerin foi atacado de febre amarela. Morreu três dias depois, convertendo o sacrifício de sua vida em proveito da futura missão. O Padre Sans, também atacado do mesmo mal, escapou graças aos cuidados que lhe foram ministrados pelos Padres Lazaristas, em cuja casa se achavam alojados nossos dois missionários. Aí permaneceu durante quatorze meses, edificando a comunidade com seu porte grave, natureza austera, regularidade perfeita, espírito verdadeiramente religioso. Ora, foi precisamente por essa razão que lançou, sem o suspeitar, as bases da futura fundação.

Com efeito, pouco tempo depois, a Providência chamava, para a cadeira episcopal de Goiás, a um padre Lazarista, professor no Seminário do Rio de Janeiro, Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão. Este jovem religioso fora profundamente impressionado pela envergadura moral dos dois dominicanos. Logo que se viu chamado a ocupar a chefia de uma diocese que, por si só, valia, em extensão, duas vezes a França, e onde existia de resto um clero extremamente reduzido, e com frequência, ai de nós! pouco digno de tão altas funções, imaginou concretizar imediatamente, em sua diocese, a fundação da casa dominicana, que vinha de abortar no Rio.

Antes mesmo de sua sagração, que se deu a 25 de julho de 1881, escreveu ao Padre Sans, que se achava em viagem de retorno à França, para lhe propor a fundação de Goiás.

O Reverendo Padre Cormier chegava ao fim do seu provincialato. Tratou rapidamente do assunto com o Reverendo Padre Bianchi, Procurador Geral da Ordem e representante do Mestre Geral, que visitava os conventos da América do Norte. E a fundação se concretizou, posto que em outro local, no momento em que ela parecia impossível. O sacrifício do Padre Signerin não fora em vão. E Deus se serviu do Padre Sans para começar a obra. "Foi por causa dele, dizia mais tarde D. Claudio, que chamei os Dominicanos para minha diocese".

Entrementes, o Governo francês expulsava os religiosos. O convento de S. Maximino foi arrombado, como os outros, e a 30 de outubro de 1880 os noviços se transferiram para Salamanca (Espanha). O Padre Melo partiu também. na qualidade de professor. Sentiu-se então, cada vez mais, a utilidade de uma missão, e apressou-se em satisfazer os anseios de D. Claudio.

IV — FUNDAÇÃO DE UBERABA

Em 16 de maio de 1881 D. Claudio obtinha da Santa Sé, por sete anos, indulgência plenária para os que assistissem às missões, pelo menos à metade de cada uma delas, pregadas pelos Padres Dominicanos. No dia de sua sagração, 24 de julho do mesmo ano, dirigiu ele aos seus diocesanos uma Carta Pastoral, em que demonstrava suas intenções eminentemente apostólicas.

Enfim, a 14 de setembro, embarcavam em Marselha os primeiros missionários.

Não podendo partir o Padre Sans, que se achava impossibilitado em consequência da febre amarela, cujos efeitos sofreu o resto de sua vida,

puseram-se a caminho os Padres Raimundo Madré e Lázaro Mèlizan, com um converso, Frei Gabriel Mòle. Não sabiam bem para onde iam, salvo que deveriam colocar-se, no Rio de Janeiro, à disposição do bispo de Golás.

O Padre Madré, chefe da pequena expedição, era de origem basca. Tinha a força e o brio de quem não se abate. Como zuavo pontifical participou da defesa dos estados pontificiais em 1869 e da guerra franco-prusiana em 1870, entrando posteriormente na Ordem. Exercia a dupla função de cantor conventual e sub-diretor dos noviços quando os superiores resolveram enviá-lo ao Brasil. Jovem, ativo, empreendedor, de circunspeção um tanto solene, falando com segurança, ia ele, na qualidade de superior, dar o impulso necessário aos começos, sempre difíceis.

O Padre Lázaro Mèlizan, doutor em medicina e munido de poderes concedidos pela Santa Sé para exercê-la, era além disso músico e muito bom organista.

Quanto ao Frei Gabriel, originário do departamento de Ariège (França), era igualmente forte de natureza, e iria durante longos anos prestar à missão preciosos serviços.

Por um pequeno acontecimento, que mais tarde contaria, se poderá conhecer sua energia: "Tive o mal de enjôo, mas não me rendi!"

A travessia durou três semanas, sem outro incidente que o da troca de uma hélice, que se queboru na saída de Gilbraltar.

No dia 6 ou 7 de outubro nossos três passageiros desembarcaram no Rio de Janeiro. Atendendo às instruções do bispo de Goiás, pediram hospedagem no Seminário dirigido pelos Padres Lazaristas. Aí passaram dezesseis dias, vestidos de sotaina negra, por prudência, em vez do hábito branco dos Dominicanos, como dissimulação para não despertarem os espíritos super-excitados da franco-maçonaria. Souberam afinal que deveriam partir para Uberaba, do sul para o norte, em caminho de ferro até São Paulo e Casa Branca e daí por diante a cavalo, cerca de 8 dias.

Na terceira etapa da jornada atingiram Casa Branca, bela cidadezinha em que florescia já a Ordem Terceira de S. Francisco. O cura, Monsenhor Rosa, padre muito digno, ocupava-se na fundação do colégio das Irmãs francesas de S. José. Ajudado por sua irmã Da. Minervina, hospedou em sua casa os missionários, muito feliz por lhes ser útil e agradável. Embora tivesse tido sua iniciação sob a influência da Ordem Terceira de S. Francisco, França tornar-se-ia pouco tempo depois um dos pontos mais favoráveis aos Dominicanos: O Rosário aí seria acolhido com fervor e frutificaria plenamente.

Por toda parte, aliás, ao longo da viagem, os Padres encontraram o mais sincero respeito e hospitalidade. Isto não lhes evitou, porém, muitas privações e dissabores. Os casebres em que se viram obrigados a pernoitar eram frequentemente desprovidos das mais elementares comodidades, como os de cama e mesa. A cordialidade de seus hospedeiros, entretanto, ajudada pela graça de Deus, lhes fortaleceu e encorajou o ânimo.

Uberaba, na província de Minas, capital do Triângulo Mineiro, pertencia então à diocese de Golás. Era uma cidade de fundação recente, mas cuja posição, vantajosa aliás por se achar no centro de três grandes rios, lhe assegurava certa importância. O Padre Eugênio, antigo capuchinho, havia fundado aí um grande hospital (Santa Casa). Ora, os diretores, leigos, desse estabelecimento pediam a D. Claudio a fundação de um colégio, e para favorecer a iniciativa, o capuchinho Padre Paulino lhe oferecia uma casa, que acabava de construir, de bela aparência para a época e para o lugar.

Os Dominicanos não vinham fundar colégios. Mas para satisfazer, ao menos em parte, os desejos da população, o bispo prometeu deixar em Uberaba um pequeno núcleo de missionários, cuidando porém de reservar para Goiás, sua cidade episcopal, a principal fundação.

A 30 de outubro os três viajantes passaram o Rio Grande, entrando na diocese. No dia seguinte, véspera de Todos os Santos, chegaram a Uberaba. O Padre Paulino sentiu-se frustrado ao vê-los tão cedo: pretendia recebê-los assim que estivesse concluída a casa, e com maior pompa.

Desde os primeiros dias mostrou-se geral simpatia: as visitas afluíram, e os recém-vindos começaram seu ministério, em uma igreja vizinha, dedicada a S. Rita, ensinando o catecismo aos meninos, nos domingos e dias santificados.

Por uma singular coincidência, no dia seguinte à chegada dos Dominicanos a Uberaba, morre em Salamanca Frei Vicente de Melo. Não tinha ainda 28 anos de idade. Ingresso na ordem com o desejo de um dia introduzir em sua Pátria os filhos de S. Domingos, discípulos de S. Tomás, Deus houve por bem aceitar seus piedosos anseios, e lhe permitiu ver um começo dessa realização. Depois, como em todas as obras divinas, esse sacrifício viria depor perante os juizes da Missão, a certeza de um bom sucesso. A Missão tinha agora dois advogados no céu.

Outra coincidência: pouco antes percorria a região de Uberaba, chamada então o "Sertão da Farinha Podre", um zeloso missionário Lazarista, Padre Jerônimo, vindo de Campo Belo. Na hora em que morria, com odores de santidade, e como se lamentava muito sua partida para o além, disse ele: "Consolai-vos, porque muito cedo virão aqui outros missionários vestidos de branco, que pregarão como eu". Isto foi contado por uma testemunha ocular, vinte anos mais tarde, cerca de 1900, a um Padre Dominicano que acompanhava o apostólico João Moreira, que se tornou depois Frei Vicente, bispo eleito de Porto Nacional. Declaração semelhante foi feita aos primeiros Padres Dominicanos, que pregavam missões no Rio das Pedras.

V — FUNDAÇÃO DE GOIÁS

Conhecendo agora o projeto de D. Claudio, de deixar alguns missionários em Uberaba, o Padre Madré resolveu fazer viagem a Goiás, para apresentar-se ao Prelado e receber dele as ordens e as instruções.

A 20 de janeiro de 1882 os dois Padres inauguraram seu ministério na igreja paroquial. Era a festa de São Sebastião, patrono da paróquia. Um deles celebrou a missa e o outro pregou pela primeira vez, diante de um auditório considerável. No dia seguinte, debaixo de chuva persistente, o Padre Madré montou a cavalo para percorrer, em 20 dias, os 660 quilômetros que o separavam da cidade de Goiás. Era a estação chuvosa e tinha de atravessar grandes rios, o Paranaíba, o Corumbá, o Meia Ponte, e o dos Bois, além de numerosos pequenos cursos de água, que se transformam rapidamente em torrentes impetuosas.

O caminho então seguido passava por Santa Maria, Monte Alegre, Santa Rita, Morrinhos, Alemão, Anicuns e afinal Areias, a 10 quilômetros de Goiás. A partir de Areias o aspecto da paisagem muda. Deixando à esquerda a pitoresca Serra Dourada, cujos rochedos desnudos, semelhantes aos de Sainte Baume, se vestem de púrpura e de ouro sob os raios do sol poente, têm-se diante de si, bem ao fundo, os picos numerosos, os cumes ásperos e solitários da Canastra, que se vão perder na linha azul do horizonte. O panorama é vasto e grandioso, mas de beleza um tanto seve-

ra. Logo que se atinge o alto que domina a cidade, fica-se agradavelmente impressionado com a vista deste conjunto de casas brancas, que emergem ao meio de bosquetes de palmeiras e laranjeiras.

Embora não se mostrasse entusiasta, o Padre Madré, esquecido já das fadigas da viagem e do mísero estado dos caminhos que acabava de percorrer, entrou cheio de consolação na capital da Província de Goiás.

Dom Claudio recebeu-o em sua própria casa. Ficou entendido que se fundaria em primeiro lugar uma casa em Uberaba e depois outra, a curto prazo, em Goiás.

Munido do documento episcopal, o Padre Madré se pôs novamente em caminho, de retorno a Uberaba, nos primeiros dias de março. Ajuntou ao documento que recebera um relatório sobre o estado da Missão, para ser apresentado ao Capítulo Provincial. O Padre Mélizan foi o portador de tudo e a 29 de abril o Padre Colchen, eleito Provincial, pronunciou-se, em Capítulo, sobre a Missão do Brasil.

O Capítulo aceitou oficialmente a fundação de uma Missão dominicana na diocese de Goiás e ratificou por sua conta a ereção do vicariato de Uberaba, esperando de Roma a autorização necessária.

Destinaram-se à Missão os Padres M. José Artigue e Miguel Berthet, com o Irmão Afonso Volseschini. O Padre Madré "**qui officio visitatoris ad referendum laudabiliter functus est**" (Cap. 1882), foi nomeado Vigário Provincial, com o encargo de se colocar à testa da nova fundação projetada.

Os três novos missionários chegaram a Uberaba pouco antes da festa de São Domingos. À falta de solenidade exterior, o Santo Patriarca concedia a seus filhos a alegria de se acharem mais numerosos.

A fundação de Goiás não tardaria. Em 15 de setembro seguinte D. Claudio a aceitaria nestes termos: "Nós, Claudio José... desejando promover cada vez mais o bem espiritual das almas que nos são confiadas, declaramos e reconhecemos como regularmente fundada na cidade de Goiás, sob o título de São Tomás de Aquino, uma Missão de Frades Pregadores, da Província de Tolosa, assim como estabelecidos em Convento os Frades designados a habitá-lo. Nós os aceitamos de bom grado, com todos os direitos e privilégios concedidos ou a serem concedidos pela Santa Sé Apostólica aos conventos da mesma Ordem. Dado em Goiás... aos 15 de setembro de 1882. † Claudio José, Bispo de Goiás".

Algumas semanas mais tarde, em 22 de outubro, um ano após a chegada dos primeiros missionários, três novos recrutados vieram reforçar o pessoal: os Padres Vicente Lacoste, Gabriel Devoisins e M. José Lucas.

Com a ajuda de Deus D. Claudio teve a idéia de fazer pregar uma missão em Goiás. Para isso conseguiu a vinda de três antigos confrades que mandou buscar em Casa Branca, ponto terminal da estrada de ferro. Chegaram em Goiás nos começos de 1883. A Missão, embora combatida por alguns chefes, teve pleno sucesso. Converteu-se uma multidão de pecadores, dos quais a maior parte persevera.

Os três missionários deixaram a cidade de Goiás, senão transformada, pelo menos profundamente comovida e pronta a receber a comunidade dominicana que aí se ia estabelecer. Os mesmos animais que os levaram, voltaram trazendo novos missionários: os Padres Gabriel Devoisins e Miguel Berthet. Entraram na cidade, de hábito branco, que haviam vestido em Areias, em 23 de abril de 1883.

Dom Claudio havia ordenado que o Seminário fosse ao seu encontro no Bacalhau; mas não o fizeram. Os professores se limitaram a esperá-los à porta do estabelecimento para saudarem os recém-chegados e lhes en-

sinarem a casa do bispo, onde deveriam apaar e alojar-se. Era o sobrado Vieira, na rua Direita.

No pensamento de Monsenhor, os Dominicanos deveriam instalar-se nas casas contiguas à igreja de S. Francisco, que pertenciam à Mitra. Mas no último momento, tendo surgido dificuldades na realização desse projeto, os Padres permaneceram em casa dele até 14 de maio, dia marcado para sua partida em visita pastoral.

Querendo levar consigo o Padre Berthet, por seis meses, alugou para os Dominicanos uma pequena casa contigua à igreja do Rosário. O Padre Devoisins ficou só, com um seminarista, Antonio de Jesus e um gato ruço, que se chamava "Milagre", em lembrança de sua oportuna aparição. Viviam os dois com a pensão de 60\$000 por mês, recebendo de fora, às horas das refeições, o estritamente necessário.

O Padre ia frequentemente ao Bacalhau, meia légua, para fazer o catecismo. Todos os domingos pregava na igreja do Rosário, com dobrado espanto de Monsenhor Azevedo, o Cura, que se maravilhava de ver um padre estrangeiro pregar tanto e tão facilmente. Os fiéis habituais do Rosário não tardaram a frequentar o confessionário e foi assim que começou o ministério apostólico.

A chegada do Padre Provincial em companhia do Frei Afonso, no começo de setembro, veio pôr termo à solidão do Padre Devoisins e estabelecer os princípios da vida conventual.

O bom Frade, com honrosa diligência, tratou de se libertar das refeições externas. Soube pôr em proveito uma fornalha minúscula que havia servido no vapor "Araguaia" e que havia adquirido por 90\$000. Limpou e aprofundou a cisterna ao lado da cozinha, até encontrar um veio de água inesgotável. Ele próprio ia ao açougue às 4 horas da manhã, algumas vezes debaixo de chuva. Arroteou um pedaço de terra existente entre a casa do sacristão, o cemitério da Irmandade e o jardim vizinho, e nele plantou hortaliças e videiras. No princípio, por prudência, deixou-se que algumas pessoas entrassem na casa, para mostrar que lá dentro não havia mulheres. Essas pessoas, ao chegarem diante das grandes escavações da horta, não dissimulavam uma vaga suspeita: "Esse Frade está à procura de ouro"! Mas Frei Afonso tinha em seu coração uma virtude mais preciosa que o ouro: a caridade. Sua presença era agradável. Sempre contente, sempre prevenido, tomava interesse por tudo o que dizia respeito ao Convento, sempre pronto a dar de si em benefício dos outros. Sentia-se feliz quando chegava de viagem um padre, a quem pudesse oferecer uma garrafa de sua cerveja. Com cascas de ananás, imaginou esse regalo mais ou menos saboroso. Este não lhe custava mais do que as garrafas que estouravam. De vez em quando, de dia ou de noite, ouvia-se uma explosão na cozinha: nova gargalhada do irmão: sua cerveja se derramava.

A 21 de novembro Monsenhor retornou de sua longa viagem ao norte da diocese. Mal chegou tratou de apressar os Padres na escolha de uma casa em que pudessem instalar-se definitivamente. Correu-se a cidade, visitaram-se muitas casas, nenhuma convinha. Finalmente os Padres acharam que a que menos inconvenientes apresentava era ainda o sobrado que habitavam. A proximidade da igreja e sobretudo a invocação de Nossa Senhora do Santo Rosário os fizeram decidir. A Santa virgem conduzia por suas mãos os acontecimentos. Ela não permitiu que seus filhos abandonassem seu santuário. A casa era pequena, não convinha para uma comunidade mais numerosa: mas tendo Monsenhor prometido comprar as casas vizinhas, toda a hesitação cessou, e a compra foi feita em nome da Mitra.

Sem tardança cogitou-se de adaptar o antigo casarão a um convento. Ao rés-do-chão instalou-se o refeitório; ao lado da cozinha, a rouparia e o parlatório. A escadaria, que era ao pé da porta de entrada, foi transportada para o fim do corredor, que se transformou em sala de recreação. A biblioteca, que servia também de sala, ocupava a mais bela peça do primeiro andar, dando vista para a praça do Rosário e dominando uma grande parte da cidade.

Foi difícil acomodar as celas pequenas e baixas, sem forro, inabitáveis às horas em que o sol dardejava seus raios sobre as telhas e sobre a parede exterior. A noite, ao contrário, eram muito frias. Grandes ratos, dos quais a casa era abundante, davam festivamente suas cambalhotas acima das cabeças dos religiosos, fazendo cair sobre eles ou no assoalho pedaços de argamassa e de telha, em profusão. Algumas vezes era o próprio rato que caía. Aquele que então recebia essa visita, saltava a persegui-lo, de um canto a outro, com um pau, e não voltava a deitar-se senão depois de ter morto o roedor indiscreto. De concerto com os ratos, vinham os morcegos, alguns de dimensões exageradas, cujo vôo na cela produzia uma corrente de ar capaz de apagar uma vela. E eis que um deles, sequioso de sangue humano, chega de mansinho aos pés do irmão, sobe até o tornozelo que encontra descoberto por um buraco das meias, corta depressa a pele, na extensão de sua língua, e... suga à vontade. Ao acordar o irmão dá fé de que tem ferido o pé e enfraquecidas as forças...

Cerca de 2 horas da madrugada é o gambá que entra em cena. Depois de arruinar a horta e a cozinha, mete os filhotes em sua bolsa, e lá vai, subindo o telhado sem fazer ruídos, algumas vezes imitando um homem que caminha descalço em um andaime, outras vezes levantando telhas, ou outros objetos que encontra em sua passagem. Ao chegar à borda do ninho, faz ouvir o roçar de seu pelo, até o momento em que consegue acomodar-se. Quando é pego em armadilha ou em seu ninho, tenta defender-se grunhindo furiosamente, mostrando suas presas de javali.

Para socorrer aos gastos de adaptação do prédio, foi preciso tomar de empréstimo ao convento de Uberaba, a quantia de 860\$000, que foram reembolsados mais tarde. Monsenhor prometeu uma pensão de 300\$000 para cada religioso padre, por todo o tempo que este não pudesse bastar-se a si mesmo. Fizeram-se logo de início compras de cobertas, lençóis, um dicionário de Moraes e alguns móveis: tudo escrupulosamente registrado em livros de contas pelo próprio Reverendo Padre Madré.

A igreja do Rosário era paroquial e pertencia à Irmandade dos Negros, que a construíram em 1834. Sustentava um sacristão leigo, que ocupava uma casinhola situada entre a igreja e o Convento. Não havia portanto passagem interna, e os Padres, não importa qual fosse o mister, tinham de passar pela praça. Para a meditação e o ofício diário eram obrigados a permanecer na biblioteca. A instâncias do Reverendo Padre Vigário Provincial obteve-se a cessão da casinha do sacristão, permitindo-se que este permanecesse por três ou quatro anos mais, em uma das salas contíguas à igreja. Abriu-se uma porta de comunicação, e recitava-se o ofício na tribuna, salvo nas horas de grande calor, quando era recitado em baixo, próximo ao Santuário. Mas quando chovia muito, a comunidade refugiava-se na sala comum, que era forrada. D. Claudio mandou fazer um confessionário para nossa igreja, dirigindo ele próprio sua colocação no lugar em que, mais tarde, se erigiu o altar de N. S. de Lourdes. Aí permaneceu longos anos, aí prestou grandes serviços.

Antes de terminar este capítulo, não nos esqueçamos de um pormenor a respeito da distribuição das celas. Como estas eram incômodas,

quis o Reverendo Padre Provincial fazer sua escolha: era um direito seu. Reservou para si a menor e a menos iluminada. Ela recebia a luz do dia por meio de uma seteira existente na parede a 2,50 ou 3,00 metros de altura. O Reverendo Padre não esperava receber do dia senão a porção mínima que fosse. Mas na casa vizinha, abaixo da seteira, morava uma boba que passava longas horas a chorar, depois a ataques de riso, algumas vezes a cantar modinhas: todas essas coisas parece que feitas para contrariarem o bom Padre, no seu trabalho e no seu desejo de silêncio. Permaneceu no seu canto, até que a nova parede do Convento em construção viesse obstruir para sempre aquela abertura. Cumpriu esta o seu tempo, para mérito do religioso.

VI — UM GRANDE ACONTECIMENTO

Vimos o Padre Berthet, mal chegando a Goiás, partir novamente, depois de três semanas de repouso, para uma longa viagem de 6 meses, com o Senhor Bispo: dois missionários. Não há mais belo elogio que este a dar a Monsenhor. Saindo de uma Congregação de Missionários, formada por São Vicente de Paulo, e que tinha a abnegação como virtude fundamental, ele possuía dela, em alto grau, o espírito. Levantando-se todos os dias às 4 horas da madrugada, começava o quotidiano na calma da meditação e da Santa Missa. Depois ocupava-se no estudo e na administração da diocese, com perseverança.

Desde o momento em que deixou Goiás, não teve outra preocupação que o bem do povo que visitava. Para as mil misérias que encontrava, sem que delas se espantasse, procurava-lhes o possível remédio.

O Padre Miguel Berthet tinha os mesmos sentimentos, feliz em encontrar em seu Bispo tal modelo e tal estímulo. Por causa de sua estatura acima da média e de seu hábito branco, atraía a atenção, e muitas vezes acontecia que o povo, em lugar de beijar o anel do Bispo, ia-se jogar aos pés do Missionário para lhe pedir a bênção. D. Claudio não se ofendia com isso. Ao contrário, sentia-se à vontade e reconfortado de haver chamado para sua diocese os Dominicanos.

Em sete dias de marcha, em direção ao Noroeste, atingiram as margens do Araguaia. Enquanto se preparava o embarque com a tripulação e as provisões necessárias para tão longa viagem, Monsenhor pregou. O povo, de um raio de três léguas, correu a Leopoldina, dando o aspecto de uma verdadeira missão. Monsenhor trabalhava tanto quanto o Padre, incansável no confessionário, para onde se dirigia, mesmo ao sair da mesa de refeições.

As margens do Araguaia o Bispo demorou-se por três longos meses, ao meio de seus fiéis, gente da maior simplicidade. Recitava o ofício, rezava o Rosário e lia o breviário. Pela manhã, na praia, dizia a Santa Missa, e o mesmo fazia o Padre. Parava nos lugares habituais: Crixás, São José do Araguaia. Em Santa Maria, já distante 200 léguas de Leopoldina, desejou pregar uma missão: encontrou a igreja cheia de morcegos. Matou-se uma carradada deles, ficando ainda mais que isso. Atingiu-se enfim o extremo norte da diocese, onde se faz a junção do Araguaia com o Tocantins. Permanecendo em sua embarcação, Monsenhor subiu então o Tocantins, mais impetuoso e mais frio. Visitou São Vicente, Boa Vista, Carolina, Rio do Sono. Em Piabonha viu o capuchinho Frei Antônio do Ganjo, vestido de azul. Era o último de um certo número de missionários italianos, que vieram trabalhar com ardor, nas margens do Araguaia. Aí envelheceram e aí isolados morreram como capelães de presídios. Frei Antônio do

Ganjo encontrava-se a 30 léguas de Porto Imperial, no selo de uma tribo de Xerentes, que tinha conseguido disciplinar, nas vizinhanças de sua casa. Bastava-lhe um sinal para tê-los em sua mão, todos dedicados ao Papai Grande.

Por fim o Senhor Bispo, tendo visitado Porto Nacional, chegou logo ao Peixe, onde sua tropa o esperava. Montou a cavalo e voltou a Goiás, passando por Descoberto e Amaro Leite.

O ano de 1884 prendeu o Padre Berthet no Convento. Foi ele que se encarregou dos reparos. Os Padres Madré e Devoisins foram pregar missões em companhia de D. Claudio. Dirigindo-se para o sul, até o Paranaíba, visitaram 21 paróquias, cujos pontos extremos foram Rio Bonito e Formosa. O resultado foi: 15.189 comunhões e 11.508 crismas.

Isto foi um acontecimento! E o entusiasmo se renovava todos os anos. Logo que se anunciavam as Santas Missões, a notícia se espalhava rapidamente: todo mundo se preparava. Os homens iam à cidade comprar vestidos decentes para a família. As mulheres faziam doces, quitandas e outras matulas para o caminho. Juntavam-se os bois de carro e, quando era chegada a hora, o carro se enchia de mulheres, crianças e velhos, pelo menos vinte pessoas em cada um. De uma só fazenda, não era raro verem-se partir dois, três ou quatro carros, puxados cada um por uma dezena de juntas de bois. Como último preparativo, cobria-se cada carro com uma tolda de palha, para proteger os passageiros dos raios do sol durante o dia, do sereno durante a noite. Por fim, dado o sinal, um menino, munido de uma vara de ferrão, punha-se à testa dos bois de cada carro, e o veículo avançava pesadamente, dando ao seu eixo maciço um som estridente, contínuo. Os homens, a pé ou a cavalo, vão de um lado a outro do carro, prontos a virem em socorro todas as vezes que o veículo parece tombar em um buraco ou atoleiro. Se acontece virar-se, as gentes de dentro, em confusão, se apressam a sair um a um, e depois os homens, unindo seus esforços, o repõem em terreno menos desigual.

Chegados ao lugar da missão, cada carro vem colocar-se no alinhamento dos outros, de maneira a formar-se uma longa rua. A maior parte das famílias se aloja em sua habitação volante. De lá elas se dirigem a todos os exercícios da missão, tão logo seja dado o sinal. A aglomeração extraordinária exige que as cerimônias se realizem ao ar livre. Antes do anoitecer, reza-se o rosário, à porta da igreja, prega-se e dá-se a bênção do S. Sacramento. Logo após começam as confissões dos homens, as quais se prolongam até depois das 10 horas da noite, hora do breviário, mas que os Padres não demonstram escrúpulos de ultrapassar, sobretudo à véspera da clausura, quando a afluência é enorme, desejando cada um ganhar a indulgência da Bênção Papal do dia seguinte.

As 4 horas levanta-se para fazer a meditação, celebra-se às 5 horas a Santa Missa, com instruções ao fim dela, e confissões, tantas quantas se apresentem.

Ao meio-dia os missionários se ocupam com as crianças, preparando-as o melhor possível para a primeira comunhão e para a crisma.

As missões duravam 15 dias e às vezes 21 dias, em cada localidade. Em sua ausência, D. Claudio dava ao Superior poderes de administrar a crisma, mas com a condição de a missão durar pelo menos 8 dias. Onde os Padres não pudessem permanecer 8 dias, não haveria crisma. Foi o que aconteceu em 1889, por falta de víveres. Certa vez, por causa da epidemia de sarampo, foi preciso deixar três missões para o ano seguinte. Outra vez, em 1890, a gripe não permitiu aos Padres permanecerem o tempo desejado, em três localidades. Em 1891, a lei da crisma tornou-se mais

liberal. D. Eduardo permitiu aos Padres Dominicanos administá-la com três dias de permanência num lugar, inclusive o de chegada e o de saída, contanto que se pregasse durante os três dias.

Com a criação do Convento de Porto Nacional nossa zona de missões foi modificada. Em 1885 os Padres partiram com Monsenhor e visitaram o norte, inclusive Porto Nacional. Em 1887 estabeleceu-se que Descoberto seria o ponto extremo de nosso ministério em Goiás.

Por volta de 1895, tendo os Padres Redentoristas, instalados em Campinas, recebido de D. Eduardo autorização para pregarem missões até o Paranaíba, ficaram os Dominicanos limitados às suas paróquias. Por fim, D. Prudêncio lhes tirou a faculdade de crismar.

VII — INFLUÊNCIA DOMINICANA

Desde o ano de 1884, por nossa iniciativa, fizemos em nossa igreja o mês de Maria, pregando todos os dias, na missa das 5 horas. Algumas moças, entre elas uma de nome Maria, irmã do Padre Confúcio, subiam ao órgão para cantar, acompanhadas por Luis, irmão do mesmo Padre, o qual se utilizava de um harmônio portátil, vindo da França para os primeiros missionários.

Nessa mesma época era necessário reanimar a difusão do Rosário. O livro da Confraria traz, em primeiro lugar, o nome do Cônego José Yrias, Cura da Boa Morte, mais tarde Vigário Geral. Um dos primeiros nomes é o da viúva Da. Joaquina Veiga Jardim, pertencente a uma das famílias mais destacadas, e a primeira Dominicana terciária. Mesmo do leito, em que se manteve enferma durante dez anos, ela se interessava por tudo o que dizia respeito aos Padres. Morando em frente ao Convento, era-lhe fácil conhecer suas necessidades. Quantas vezes, estando seus pais em guerra aberta, em seu jornal, contra D. Claudio, procurou ela impedir qualquer tipo de hostilidade contra os Padres. A maçonaria, inimiga de D. Claudio, queria prejudicar os missionários. O mais influente deles foi, todavia, atingido por morte trágica, o que foi considerado como castigo, e os Dominicanos permaneceram em seu posto.

Ficou decidido que, a partir desse ano, não mais se sairia em missões durante a estação das chuvas. De dezembro a março ou abril caem verdadeiras trombas d'água, que em poucas horas transformam o menor curso d'água em rio intransponível. Não havendo pontes, e estando em estado lamentável as estradas, as viagens tornam-se muito difíceis, para não dizer impossíveis. De novembro a abril ficar-se-ia, portanto, em comunidade, aperfeiçoando-se no estudo da língua e preparando sermões. O ministério da cidade, a assistência aos doentes, ocuparia sempre um certo número de religiosos.

No mês de janeiro houve uma pequena excursão a Anicuns, à Capelinha e ao Ferreiro.

Durante a Quaresma fazia-se, às quartas-feiras, à tarde, o Caminho da Cruz, em nossa igreja. A maior afluência, porém, era à primeira missa da manhã. Diante do retábulo, apresentando Nosso Senhor Crucificado ao meio de folhas de bananeiras e outras plantas, ao longo da missa, toda a assistência cantava piedosamente coplas da paixão. O último "Perdão" era cantado de joelhos, e batia-se no peito dizendo "Misericórdia!"

No domingo da Paixão, era, em Goiás, uma festa a Procissão de Jesus, organizada pela Irmandade dos Passos, levando-se a Cruz.

Trazida na véspera, a imagem era colocada sobre um grande andor, coberto de rica tapeçaria de seda violeta. Antes da procissão, descobria-se

Nosso Senhor e enfeitava-se o andor com quatro ramalhetes de flores artificiais. Após o "Pretório", sermão assim chamado, a imagem saía de nossa igreja. Percorria as principais ruas, parando sete vezes diante de altares preparados em honra de Nossa Senhora das Sete Dores. Em uma dessas paradas, a Santa Virgem chegava da igreja da Boa Morte, e então tinha lugar o segundo sermão, o do "Encontro". A procissão continuava em direção ao Sul da cidade, e quando se recolhia à Igreja da Boa Morte, pronunciava-se então o terceiro sermão, o do "Calvário". Nesse ano coube aos Padres Dominicanos a honra de pregar os três sermões, o que foi feito pelos Padres Berthet, Madré e Devoisins, os quais satisfizeram plenamente o auditório, ao ponto de irem pedir a D. Claudio a fundação de um colégio...

Nos primeiros tempos, durante cerca de cinco ou seis anos, não houve vinho à mesa, mas aguardente do país, tendo cada um seu pequeno copo, sem a obrigação entretanto de usá-lo. No mês de outubro compraram-se seis garrafas de vinho de mesa, certamente para a festa do Rosário, e talvez também para a celebração da Santa Missa: porque então se consagrava vinho legítimo, vindo de Uberaba ou do Rio de Janeiro. A dose era o conteúdo de um frasco de pílulas de Bristol, que acompanhava a galheta de vinho do país, empregado nas abluções.

Ainda outro detalhe precioso. O livro de contas faz menção da compra, todos os meses, das velas de sebo para a iluminação da casa e das celas.

A Congregação Intermediária, reunida em maio de 1884, em Sainte Baume, aceitou o Vicariato de Goiás, sob o nome de Nossa Senhora do Santo Rosário. Tendo-nos oferecido D. Claudio a paróquia do Rosário, a Congregação aceitou a igreja como colegial e não como paroquial. O Cura, Monsenhor Azevedo, continuou a exercer nela o seu ministério e a Irmandade a celebrar aí suas festas ruidosas. Aos domingos, quando a matriz estava em reparos, a missa militar era ouvida em gala. Diante da recusa da Ordem, o bispo não tardou em obter da Assembléia Legislativa a transferência da paróquia para a igreja do Carmo, e seu primeiro cura foi o Padre João Marques.

A Congregação ocupou-se também do Seminário, cuja direção nos fora oferecida por D. Claudio. Ela aceitou apenas o Seminário Maior, designando para esse fim o Padre Raimundo Anfossi, ainda colegial: com o auxílio de um ou dois padres que lhe fossem designados como adjuntos, teria podido formar os alunos de filosofia e teologia.

Monsenhor queria descarregar-se de toda a obra sobre os Dominicanos. Não sendo estes suficientes em número, previa-se a consequência terrível que haveria nisto, de se misturarem padres seculares para a direção. A proposta de D. Claudio, lisonjeira sem dúvida, não foi portanto aceita. O Convento não cessou, todavia, de fornecer professores ao Seminário.

No mês de junho de 1884 chegou Frei Antonino Rocca, transferido de Uberaba para Goiás. O clima foi-lhe favorável, pois tinha vindo da Itália sofrendo já do peito. Empregou-se primeiramente em ornamentação, pintura e colecionamento de insetos, que empalhava. Devido ao seu enfraquecimento pela doença, foi mandado para a chácara. Era uma propriedade situada a 8 km, no caminho da Barra e que o Padre Souza nos havia doado para uma escola de agricultura. O Internúncio deu-nos autorização para lá celebrarmos missa. Mas o pequeno número de religiosos fazia com que o irmão fosse obrigado a vir à cidade, no sábado à tarde, para assistir à missa no domingo. Certo dia à tarde, estando o irmão só, com a cabeça

apoiada no muro, sentiu passar-lhe sob o nariz uma frialdade esquisita: era uma serpente.

O Padre Souza tinha instituído, como condição pela doação, que a chácara passasse à Mitra, quando os Dominicanos a ela renunciassem. Depois da morte de Frei Antonino e do fracasso de todas as experiências, foi entregue ao bispo.

VIII — CONTRATO EPISCOPAL

Em 4 de maio de 1885 D. Claudio aprovou a instituição canônica da Confraria do Rosário, em toda a diocese, e a erigiu canonicamente, dando-lhe a Igreja do Rosário de Goiás por sede e os Dominicanos por Diretores.

Concedeu além disso 40 dias de indulgência a todos os confrades do Rosário, todas as vezes que rezassem uma Ave Maria por intenção do Chefe Supremo da Igreja.

A 25 de junho obteve do Papa a permissão de ceder aos Dominicanos, em usufruto perpétuo, a Casa de Goiás.

Por contrato especial, assinado a 5 de novembro, D. Claudio reconheceu a isenção plena dos Religiosos, e a fundação regular das Casas de Goiás e de Uberaba, esta com 6 religiosos padres e aquela com 5. Mesmo na época das missões, deveriam permanecer no Convento pelo menos dois Padres e um irmão converso.

Comprometia-se a dar anualmente 500 francos para cada religioso padre, enquanto a Casa não tivesse adquirido renda suficiente; mais 100\$000 reis a cada Religioso enviado em missões.

As despesas da primeira viagem de vinda dos Padres e dos irmãos conversos, assim como as alfaias, estipuladas em 500 francos, ficaram por conta do Bispo.

O contrato foi assinado em Tolosa a 18 de janeiro de 1886, pelo Reverendíssimo Padre Colchen, Provincial.

D. Claudio foi sempre fiel no cumprimento das cláusulas do contrato.

Em 28 de setembro o Internúncio escreveu carta de cumprimentos e encorajamento aos Dominicanos de Goiás, e permitia-lhes celebrar missas na antiga chácara.

Nesse ano as missões pregadas pelos Padres Devolsins e Berthet compreenderam 19 localidades do norte, cujos pontos extremos foram Porto Imperial, São José do Tocantins, Palma e Chapéu. Com eles estava D. Claudio. Tiveram 11.196 comunhões e 2.325 confirmações.

Nesse tempo D. Claudio tinha muitos inimigos por causa da maçonaria, que ele tinha declarado contrária à Igreja. Certo dia, estando de partida, já sentado à mesa para uma rápida refeição, condução já pronta, encontrou, sob seu prato, um bilhete advertindo-o de que a comida estava envenenada. Sem pestajenar montou a cavalo, sem nada comer.

No mês de junho deu-se a chegada em Uberaba das primeiras Irmãs, vindas de Casa Branca. Foram recebidas com grande festa e alojadas nos edifícios da Misericórdia, grande hospital construído outrora pelo Capuchinho Frei Eugênio. D. Claudio foi de Goiás a Uberaba para estar presente à sua chegada.

No dia 22 de julho chegaram a Goiás os Padres Angelo Dargaignaratz e Emanuel Wolstyniack. Queixaram-se da fumaça, que cobria toda a região e muito os incomodava. É habitualmente no mês de agosto e de setembro que os proprietários metem fogo às suas roças, para fazer a sementeira no

começo das chuvas, em outubro. Esse ano porém tinham começado mais cedo pelas pastagens, para grande aborrecimento dos viajantes.

E' do ano de 1885 a iniciativa do Padre Emanuel com a obra do catecismo nas escolas. O bom Padre contava na cidade com 13 escolas oficiais e particulares, nas quais o ensino da Religião era ministrado de maneira mais ou menos rudimentar. Depressa fez o Padre o seu plano: apresentou-se e foi bem recebido em toda parte, oferecendo-se ele próprio para reger o ensino do catecismo na escola, e à hora que fosse conveniente para o professor da mesma. A grande dificuldade foi prover de livros as crianças, para estudarem as lições: começou por um compêndio muito resumido, depois adaptou o catecismo do Pará, que mandou imprimir na Bélgica, quando no Brasil já se achava esgotado.

IX — CAPÍTULO PROVINCIAL 1886

Devendo reunir-se o Capítulo Provincial em 15 de maio de 1886, toda a província esperava essa realização como acontecimento muito importante. Na Franca estava-se ainda no regime das expulsões, e o noviciado, isolado em Salamanca, parecia pouco favorável às vocações religiosas, por causa da distância e talvez também do meio espanhol em que vivia.

Tinham acabado de receber o contrato de D. Claudio, que o fez seguir de um pedido de fundação em Porto Imperial, situado a cerca de 1.000 km de Goiás. no norte. Eram necessários dados certos sobre a Missão do Brasil. cujo alto patrocínio do Bispo Missionário, D. Claudio, alimentava as esperanças.

Tudo fazia ver a necessidade da presença ao Capítulo do Padre Madré. Vigário Provincial.

Foi por isso chamado. Deixando em Goiás o Reverendo Padre Gabriel Devoisins, como Superior local, partiu no decorrer de janeiro, época muito favorável às viagens, porquanto as pastagens são então excelentes. Chamam-na **Veranico de São Sebastião**, porque, ao aproximar-se a festa de S. Sebastião, as chuvas cessam durante cerca de uma quinzena.

Ao chegar a Bordeus o Padre Madré chamou a atenção pelas flechas, lanças e outros objetos indígenas que levou consigo. Na aduana cercaram-no com interesse e simpatia. O mesmo aconteceu em Tolosa e nos outros conventos da Província, onde despertou a curiosidade por suas narrações de coisas de ultramar. Oh! Quantos religiosos, invejando-o, gostariam de participar de sua vida de missionário!

Não foi tão feliz ao avistar-se com o Reverendíssimo Padre Colchen. Tinha levado de Goiás um belo quampo de prata maciça, dádiva do Cônego José Irias. Usava-se preso à cintura ou aos arreios, por meio de uma longa corrente de prata, que permitia ao cavaleiro, sem anear-se, enchê-lo em qualquer curso de água e beber, depois de ter oferecido a todos os que estivessem em sua companhia. Queria o Padre Madré deixá-lo nas mãos do Padre Provincial. Mas sabe-se quanto o Padre Colchen era severo em matéria de nobreza. Pois não ia ele a Salamanca (24 horas de trem de ferro) em terceira classe, com um pequeno pacote de matulotaqem, que consistia habitualmente em alguns ovos cozidos e um pouco de pão...? Fez entender ao Padre Madré que o Provincial não receberia semelhantes presentes. O quampo voltou a Goiás, onde está guardado à disposição de quem, de direito, o reclamar, salvo a corrente, que se utilizou na sacristia.

O Capítulo reelegeu o Padre Colchen. Aceitou a fundação de Porto Imperial, mas debaixo de certas condições, que mostram o aleatório dessa

fundação. Uma delas era que a nova Casa pudesse empregar e manter seis religiosos padres.

O Padre Madré foi nomeado novamente Vigário Provincial e o Padre Gallais, prior de São Maximino, Visitador extraordinário. Vários religiosos foram designados para a Missão, entre os quais o Padre Damien Lonjon, a quem não foi possível viajar.

Aos missionários do Brasil o Capítulo ordenou especialmente: 1º) Que prestassem obediência em tudo ao Presidente delegado pelo Superior, fosse em caminho, fosse durante as Missões; 2º) Que nenhum dos confessores ousasse ouvir as confissões das mulheres fora de uma grade de ferro, madeira ou outro material qualquer, e isto de maneira patente, publicamente. Aí está porque, nas igrejas às quais são chamados para o Santo Ministério, se esforçam por suprir essa condição, quando não há confessorário.

Durante a reunião do Capítulo em França, D. Claudio manifestou publicamente a estima que dedicava aos Dominicanos, ao nomear o Padre Madré Examinador Sinodal da Diocese (10 de maio de 1886).

Os padres Dargaignaratz e Berthet pregaram 11 missões, até Rio Bonito: 6.325 comunhões e 3.685 crismas.

Enquanto o Padre Madré preparava seu retorno, colhendo para a Missão o máximo possível de esmolas, com que comprou em Paris um harmônio para Goiás, que mandou encaixotar em quatro volumes, morria a 22 de junho Monsenhor Azevedo, nosso Cura do Rosário. Não obstante tudo o que fizeram invectivar sobre sua sepultura, como maçom, pai de família, político, Deus lhe fez a graça de uma boa morte. Foi assistido pelo Padre Devoisins, que presidiu ao seu enterro. Manteve-se sempre em bons termos com os Padres Dominicanos.

Em companhia do Padre Madré embarcaram em Bordéus, a 22 de setembro, três Padres ordenados no ano precedente, Padres André Blatgé, Joaquim Mestelan e Germano Llech, com dois irmãos, Frei João Gourlin e Frei Paulo Gonçalves, este subindo a bordo em Lisboa. Vieram também três irmãs de Monteils, destinadas à Missão.

A recepção no Rio de Janeiro se fez com alguma solenidade. O Cônego Inácio Xavier, então Deputado, e o Capitão Corrêa, juntamente com outros amigos escolhidos, foram saudar os Padres a bordo do **Niger** e conduzi-los para terra em uma lancha da marinha.

As numerosas bagagens, cuja franquia se esforçaram por obter, mantiveram os viajantes por muito tempo no Seminário, até o ponto em que o Padre Joaquim Mestelan começasse a sentir-se indisposto, parecendo estar atacado de febre amarela. Por essa razão deu-se pressa em mandar irmãos e irmãs para São Paulo, onde deveriam ficar até nova ordem. Esta chegou afinal, determinando que embarcassem de trem até Batatais, novo terminal de linha. Era preciso pernoitar em Ribeirão Preto, que nessa época era apenas uma pequena vila. No dia seguinte chegaram a Batatais, à hora do almoço. Achava-se presente o Padre Lacoste, vindo de Uberaba, com toda a condução necessária. Após o almoço, oferecido pelo Senhor Cura, todos montaram a cavalo, para chegar dois dias depois a Franca, em casa de Monsenhor Rosa, e no quinto dia a Uberaba, véspera de Todos os Santos.

No Rio de Janeiro, nas intermináveis idas e vindas, visitando os vários escritórios da Alfândega, dos quais dependia a franquia da bagagem, o Padre Madré conheceu outro Padre francês, que pretendia colocar-se no Brasil, muito embora quase nada soubesse da língua do País. Tinha bons costumes, pequena estatura e maneiras extravagantes. O Padre Madré, não desejando continuar a ser visto com ele nas ruas da Capital, informou-lhe entretanto que havia vastas regiões sem padre, nas margens do Ara-

guaia, e que o bispo de Goiás o poderia empregar lá. Não foi preciso mais. Dentro de pouco estava ele instalado em Leopoldina, onde preencheu as funções de cura, por alguns anos. Monsenhor Vicente era seu nome. Sua área de obrigação ia até Santa Maria.

A 20 de dezembro, às 7 horas da manhã, chegaram à Goiás, em companhia dos Padres Madré, José Artigue, Domingos Nicolle e Germano Liech e do Frei João Gourlin. Não havia telégrafo nessa época. A cada cinco dias chegava um estafeta. Era este que respondia às indagações sobre o ponto em que havia encontrado os viajantes. O Padre Madré, não desejando chegar no domingo, a fim de evitar toda e qualquer manifestação, frustrou as previsões. Por sorte chegou ao Bacalhau na entrada da noite. Dormiu-se em um rancho, sobre couros de boi, despertando-se às 5 horas da manhã do dia seguinte, quando já se ouviam os sinos do Rosário, chamando para a missa da madrugada. Arreados os cavalos e percorridos os três quilômetros, chegaram à porta de destino, na hora em que o Padre Devoisins saía. Estava só neste momento, tinham acabado de partir para Jaraguá os Padres Berthet e Wolstyniack, de Ouro Fino. Embora a contragosto, por lhe parecer que o Padre Vigário Provincial não poderia ser Superior local, ele se demitiu, pondo o cargo nas mãos do Padre Madré.

Este, pela minuciosa prestação de contas da viagem, a qual foi conservada nos arquivos do Convento, demonstrou o zelo que dedicava à Casa de Goiás, destinada a ser, aos olhos de D. Claudio, seu fundador, a mais importante das missões.

X — O REVERENDO PADRE JOSÉ ARTIGUE

Com apenas 51 anos de idade, o Reverendo Padre M. José Artigue, depois de um estágio de 4 anos em Uberaba, onde se distinguiu pela brandura de caráter, qualidade pouco comum, e por seus talentos de pregador, veio para Goiás investido no cargo de Superior.

Neste mesmo tempo, a chegada ao Convento do Frei João Gourlin, cheio de juventude e saúde, inaugurava um período de atividade extraordinária. Construindo um forno e uma masseira, organizou a padaria, mediante a qual se passou a ter à mesa o pão de trigo, em lugar da farinha de mandioca até então usada; instalou uma marcenaria e uma sapataria com toda a ferramenta necessária; mudou o coro dos religiosos para o rés-do-chão, em uma sala húmida, que servia de desafogo e que adaptou com os velhos tijolos das ruínas da antiga catedral; fez uma pequena sacristia forrada e pavimentada de lajes do lugar, deslocando a escadaria e abrindo o paredão do santuário; fez uma mesa de comunhão para os homens, cujo principal benefício foi o de manter o recato para aqueles que gostavam de se agrupar em torno do altar: tudo isso obra dos Irmãos conversos. Os Padres queriam pôr em proveito, não só o número dos Irmãos, mas também sua saúde, em favor do sacerdócio.

Durante a quaresma de 1887, o Padre Artigue pronunciou conferências para homens, em nossa Igreja. Falava um português clássico, correto e castiço, exprimindo-se com facilidade, de modo a causar admiração a D. Cláudio, que o ouvia todas as tardes. Dizia ele que, para estrangeiros falarem assim, em língua que não a sua, era evidentemente uma bênção especial de São Domingos. Notava-se ainda frequentemente no auditório o Presidente da Província, que gostava de assistir às nossas cerimônias. Houve confissões que nos pareceram sinceras, entre outras a do Coronel Joaquim Correia, pai de nossa principal corista, que a nós permaneceu sempre muito ligada.

Após a Páscoa, os Padres Artigue e Wolstynack começaram uma viagem missionária que deveria compreender Barra, Santa Rita, Jurupensem, Leopoldina, São José do Araguaia, Crixás, Pilar, Amaro Leite, isto é, a parte mais pobre e menos populosa da diocese.

A 30 de maio, segunda-feira, de Petencostes, tinham já evangelizado Barra, Santa Rita, Leopoldina e São José do Araguaia, com o resultado de 550 comunhões e 90 confirmações. A caminho de Crixás tiveram que atraparmanecer dentro dela, junto à margem, por mais alguns minutos. E subitamente desapareceu, não se suspeitando de outra coisa senão que tenha encontrado três dias depois, ao fundo de um sorvedouro. Não havendo outra ferramenta mais apropriada, cavou-se-lhe uma sepultura, à margem do rio, com o facão do camarada, marcando-se o lugar com uma cruz e protegendo-o com um cercado de madeira. No ano seguinte foram os ossos levados para Goiás por D. Prudêncio e repousam na parede do Coro dos Religiosos. A notícia foi comunicada a Goiás pelo Padre Wolstyniack, que despachou dois índios com o bilhete. De Goiás ao Rio foi pelo correio e depois à Europa, pelo cabo submarino.

Quanto ao Padre Wolstyniack, pela sua demora de 4 dias na margem do rio, junto com as emoções que sofreu, acabou por contrair a febre paludosa. Doente, foi para Crixás, onde não encontrou remédio. Logo que se soube em Goiás da situação em que se achava foi enviado Frei Antonino para cuidar dele, levando remédios e permanecendo junto dele um mês. Enfim, a 15 de julho, estavam de volta a Goiás.

Nesse ano os Padres Madré e Dargaignaratz pregaram missões em Antas (7.142 comunhões e 1.240 confirmações) e em Curralinho (1.100 comunhões e 556 confirmações).

XI — FUNDAÇÃO DE PORTO IMPERIAL 1887

Estava previsto que logo após a Páscoa, os Padres Devoisins, Berthet e Nicollet, com o Frei Afonso, deveriam partir para a fundação de Porto Imperial. Mas como as chuvas continuassem persistentes, resolveu-se esperar alguns dias, não o bastante para os camaradas. Salatiel sobretudo, os quais ficaram três dias internos no lugar chamado Bezerro, sob o pretexto de que os animais tinham desaparecido.

Enfim partiu-se, mas ao longo do caminho houve muitas dificuldades nas passagens dos rios, todos transbordando com as enchentes. Contaram-se 32 rios, todos sem pontes e sem barcos, alguns medindo um quarto, ou mesmo meia légua de largura.

E' de rigor, quando se passa a cavalo um rio, marchar em fila, um após outro, sem olhar para a água, para evitar tonteiras. Val à frente um gaula experimentado e bom nadador, e em seguida outro camarada para firmar a marcha. Ora aconteceu ao Frei Afonso perder o alinhamento e em uma parte funda, cavaleiro e cavalo mergulharam. Sem hesitar o camarada foi buscá-lo e, nadando, colocou-o novamente no seu posto.

Em cada um desses rios perdia-se tempo considerável para atravessar as bagagens. Quando possível eram passadas sobre os ombros, mas quando não o permitia a profundidade das águas, era preciso improvisar uma embarcação: algumas vezes era a pelota, que nada mais é que um couro de boi estendido sobre as águas e que o camarada, nadando, puxa por meio de uma corda presa aos dentes; outras vezes, quando o couro já estava muito molhado, após uma ou duas travessias, era a balsa, que con-

siste em algumas toras de madeira leve, amarradas umas às outras, lado a lado, e que o camarada impele para a frente, nadando.

Depois das bagagens passam-se os animais. Joga-se à água o mais ousado, e, à força de gritos, ameaças e chicotadas, são os outros obrigados a seguir.

A viagem durou um mês. Ficou decidido que, com a fundação de Porto Imperial, a zona desservida pelo Governo de Goiás seria diminuída. Enquanto que os padres do Porto teriam a seu cargo todo o norte da diocese, a partir do Descoberto, os de Goiás se encarregariam do Descoberto ao Paranaíba.

XII — SÍNODO DIOCESANO (1887)

No fim do mês de julho chegaram os Padres Lacoste e Anfossi. Assistiram ao Sínodo Diocesano, que se iniciou a 10 de agosto, com a presença de uma quarentena de sacerdotes. Foi precedido de um retiro de três dias, pregado pelo Padre Vigário Provincial.

O Padre Anfossi ficou encarregado da função de mestre de cerimonial do Sínodo, e por força desse título cabia-lhe a direção do ofício divino. O encerramento deu-se a 15 de agosto e os Padres retornaram logo a Uberaba.

D. Claudio mantinha-se no ponto de vista de que todos os Padres do Convento fizessem parte do Sínodo, e assistissem a todas as sessões que se realizassem no Seminário. Mas o Reverendo Padre Madré não pode concordar, porque antes se tinha estabelecido por princípio que pelo menos um Padre deveria estar presente no Convento.

A festa de S. Domingos revestiu-se da maior solenidade, pelo fato de que os Padres estavam presentes. O Padre Raimundo Anfossi pregou à tarde.

Nesse ano D. Claudio quis encarregar um Dominicano de organizar o ORDO (calendário eclesiástico) da Diocese. O escolhido, liberado por seu Superior, se recusou a aceitar a incumbência, receoso das dificuldades a vencer para aprender o rito romano.

A 10 de dezembro chegou o Reverendo Padre Gallais, Visitador, e com ele os Padres Gil Vilanova e Rosário Mélian e o Frei Gabriel Môle. Pouco depois começaram as conversações com D. Claudio, a respeito do Convento a construir-se. Tratava-se de aumentá-lo com a anexação das duas ou três casas vizinhas. O Reverendo Padre Madré, ajudado pelo Reverendo Padre Visitador, exigia esta obra, conforme a promessa que Monsenhor havia feito por ocasião da compra do sobrado. Todavia o negócio parecia não ir avante, pela recusa formal de D. Claudio de pagar o preço da compra da terceira casa. Os Dominicanos então, em segredo, resolveram pagar o preço de 1:249\$000, e a casa foi construída, o próprio Monsenhor inspecionando os trabalhos. Vinha de sua casa todos os dias. Mas como tinha de passar diante do Palácio do Presidente, o corpo da guarda lhe apresentava armas, fazendo soar tambores e trombetas. Não raro fazia uma volta por outra rua, para evitar tais demonstrações.

A 8 de janeiro de 1888, o Presidente da Província, aceitando a oferta do Padre Madré, criou uma cadeira de instrução religiosa no Liceu. O professor lecionava gratuitamente, e devia ser um Dominicano, o próprio Padre Madré ou outro. Isto durou apenas até a proclamação da República. Aliás o número de alunos era muito restrito, sendo, como ela, facultativa a Inscrição, o que não estava de nenhum modo na expectativa do Padre, quando fez a sugestão.

A 10 de abril de 1888 recebemos de Roma dois poderes "para toda tência de outro padre; 2º) de celebrar sobre altar portátil, nos lugares em que não houver igreja ou oratório público, e com o consentimento do Ordinário.

A 13 de maio foi proclamada a "Lei Aurea", abolindo a escravidão no Brasil.

Durante este mês de maio os Padres Madré e Dargaignaratz pregaram missões de 15 dias em Crixás (200 comunhões e 154 confirmações) e em Pilar (220 comunhões e 40 confirmações). Receberam 200\$000 de Monsenhor.

Os Padres Madré e Gallais pregaram missões de 8 dias em Amaro Leite (228 comunhões e 42 confirmações) e Descoberto (200 comunhões e 66 confirmações).

No mês de julho o Convento de Porto Nacional emprestou 200\$000 ao de Goiás.

A Congregação intermediária (21 de abril) designou ao Padre Gallais para estar presente ao Capítulo Provincial.

XIII — FREI GIL (PADRE EGIDIUS)

Não foi fácil na França afastar o Padre Gil Vilanova da carreira do magistério, para a qual parecia predestinado. Mas suas instâncias foram tais que por fim se lhe fez justiça, deixando-o vir para o Brasil.

Mal acabara de chegar a Goiás, em 10 de dezembro de 1887, já realizava em espírito seu sonho de se instalar no meio dos selvagens. Soube que havia perto do Rio Bonito, situado a cerca de 450 quilômetros, os Caiapós, tribo das mais ferozes, que vinha fazendo incursões nessa região.

O Padre Gil não vacilou. Era no mês de janeiro de 1888, a estação das chuvas, durante a qual é difícil e até mesmo perigoso viajar, por causa dos atoleiros e das enchentes que barram as passagens... Queria ir assim mesmo. Tendo por companheiro o Padre Gallais, partiu a galope com um simples camarada, José, que tocava o burro cargueiro.

Depois de muitas peripécias, que lhes ensinaram a moderar a marcha dos animais, segundo a força destes, e não segundo os ardentes desejos dos cavaleiros, atingiram Rio Bonito. Embora não esperados, fizeram aí pregações missionárias, e em seguida embrenharam-se no sertão, até a Colônia Macedina, à procura dos índios. Não tiveram a sorte de ver nenhum, não obstante estivessem percorrendo uma região cheia de sinais recentes deles.

Certa vez viram-se desfalcados de provisões. Depois de terem viajado um dia inteiro sem comer, chegaram tarde a uma tapera, onde encontraram apenas alguns ananases mais ou menos maduros. Em outro dia morreu repentinamente José, o camarada, ao levantar-se da mesa em que tinha almoçado, ao lado dos Padres. De retorno no começo de março, o Padre Egidius encontrou o Padre Madré no momento de sair com o Padre Germano, para uma missão em Mela Ponte. Queria participar dela, embora ainda não estivesse bastante exercitado na língua portuguesa. A missão foi aberta a 15 de março, e durou até 1º de abril. No domingo de ramos o Padre Egidius subiu ao púlpito, na Igreja de N. S. do Bonfim, para o sermão do Pretório. Seu sotaque o prejudicou tanto, que chegou a afirmar uma pessoa do auditório que o tinha ouvido falar francês.

Na volta dos missionários, realizou-se a visita canônica, que findou a 15 de abril. Mal chegou, lançou-se o Padre Egidius a outro mister, ativo,

nas ruas de Goiás. Munido do assentimento do cura e de poderes concedidos pelo Bispo para celebrar casamentos sem pregão, e sem impedimentos, em qualquer igreja, começou pela preparação de longa lista dos que viviam em concubinato e que lhe foi possível descobrir. Em seguida apresentou-se em suas casas, muitas delas mal afamadas, iniciando sua rogativa: "É preciso que se casem! — Não? Então é preciso que se separem". Quando passava nas ruas, o povo gracejava: "Ou casa, ou larga!". Daí por diante ficou conhecido somente por Frei Gil. A campanha durou meses. Para facilitar as cerimônias tinha um anel, que as noivas passavam de uma a outra. Um dia só, certa vez, realizou, na primeira missa do Rosário, sete casamentos.

E o Padre teve ainda tempo de, nesse mesmo ano, pregar 4 missões, em companhia do Padre Wolstginiack, em Corumbá, Bonfim, Bela Vista e Pouso Alto (4.350 comunhões, 2.000 crismas); e uma outra, no mês de outubro, em São José de Mossâmedes, em companhia do Padre Germano (350 comunhões, 50 crismas).

A 12 de agosto empreendeu nova campanha entre os selvagens do Rio Grande, em companhia do Padre Dargaignaratz. Pregaram missão no Registro (200 comunhões, 30 crismas), e depois, até 2 de outubro, dia de sua volta a Goiás, exploraram toda a região, de um lado e outro do Araguaia, acompanhados de pessoas destinadas a defendê-los e protegê-los, mas não chegaram a ver um só índio.

Em um dos primeiros dias dessa viagem caiu do burro, que lhe administrou certo coice, atingindo-o na face. Ficou doente um mês, com o olho todo encoberto pelo inchaço ocasionado pela ferradura. Não obstante, continuou a viagem, oferecendo a Deus todos os sacrifícios para a salvação dos índios. Todavia esses sacrifícios só viriam a proveito muito longe de Goiás.

Em maio de 1889, Frei Gil fez uma viagem de missões em companhia do Padre Wolstyniack, pregando em Traíras, São José do Tocantins, Formosa, Mestre d'Armas, Santa Luzia e Entre Rios (6.438 comunhões, 2.000 crismas; 168 casamentos regularizados). A falta de víveres e a epidemia de sarampo obrigaram os missionários a interromperem as missões, deixando três localidades para o ano seguinte. Houve mais de 200 casamentos gratuitos, recebendo os missionários 200\$000 de indenização. O camarada Amaro morreu subitamente ao lado dos Padres, quando passavam o rio S. Bartolomeu, no momento em que deveria atravessar as bagagens. Isto foi no mês de setembro.

Em Santa Luzia Frei Gil encontrou-se com Boyle, ministro protestante, que lhe propôs um debate público. Frei Gil aceitou-o, mas disse que o livro que ele, protestante, trazia, não era uma Bíblia, pois não o poderia provar, já que negava a tradição e com ela a autoridade da Igreja. O protestante não soube o que responder; não obstante, escreveu um bilhete, convidando Frei Gil a fazer-se protestante.

Ao 1º de fevereiro de 1890 apareceu o primeiro número da revista católica "A CRUZ", cujo fundador e principal redator foi Frei Gil. Era hebdomadária; durou um ano.

A 2 de março o Padre Madré partiu para a Europa. Frei Gil foi seu substituto. Projetou a reconstrução da Igreja do Rosário e para facilitar as formalidades, propôs-se a obter a declaração de estar em ruínas.

Quando recebeu sua designação para Porto Nacional, estava quase a fechar negócio da compra de uma tipografia, que pretendia instalar nos baixos do claustro. Partiu de Goiás a 2 de agosto, levando tudo o que pudesse imaginar ser útil à catequese. Em consequência dessa partida os

Padres Wolstynlack e Mestelan foram chamados das missões, não podendo eles pregar a de Jaraguá.

Durante o acabamento da casa nova, Frei Gil fez construir uma cozinha mais próxima da cisterna, alargar a passagem que conduz à igreja e colocar de maneira mais cômoda a escadaria do primeiro andar.

Durante seu vicariato levantava-se a 1 hora da madrugada.

XIV — CHEGADA DAS IRMÃS EM GOIÁS — 1889

A 8 de abril de 1889 morreu **Frei Antonino Rocca**. Quisemos enterrá-lo no cemitério da Irmandade, atrás da igreja do Rosário. Foi feita a sepultura, mas não obtivemos a autorização do Governo. Foi sepultado no cemitério comum, de onde sete anos depois foram retirados os ossos e colocados no Côro dos Religiosos, ao lado dos do Padre Artigue.

Ao aproximar-se a festa do Corpo de Deus (20 de junho), D. Claudio pensou em suprimir a procissão, pelo fato de ser assistida por muito pouca gente, todos os anos. O Padre Gallais, ao contrário, aconselhou fazê-la com maior pompa, porém não de madrugada, como era o costume. Ele próprio se prontificou a fazer um altar de estação, no Rosário. De fato, ajudado por Frei João, construiu uma grande escadaria, para subir ao altar, que erigiu à porta principal da igreja. Grandes folhas de coqueiro cobriam a frontaria da igreja e o altar foi ornado com gosto. Realizou-se a procissão às 7 horas da manhã, com todo o esplendor desejável.

Logo após a festa, o Padre Visitador partiu para Uberaba, aonde foi buscar as primeiras Irmãs fundadoras do colégio. A 5 de setembro estava de volta com elas. Nesse intervalo, no mês de junho, chegou o Padre Joaquim Mestelan, designado novamente para Goiás, e pouco depois, no mesmo mês, o Padre Rosário Mélizan partiu para Porto Nacional. Foi só, em companhia do Major Aires, sem capela, sem missa.

Nessa mesma época chegou uma carta do Cônego Inácio Xavier, datada do Rio de Janeiro, em 5 de junho, e endereçada ao Padre Madré, anunciando-lhe a chegada das Irmãs e contando-lhe a parte que lhe coube no desembarque das mesmas, as diligências que fez para impedir a transferência de D. Claudio e as compras que realizou para Goiás, expedidas ao custo de 91\$160, importância que deveria ser entregue à sua mãe Da. Ana.

O 5 de setembro foi de festas em Goiás. As Irmãs, ao chegarem, foram conduzidas à igreja da Boa Morte, que servia de catedral. A Irmã Otávia era a superiora. D. Claudio pregou, proclamando o motivo pelo qual tinha promovido a vinda de religiosas. Esse motivo era o de ensinar ao povo a virtude que se dizia impossível: a castidade. Vendo-a praticada, ela seria acreditada e imitada.

Foram alojadas na própria casa do Bispo, que lhes foi cedida, indo ele estabelecer-se três casas abaixo. Cedeu-lhes, além disto, para usufruto, uma casinha junto à sua, de propriedade da Mitra.

Pouco depois as Irmãs abriram o colégio, com uma classe gratuita, muito frequentada logo de princípio. Havia além desta uma escola para adultos, aos domingos.

Em consequência fechamos nossa escola de catecismo, que atendíamos todas as quintas-feiras, na rua que logo depois se chamou "15 de novembro". Mediante o aluguel de 6\$000 por mês, o cidadão Rizzo nos cedeu uma sala perto de sua casa. A hora marcada um Padre corria o quarteirão, chamando a meninada, com uma sineta. Conseguia reunir certo número de meninas e meninos.

Aberta a classe gratuita no Colégio, instamos com as meninas a inscreverem-se nela. Para lhes facilitar a matrícula, pedimos donativos e uniformes, e chegamos mesmo a comprar alguns.

XV — PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

A 15 de novembro, no Rio de Janeiro, é proclamada a República, aplaudida em Goiás, assim como no Brasil inteiro.

A 7 de janeiro de 1890 foi decidida a separação da Igreja e do Estado. A 24 foi decretado o casamento civil e a 22 de fevereiro do mesmo ano o Governador de Goiás proibiu o ensino do catecismo nas escolas.

Verificou-se então uma coisa surpreendente: o retraimento de certas pessoas, que outrora eram praticantes ou simpatizantes da Religião. Com a atitude oficial do novo Governo, que parecia hostil, mantivemo-nos de lado.

Houve a princípio uma tentativa de resistência e reação, quando chegou ordem para se formar um partido católico, cujo ideal se identificava com o da Alemanha (28 de maio), mas não houve compreensão nem harmonia. Pouco a pouco os espíritos se moderaram, de parte a parte. A lei, que determinava que o casamento civil precedesse o religioso, foi revogada. Não tardou que se apercebesse de que, sob o Govrno da República, a Igreja se tinha tornado mais livre e mais independente.

A 7 de fevereiro de 1890 D. Claudio assinou contrato com o carpinteiro Antonio, para os trabalhos de carpintaria da casa nova, que ainda se achava em construção, e, deixando-o na fiscalização de todos os operários, partiu para a Europa, donde retornou no 1º de junho do mesmo ano, já nomeado Bispo do Rio Grande do Sul.

Comprou em Paris um relógio de torre para Goiás, o qual lhe custou duas vezes mais, pelo fato de o Padre Lazarista encarregado da compra ter perdido a nota de 1.000 francos, que Monsenhor lhe havia dado, para esse fim. O relógio chegou a Goiás sem os pesos, e sem indicação, dada pelo fabricante, do número de quilogramas necessários para cada um. Além disso, não havia na cidade campanário bastante alto para a instalação do relógio. Os especialistas consultados pediam 6 contos de réis para altear o campanário da Abadia... O Bispo achou mais fácil e mais econômico, na véspera de sua partida, deixar o relógio nas mãos dos Frades.

Isto constituiu uma dificuldade a mais para sua instalação, pois a torre de nossa igreja não comportava grandes reparações. Foi preciso, por isso, deixar ficar o sino no lugar onde estava, para se colocar em cima o relógio. O mecanismo exigido para fazer soar o sino, em baixo, demandava pesos maiores. Afinal, depois de muito tatear, Frei João conseguiu fazer marchar a máquina.

No dia 5 de julho D. Claudio publicou, em pastoral, sua transferência para o bispado de S. Pedro do Rio Grande do Sul. O número 18 de "A CRUZ", dedicado inteiramente ao "Anjo da Igreja de Goiás", apresentou-lhe os adeuses. A 1º de novembro é sagrado em Roma D. Arcoverde, seu sucessor...

Neste comenos deu-se a morte do pai de D. Claudio. No 1º de setembro, 30º dia, foi cantado por sua alma um serviço fúnebre, em nossa igreja do Rosário.

Antes de partir, desejando reagir contra a corrente profana do "Gabinete Literário Goiano", então em formação, D. Claudio fez-lhe doação de certo número de bons livros. Infelizmente essas obras, na maior parte, conservaram-se em muito bom estado, sinal evidente de que os leitores davam preferência a outras...

As visitas missionárias nesse ano de 1890, depois de uma viagem apostólica feita, em fevereiro, ao Turvo, foram realizadas pelos Padres Wolstyniack e Mestelan, compreendendo nove localidades: Anicuns, Alemão, Morrinhos, Caldas Novas, Arraial Novo, Catalão, S. Antônio dos Cavalheiros, Capela das Concas e Santa Cruz. Deveria ter-se realizado a de Jaraguá, que não foi evangelizada, em virtude da partida precipitada do Padre Gil para Porto Nacional. Houve ao todo 7.069 comunhões, 2.358 crismas e 65 casamentos de concubinários. Algumas dessas missões foram prejudicadas pelas epidemias de febres e influenza. Não houve crismas em três localidades, porque os Padres não puderam permanecer nelas o período de 8 dias, exigido pelo Bispo.

O Capítulo reunido em Mazère, a 25 de abril de 1890, com a eleição do Reverendo Padre Gallais, quando retornou de sua primeira visita, tratou da Missão do Brasil, no que diz respeito à observância estrita das ordenanças regulamentares, lembrando especialmente: abstinência às quartas, sextas-feiras e sábados, podendo-se comer carne, em uma única refeição, nos outros dias da semana; o Capítulo das Culpas, duas vezes por semana; o conselho que os Superiores deviam tomar nos negócios graves; a obrigação de escrever todos os meses ao Padre Vigário Provincial; idem o Diretor das Missões ao seu Superior. Insistiu ainda o Capítulo em que os Missionários fizessem sua meditação em comum todos os dias, e que recitassem o ofício também em comum. Propôs-se a criação de um Delegado de Missão ao Capítulo Provincial, mas o Diretor Geral não a sancionou, dizendo que seria preciso fundar antes um Convento formal, cujo prior assistisse regularmente ao Capítulo. E nada de visita sem acompanhante.

Foi nomeado Vigário Provincial o Padre Lacoste, Vigário de Goiás o Padre Devolsins e Vigário de Porto Nacional o Padre Gil. O Capítulo aceitou a casa de Porto Nacional, sob a invocação de Santa Rosa.

O Capítulo nada revelou sobre o Padre Madré, que a 2 de março deixou Goiás, sem dizer se voltaria ou não. De passagem no Rio de Janeiro, pronunciou, a convite, um sermão, que lhe granjeou a estima geral e elogios públicos de Carlos Laet. Aborreceu-se sem dúvida, em Goiás, com a dupla função de Vigário Provincial e Vigário Local. Preferiu deixar este país, onde se fez profundamente estimado, desde o começo, a viver na penosa alternativa que lhe impunha, de um lado, o dever de obediência, e do outro a aversão de seus Religiosos. Morreu em Balona, a 22 de janeiro de 1910, honrado pelo Capítulo Provincial com o nome de filho da obediência, que seus superiores lhe haviam concedido.

XVI — A PROCISSÃO DAS VIRGENS

A Festa do Rosário, realizada no primeiro domingo de outubro de 1888, teve em Goiás esplendor especial, com a procissão das Virgens.

Pelos esforços combinados dos Padres, especialmente do Padre Rosário e do Padre Ângelo, fez-se, às 4 horas da tarde, uma belíssima procissão, semelhante às de França, na festa do Corpo de Deus.

Os meninos e as meninas, todas estas vestidas de branco, véu e coroa, abriam o cortejo, em duas filas, levando os 15 mistérios em 15 auri-flamas e outros estandartes, e em último lugar a grande bandeira do grupo do Rosário, feita artisticamente, precedendo o andor de Nossa Senhora do Rosário.

Em seguida vinham os homens, precedidos de um coro de mocinhos, guiados pelo Padre Ângelo e cantando o hino do Rosário. Os Padres, dis-

pêrsos ao longo da procissão, mantinham a ordem, rezando com o povo o Rosário.

Houve suspiros de satisfação correndo a cidade, nesse dia, parecendo que nada de melhor se podia fazer.

No ano seguinte houve, a mais, as Irmãs que acabavam de chegar, e em 1890 o Colégio ocupava já um bom lugar na procissão.

Havia, entretanto, desde o começo, uma nota desagradável, que se foi acentuando cada ano, a ponto de se tornar cada vez mais dissonante.

Um grupo não pequeno de rapazes gostava de assistir ao desfile das moças, e quando chegava a vez dos homens, precipitavam-se de uma esquina à outra, para apreciá-las novamente. Chegavam mesmo a fazer, pelo voto, a eleição da moça mais bonita, e ofereciam-lhe prêmios. No terceiro ano um jovem cometeu o erro de atravessar a procissão diante do Padre Ângelo, de chapéu na cabeça e cigarro nos dentes. Em um abrir e fechar de olhos, e sem interromper o canto que dirigia, o Padre fez rolar no chão cigarro e chapéu.

Mas ao recolher a procissão, os liceanos se reuniram à porta da igreja para pedir contas ao Padre Ângelo, da injúria feita ao seu colega. O Padre cometeu a imprudência de ir ao encontro deles. Ao ver isto, Frei João colocou-se junto ao Padre, tendo na mão a trave que servia para trancar a porta da igreja. Não foi preciso mais nada para salvar o bom Padre.

No ano seguinte, em 1891, mal tinha chegado D. Eduardo, a 29 de setembro, foi ele convidado pelos Dominicanos para assistir à procissão, ou pelo menos à sua reentrada na igreja. Aceitou, mas pareceu mal impressionado. Queixou-se, além de outras falhas, de que as mulheres passavam na procissão primeiro que os homens.

Deste conjunto de coisas, e mais o luxo com que muitas moças se preparavam, resultou a supressão de procissão.

Nossa Senhora do Rosário preencheu essa lacuna, por meio da Associação do Rosário Perpétuo, que se encarregou da recitação pública do Santo Rosário, na sua igreja, desde as 5 horas da manhã até as 5 da tarde. Isto constituiu-se em outro tipo de procissão, porque durava o dia inteiro o vai-vem dos associados, que se substituíam em lugar certo e hora marcada. Ganhou nisso a piedade.

XVII — O CORO DO ROSÁRIO

Foi um magnífico recurso para nossas cerimônias a chegada do grande harmônio e sua instalação no coro, no ano de 1887.

Nos primeiros tempos as mulheres eram admitidas no coro somente para acompanhar e para cantar. Logo depois de uma visita canônica, e por sugestão do Ordinário, decidiu-se que o Coro pertenceria aos clausurados, e dessa data em diante um dos Padres acompanhava, outro entoava e os fiéis todos na igreja respondiam cantando.

Dona Joaquina Corrêa foi nisso utilíssima. Muito dedicada ao canto e a tudo o que dizia respeito à nossa igreja, por muitos anos era ela quem começava o canto, e o povo em uníssono a seguia. Não é fácil, devemos confessá-lo, descrever a beleza de nossas cerimônias, nossos cantos, nessa época. Aliás cantavam-se habitualmente peças que todos sabiam, escolhidas pela cantora no livro do Coro, de modo que os cânticos estivessem ao alcance de todos. Houve uma época em que o Convento, depois da partida do Padre Gil e do Padre Rosário, se achava sem organista. Era preciso então que o Padre Pedro Ribeiro O. T. (mais tarde Monsenhor)

viesses do Seminário, todas as vezes que houvesse uma bênção, e na prestação desse serviço foi constante.

O Padre Germano dedicou-se então ao estudo da arte do acompanhamento pelo método Hanon, e quando o Padre Ribeiro se foi embora, juntamente com o Seminário, ele pôde substituí-lo.

Dona Joaquina Corrêa comprou um pequeno harmônio, que ela mesma, ou mais frequentemente sua irmã Da. Marica Póvoa, tocava quando o grande harmônio se mantinha em silêncio, sobretudo durante o mês de Maria.

O 19 de setembro trouxe-nos uma mudança digna de memória. Morreu Dona Joaquina Corrêa, deixando seu harmônio para a igreja do Rosário, em testamento oral presenciado pelo Padre Germano, Da. Marica Póvoa e Da. Idalina Marques.

Formou-se, então, sob a direção de Da. Lili Marques (O.T.), um coro de moças, das quais uma era organista.

O novo coro se esforçou por cantar belos cânticos e missas eruditas. Houve sem dúvida uma certa rivalidade com o coro da Boa Morte, de sorte que o que este executava, fazia-o também o outro. Disso resultou o silêncio completo dos fiéis, que não mais tinham condições de acompanhar os cantos corais.

As próprias cerimônias se foram tornando cada vez mais simples. Enquanto que nos primeiros tempos se pregava à tarde, todos os domingos e dias de festa, todos os dias de tríduo e de novena, contentava-se agora, depois que passavam a diminuir a assistência e o respeito à igreja, com a simples prática de rezar o terço, às 5 horas da tarde.

XVIII — D. EDUARDO DUARTE SILVA

Sagrado em Roma bispo de Goiás, a 1º de novembro de 1890, D. Joaquim Arco Verde recusou-se a tomar posse de seu bispado. Indicou entretanto ao Papa um padre brasileiro, doutor em teologia e cônego no Rio de Janeiro, D. Eduardo Duarte Silva, que foi aceito e sagrado em Roma a 8 de fevereiro de 1891.

Nessa hora passava o Convento de Goiás por uma fase nova.

Chegando o Padre Devoisins a 2 de outubro, e percebendo que havia operários na casa, preparando-se para abrir duas janelas no andar térreo e outras tantas no andar superior, mais que depressa disse ao Padre Angelo, superior interino desde que se foi o Padre Gil: "Mande-me depressa toda essa gente aí".

Achou-se prudente continuar a publicação de "A Cruz"; dela encarregou-se o Padre Angelo. O último número traz a data de 25 de fevereiro de 1891. O padre Wolstyniack tomou a si a tarefa de arrecadar o pagamento atrasado de assinaturas. Foi de casa em casa, e o Convento nada perdeu. Nesse ano as viagens missionárias, pregadas pelos Padres Angelo Dargaignaratz e Joaquim Mestelan, compreendendo 15 localidades, foram muito proveitosas, dando 6.747 comunhões e 4.578 crismas.

Houve ainda duas missões realizadas pelo Padre Germano, auxiliado pelo Frei Gabriel Môle, na Barra e no Buriti Queimado, as quais deram 52 crismas.

No Rio Verde a missão foi encerrada com o levantamento, na entrada da cidade, de um grande cruzeiro, para lá conduzido em carro de boi, com grande entusiasmo popular, desde a porta da igreja. O Padre Joaquim, machucado de um pé e não podendo caminhar, foi levado também em carro de boi.

Tinham os missionários acabado de chegar, quando D. Eduardo Duarte Silva fazia sua entrada solene na sua cidade episcopal, a 29 de outubro.

Contrariado já com o fato de o haverem obrigado a retardar sua partida, no Bacalhau, marcando-se-lhe hora de chegar na cidade, D. Eduardo ficou completamente decepcionado ao ver a simplicidade com que era recebido. Acostumado às recepções faustosas de Roma e do Rio de Janeiro, esperava sem dúvida passar por uma via pública ornada de flores e arbustos, ao longo de todo o percurso; mas ao contrário, do alto da rua que domina a praça do Chafariz, viu apenas um caniço curvado em forma de arco de triunfo. O que a corporação dos operários lhe havia preparado, mais abaixo, não podia ser visto de tão longe.

Chegado à porta de sua Catedral (igreja da Boa Morte), não se conteve mais. Chorou e não teve a coragem de entrar. O Padre Joaquim Mes-telan o estimulou a fazê-lo, dizendo: "Monsenhor, nós estamos aqui!" Esta foi a origem da confiança e da estima que sua Excelência depositou na pessoa do Padre Joaquim, que daí por diante levava por companheiro de viagem, nas visitas pastorais.

No dia 2 de outubro seguinte, o Vigário Geral, em nome do Bispo, publicou circular, avisando os curas de que, tendo-se separado do Estado a Igreja, **ipso facto** eram os tesoueiros leigos considerados demitidos, e nomeados fabriqueiros os curas.

No dia 10 do mesmo mês foi recomendado, aos curas, que entrassem na posse dos títulos de todos os bens patrimoniais.

Em virtude da primeira disposição, foi exonerado de seu cargo, a 24 de abril de 1892, o tesoureiro da Barra; e o Convento, encarregado, havia muito tempo, dessa paróquia, retirou o conteúdo do cofre, para obviar a diversos reparos na igreja e no cemitério.

XIX — O PASTO DOS FRADES

Depois de se abandonar a chácara, cujo grande defeito era a distância, procurou-se obter outra mais próxima da cidade. Pareceu aos Padres havê-la encontrado na Carioca, ao lado direito da estrada, onde havia uma casa com terreno de mato mais ou menos abandonado.

Em 1889 assinou-se contrato de arrendamento com o proprietário Pinheiro (100\$000 por ano), com o compromisso de venda aos Dominicanos, se estes obtivessem licença para comprá-la.

Todo o bosque foi abatido, e com a madeira se proveu de lenha por muito tempo o Convento. Frei João, que tinha a seu cargo esse terreno, percorreu-o todo, procurando nos seus desfiladeiros a melhor forragem, para plantá-la na chácara.

Nessa época não havia pastagens perto da cidade. Todo viajante que aí chegava, às vezes tarde, era obrigado a conduzir seus animais até a Cachoeira Grande, à distância de 4 a 5 km. No dia seguinte, quando lá ia buscá-los, faltava sempre algum deles, ou por estar bem escondido nas moitas, ou por alguém tê-lo tomado de "empréstimo", ou roubado durante a noite.

Nosso pasto tornou-se utilíssimo para a guarda de animais, pois dentro de pouco tempo passaram os viajantes a perceber as vantagens de ter seus animais fechados em lugar seguro, levando-os para lá todas as tardes e retribuindo com um módico pagamento. Outras pessoas mandavam buscar lá feixes de capim, quando preferiam reter em casa seus animais. O pasto da Carioca começou assim a render benefícios.

Vizinhos e outros proprietários da cidade, seguindo o útil exemplo dos Dominicanos, puseram-se a formar pastagens, com o fim de obterem lucros.

Expirando-se o prazo do contrato, comprou-se a propriedade (1893), a ela juntando-se um pedaço de terras, ao fundo, que pertencia à cidade (1894).

Frei João desdobrou-se então de atividade, para o melhoramento da chácara. Construiu a estrebaria e o muro que ladeia a estrada, aplainou o terreno, desde a estrebaria até a casa, tapando, com a terra que daí sobrou, as valas e buracos que existiam à roda da casa. Serviu-se para isso de uma carroça que ele próprio construiu com as rodas que mandou vir de Uberaba. Embelezou por fim essa nesga de terra com aléias de jaboticabeiras e outras árvores frutíferas, ao lado do terreno que destacou para horticultura.

A chácara não tinha água, salvo a da Carioca, que tem lá sua fonte, mas da qual nunca quisemos privar a cidade. A única preocupação dos irmãos era prover água para o gado e para os jardins e hortas. Diversas tentativas de poços se fizeram, furando-se até a grandes profundidades, sem se conseguir encontrá-la. A idéia de se instalar um carneiro foi malograda, diante da falta de água na estação seca.

Nos primeiros tempos podiam as mulheres entrar na chácara. As Irmãs para lá conduziam suas alunas, a passeio.

A casa ficou reservada, desde os começos, e jamais permitimos que fosse alugada às familiares interessadas. Era necessário, entretanto, um jardineiro na chácara. Adquiriu-se então uma casinha situada no outro lado da estrada, em frente à estrebaria, e nela foi alojado um camarada, com sua família. Frei João melhorou-a várias vezes seguidas, até tornar-se a morada definitiva do chacareiro.

Tendo a Intendência, em 1903, reclamado que um certo rendimento lhe era devido, contratou-se então agrimensor para medi-la. Foi-lhe anexado um pequeno pedaço próximo à Carioca, que tinha uma fonte, e pagamos por ele mais caro que da primeira compra (novembro de 1903).

Um chacareiro português, de nome Jerônimo, foi alojado na casa de baixo, com sua família, tendo, por obrigação, cuidar dos animais, do pasto e dos que para lá fossem levados diariamente, e receber, para o Convento, o pagamento do aluguel.

Para que ele pudesse obter proveito do terreno inculto, que cercava a casa até o rio, cavou-se na fonte um poço, no qual foi instalada uma possante bomba, a fim de que ele pudesse regar a horta e lavar a roupa do Convento, em um tanque que se construiu. Por fim concedeu-se-lhe metade das rendas dos legumes e do vinho que vendesse. Em pouco tempo o terreno tornou-se fertilíssimo, aproveitando-se toda sua extensão.

Mas o pasto não bastou. Era muito pequeno e a falta de água, na estação seca, exigia tratamento a milho e cuidados especiais, para os animais que não estivessem em viagem.

Era preciso, portanto, precaver-se em tempo, enviando-se os animais à Serra, fazenda do Zeca Bastos, que deles se encarregava e os fazia trabalhar em proveito próprio.

A 8 de fevereiro de 1914 foi adquirida a propriedade denominada "Jundiaí", situada na paróquia de Ouro Fino, distante quatro léguas e meia da Capital. A pastagem aí era boa e suficiente o ano inteiro.

Quanto aos animais que ainda permanecem no pasto da Carioca, tem-se o cuidado de substituí-los periodicamente, e quando a pastagem

deixa a desejar, são alimentados com milho. Para beber, são levados todas as manhãs e tardes ao rio, e são também escovados.

XX — DEMOLIÇÃO DA CATEDRAL

Frei João Gourlin tinha feito já sua fama. A bela pastagem que formara, na montanha da Carioca, estava à vista de todos, convidando os goianos a fazerem o mesmo. Ele próprio, vestido com negligência, era visto frequentemente indo e vindo, com o andar de um homem forte e ativo. Sabia-se de tudo o que tinha acabado de fazer para se tornar senhor dos inimigos das videiras, as formigas cabeçudas, que fazem seus ninhos sob os alicerces dos muros de pedra, donde se dirigem, por caminhos subterrâneos, em todas as direções, à procura de milho e folhas verdes, roseiras e videiras sobretudo.

Aos milhares elas se dirigem a um lugar de encontro, formando uma trilha da largura de até 10 centímetros. As primeiras que chegam sobem a uma árvore, seja ela alta ou baixa, ou a um parreiral, e por meio de duas foicinhas, brilhantes como aço, funcionando como tesouras, cortam as hastes, ou pés das folhas, ou dos cachos novos, deixando cair tudo ao chão. As que ficam embaixo recortam as folhas em fragmentos maiores que a unha do polegar, produzindo um ruído semelhante ao de chuva fina, e levam tudo. Nada é capaz de detê-las em caminho. Se encontram uma poça de água, contornam-na; se uma pedra, um muro mesmo, sobem e descem sem largar sua carga, seja esta um grão de milho, até chegarem ao formigueiro.

São incalculáveis os danos causados pelas formigas: os ramos de uma árvore ou de uma parreira ficam pelados em poucas horas da noite, e juncado de folhas o solo, as quais, na noite seguinte, são carregadas para longe. Quantas horas de sono não sacrificou Frei Afonso, desde o começo, para matar as formigas atraídas pelo seu parreiral novo! Durante o dia cavava grandes buracos, para descobri-las nos seus ninhos, e fazê-las devorar pelas galinhas. Usou formicidas explosivos: quanto mais destruiu, mais apareciam elas...

Foi Frei João que conseguiu vencê-las, por meio do fumo. Fez ele próprio um grande fole, com o qual entretinha o fogo em um forno, que construiu por cima do ninho principal das formigas. Primeiramente enchia o forno de tudo que cheirava mal ao queimar-se: enxofre, chifres de boi, ossos, cabelos, trapos. Nisso tudo metia fogo com petróleo, e depois fechava hermeticamente, com uma lage de pedra. O fole mantinha o fogo durante duas horas, impelindo com força a fumaça nas cavernas das formigas e todas as suas ramificações. Durante todo esse tempo o Irmão vigiava, e onde quer que via sair fumaça, corria e depressa tapava a saída com barro preparado de antemão. Fez a mesma coisa em toda a vizinhança. Foi de casa em casa, soprando fumo em todos os lugares onde descobria formigas. Apesar disso tudo, ainda havia formigas! Onde vinham? — Da margem do rio: por baixo das casas vinham atacar a vinha. Sem respeito humano o Irmão foi surpreendê-las no seu último reduto. E acabaram-se para sempre.

De tempos em tempos, formigas aladas (tanajuras) balxavam no pomar, no mês de outubro. Depois de se desfazerem das asas, penetravam no chão e aí depositavam seus ovos. Mas logo que apareciam, ainda pequeninas, eram facilmente destruídas, antes que formassem formigueiros.

Entrementes recebeu D. Eduardo, da Autoridade Civil, a comunicação de que o altar-mor da antiga Catedral ameaçava ruir, podendo causar

danos ao palácio da Presidência e às casas vizinhas. E sugeria a demolição.

Era o que restava de um belo edifício, em estilo romano, sustentado por belas colunas ornadas de frisos de ouro e interligadas por guirlandas de vinha. Com cerca de vinte metros de altura, o altar-mor fora conservado intacto, na esperança de o juntar ao corpo do edifício que se tinha desmoronado e que se desejava reconstruir. Depois de se terem gasto grandes somas para fazer de pedra os alicerces e começar os pilares e as paredes, o Governo não teve ânimo de prosseguir. Sobrevindo mais tarde a República, com a separação da Igreja e do Estado, a Catedral parecia condenada para sempre.

D. Eduardo viu-se embaraçado. E perguntava a si mesmo: Encontrarei em Goiás operários capazes de demolir esse monumento? E que preço me pedirão por esse trabalho?

Frei João! Toda sua esperança era Frei João. Mas previu que a principal dificuldade seria, não a de comunicar ao Irmão o desejo de executar esse trabalho, mas a de obter a permissão do Superior.

Pois a obra agradou ao Irmão. Após uma simples olhadela, fez o plano, deu-se conta das dificuldades. Foi-lhe prometida a metade do material, que poderia utilizar, ficando a outra metade reservada para o Bispo e para o Seminário.

"Eu me encarrego", disse, e não quis por companheiro ninguém mais que o Benedito, seu camarada da chácara, negro baixo, grosso e forte, habituado aliás às exigências do Irmão, e à sua maneira de se exprimir. Em pouco tempo não mais existia a capela-mor da Catedral.

Todavia, antes de começar a demolição. D. Eduardo quis exumar os restos mortais de D. Domingos, bispo de Goiás, que fora enterrado ao pé do altar-mor. Mandou fazer uma caixa condigna, em forma de cibório e convocou todo o clero, regular e secular, para dar ao ato toda a solenidade possível. Com que interesse foram seguidos os movimentos do coveiro! Este encontrou enfim a tampa do caixão mortuário, em forma de cruz, que foi reconhecida, como sendo a do bispo, pelo Vigário Geral, Cônego José Irias, que havia assistido aos funerais. Sob a tampa nada mais havia do Prelado defunto, senão um gonzo de cor violeta, contendo um pouco de pó...

Frei João começou por ajustar escadas para atingir o primeiro telhado e para, em seguida, alcançar o mais elevado. Retirou as telhas e as foi descendo uma a uma, por meio de duas vigas inclinadas. Bastava ao camarada apanhar e colocar de lado a telha, enquanto a seguinte descia, deslizando com ruído.

Chegou a vez das vigas. Emocionava ver o Irmão, naquelas alturas, caminhar firme sobre as traves.

Na extremidade da trave maior estava fixada uma grande corrente de ferro, destinada a sustentar a lâmpada do Santíssimo Sacramento.

Era difícil retirá-la, mas o Irmão o conseguiu quando um belo dia ela caía pesadamente; e a peça que a sustinha, voltando à sua posição, sacudiu o Irmão.

Em pouco tempo as vigas e as traves desapareceram uma a uma, ficando somente os paredões.

O Irmão atacou-os pelos fundamentos. Escavava, levantando as pedras, até que o colosso de 1,50m de espessura fosse derrubado. Certa vez encontrava-se ao fundo do buraco, quando sentiu que a muralha se abalava: safou-se ligeiro e a massa se abateu com estrondo a seu lado.

Por fim foi necessário transportar para o Convento o material que lhe coube. Sem respeito humano, o próprio Irmão empurrava, com a ajuda de Benedito, a carroça que levava suas vigas, seus espeques de 45cm de largura.

Quiseram roubar-lhe uma viga. Sabendo que soldados a haviam levado para uma obra urgente na caserna, interpelou o Capitão Sales, indo mesmo à caserna para impedir que continuassem a serrar a viga que lhe pertencia. Teve que ir afinal ao General Abrantes, para obter justiça.

XXI — O TELÉGRAFO EM GOIÁS

Em 1892, o telégrafo foi instalado em Goiás. Era difícil acreditar. A Companhia correcional que fazia o serviço estava perto do Bacalhau e ainda não se acreditava. Enfim chegou ela à cidade, para vista e conhecimento de todos, e prosseguiu em direção à Barra e Cuiabá.

O Padre Ângelo Dargaignaratz foi chamado pelo Coronel Cruz, que se encontrava já na Cachoeira, comandando o destacamento. Queria saber a orientação de Cuiabá, porque do Rio de Janeiro lhe deram ordem de prosseguir até Leopoldina. Não obstante a resposta categórica do Padre, tomou a direita até a Barra; esse desvio foi corrigido quando se refez o traçado, poucos anos depois.

Na mesma época reformou-se o Correio, que passou a chegar de dois em dois dias, ao passo que antes só chegava de cinco em cinco dias, salvo nos tempos de cheias e de revoluções políticas, quando por ele se esperava longo tempo. Conta-se de um Presidente da Província que permaneceu no seu posto por muitos meses, embora já estivesse demitido pelo Imperador. Ele fez de propósito atrasar o correio, sem que ninguém disso suspeitasse.

As missões desse ano foram pregadas de abril a setembro, em Curralinho, Jaraguá, Meiaponte, Corumbá, Antas, Bonfim, Bela Vista, Pouso Alto, Santo Antônio, Capelinha: 9008 comunhões, 4.283 crismas, 193 casamentos. Os Padres se queixaram do recrutamento, que impediu muitos jovens de se apresentarem à Missão. Era costume do tempo apanharem-se de surpresa os homens moços para fazê-los soldados. Despachados para Goiás, eram aí obrigados ao serviço militar.

A 7 de maio a Congregação Intermediária, reunida em Tolosa, fez uma revisão completa dos costumes da Província. Proibiu aos missionários permanecerem sós, fosse no Convento, fosse em viagem, por mais de 15 dias, sem a companhia de outro padre. A 15 de junho a paróquia de Santa Rita foi confiada aos Padres Dominicanos, por ter-se vagado com a morte do seu cura. O Padre Ângelo, apesar da atividade e da dedicação que o caracterizavam (chegou lá em dois dias: 100 km), apressou-se, mas somente chegou a tempo de assistir ao sepultamento.

Graves acontecimentos ocorreram em Boa Vista, estando neles comprometido o Padre Gil, que queria evitar os funestos efeitos da revolução, conciliando os partidos. A questão foi levada ao Tribunal da Relação de Goiás, ao qual teve de comparecer. Sob ordens de seus superiores, fez por escrito sua defesa, eximindo-se de qualquer responsabilidade.

A 3 de setembro de 1892 morreu Soror Catarina. O sepultamento foi assistido pelo Padre Devoisins. O corpo foi levado pelas jovens, ao meio de longas filas de crianças do Colégio, saindo após missa celebrada na capela do mesmo estabelecimento, onde estivera exposto desde a véspera. A banda militar, a instâncias de Da. Quimbita Abrantes, acompanhou o enterro. Seus restos mortais foram exumados sete anos mais tarde, para se-

rem depositados na Capela do Colégio. O mesmo se fez com os de Soror Verônica, morta em seguida.

A visita canônica ocorreu a 14 de novembro, feita pelo Reverendo Padre Gallais, Provincial. Ao fim do ano Frei João foi a Uberaba, voltando a Goiás em 22 de janeiro de 1893, com uma soma em dinheiro recebida em Santa Maria (Minas) para Da. Ana Andrade Moraes.

XXII — UM ALARMA

Não se sabe porque motivo um homem quis incendiar nosso Convento. Previamente atirou essência de terebentina em uma das ombreiras da janela da antiga casinha do sacristão, que dá para a praça do Rosário, e em seguida ateou fogo. Não era ainda tarde, os vizinhos viram as chamas e acudiram prontamente, apagando-as.

A janela era fechada por uma grade de madeira, contra a qual, do lado interior, se encostava o depósito de lenha.

Soube-se pouco depois quem foi o autor do malefício, mas não quisemos perseguí-lo na justiça.

Outros alarmas mais sérios foram os que se deram várias vezes em nossa Igreja. O retábulo, em forma de trono, em que se acha a Santa Virgem, é demasiado quente, e foi à custa de tristes experiências que nos advertimos do perigo que havia em colocarem-se ali velas de cera.

Tinham-se preparado, para uma solenidade, mais de cem velas de cera. Pouco bastou para que uma delas, dobrando-se sobre si mesma, caísse: em um instante todo o trono estava em chamas. Na igreja as mulheres redobravam as invocações, enquanto que outras não tardavam em chegar da vizinhança, com potes,oringas e outros utensílios cheios de água. Um dos padres do Convento abriu o Sacrário e dele retirou o Santíssimo Sacramento, guardando-o na Sacristia, até que a desordem passasse!

O alarma mais terrível aconteceu em 1915. Frei Garças deixou cair no trono uma vela de cera, sacudindo-a desajeitadamente. Foi difícil apagar o incêndio.

De 20 de abril ao primeiro de outubro os Padres Ângelo Dargaignaratz e Emanuel Wolstyniack pregaram 13 missões, em Entre Rios, Santo Antônio dos Cavaleiros, Serra dos Cristais, Santa Luzia, Mestre d'Armas, Formosa, S. José do Tocantins, Traíras, Moquém, Descoberto, Amaro Leite, Pilar, Crixás: houve 9.620 comunhões, 4.710 confirmações e 316 casamentos de homens e mulheres vivendo em concubinato, ou casados apenas no civil. Os Padres, na volta, se queixaram de Entre Rios, onde a missão foi prejudicada pelas chuvas.

A 20 de maio realizou-se a ordenação dos Padres Joaquim Confúcio de Amorim e João de Lima, cujos estudos filosóficos e teológicos foram feitos no Convento. Para lhes facilitar esses estudos, adaptou-se uma sala, retirando-se o tabique que dividia duas celas no primeiro pavimento.

A 10 de janeiro de 1894 recebeu-se a visita canônica do Padre Lacoste. Chegado em dezembro, permaneceu aqui até fevereiro, porque nesse mês deveria receber as contribuições do Convento. Morreu em Uberaba a 30 de novembro de 1894.

Os missionários desse ano foram os Padres Gabriel Devoisins e Ângelo Dargaignaratz, pregando em Aldeia, Anicuns, Alemão, Morrinhos, Bananeiras, Santa Rita do Paranaíba, Caldas Novas, Santa Cruz, Catalão, Santo Antonio, Arrepêditos, Santa Rita do Pontal, Canastra, Rio dos Bois, Barra: 8.600 comunhões, 7.215 confirmações. Queixaram-se os Padres da má vontade dos habitantes de Alemão, que diziam ser necessário reservar

sua missão para a campanha do Turvo. Canastra foi evangelizada pelo Padre Emanuel e Barra pelo Padre Germano Liech.

Um dissabor para os Padres: o camarada Lauro Soares Bicudo, contratado para toda a excursão, abandonou-os no mês de agosto, para ir assistir, na Barra, à festa do Divino, cujo festeiro era seu irmão Tiago.

O Capítulo Provincial ordenou, a cada missionário, que uma vez por ano escrevesse ao Padre Provincial. Nomeou Vigário de Goiás ao Padre Gabriel Devoisins e do Porto, ao Padre André Blatgé. Transferiu para Uberaba os Padres Gil e Mélizan e, para o Porto, o Padre Guilherme Vignon. Em virtude dessa nova designação, os Padres Rosário e Gil, dirigindo-se para Uberaba, de passagem chegaram aqui a 19 de setembro de 1894. Notou-se neles o estado de completa negligência quanto ao trato dos animais, dos arreios e da roupa de vestir. O Padre Gil, particularmente, apresentava barba crescida, cabelos caídos sobre as orelhas, sinais de emagrecimento... Sua presença em Goiás realegrou o Convento e a cidade inteira. Recebeu numerosas visitas. Abraçava a todos, amigos e inimigos.

XXIII — O MISSIONÁRIO

A 21 de abril de 1895 o Reverendo Padre Gallals, Provincial, escreveu de Talosa, aos Padres dos Conventos de Uberaba, Goiás e Porto Nacional, uma bela carta, tendo como tema "O Missionário". O modelo do Missionário é N.S.J.C. Começa a carta por lembrar a ordenação do Capítulo de 1894: "Para obedecer — recomendação do Capítulo Provincial realizado no ano passado... — "Vós me escrevestes cada um em particular..., e vós me destes muito familiarmente notícias da Missão, das comunidades a que respectivamente pertenceis e das obras em cujo proveito dispensais vosso zelo". E termina referindo-se à memória do Reverendo Padre Lacoste, falecido havia pouco, o que nos permitiu corrigir as Atas do Capítulo de Marselha, de 1898, que dá sua morte como tendo ocorrido a 30 de novembro de 1896.

Como nos anos anteriores, os Missionários pregaram desde abril até setembro. Foram a Rio Claro, Rio Bonito, Jataí, Mineiros, Santa Rita do Araguaia, Rio Verde, Capelinha: 5.660 comunhões, 3.017 confirmações. Foram pregadores os Padres Emanuel e Germano.

Santa Rita do Araguaia era localidade deserta, sem capela nem sino. Remediu-se a falta da primeira com um rancho coberto de folhas de buriti, construído junto à casinha em que estavam alojados os Padres e os camaradas. Ah! que frio se sofreu aí!

Para chamar os fiéis aos exercícios, batia-se com um martelo comum sobre uma alavanca dependurada por uma corda.

Em Mineiros havia apenas uma capelinha, mas houve afluência de gente vinda em carros de boi. Para manter exposto o Santíssimo Sacramento, em falta de óleo, queimavam-se velas, e para que a luz durasse a noite toda, um dos Padres ia à Igreja, após meia noite, para acender outra vela.

Em Rio Verde os Padres encontraram a mãe de uma mocinha que foi pouco depois a Irmã Angélica. Contou-lhes o milagre que acabava de receber, em favor de seu filho gravemente doente. Em ação de graças deu aos Padres um cavalo branco.

O Padre Ângelo foi ao Registro do Rio Grande (Araguaia), onde chegou a 8 de setembro.

Na volta a Goiás o Padre Devoisins anunciou em Caldas Novas que aí haveria Missão, e marcou o dia. Vindo a saber disso os Padres Reden-

toristas, recém-estabelecidos em Campininhas, sentiram-se aborrecidos. O Superior, Padre José, queixoso, escreveu para Goiás, alegando que o Bispo lhes tinha confiado toda a região compreendida entre o Paranaíba e Goia-beiras, vila muito próxima da Capital. O Bispo tinha feito de fato essa doação sem avisar os Dominicanos, a quem pretendia ceder a direção do Seminário.

Nesse meio tempo o Padre Vighermann, Provincial dos Redentoristas, ao saber dessa questão, ficou contrariado. Escreveu de S. Paulo censurando severamente o Padre José, e aos Dominicanos escreveu bellíssima carta de desculpas, dizendo que entre nós não deverá haver diferenças. Com efeito nunca mais houve coisa semelhante. Com franquias, cordialidade e abundância fomos sempre recebidos em casa deles e eles na nossa. Todavia o Bispo não reformulou o contrato com os Redentoristas, de sorte que nosso território de missões ficou bastante reduzido.

XXIV — OS ÍNDIOS JAVAÉS

De acordo com o grandioso projeto de Couto Magalhães, que queria fazer de Leopoldina a Capital do Estado, ligando-a ao Norte por meio da navegação, e ao Sul e ao Oeste por linhas férreas, o Araguaia teve sucessivamente três barcos a vapor.

O último, dirigido por Joaquim Guedes & Irmãos, teve a honra de transportar D. Eduardo Duarte Silva, em 1896. Desejoso de conhecer o Araguaia, e em particular os índios Javaés, que habitam a Ilha do Bananal, divididos em três tribos, o Senhor Bispo partiu a 5 de março desse ano, em companhia do Padre Joaquim Mestelan.

Além das atenções de que foi alvo, a bordo, da parte do Capitão Joaquim Guedes, D. Eduardo teve o prazer de receber de Adolfo o donativo de 4 contos de reis, para a manutenção, no Seminário, de um seminarista goiano.

A viagem foi feita sem acidentes. Ao chegar à ponta sul da Ilha do Bananal, o vapor tomou a direita, deixando o braço esquerdo, mais frequentado. Encontraram numerosos crocodilos, que se mostraram assustados por serem surpreendidos em sua solidão.

Chegados à altura da primeira tribo dos Javaés, D. Eduardo e sua comitiva puseram pé em terra.

Enquanto o Padre Joaquim, sofrendo de reumatismo, percorria mais lentamente a légua que tinha de caminhar sobre a areia ardente para chegar à aldeia, o Senhor Bispo, avançando com determinação e mais rapidamente, encontrou-se à vista dos selvagens, que até então não tinham sido ainda visitados.

Todos eles se armaram e não tardaram as manifestações de desafio e hostilidade, por sinais inequívocos.

A chegada do Padre Joaquim, cujo hábito de religioso chamou a atenção dos Índigenas, salvou a situação. Com aspecto de bonachão e voz forte, impôs-se a todos, as armas se abalxaram e as ofertas de presentes foram aceitas.

Em certo momento o Padre, transpirando abundantemente, tirou do bolso o lenço, para enxugar-se. Foi quando, a começar pelo capitão chefe da tribo, todos quiseram fazer o mesmo, passando o lenço de um a outro e voltando todo colorido de urucum às mãos do proprietário. Este lh'o ofereceu como lembrança.

Os missionários Padre Ângelo Dargaignaratz e Padre Emanuel Wolstyniack pregaram, de abril a setembro, em Currealinho, Jaraguá, S. Francisco,

Meiaponte, Corumbá, Antas, Goiabeira, Barro Preto, Bonfim, Cap. dos Cor-
reios, Galheiros, Entre Rios, Pouso Alto, Bela Vista, São Bento, com 11.907
comunhões, 5.898 confirmações e 70 casamentos de concubinas. O Con-
vento recebeu ainda a indenização de missões e a pensão episcopal.

A Congregação Intermediária ordenou que se fizesse um ensaio de
catequese entre os selvagens, contanto que isto fosse de assentimento do
Bispo e nos limites de sua diocese, isto é, do lado direito do Araguaia. E
manifestou o desejo de que a experiência fosse feita com brevidade, a fim
de que se pudesse apresentar o relatório ao futuro Capítulo Provincial.

Os vigários locais foram convidados a colocar os religiosos, nos in-
tervalos das missões, em diversos ministérios: catecismo, visita a doentes,
direção de obras e outras funções semelhantes.

A visita canônica foi feita pelo Reverendo Padre Lacomme, a 22 de
outubro. No mesmo mês os Padres Ângelo e Gil partiram para o Ara-
guaia. Embarcaram em Leopoldina e foram instalar-se em Barreira de San-
tana, pequena povoação de cristãos que vieram refugiar-se à margem es-
querda do Rio...

IGNÁCIO XAVIER DA SILVA — O Yamerô

M. da Glória Scartezini de Azerêdo Coutinho

Entre as muitas coisas boas que nos traz a Revista do Instituto Histórico, temos a acrescentar uma nota de tristeza e de saudade. Mas, ainda que de tristeza e de saudade, a lembrança de IGNÁCINHO XAVIER ou YAMERÔ, como era intimamente conhecido, nos transmite um sentimento bom, de amizade e dedicação que, em qu pese o seu afastamento de Goiânia, há longo tempo, sempre cuidou de se fazer presente e solidário entre sua gente.

São amizades do tipo que rareiam hoje em dia quando, todo mundo assoberbado com as novas missões que o atual tipo de vida exige de cada um, não se encontra mais tempo para o convívio, para os serões.

Mas Ignacinho soube, vencendo o tempo e as distâncias que o separavam de “sua casa”, Goiás, buscar, por isso mesmo, ligações que suprissem o costumeiro convívio, que o trouxessem de volta ao seu “primeiro passado”.

IGNÁCIO XAVIER DA SILVA nasceu a 22 de dezembro de 1909, na Velha Capital, onde iniciou seus estudos primários em 1915, Curso Ginásial em 1922 e Curso de Direito em 1932. Entrou para o Serviço Público em 1933 e, no mesmo ano, casou-se com D. Helena Rios Fonseca.

Em 1935 publicou seu primeiro livro, “O Crime do Cel. Leitão” e, alguns anos depois, o segundo, “De Goiás Velha a Cuiabá”.

Em 1934 fundou, com Alfredo Nasser, Claro Godoy, Goiás do Couto, Albatênio de Godoy, Jaime Câmara e outros, a Associação Goiana de Imprensa constando, na 1ª ata, a sua função de diretor e redator-chefe do jornal “O Comércio”.

Em 1949 pronunciou, no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, uma conferência, cujo tema foi “Instantâneos de Cuiabá”. Nesse ano, ainda, mudou-se para o Rio de Janeiro,

como Chefe de Gabinete do Presidente do Tribunal de Contas da União.

Em 1969 aposentou-se no Tribunal de Contas e, no ano seguinte, foi nomeado Chefe da Inspeção de Finanças do MEC. Em 1973 foi escolhido membro do Conselho Nacional do Serviço Social do MEC, onde teve oportunidade de cooperar, decisivamente, com empenho e objetividade, para a solução de assunto de grande interesse do Instituto, qual seja a concessão de seu registro no Conselho Nacional do Serviço Social.

Há pouco mais de um ano, atendendo solicitação de seus companheiros de Goiás, e representando a Academia Goiana de Letras, fez um histórico no qual exaltou o valor da obra e da pessoa do ilustre e sempre lembrado Prof. Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, cujo aniversário de nascimento era comemorado.

Com o pseudônimo de **Yamerô** teve posição destacada na autoria de letras de músicas que, resistindo ao tempo, estão sempre incluídas entre as melhores produções goianas.

Sua passagem por esta vida foi destacada, em todos os setores onde serviu, por sua inteligência, honestidade e amor ao trabalho.

Ignácio Xavier não foi esquecido. Seus amigos, aqui e ali, se reúnem para lembrá-lo e enaltecer suas virtudes. A Academia Goiana de Letras, em Sessão Magna, com a colaboração do Instituto de Artes da UFG, quando este comemorava seu V Festival de Música e Artes Plásticas do Estado, prestou-lhe significativa homenagem na palavra de Regina Lacerda que, falando de sua vida e de sua obra, destacou as suas altas funções no Tribunal de Contas e a participação ativa na transferência do órgão para Brasília.

Vindo para Brasília, sentia ele um “chegar mais perto” de sua terra, de sua gente. A proximidade com Goiás lhe traria, como trouxe, contatos mais frequentes com os amigos, notícias mais “quentes” de seu Goiás.

O Instituto Histórico e Geográfico, tendo nele um de seus mais caros membros, programou uma homenagem à sua memória, a ser realizada no próximo dia 14 de outubro, e para a qual já foram convocados todos os Sócios, associações congêneres, autoridades civis e militares, familiares do homenageado e demais pessoas ligadas ao seu passado.

E, querendo externar aqui um sentimento bom, de amizade e dedicação que, como disse no início deste escrito, nos transmitia Ignacinho, transcrevo esta crônica, escrita por um

seu sobrinho que o devia querer muito — o Dr. César Ferreira, Juiz de Direito de Catalão — e que chega a nos fazer vislumbrar uma como quê ameaça de alegria, entre tanta tristeza. Dá-nos a impressão de estarmos, seus amigos vivos, de penetrar na recepção a Ignacinho, uns querendo ver, sobre os ombros dos outros, pondo-se nas pontas dos pés, para não perder nada do que está acontecendo, o desfile narrado pelo Dr. César. Eis o que foi escrito:

“UMA FESTA NO CÉU PARA IGNACINHO XAVIER

No dia nove de julho, expirava, em Brasília, meu tio Ignácio Xavier da Silva.

Quando a sentença médica já lavrada e que o condenava a ter pouco tempo de vida, visitei-o em sua casa. Senti, ao me despedir, no seu aperto de mão, o conhecimento pleno de seu estado de saúde. Era a última vez que o via.

Com as notícias de agravamento de seu estado, a definição de seu corpo, fiz o propósito de não mais voltar a encontrá-lo. Queria guardar na lembrança, a figura alegre e descontraída daquele “grande Tio” que tivemos. O tio Ignacinho, que era o festeiro oficial de todas as festas juninas que, em criança, faziam realizar na saudosa e sempre lembrada Itaberá.

Vi e ouvi-o na festa de centenário do Professor Ferreira. Que facilidade de expressão!...

No velho Liceu de Goiás ouvi-o, certa ocasião, quando ali se instalava o segundo ciclo colegial, penitenciar-se ante o saudoso mestre Alcide Jubé, com reconhecimento de suas proezas estudantis.

Ainda tenho, nos ouvidos, a última homenagem que a amiga particular, Luziam Peles Honorato, rendeu a ele. Foi a noite do YAMERÔ.

Dizem os espiritualistas que os amigos costumam vir ao encontro daqueles que daqui partem.

Foi com o pensamento voltado para essa teoria que imaginei a chegada de tio Ignacinho no céu.

Teria ele tido tempo de procurar vovô Maneco, vovó Nanhã e irmã, a tia Herondina, antes das homenagens que os amigos haviam programado?

À chegada, o esperava, de trombone à boca, seu parceiro João Ribeiro, executando a marcha “Veneno”. Santa Cecília, padroeira da “banda de música” da Cidade de Goiás, ali estava presente também.

“Veneno” foi o hino oficial da chegada do ilustre morto. Seguiram-se, então, as comemorações.

Para dar as boas vindas, Vasco dos Reis Gonçalves foi o primeiro orador. Alfredo Nasser, sem os óculos de tartaruga às mãos e o jornal debaixo do braço, pois o Batista Custódio tivera o cuidado de os retirar, quando de sua partida, pronunciou, também, aquele “baita” discurso, lembrando a atuação do ex-secretário do Governo Coimbra Bueno. Gercino Monteiro, que só viera a escrever em jornal depois que lá chegou Goiás do Couto, em brilhante artigo fazia o necrológio do ilustre recém-chegado.

Edmea Camargo, no órgão celestial, executava, com César Alencastro Veiga, páginas imortais do cancionário goiano.

Joaquim Bonifácio regeu, ele próprio, a orquestra goiana, quando era executado “Noites Goianas”.

Era noite de gala... Todos queriam se apresentar. Luiz do Couto declamou “Moema”. Zechi Abrão, antigo companheiro de Ignacinho, lá se encontrava para o abraço.

Todos se movimentavam. Já se estendia noite à fora. Ignacinho precisava ver seus pais e acordar no dia seguinte, muito cedo, para acolitar duas missas, que seriam rezadas por seus dois tios: monsenhor Ignácio Xavier da Silva e monsenhor Francisco Xavier da Silva.

São Pedro tocou sineta e o sino da Cadeia de Goiás se fez ouvir. Era hora de recolher. O corneteiro do quartel acabava de tocar silêncio. Todos foram dormir.”

**ATIVIDADES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE GOIÁS NO ANO DE 1976**

M. da Glória Scartezini de Azerêdo Coutinho

Secretária-Executiva

O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, no impulso que vem dando às suas atividades a fim de reformular e dinamizar, de acordo com as exigências da época, os princípios básicos que justificam a sua atuação, está se apoiando, já, em um terreno mais firme, mais sólido, com base nos trabalhos de sua Diretoria que, com a persistência dos que lutam por um ideal que lhes é caro, deram novo alento à instituição que, orgulhosamente, traz o título de "1ª Associação Cultural criada em Goiânia".

Com um passado rico de realizações, que já levaram o seu nome ao plano nacional, está agora o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás fortalecido com a aquisição de novos sócios, que prestaram o compromisso de tudo fazer pelo seu engrandecimento e lutar pelo prosseguimento de seus trabalhos, através da colaboração de cada um.

Assim é que neste ano teve, o nosso Instituto, o seguinte movimento, até a presente data:

I. REUNIÕES: em número de 6:

Dia 4/2 — Sessão extraordinária convocada por edital para eleição das Comissões Permanentes e para tratar de assuntos de interesse geral.

Dia 9/3 — Sessão ordinária, regularmente convocada para votação dos nomes dos candidatos a sócios.

Dia 13/5 — Sessão extraordinária convocada por edital a fim de que fossem submetidas à aprovação as modificações do Estatuto vigente.

Dia 8/6 — Sessão extraordinária convocada por edital para a apreciação das propostas de admissão de Sócios Titulares e julgamento dos pareceres da Comissão respectiva.

Dia 22/7 — Reunião extraordinária convocada regularmente para dar posse aos novos sócios e também para serem

estudadas sugestões para o projeto de se construir um novo prédio onde funciona a sede do Instituto.

II. CURSO: 1

Foi realizado, conforme se propôs o Instituto a realizar anualmente, o II CURSO DE CULTURA GOIANA, estruturado e dirigido pela Secretária Executiva do Instituto, que funcionou de março a junho, constando do seguinte currículo e respectivos professores:

Prof^a Mary Baiocchi (aula inaugural) — Estudo sobre os Índios brasileiros.

Prof. A. G. Ramos Jubé — A Literatura Goiana.

Prof. Miguel Jorge — Literatura Brasileira — A Semana da Arte.

Pe. Luiz Palacin — A Época do Ouro em Goiás.

Prof^a Imnild Wüst — Perspectivas da Arqueologia Goiana.

Prof. Acary de Passos Oliveira — Considerações Gerais sobre o Índio Brasileiro.

Prof^a Edna Luiza de Melo Taveira — Aspectos da Cultura Karajá.

Prof^a Judite Ivanir Breda — Participação da Cultura Indígena na Formação do Brasileiro.

Prof^a Lena C. B. Ferreira da Costa — Formação das Comunidades Goianas.

Prof. Genesco Ferreira Bretas — Instrução Pública em Goiás — período colonial.

Prof^a Nancy Ribeiro de Araújo e Silva — Idem, de 1930 aos nossos dias.

Prof. Domingos Félix de Souza — — Criação das instituições jurídicas em Goiás.

Prof^a Clarice Dias — Dicção e Dinâmica da Comunicação.

Prof^a Moema de Castro e Silva Olival — Estrutura da Literatura Goiana.

Prof. Braz Wilson Pompeu de Pina — História da Imprensa em Goiás.

Prof. Eli Brasiliense — A Navegação do Rio Tocantins.

Esse curso, que teve a duração de 100 horas, deu o título de extensão universitária aos seus participantes, de acordo com o Convênio existente entre o Instituto e a Secretaria da Educação e Cultura.

III. CONVÊNIOS: 2

Foram assinados, ultimamente, dois convênios: um com a Secretaria da Educação e Cultura do Estado e outro com a Universidade Católica de Goiás e cujos teores transcrevemos a seguir:

"SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Processo nº: 2.09-18002/74

Interessado: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

Assunto: Convênio

Convênio que entre si firmam o INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS e o ESTADO DE GOIÁS, através da Secretaria da Educação e Cultura, na forma abaixo:

Aos dois (02) dias do mês de Outubro de mil, novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete da Secretaria da Educação e Cultura, nesta Capital, perante o titular da aludida Pasta, Deputado José Alves de Assis, presente o Procurador Geral do Estado, Dr. Osmar Xerxis Cabral, ambos representantes legais do Estado de Goiás, doravante chamado apenas ESTADO, compareceu o Dr. Colemar Natal e Silva, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, entidade de caráter cultural, sediada nesta Capital, daqui por diante designada simplesmente INSTITUTO, e disse que, conforme consta do Processo 2.09-18.002/74, protocolado na Secretaria da Educação e Cultura, e tendo em vista o Despacho Governamental nº 1.491, de 30 de setembro de 1975, vinha assinar o presente convênio de finalidade cultural, mediante as seguintes cláusulas e condições:

PRIMEIRA — O INSTITUTO oferece ao ESTADO o seu acervo histórico a pesquisadores devidamente encaminhados pela Secretaria da Educação e Cultura e obriga-se a cooperar com esta, em forma de atendimento, por meio de consultas, no campo da Geografia, História e Folclore.

SEGUNDA — O INSTITUTO obriga-se a colaborar com o ESTADO, através da aludida Pasta, no levantamento da Toponímia e das Efemérides Goianas.

TERCEIRA — O INSTITUTO coloca à disposição do ESTADO 5 (cinco) vagas em cada curso que promover, sendo que

o preenchimento das mesmas se dará por indicação da mencionada Pasta.

QUARTA — O INSTITUTO emprestará a sua colaboração às tarefas que se refiram à preservação do patrimônio histórico, geográfico, arqueológico e paisagístico do território goiano.

QUINTA — O INSTITUTO põe à disposição do ESTADO páginas da sua revista para noticiários, atividades culturais da dita Secretaria, desde que a matéria coincida com os objetivos do INSTITUTO.

SEXTA — Para conferências, o INSTITUTO franqueará o seu salão à citada Secretaria, participando das campanhas desta, desde que se relacionem com as finalidades do INSTITUTO.

SÉTIMA — O ESTADO colaborará com o INSTITUTO na publicação e divulgação dos trabalhos de pesquisas e atividades didáticas deste.

OITAVA — O ESTADO obriga-se a fornecer ao INSTITUTO, a critério da Secretaria da Educação e Cultura, professores e funcionários administrativos.

NONA — O presente convênio terá a duração de 2 (dois) anos, no período de 1º de janeiro de 1975 a 31 de dezembro de 1976, e a sua renovação dependerá de simples termo aditivo, segundo os interesses das partes.

DÉCIMA — Este convênio tem como foro o desta cidade — Goiânia, podendo ser denunciado pelas partes convenientes a qualquer tempo, respeitada apenas a vigência dos cursos ministrados pelo INSTITUTO.

Assim, por estarem justos e combinados, datilografou-se o presente termo em 5 (cinco) vias de igual teor, devidamente transcrito às fls. 35 à 36 do livro próprio existente na Secretaria da Educação e Cultura que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes convenientes e pelas testemunhas, abaixo declaradas, presentes a este ato. Do que, para constar, eu, EREDITH SISTEROLLI, o escrevi e subscrevo.

GABINETE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA, em Goiânia, aos 02 dias do mês de outubro de 1975.

Ass: José Alves de Assis, Secretário da Educação e Cultura.
Osmar Xerxis Cabral, Procurador Geral do Estado.
Colemar Natal e Silva, Presidente do Inst. Hist. e Geog. de Goiás."

"UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

O Centro de Ciências Humanas da Universidade Católica de Goiás, representado por seu Decano, Prof. Jônathas Silva e o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, representado por seu Presidente, Prof. Colemar Natal e Silva resolvem, nesta data, firmar o presente convênio, que deverá obedecer as seguintes cláusulas::

CLÁUSULA PRIMEIRA — O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás se compromete com o Centro de Ciências Humanas da Universidade Católica de Goiás a promover um seminário sobre Cultura Goiana para alunos e professores do Departamento de Serviço Social, nos termos do projeto e propostas constantes do processo nº 0196/76 — VA — UCG, 29/07/76.

CLÁUSULA SEGUNDA — O Seminário será ministrado no Departamento de Serviço Social da Universidade Católica de Goiás para alunos do 6º e 9º períodos letivos, durante os meses de agosto, setembro, outubro e novembro do corrente ano, 2ª, 3ª e 5ª feiras, das 19:00 às 20:40 horas.

§ ÚNICO — Prevê-se uma frequência de alunos e professores do Departamento em número de setenta (70) frequentadores.

CLÁUSULA TERCEIRA — O seminário terá um total de 90 (noventa) aulas, em 18 (dezoito) semanas, durante 45 (quarenta e cinco) dias, sendo 6 (seis aulas destinadas às avaliações da aprendizagem.

§ PRIMEIRO: O valor da hora-aula é fixado em Cr\$ 100,00 (Cem cruzeiros), totalizando Cr\$ 9.000,00 (Nove mil cruzeiros);

§ SEGUNDO: O pagamento será feito em 3 (três) parcelas iguais de Cr\$ 3.000,00 (Três mil cruzeiros), nas seguintes datas:

- a) 30 de agosto a primeira parcela;
- b) 15 de outubro a segunda parcela;
- c) 30 de novembro a última parcela.

CLAUSULA QUARTA — A Coordenação do Seminário será feita por um professor do Departamento de Serviço Social, indicado a juízo da Diretora e os serviços da secretaria serão efetuados pela Secretaria do SER.

Por estarem de pleno acordo as partes convenientes com os termos do presente, assinam-no, em 4 (quatro) vias de igual teor para o mesmo fim na presença de duas testemunhas.

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, em Goiânia, aos 7 (sete) dias do mês de agosto de 1976.

Ass.: Jônathas Silva — Decano do C.C.H.

Basileu Toledo França — Presidente em exercício do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Testemunhas: Maristela Leite, pelo C.C.H.

Izabel Pimenta Ribeiro, pelo IHGC.”

IV. BIBLIOTECA:

O INL encaminhou ao Instituto, em junho deste ano, certificado de registro da sua biblioteca — “Biblioteca João Ribeiro”, em 10/6/76.

O Instituto tem recebido, regularmente, as seguintes publicações:

“CONSTRUÇÃO” — revista quinzenal especializada nos ramos da construção civil, engenharia pesada, arquitetura e urbanismo, publicada pela Ed. PINI Ltda. — R. de Janeiro

“SHALOM” — Revista editada em S. Paulo pela Ed. Shalom.

“MENSÁRIO DO ARQUIVO NACIONAL” — Publicação do Arquivo Nacional, que dá notícias sobre Educação, Pesquisas, Bibliotecas Públicas, Arquivos, Folclore, etc., de todo o país.

“BOLETINS” — da FUNAI.

“ATUALIDADES VETERINÁRIAS” — Revista de publicação oficializada, editada pela Sociedade Paulista de Medicina Veterinária.

“JORNAL DOS TRANSPORTES” — Publicação mensal do Ministério dos Transportes — Brasília.

Publicações de instituições congêneres:

“REVISTAS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO”.

“REVISTAS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS”.

“REVISTAS DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE”.

“REVISTAS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO”.

Outras publicações:

“NÁUTICO NOTÍCIAS” — informativo mensal do Náutico Atlético Cearense.

“A VOZ DO SUDESTE” — de Catalão.

- “REVISTAS DE ANTROPOLOGIA” — da Associação Brasileira de Antropologia — S. Paulo.
- “MÚSICA BARROCA MINEIRA” — Geraldo Dutra de Moraes — S. Paulo.
- “SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA” — Catálogo do Arquivo Cochrane.
- “FIGURAS DE PROA DO TOCANTINS E CARRANCAS DO SÃO FRANCISCO” — Carlos Francisco de Moura — R. de Janeiro.
- “NUPIRANGA, MINHA TERRA” — (1861-1930) — José Aleixo Irmão.
- “ORIGEM DOS INSTITUTOS JURÍDICOS DE GOIÁS” — Abel Soares de Castro — S. Paulo.
- “LUGARES E PESSOAS” — Côn. José Trindade Fonseca e Silva — S. Paulo.
- “SÉRIE DE HISTÓRIA, nºs 1, 2 e 3” — Coleção Museu Paulista — S. Paulo.
- “OS ARQUITETOS DA HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE” — E. L. Perovich — R. Janeiro.
- “REVISTA DA ACADEMIA ALAGOANA DE LETRAS” — Acad. Alagoana de Letras — Maceió.
- “COLEÇÃO DA MODERNA ENCICLOPÉDIA DA CIÊNCIA” — MEC — S. Paulo.
- “COLEÇÃO DICIONÁRIO DA SABEDORIA” — Aldo Della Nina — S. Paulo.
- “COLEÇÃO DICIONÁRIO MATEMÁTICA MODERNA NA ESCOLA ELEMENTAR” — M. do Carmo A. Toledo — S. Paulo.
- “COLEÇÃO OBRAS DO PE. CHARBONNEAU” — Pe. Eugène Charbonneau — S. Paulo.
- “PENSE E ENRIQUEÇA” (Curso de desenvolvimento da personalidade) — Napoleon Hill — SP.
- “O PODER DA PERSONALIDADE MAGNÉTICA” — Robert Conklin — S. Paulo.
- “COMO FAZER DO SUCESSO UM HÁBITO” — Bernard Haldane — S. Paulo.
- “SUCESSO ATRAVÉS DA ATITUDE MENTAL POSITIVA” — Napoleon Hill — S. Paulo.
- “COLEÇÃO DICIONÁRIO PRÁTICO INTERNACIONAL” — Edamis — S. Paulo.
- “COLEÇÃO HISTÓRIA DA FILOSOFIA OCIDENTAL” — Bertrand Russel — S. Paulo.
- “COLEÇÃO O PODER DA COMUNICAÇÃO” — Arte de Escrever e Falar” — Osmar Barbosa — S.P.

- “COLEÇÃO DICIONÁRIO DE PARAPSICOLOGIA, METAPSÍQUICA E ESPIRITISMO” — João T. de Paula — S. Paulo.
- “CAPOEIRA” e “LITERATURA DE CORDEL” — Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro
- “OS GRANDES PENSADORES” — Will Durant — S.P.
- “A ARTE DE EDUCAR” — Pedro Finkler — S.P.
- “PARA MELHOR ENSINAR” — Léon Marista — S.P.
- “MANUAL DE PSICOLOGIA APLICADA À EDUCAÇÃO” — L. Riboulet — S.P.
- “ESTENDA SUA MÃO À CRIANÇA” — Aurora Ponzo Garcia — S.P.
- “OS MAIAS” — Eça de Queiroz — S.P.
- “A CORRESPONDÊNCIA DE FRADIQUE MENDES” — Eça de Queiroz — S.P.
- “A RELÍQUIA” — Eça de Queiroz — S.P.
- “O PRIMO BASÍLIO” — Eça de Queiroz — S.P.
- “TRAVOS EM TROVAS” — Koscinszko Barbosa Leão — Benfca.
- “ARQUIVOS CORRENTES” — Organização e Funcionamento” — Min. da Justiça — Arq. Nacional — R. Janeiro.
- “ANALES” — INSTITUTO NACIONAL DE ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA” — México.
- “ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL” — MEC — R. Janeiro.
- “BOLETINS DA BIBLIOTECA NACIONAL” — MEC — R. Janeiro.
- “POLÍTICA E PODER NACIONAL” — José Luiz Bittencourt — Goiânia.
- “OS 80 ANOS DO LICEU S. GONÇALO” — ASAS DO BRASIL” — Araçatuba.
- “DISCURSOS” — Ernesto Geisel — Brasília.
- “O CAMINHO DO MAR” — Inez Garboio Peralta — S. Bernardo do Campo, S.P.
- “DADOS BIOGRÁFICOS DO DR. COLEMAR NATAL E SILVA” — Gráfica do Livro Goiano — Goiânia.
- “REVISTA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DE M. GERAIS” — Conselho Estadual de M. Gerais — B. Horizonte.
- “ANUÁRIO ESTATÍSTICO EMBRATUR” — Ministério da Indústria e Comércio — R. Janeiro.
- “COLEÇÃO MUSEU PAULISTA” — Série de História e Etnologia — Museu Paulista — S.P.
- “INVENTÁRIOS E TESTAMENTOS” — Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia — S.P.

- "APRESENTAÇÃO DE CRISPINIANO TAVARES" — (Contos, fábulas, folclore) — Basileu Toledo França — Goiânia.
- "CADEIRA Nº 15" — Basileu Toledo França — Goiânia.
- "CANCIONEIRO DE TROVAS DO BRASIL CENTRAL" — Edição crítica re B. Toledo França da obra de A. Americano do Brasil.
- "SEPARATA DE TROVAS DO BRASIL CENTRAL" — (Crítica de B. Toledo França) — A. Americano do Brasil.
- "POESIAS" — Paulo Silva Araújo — R. Janeiro.
- "ANAIS" — 1ª Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assistência Fazendária — R. Janeiro.
- "DESAFIO AMERICANO À PREPONDERÂNCIA BRITÂNICA NO BRASIL" — A. F. P. de Almeida Wright — R. Janeiro.
- "MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL" — Emílio Garrastazu Médici — S.I.P.
- "APPLIED SCIENCES AND DEVELOPMENT" — Institute Scientific co-operation" — Germany.
- "NATURAL RESOURCES AND DEVELOPMENT" — Inst. Scientific co-opration — Germany.
- "NATURAL RESOURCES AND DEVELOPMENT" — Inst. Scientific co-operation — Germany.
- "DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO NO INTERIOR DO BRASIL" — M. do Rosário Cassimiro — Goiânia.
- "CANÇÃO DO PEREGRINO" — (Versos) — Wanir Delfino César — S.P.
- "CORAÇÃO PEREGRINO" — L. Philippe Pereira Leite — S.P.
- "REVISTA LITERÁRIA DO CORPO DISCENTE DA UFMG" — UFMG — B. Horizonte.
- "VERSOS E REVERSOS DO CORAÇÃO" — Wanir Delfino César — S.P.
- "CONTOS, FÁBULAS E FOLCLORE" — —B. Toledo França e Crispiniano Tavares.

V. CORRESPONDÊNCIAS:
RECEBIDAS:

O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás recebeu vários convites para festejos e solenidades, congratulações, comunicações, solicitações, etc., dentre os quais destacamos como sendo mais importantes:

- Comunicação do Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro de que o nome do Prof. Colemar Natal e Silva havia sido aprovado para sócio correspondente do mesmo.

- Convite do Governador para que o Instituto, através de sua Presidência, integrasse a Comissão responsável pelas comemorações do sesquicentenário do nascimento de D. Pedro II.
- Convite do Presidente do Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro para que o Instituto participasse do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande.
- Correspondência do Chefe do Serviço de Assistência do Arquivo Nacional, solicitando dados do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.
- Correspondência do Presidente do Inst. Histórico e Geográfico Brasileiro informando que o Inst. Hist. e Geográfico de Goiás, foi indicado para integrar a Comissão Diretora do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande.
- Da Secretaria da Educação do Estado de Goiás, através da Coordenação da Equipe Executiva do Subproduto 9.3.SEC, agradecendo a concessão do auditório da sede deste Instituto para um curso.
- Do Inst. Hist. e Geográfico do Pará, comunicando eleição e posse da nova Diretoria.
- Convite para assistir a abertura da Biblioteca do Ministério dos Transportes, em Brasília.
- Solicitação da Secretária-Geral da Comissão Goiana de Folclore, no sentido de que o Instituto ceda seu auditório para suas reuniões.
- O Diretor do INL, Brasília, encaminha ao nosso Instituto certificado de registro da sua biblioteca — Biblioteca “João Ribeiro”.
- Convite ao Presidente do Instituto e sócios — Ático Frota Vilas Boas da Mota, Waldir do E. Santo de Castro Quinta e Waldir Luiz Costa para serem membros do Conselho Cultural da Federação do Comércio do Estado de Goiás.
- Solicitação do Vereador Idelfonso Avelar no sentido de que o Instituto enderece ao Sr. Governador do Estado, Prefeito de Goiânia, Reitor da UFG e Reitor da UCG expediente pedindo que acatem sugestão da Prof^a Lena C. B. F. da Costa, que solicita integração destas instituições para colocar em prática o projeto da instalação de um Centro de Documentação Histórica do Estado de Goiás, no sentido de se salvarem os preciosos arquivos goianos.
- Convite da Associação Goiana do Ministério Público para inauguração de sua sede.

- Convite a Manuel Diégues Júnior, Diretor Geral do Deptº de Assuntos Culturais do MEC e Nertan Macedo para serem sócios correspondentes do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.
- O Secretário da Educação agradece mensagem enviada pela Presidência do Instituto por ocasião da instalação da Superintendência para Assuntos Culturais.
- O Senhor Governador do Estado agradece as palavras elogiosas e de incentivo da Presidência do Instituto por ocasião da instalação da Superintendência para Assuntos Culturais.
- Convite do Presid. do Senado Federal e do Inst. dos Ad. Bras. p/ as palestras sobre o Poder Legislativo, em Brasília.
- Representante do INL, em Itajá, Goiás, solicita publicações do Instituto.
- Prof. Pedro Calmon, Pres. do IHGB, solicita colaboração do IHGG para os trabalhos permanentes do Comitê Internacional de História da 2ª Guerra Mundial.

ENVIADAS:

Dentre as correspondências enviadas pelo IHGG, neste ano, destacamos as seguintes:

- Agradecimento aos jornais da cidade pelas assinaturas doadas ao Instituto.
- Agradecimento do Sr. Presidente, ao IHGB, pelo convite recebido para figurar como sócio correspondente daquele Instituto.
- A Presidência do IHGG envia biografia solicitada pelo IHGB para organização do dicionário bio-bibliográfico dos sócios.
- Congratulações ao Juiz Substituto de 2ª Instância, Dr. Homero Sabino de Freitas, pela sua eleição para Presidente da Associação dos Magistrados do Est. de Goiás.
- Convocação, em nome do Gov. de Goiás, ao Prof. Haroldo Valadão para tomar parte nas comemorações cívicas do sesquicentenário de nascimento de D. Pedro II.
- Idem, ao Prof. Pedro Calmon.
- Ibidem, ao Prof. Américo Jacobina Lacombe.
- Envia à SEC-Go., através do Diretor do Departamento Estadual de Cultura, projeto para a utilização da verba para o corrente ano.
- Envia ao Presid. do Trib. de Contas do Estado, prestação de contas referentes à verba concedida em 1975.
- Expediente enviado aos jornais locais solicitando publicação de informações sobre o II Curso de Cultura Goiana.

- Convites aos sócios aprovados como candidatos para pertencerem aos quadros deste Instituto.
- Expediente solicitando, ao Sr. Secretário da Administração, um vigilante noturno para o Instituto.
- Nota enviada à imprensa com dados sobre os novos sócios.
- Ofício de agradecimento ao Sócio Inácio da Silva Xavier pelo seu interesse em conseguir, para o IHGG, uma verba especial, no MEC.
- Congratulações ao Senhor Gov. do Estado extensivas à Comissão Organizadora, pelas Comemorações do Sesquicentenário do nascimento do Imperador D. Pedro II.
- Solicitação, à LEG, de uma participação de Cr\$ 3.000,00 na verba 3273, proveniente da Assistência Cultural L.L.L.
- Solicitação, ao Assessor da Presidência do IBGE, relação dos geógrafos de todos os Estados.
- Ofício, passando a Pres. do IHG ao seu Vice-Pres., Prof. Basileu T. França.
- Agradecimento, a Inácio Xavier da Silva, pela doação, ao Instituto, do autógrafo de Guimarães Natal.
- Declaração de funcionamento da Biblioteca "João Ribeiro", ao INL.
- Ofício de congratulações e boas vindas à Prof^a Belkiss S. C. Mendonça, pelo sucesso obtido na Europa.
- Expediente ao Prof. Pedro Calmon, designando o Prof. Benedicto Silva representante da Presidência do IHGC no Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande.
- Congratulações ao Ministro dos Transportes pela abertura, ao público, da Biblioteca do Ministério dos Transportes, em Brasília.
- Solicitação a Bernardo Élis, para que represente o IHGC nas comemorações da data natalícia de Claro Augusto de Godoy, no R. de Janeiro.
- Expediente a Manuel Diégues Júnior dando conta de que o IHGG vem prestigiando os estudos e pesquisas de folclore e solicitando ajuda da entidade que dirige — Comissão Nacional do Folclore — (IBECC-UNESCO).
- Idem a Bráulio Nascimento, Diretor Executivo da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro.
- Correspondência de pêsames à família de Ignácio Xavier da Silva, pelo seu falecimento.
- Idem, ao Pres. do Trib. de Justiça, Desor. Emílio F. de

Brito, pelo falecimento de sua genitora, D^a Marla Augusta Fleury de Brito.

- Convite a Nertan Macedo para que componha o quadro de sócios correspondentes do IHGG.
- Idem, a Bráulio Nascimento.
- Ibidem, a Manuel Diégues Júnior.
- Expediente em que passa, pela 2^a vez neste ano, a Presid. DO IHGG ao Prof. Basileu T. França.
- Solicitação, à Sec. da Ind. e Com., de suas publicações sobre levantamento histórico dos municípios goianos — dados históricos, econômicos e geográficos.
- Agradecimento ao Pres. da Ac. Goiana de Letras pelo voto de louvor consignado em ata pela posse, no IHGB, do Prof. Colemar Natal e Silva.

VI — CONFERÊNCIA

Foi proferida, pelo Presidente do Instituto, Prof. Colemar Natal e Silva, na sede da entidade, dia 2 de setembro último, conferência sobre Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, em comemoração à Semana da Pátria.

Na oportunidade, analisando a vida do Patrono do Exército Brasileiro, revelou que desde criança Caxias já demonstrava pendores para as armas. Enaltecendo seus feitos heróicos e seu papel de pacificador de numerosas conflagrações no País, ressaltou sua participação na Guerra do Paraguai.

Entre a numerosa assistência que prestigiou o acontecimento estavam vários professores, escritores e universitários. Compareceram, ainda, o Sr. Liberato de Mello, representando o Governador Irapuan Costa Júnior; Tte. Marcos Arthur da Silva Mack, representando o Comte. do 42^o BIMtz, Cel. Renato Júlio Trein; Dr. Cleomar de Barros Loyolla, representando o presidente da Secional da Ordem dos Advogados; Dra. M. da Glória Scartezini de A. Coutinho, representando o Instituto dos Advogados de Goiás e Aída Félix de Souza, representando a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás.

VIII — RELAÇÃO DOS NOVOS SÓCIOS CORRESPONDENTES:

Bráulio Nascimento
Germano Dias Machado
Guilherme Neves
Isócrates de Oliveira
Manoel Diégues Júnior
Nertan Macedo
Sebastião Almeida de Oliveira
Vicente Salles

Paraíba
Bahia
Espírito Santo
Goiás
Alagoas
Ceará
São Paulo
Pará

IX — INSTALAÇÃO DE CURSO:

O Curso de Cultura Goiana (Seminário de Cultura Goiana), iniciando no dia 9 de agosto p/p no Departamento de Serviço Social da U.C.G. e que vai até o dia 2 de dezembro próximo, teve sua instalação feita pelo Prof. Basileu Toledo França, Vice-Presidente do Instituto, que enalteceu o valor do estudo dos assuntos referentes a Goiás, tendo em vista, principalmente, os objetivos das atividades sociais.

RELAÇÃO DOS SÓCIOS EFETIVOS DO IHGG, COM SEUS
RESPECTIVOS PATRONOS E CADEIRAS

Nº da cadeira	Nome	Patrono
1	Altamiro de M. Pacheco	Henrique Silva
2	Antônio Th. da Silva Neiva	Antônio Americano do Brasil
3	Atico Frota Vilas Boas da Mota	J. Pereira de Alencastre
4	Augusto da Paixão Fleury Curado	Luiz do Couto
5	Basileu Toledo França	Crispiniano Tavares
6	Belkis S. C. de Mendonça	Maria Angélica do Couto Brandão (Nnhanhá do Couto)
7	Bernardo Ellis	Francisco Tosi Colombina
8	Claro A. de Godoy	
9	Colemar Natal e Silva	Capistrano de Abreu
10	Dalísia M. Doles	J. Emanuel Pohl
11	Darcy S. B. de Mello	Sebastião Fleury Curado
12	Eli Brasillense	Cândido Mariano da Silva Rondon
13	Euclides Félix de Souza	
14	Gelmires Reis	Josepho de Melo Álvares
15	Gilberto Mendonça Teles	Manuel Aires de Casal
16	Humberto C. Borges	Raimundo José da Cunha Matos
17	José Lopes Rodrigues	Rufino Teotônio Segurado
18	José Mendonça Teles	Pe. Luis Antonio da Silva e Souza
19	Lena C. B. Ferreira Costa	Francis Castelnau
20	Luiz Gonzaga de Faria	José Vieira Couto de Magalhães
21	Manoel Onofre de Andrade	Bernardo de Azevedo da Silva Ramos
22	Maria Augusta Santana Moraes	
23	Maria do Rosário Fleury	Jarbas Jayme
24	Marivone Matos Chaim	Auguste Saint-Hilaire
25	Modesto Gomes	Afonso E. Taunay
26	Nancy Ribeiro de Araújo e Silva	
27	Raul Floriano da Silva	Lúcio José dos Santos
28	Waldir do E. S. de Castro Quinta	Zoroastro Artiga
29	Waldir Luiz Costa	José Trindade da Fonseca e Silva

**esta obra
foi integralmente
composta e impressa
em oficinas própria da
gráfica do livro goiano ltda.
editora oriente
rua 82 nº 456 - fone 2-2906 - Setor Sul**

